UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
UNIVERSIDADE DE ALICANTE – UA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

DIRAJAIA ESSE PRUNER

Itajaí-SC setembro de 2016

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
UNIVERSIDADE DE ALICANTE – UA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

DIRAJAIA ESSE PRUNER

Tese submetida no âmbito do Programa de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e da Universidade de Alicante/Espanha – UA, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Marcos Leite Garcia
Co-orientador: Professor Doutor Gabriel Real Ferrer

Itajaí-SC setembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Ao meu redor sempre tive pessoas que contribuíram muito para meus estudos e para o meu crescimento profissional e intelectual. Desde o início da minha vida profissional contei com pessoas que foram me auxiliando e me influenciando. Sou muito grata aos ensinamentos de Ronald Caputo (*in memoriam*) profissional brilhante, a frente do seu tempo, com quem trabalhei aos dezessete anos e que despertou meu interesse pelos direitos sociais. Impossível deixar de agradecer a Univali, na pessoa do Magnífico Reitor Dr. Mário César dos Santos e do Diretor do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Dr. José Carlos Machado, pois esta instituição me acolheu como professora há treze anos atrás e me incentiva a continuar a carreira acadêmica. De forma alguma eu poderia também deixar de citar a equipe da Coordenação do Curso de Direito do Campus Kobrasol São José, Alceu, Cleide, Fernando, Mariana, Tania Campos, Aline, Tania Trajano, Helena, Milard, e outros amigos queridos que lá trabalham, colegas que dedicam seu tempo em me ajudar quando podem. Agradeço ao meu co-orientador, Dr. Gabriel Ferrer, que fez da minha estadia em Alicante um período de aprofundamento científico que muito contribuiu com o resultado final desta pesquisa. E agradeço, por fim, ao meu orientador Dr. Marcos Leite Garcia, que desde meu início no Programa de Doutorado tem me incentivado e me orientado de forma brilhante. Sem as suas valiosas orientações, suas indicações de livros, livrarias, bibliotecas, etc., este trabalho jamais seria finalizado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Selires Motter, minha mãe, mulher forte e incansável, que ficou ao meu lado por quatro meses me acompanhando em minha fase de pesquisa realizada em Alicante, deixando de lado sua vida em Florianópolis.

Dedico também aos dois grandes amores da minha vida: Luiza Sebastiani e Fábio Sebastiani, que dividem seus sonhos comigo e embarcam nos meus sempre que lhes peço... Gratidão!

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Universidade de Alicante, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora, o Orientador e o Co-orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, setembro de 2016

Dirajaia Esse Pruner
Doutoranda

PÁGINA DE APROVAÇÃO

(A SER ENTREGUE PELA SECRETARIA DO PPCJ/UNIVALI)

ROL DE CATEGORIAS

Cláusula Social: consiste em uma cláusula, constante dos acordos internacionais de comércio, que determinaria a submissão de determinadas medidas comerciais, a garantia de certos direitos sociais no processo de produção das mercadorias negociadas.[1]

Dignidade humana: [...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. [2]

Direitos fundamentais: Segundo Peces-Barba, direitos fundamentais são: a) Uma pretensão moral justificada com tendência a facilitar a autonomia e a independência, enraizada nas ideias de liberdade, igualdade e dignidade, com aportes dos conceitos de solidariedade e segurança jurídica, construída pela reflexão racional realizada durante a evolução histórica do mundo moderno, com contribuições sucessivas da filosofia moral e política liberal, democrática e socialista. [...]; b) Um sub sistema dentro do sistema jurídico, o Direito dos direitos fundamentais, o que supõe que a pretensão moral justificada seja tecnicamente incorporável a uma norma, que possa obrigar os destinatários das obrigações jurídicas [...]; c) Os direitos fundamentais são também uma realidade social, atuante na vida social e, portanto, condicionamos sua existência a fatores extrajurídicos de caráter social, econômico, ou cultural, que favorecem, dificultam ou impedem sua efetividade [...] [3] (Tradução nossa)

---

[1] DOMÍNGUES, Juan José Fernández. **De la condicionalidad social a los acuerdos marco internacionales**. Navarra: Editorial Arazandi SA, 2012. p.37.

[2] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.53.

[3] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. Madrid: Boletin Oficial del Estado, 1999. p.109-112.

Sustentabilidade: [...] é a capacidade de permanecer indefinidamente no tempo, o que aplicado a uma sociedade que obedece nossos atuais padrões culturais e civilizatórios supõe que, ademais de adaptar-se à capacidade do entorno natural em que se desenvolve, alcance os níveis de justiça social e econômica que a dignidade humana exige. [4] (Tradução nossa)

Teoria das Necessidades: teoria que visa estudar [...] uma visão dos princípios constitucionais básicos que devem ser respeitados e implementados pelos governos de todas as nações como um mínimo necessário para o princípio da dignidade humana.[5] (Tradução nossa)

[4] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha.p.4.

[5] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** Barcelona: Herder S.A., 2012. p.10.

SUMÁRIO

RESUMEN 10

RESUMO 20

LISTA DE SIGLAS 21

INTRODUÇÃO 22

CAPÍTULO 1 A SUSTENTABILIDADE 26
1.1 ORIGEM E CONCEITO DA EXPRESSÃO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 26
1.2 EVENTOS INTERNACIONAIS E O CAMINHO PARA O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE 38
1.3 DIFERENÇAS ENTRE O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 47
1.4 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE 51
1.5 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE 68
1.5.1 DIMENSÃO AMBIENTAL 69
1.5.2 DIMENSÃO ECONÔMICA 75
1.5.3 DIMENSÃO SOCIAL 82

CAPÍTULO 2 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS 89
2.1 CONCEITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 91
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 99
2.3 PROCESSOS DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA 106
2.3.1 PROCESSO DE POSITIVAÇÃO 108
2.3.2 PROCESSO DE GENERALIZAÇÃO 110
2.3.3 PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO 112
2.3.4 PROCESSO DE ESPECIFICAÇÃO 114
2.4 UMA VISÃO INTEGRAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 116
2.5 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 120
2.6 A TEORIA DAS NECESSIDADES 135

CAPÍTULO 3 A GOVERNANÇA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: O PAPEL DA OMC E DA OIT 150

3.1 ORIGENS DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO 151
3.2 GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE - GATT 156
3.3.1 PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E EXCEÇÕES 163
3.3.2 ÂMBITO DE ATUAÇÃO E FUNÇÕES 167
3.3.3 ESTRUTURA E MEMBROS 170
3.3.4 SOBRE A TOMADA DE DECISÃO 175
3.3.5 SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 178
3.4 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT 184
3.4.1 NATUREZA JURÍDICA 200
3.4.2 ESTRUTURA E MEMBROS 201
3.4.3 ATIVIDADE NORMATIVA 204
3.4.4 CONTROLE DE APLICAÇÃO DAS NORMAS 209
3.4.5 SISTEMA DE CONTROLE REGULAR OU PERMANENTE 210
3.4.6 SISTEMA DE CONTROLE PROVOCADO 211
3.4.7 SISTEMA DE CONTROLE ESPECIAL 212
3.4.8 O PAPEL DA OIT NA ATUALIDADE 214

CAPÍTULO 4 A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA OMC 220
4.1 ORIGENS DO DEBATE SOBRE A CLÁUSULA SOCIAL DENTRO DA OMC 220
4.2 O CONCEITO DE CLÁUSULA SOCIAL 231
4.3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES SEGUNDO A OIT 235
4.3.1 A LIBERDADE SINDICAL E O RECONHECIMENTO EFETIVO DO DIREITO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA 240
4.3.2 A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO 248
4.3.3 A EFETIVA ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL 254
4.3.4 A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO EM MATÉRIA DE EMPREGO E OCUPAÇÃO 261
4.4 POSSIBILIDADES DE DEBATE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES DENTRO DA OMC 269
4.5 A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO 278

CONSIDERAÇÕES FINAIS 293

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS 301

RESUMEN

La presente Tesis Doctoral forma parte de la línea de investigación Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad y se divide en cuatro capítulos. Su objetivo es apoyar el uso de las cláusulas sociales en los acuerdos comerciales internacionales suscritos por la Organización Mundial del Comercio - OMC, como un medio para promover la sostenibilidad. De este modo, hemos tratado de responder a la siguiente cuestión de investigación: ¿la inserción de cláusulas sociales en los acuerdos comerciales internacionales podría servir como motor para promover la dignidad humana, a través de la promoción del trabajo decente, y la sostenibilidad? Mediante dicha cuestión se pretende verificar si el establecimiento de estas cláusulas en los instrumentos jurídicos internacionales puede contribuir a la aplicación de los derechos fundamentales del trabajo, necesarios para vivir con dignidad. A fin de tratar de enfocar el problema, se realizaron las siguientes hipótesis: a) la inclusión de cláusulas sociales en los acuerdos internacionales conducirá a la promoción del trabajo decente en los países firmantes de estos acuerdos. Con este mecanismo se podría garantizar un nivel de vida digno a los trabajadores que, gracias a ello, ampliarían su libertad de autodeterminación, es decir, su libertad para tomar decisiones, lo que, simultáneamente, les conduciría a alcanzar un nivel de vida digno y una mayor sostenibilidad; b) la inclusión de cláusulas sociales sería factible a nivel teórico, pero en la práctica, sufriría una grave crisis de eficacia, debido a la falta de organismos internacionales con capacidad de determinar y aplicar sanciones internacionales por incumplimiento. Después de todo, la OMC no se considera el entorno adecuado para el análisis de este tipo de cuestiones. Dicha institución considera, en cambio, que el lugar más apropiado sería la Organización Internacional del Trabajo, sin embargo, esta organización aún carece de competencia para crear medidas punitivas para aquellos que violan sus compromisos internacionales; c) Las cláusulas sociales no merecen ser incluidas en los acuerdos internacionales, desde el punto de vista de que se trata de una nueva forma de proteccionismo que favorece a los países desarrollados, protegiéndolos de las consecuencias perjudiciales de la globalización en sus economías. Asimismo, la aplicación de estas cláusulas sería compleja habida cuenta de la diversidad de situaciones económicas y leyes laborales de los países firmantes. No es posible exigirle a un país en desarrollo que aplique el mismo tipo de protección a los trabajadores que un país desarrollado. A fin de llevar a término la investigación de estas hipótesis, la tesis se divide en cuatro capítulos: Capítulo 1 Sostenibilidad, Capítulo 2 Los derechos fundamentales, Capítulo 3 La administración del comercio internacional: el papel de la Organización Mundial del Comercio - OMC y la Organización Internacional del Trabajo - OIT y Capítulo 4, el Uso de la cláusula social en los acuerdos internacionales suscritos por la Organización Mundial del Comercio. Por lo tanto, el capítulo 1 analiza los orígenes y el concepto de desarrollo sostenible; los eventos internacionales que influyeron en la construcción del concepto de sostenibilidad, las diferencias entre el concepto de la sostenibilidad y el de desarrollo sostenible, el concepto de sostenibilidad y sus dimensiones: ambiental, económica y social. Cabe destacar que, a fin de sentar la base teórica para el desarrollo de este trabajo se utilizaron principalmente las obras de los siguientes autores (en orden alfabético): Amartya Sen, Edgar Morin, Gabriel Real Ferrer, Ignacy Sachs; John Mc Cormick, John Elkington; José Eli da Veiga, Klaus Bosselmann, Leonardo Boff; Madalena Léon; Michael Lowy, Paul Hawken, Amory Lovins e Hunter Lovins; Paul Israel Singer, y Roberto Bermejo. Como comienzo y a fin de garantizar

una mejor comprensión del tema, en el Capítulo 1 se introduce una explicación del origen y el concepto del término desarrollo sostenible. Se ha optado por adoptar el concepto de desarrollo sostenible definido en el informe Nosso Futuro Comum, que explica el desarrollo sostenible como un proceso que permite "[...] satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras de satisfacer sus propias necesidades ".[6] A continuación, se pretende ilustrar cómo el concepto de sostenibilidad se construyó a partir de la exposición de los informes históricos de eventos internacionales y nacionales, y de trabajos científicos publicados sobre el tema, con énfasis en los debates patrocinados por las Naciones Unidas y sus organismos. También se trata de crear una distinción entre el concepto de sostenibilidad y el de desarrollo sostenible. Esta investigación ha puesto de manifiesto la diferencia de connotaciones entre estas dos expresiones: por un lado, el término desarrollo sostenible se puede definir como más restringido, pues representa solo uno de los caminos posibles para alcanzar la sostenibilidad. Por otro lado, también se ha evidenciado la complejidad que rodea al concepto de "sostenibilidad" a causa de las múltiples corrientes que abordan dicho concepto. Sin embargo, con el estudio realizado llegamos a inferir que, independientemente de la base teórica adoptada, ya sea la que centra el concepto de sostenibilidad en la perpetuación de la especie humana, o la que centra el concepto de sostenibilidad en la perpetuación de todas las formas de vida, en ambos casos la teoría de la sostenibilidad busca un cambio a fin de construir una sociedad justa, equitativa y respetuosa de cara a la naturaleza, tanto para la generación actual como para la futura. Esta búsqueda conlleva la necesidad de actuar en tres dimensiones de la sostenibilidad: la ambiental, la económica y la social. En cuanto a la dimensión ambiental, Gabriel Ferrer[7]nos dice que la humanidad debe "[...] llegar a un acuerdo con la Tierra para que no comprometamos la posibilidad de mantener los ecosistemas esenciales que nos permiten sobrevivir como especie en condiciones ambientales aceptables." En cuanto a la dimensión económica se puede inferir que el modelo de producción y consumo actual debe modificarse en base a la capacidad de la naturaleza para adaptarse a dichos modelos. Sólo se puede producir y consumir dentro de los límites de las poblaciones y de la posibilidad de renovación de los recursos naturales. De esta forma, las actividades económicas deben reestructurarse sobre la base de esta nueva norma. Con respecto a esta reestructuración, se deben tener en cuenta varias posiciones de las teorías discutidas en este trabajo, por ejemplo, el máximo aprovechamiento de la productividad de los recursos naturales, la biomimética, el uso de fuentes de energía renovables, la producción de bienes duraderos, el aumento de la participación popular en las decisiones de inversión pública, el cooperativismo, etc. En cuanto a la dimensión social, es importante destacar una vez más las teorías de Gabriel Ferrer. Según el autor[8], actualmente, el debate sobre la sostenibilidad social se centra en el debate acerca de un nuevo tipo de gobierno y de la exclusión social. La transición hacia una sociedad sostenible requiere una nueva forma de administración basada en la creación de instituciones locales, nacionales e internacionales destinadas a

[6]COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. p.46.

[7] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha. p. 3-4.

[8] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p. 5-6.

discutir y promover la sostenibilidad, así como también en la modificación de las instituciones ya existentes. Como puede verse en el capítulo sobre la Organización Internacional del Trabajo - OIT y la Organización Mundial del Comercio - OMC, se ha discutido mucho sobre la evolución del papel de la OIT frente al mercado internacional e incluso sobre la evolución del papel de la OMC frente a los derechos de los trabajadores. Por otro lado, en este trabajo, al igual que Gabriel Ferrer9entendemos la exclusión social como aquella situación en que las necesidades básicas de las personas no se ven cubiertas y, por este motivo, dichas personas dejan de tener un papel en la sociedad. Cuando una persona no tiene acceso a un trabajo, vivienda, educación, sanidad, etc., deja de tener espacio para su desarrollo. Las personas en estas condiciones no tienen libertad para tomar decisiones y, por esta razón, el capítulo que trata acerca de los derechos fundamentales también se ocupa de la teoría de las necesidades con el fin de demostrar que la satisfacción de las necesidades básicas confiere libertad al individuo, contribuyendo de esta forma al respeto de su dignidad humana. De esta forma, gracias al análisis de las propuestas de cada una de las corrientes que buscan definir la sostenibilidad ha sido posible comprender que, para crear una sociedad sostenible a nivel social, es necesario primero crear un escenario adecuado para que las personas puedan vivir dignamente. Por lo tanto, del Capítulo 1 se puede extraer que en una sociedad justa no hay lugar para la pobreza, el hambre, la miseria y la desigualdad social, pues debe respetarse la dignidad humana. Así pues, para perpetuar la especie humana de forma sostenible, es de suma importancia que se reconozca la necesidad de dignidad humana y que esta se garantice a través de los derechos fundamentales. De esta forma, el Capítulo 2 se propone exponer el concepto de derechos fundamentales, su evolución histórica (a través de la explicación de los procesos de positivación, generalización, internacionalización y especificación), aportando una visión general de los derechos fundamentales, la dignidad humana y la teoría de necesidades, de manera que al final de la tesis, sea posible entender la inclusión de cláusulas sociales en los acuerdos multilaterales firmados por la OMC, promover la dignidad humana y, como consecuencia, la sostenibilidad. Cabe destacar que, como base teórica, se utilizaron principalmente las obras de los siguientes autores (en orden alfabético): Antonio Enrique Pérez Luño, Flávia Piovensan, Fábio Konder Comparato, Gerardo Pisarello, Gregorio Peces-Barba Martínez, Immanuel Kant, Ingo Wolfgang Sarlet, Ian Gough; José Adércio Leite Sampaio, José Joaquim Gomes Canotilho, Len Doyal, Luis Prieto Sanchis, Eusebio Fernández García, Marcos Leite Garcia, Martha Nussbaum, Michael Sandel, Norberto Bobbio, Octavio Groppa, y Ricardo Castilho. Para comenzar, el Capítulo 2 presenta diferentes nomenclaturas utilizadas para designar la categoría de derechos que se pretendía discutir, tras lo cual se llegó a la conclusión de que la terminología más correcta era la de derechos fundamentales. Al final de la investigación sobre el concepto de derechos fundamentales, este trabajo ha optado por utilizar la conceptualización de Peces-Barba[10], para quien los derechos fundamentales son: a) una demanda moral justificada con una tendencia a facilitar la autonomía y la independencia, enraizada en las ideas de libertad, igualdad y dignidad, con contribuciones de los conceptos de solidaridad y la seguridad jurídica, construida por la reflexión racional llevada a cabo durante la evolución

[9] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p. 5-6.

[10] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.53.

histórica del mundo moderno, con aportes sucesivos de la filosofía moral y política liberal, democrática y socialista. [...]; b) Un subsistema dentro del sistema legal, la ley de los derechos fundamentales, lo que implica que la demanda moral justificada sea técnicamente insertable a una norma, que obligue a los destinatarios de las obligaciones legales [...]; c) Los derechos fundamentales son también una realidad social, activa en la vida social y, por tanto, condicionan su existencia factores extrajurídicos de carácter social, económico o cultural, que favorecen, obstaculizan o impiden su eficacia [...]. Después de la conceptualización de los derechos fundamentales, esta investigación se centra en presentar sus procesos de evolución histórica. El primero que se introduce es el proceso de positivación, que, según Peces-Barba[11] promovió la comprensión de que existía una necesidad de formular normas que reconocieran y garantizaran los derechos naturales. De este modo, a partir del siglo XIX, se puso de manifiesto que este proceso era una condición sine qua non para la efectividad de los derechos fundamentales, ya que no sea podía concebir la aplicación de estos derechos sin su previa positivación. Por otro lado, el proceso de generalización se caracteriza por la percepción, adquirida por el hombre, de que todos somos seres humanos, con el mismo origen, y que, por lo tanto, debemos tener los mismos derechos. Por último, el proceso de internacionalización busca difundir y garantizar los derechos fundamentales internacionales de todas las personas. Tras el análisis de los procesos de evolución histórica de los derechos fundamentales, el trabajo trata de ofrecer una visión integral de tales derechos, con el objetivo de aportar conocimiento acerca de las dimensiones y de los procesos de evolución histórica de dichos derechos. Estos dos enfoques posibilitan la comprensión de los derechos fundamentales como un conjunto de derechos independientes, indivisibles y universales. Estas características justifican el hecho de que los derechos económicos no pueden prevalecer sobre los derechos sociales, lo que contribuye a la justificación de la presente tesis. A continuación, tras el análisis de los diferentes conceptos de dignidad humana, se ha optado por utilizar el siguiente concepto: [...] entendemos por dignidad humana la calidad intrínseca y distintiva del ser humano que le hace merecedor del mismo respeto y consideración por parte del Estado y la comunidad. Esto implica otorgarle, desde este punto de vista, un conjunto de derechos y deberes fundamentales que protejan a la persona contra cualquier acto degradante e inhumano, le garanticen unas condiciones de existencia mínimas para un nivel de vida salubre, y faciliten y promuevan su participación activa y corresponsable en el destino de su propia existencia y de la vida comunitaria junto a otros seres humanos, a través del debido respeto a los demás seres que forman parte de la red de la vida.[12] Por lo tanto, para alcanzar el máximo exponente de dignidad humana, es necesario el reconocimiento y la garantía de un conjunto de características que hacen que el hombre sea reconocido como tal, como su raciocinio y autonomía de voluntad. Sin embargo, a estas funciones básicas se añaden otras que han surgido como resultado de los hallazgos y reclamos del propio hombre. Sin embargo, de nada sirve al hombre saber que es digno de dichos derechos si estos no son reconocidos por todos y garantizados desde el Estado. Y es en este punto donde se pone de manifiesto la importante función de los derechos fundamentales como instrumento de reconocimiento y de garantía de las condiciones que permiten al hombre vivir plenamente su dignidad. De este modo, se hace posible inferir que el reconocimiento legal de determinados

[11] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. Madrid: Boletin Oficial del Estado, 1999. p.157.

[12] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**.p.53.

derechos, incluyendo los derechos sociales, elevan el trabajo del hombre a la categoría de trabajo decente y concretizan la propia dignidad humana. Estos derechos sociales nacieron a raíz de batallas libradas con el objetivo de mejorar las condiciones de trabajo que fueron en otras épocas inhumanas y, por lo tanto, indignas. A través del análisis de la historia de la protección de los derechos laborales en todo el mundo se observa que los hombres, las mujeres y los niños fueron explotados por los empleadores en una búsqueda incesante del beneficio económico y la riqueza. Después de múltiples batallas libradas por los trabajadores, los estados comenzaron reconocer la necesidad de proteger sus derechos. Sin embargo, todavía hoy, algunos países no han acabado totalmente con las prácticas de explotación de mano de obra humana. En algunos casos, no ha llegado a haber positivación de los derechos sociales y, en otros, carecen de los medios para su implementación y aplicación. La realidad es que la garantía del derecho a un trabajo digno es sin duda una de las maneras de alcanzar la dignidad humana. Por lo tanto, el Capítulo 2 pone de manifiesto que, a pesar de que en repetidas ocasiones se ha cuestionado el vínculo entre los derechos sociales y la dignidad humana, es imposible ignorar que esta última se concretiza también en gran parte a través de la garantía de los derechos sociales. El Capítulo 2 también trata la Teoría de las Necesidades, abordando los debates sobre el número mínimo de derechos fundamentales que debiera haber para que la dignidad humana estuviera garantizada. Los conceptos esbozados en el capítulo 2 sobre derechos fundamentales no permiten identificar las reivindicaciones morales que podrían ser calificadas como tales, sin embargo, se puede percibir, a partir de los conceptos, que los derechos fundamentales se basan en valores como la dignidad, la igualdad y la libertad. A partir de estos valores, la Teoría de las Necesidades busca construir una lista de capacidades que el ser humano debe poder disfrutar plenamente para vivir su vida con dignidad, libertad e igualdad. Con respecto a las relaciones laborales, la Teoría de las Necesidades, en base a los trabajos de Amartya Sen y Martha Nussbaum, nos permite comprender que es esencial que exista un nivel mínimo de protección a los trabajadores para que puedan poner en práctica sus habilidades. Por lo tanto, este estudio pone de manifiesto que una relación de trabajo debe permitir al trabajador tomar sus decisiones, ejerciendo así su condición de ser humano digno. Los derechos que permiten al trabajador realizar sus propias decisiones y ponerlas luego en práctica, son los derechos fundamentales de los trabajadores, así declarados por la Organización Internacional de Trabajadores, y que se detallan en el Capítulo 4. En el Capítulo 3 se presentan los puntos fundamentales para la comprensión de la OMC como organización internacional con un papel destacado en la gestión del comercio internacional. El marco teórico utilizado son las obras de (en orden alfabético):Bernard Gazier, Bhagirath Las Das, Esther López Barrero, José Luis Pinedo Vega, Montserrat Millet, Susan George, Welber Oliveira Barral. En primer lugar se ha elaborado una breve historia de los orígenes del Sistema Multilateral de Comercio. Posteriormente el trabajo explica la reunión de Bretton Woods y la aparición del GATT. Además se informó de detalles sobre la OMC, tales como: principios, objetivos y excepciones; su ámbito de actuación y sus funciones; su estructura; el requisito exigido para ser uno de sus miembros y su sistema de toma de decisiones y solución de disputas. Con respecto a los principios, hay que destacar que son los principios de la OMC, de conformidad con su Acuerdo Constitutivo: elevación del nivel de vida de las personas, la promoción del pleno empleo, el crecimiento del ingreso real, la expansión de la producción y del comercio de bienes y servicios. Sin embargo, el Preámbulo deja

claro que estos principios deben cumplirse teniendo en cuenta el desarrollo sostenible y las necesidades de los países en desarrollo.[13] Como objetivos de la OMC su Acuerdo Constitutivo cita: la consecución de acuerdos para reducir no solo los aranceles, sino cualquier otro obstáculo al comercio, la eliminación de la discriminación en el comercio internacional y la construcción de un Sistema Multilateral de Comercio Integrado, viable y duradero.[14] En cuanto al ámbito de actuación de la OMC, se desprende de la lectura del Preámbulo del Acuerdo Constitutivo de la organización que la intención de sus fundadores fue la de regular el comercio internacional mediante el establecimiento de reglas pautadas sobre la no discriminación y la reciprocidad. Así, entre sus funciones está la de establecer un marco necesario para la gestión del comercio internacional entre sus miembros, teniendo en cuenta: a) trabajar para que su Acuerdo Constitutivo y sus anexos sean puestos en práctica; b) ser un espacio permanente de discusión y negociación para sus miembros, tanto para asuntos ya tratados en sus Acuerdos como para nuevos temas; c) administrar el Sistema de Solución de Disputas; d) controlar, periódicamente, las políticas comerciales de sus miembros y su impacto en el funcionamiento del Sistema Multilateral de Comercio; e) además, la OMC debe cooperar con otras organizaciones internacionales (gubernamentales y no gubernamentales) y, especialmente, con el FMI y el BIRF.[15] En cuanto a los órganos de carácter político de la OMC figuran: la Conferencia Ministerial, el Consejo General, los Consejos Específicos y los Comités y Grupos de Trabajo. Y con respecto al órgano de carácter no político, es la Secretaría de la OMC con sede en Ginebra. Sobre los miembros de la OMC, es importante aclarar que la pertenencia a la OMC es una declaración de voluntad. Por lo tanto, es un acto de libertad decidir si quieren o no formar parte de esta institución.[16] Hay dos tipos de miembros: Estados y Territorios Aduaneros que tienen competencias para gestionar su comercio exterior.[17] También vale la pena recordar que los miembros de la OMC se pueden dividir entre Miembros Originarios (aquellos que, tras la entrada en vigor del Acuerdo Constitutivo de la OMC eran miembros del GATT, además de las Comunidades Europeas) y Miembros por Acceso o por Adhesión (el resto de miembros).[18] Con respecto a su sistema de toma de decisiones fue posible comprender que la Conferencia Ministerial es el órgano máximo de decisión de la OMC, sin embargo, como ocurre cada dos años, el Consejo General desempeña las funciones de la Conferencia y se convierte, en el día a día de la OMC, en la esfera máxima de toma de decisiones. En cuanto al sistema de solución de disputas puede verse que el sistema de solución de disputas de la OMC está organizado en base a dos tipos de órganos: órganos políticos, como el Órgano de Solución de Disputas (OSD), y órganos independientes, de carácter judicial, como los Paneles (primera instancia) y

---

[13] ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Constitutivo de la Organización Mundial del Comercio**. Marraqueche. 15 de abril de 1994. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/tecnologicos/cgc/solucao-de-controversias/mais-informacoes/texto-dos-acordos-da-omc-portugues/acordo-constitutivo-da-omc/view>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

[14] ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Constitutivo de la Organización Mundial del Comercio**.

[15] ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Constitutivo de la Organización Mundial del Comercio**.

[16] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010. p. 68-69.

[17] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 71.

[18] ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Constitutivo de la Organización Mundial del Comercio**. Art. XI, inciso 1 y art. XII, incisos 1,2 y 3.

el Órgano Permanente de Apelación (instancia de apelación). Y la decisión de estos órganos, que pueden tratar hasta la suspensión de las actividades comerciales, debe ser respetada por todos los miembros de la entidad. El capítulo también explica la importancia de esta entidad en la gestión del comercio internacional y cómo esta puede actuar junto con la Organización Internacional del Trabajo. Teniendo en cuenta todo lo que se ha mostrado en este capítulo, se puede inferir que la OMC fue una entidad creada en el marco de una voluntad internacional de cooperación para el comercio internacional. Se trata de una entidad con un papel destacado, que en los últimos tiempos ha permitido que los Estados menos desarrollados participen en el comercio internacional. Sin embargo, a diferencia de lo que se establece en su Acuerdo Constitutivo, la OMC no trata la cuestión del respeto de los derechos laborales. Los acuerdos comerciales son firmados independientemente de qué normas laborales se adopten en el proceso de producción. En el ámbito del comercio internacional hay un discurso que se repite, que es el de que la Organización Mundial del Comercio fue creada para elevar el nivel de vida de las personas, permitiendo que el crecimiento llegue a todas las regiones, sin embargo, es notable que el crecimiento difundido por los acuerdos comerciales multilaterales firmados por la Organización Mundial del Comercio es el crecimiento cuantitativo y no el cualitativo. Las empresas que participan en el comercio internacional no están interesadas en llevar calidad de vida a las personas, sino en lucrarse. Y, de ser necesario cambiar la ubicación de su parque industrial para poder beneficiarse de una legislación laboral más blanda, eso es lo que harán. Sin importar si la mano de obra utilizada es infantil, por ejemplo. Por lo tanto, se comprende lo importante que es revisar el papel de las organizaciones internacionales que participan en el comercio internacional y en la promoción de las normas internacionales del trabajo. En una segunda etapa, el Capítulo 3 trató de la Organización Internacional del Trabajo. El marco teórico utilizado son las obras de (en orden alfabético): Américo Plá Rodríguez, Arnaldo Sussekind, Bernard Gernigon, Ericson Crivelli, Garry Rodgers, Lee Swepston, Geraldo W. Von Potobsky, Gerardo Pisarello, Héctor G. Bartolomei de la Cruz, Jean Michel Servais, Luiz Alencar Araripe, Manuel Montt Balmaceda, Nicolas Valticos y Xavier Beaudonnet. Se buscó explicar la historia de la aparición de esta Organización y cómo ciertos hechos fueron determinantes en la formación de los principios y su modo de acción. El capítulo también se ocupa de la naturaleza jurídica de la Organización Internacional del Trabajo, su estructura organizativa, sus miembros y su actividad legislativa, además de abordar el control de la aplicación de sus normas internacionales: sistema de control regular o permanente, sistema de control provocado, y el sistema de control especial. En cuanto a la naturaleza jurídica de la OIT, está vinculada a la ONU y no integrada en la misma. Por lo tanto, la entidad tiene personalidad jurídica de derecho público internacional, con principios, objetivos y competencias definidos en su Constitución.[19] En cuanto a su estructura organizativa el art. 2 de la Constitución de la OIT establece que la organización se compone de los siguientes órganos: la Conferencia General de los representantes de sus miembros, el Consejo de Administración y la Oficina Internacional del Trabajo.[20] En cuanto a los miembros, se puede decir que son de dos tipos: a) miembros de pleno derecho; y b) nuevos

[19] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. São Paulo: LTR, 2000. p. 119.

[20] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constitución de la OIT**. Disponível em:<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:62:2709039639773200::NO::P62_LIST_ENTRIE_ID:2453907#A1>. Acesso em: 05 de agosto de 2015. art. 2.

miembros.[21] Con respecto a su actividad legislativa, la OIT puede editar varios tipos de normas, tales como: su constitución, convenios, protocolos, recomendaciones, declaraciones, resoluciones y el repertorio de recomendaciones prácticas. El conjunto de estos instrumentos constituyen las fuentes del Derecho Internacional del Trabajo.[22] Actualmente, la OIT posee ciento ochenta y nueve convenios y doscientas cuatro recomendaciones. En cuanto al sistema de control, es uno de los sistemas de control de normas internacionales más antiguos.[23] En el caso del control regular, este se lleva a cabo a través del análisis de los informes presentados anualmente por los miembros de la Organización Internacional del Trabajo. En estos informes los miembros informan sobre las medidas tomadas para poner en práctica las normas internacionales de la OIT (en el caso de aquellas normas que han sido ratificadas) o sobre las acciones que están promoviendo para permitir la ratificación de las normas que aún no han ratificado. [24] El control provocado puede ocurrir por reclamación o por queja. En este caso, organizaciones de trabajadores o de empleadores, o incluso Estados Miembros pueden denunciar a otros Estados Miembros por el incumplimiento de convenios ya ratificados. [25] En el caso del control especial, se trata de examinar las posibles violaciones de los derechos sindicales cometidas tanto por miembros como por Estados que no son miembros de la OIT, pero que son miembros de la ONU, y que han ratificado o no los convenios violados. El procedimiento adoptado para investigar estas acusaciones está dispuesto en un documento titulado Procedimiento para el Examen de Quejas por Violaciones al Ejercicio de la Libertad Sindical.[26] Tales explicaciones permitirán al lector comprender las dificultades que enfrenta la institución en el logro de sus objetivos. Con los estudios realizados aquí se constató que la actividad normativa de la Organización Internacional del Trabajo la habilita como entidad internacional con la experiencia y competencia necesarias para legislar en materia de derecho internacional del trabajo y también para realizar un seguimiento de cómo las relaciones laborales están evolucionando en todo el mundo, a través de los informes entregados por los países. La Organización Internacional del Trabajo posee la estructura necesaria para controlar la aplicación de sus normas laborales en todo el mundo y consigue, a través de su Sistema de Control, supervisar la manera en que las Naciones tratan a sus trabajadores. Sin embargo, también se constató que es necesario buscar una mayor eficacia del Sistema de Control y la aplicación de sus normas, puesto que la Organización Internacional del Trabajo no tiene poder punitivo y sus formas de coacción no promueven el éxito de sus objetivos. Con respecto al Capítulo 4, se comenzó abordando los orígenes del debate sobre la cláusula social dentro de la Organización Mundial del Comercio. También se trató el concepto de cláusula social, los derechos fundamentales de los trabajadores propuestos por la Organización Internacional del Trabajo, y se discutió la posibilidad de promover los derechos fundamentales de los trabajadores tomando como base las reglas actuales del comercio internacional. Al final de este capítulo hemos tratado de responder a la problemática trazada sosteniendo la siguiente tesis: la adopción de cláusulas

[21] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.79.
[22] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.86.
[23] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTR, 2010. p. 78-79.
[24] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constitución de la OIT**. art.22.
[25] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constitución de la OIT**. art.24-26.
[26] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. Brasília: OIT, 1993.p.8.

sociales en los acuerdos de comercio internacionales es un instrumento de promoción de la sostenibilidad. Así, para demostrar que la problemática fue respondida y la tesis sostenida, se han analizado también, al final de este capítulo, los supuestos trazados para este trabajo y si estos fueron o no confirmados. Sin embargo, inicialmente, en cuanto a los orígenes del debate sobre la cláusula social en la OMC, el trabajo hizo hincapié en que siempre se ha producido el debate sobre los derechos de los trabajadores, el cual, sin embargo, se volvió un asunto problemático. Siempre que surge este debate los países menos desarrollados argumentan que se trata de una postura proteccionista que busca retirarles la única ventaja competitiva que tienen. Según ellos, los bajos salarios y las relaciones laborales menos protegidas que en los países ricos les permiten tener un menor costo de producción y, por lo tanto, un producto más competitivo. De esta forma, reunión tras reunión de la OMC el asunto se ha colocado en segundo plano. Tras estas aclaraciones, para esta investigación se eligió como concepto de cláusula social: "[...] la inclusión en los acuerdos comerciales internacionales de una cláusula que establezca normas mínimas o justas de trabajo como condición para beneficiarse de las ventajas que surgen de los tratados."[27] Con respecto a los derechos fundamentales de los trabajadores la presente investigación estudió los siguientes derechos: a) la libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva; b) la eliminación de todas las formas de trabajo forzoso u obligatorio; c) la abolición efectiva del trabajo infantil; y d) la eliminación de la discriminación en materia de empleo y ocupación[28], los cuales son considerados por la OIT como derechos facilitadores, es decir, son derechos que sirven como herramienta para la exigencia de otros derechos. La investigación también puso de relieve que estos derechos fundamentales forman parte de la política normativa de la OIT sobre trabajo decente. Esta política viene siendo discutida desde 1999 y ganó fuerza a partir del año 2000 cuando fue presentada por la OIT como una de las maneras de acabar con la pobreza. Para promover el trabajo decente es necesario, según la OIT, el respeto de los derechos fundamentales de los trabajadores aprobados en la Declaración de Principios y Derechos Fundamentales de los Trabajadores-DFT. Por lo tanto, es evidente que la adopción de los DFT es uno de los focos de trabajo de la OIT en la lucha por el trabajo decente. Además, la ONU reconoció, tanto en la Declaración de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y como en la Declaración de los Objetivos del Desarrollo Sostenible, el trabajo decente como uno de los ingredientes indispensables para el logro de la sostenibilidad. Por lo tanto, tras el estudio de estos derechos se analizó la posibilidad de su discusión dentro de la OMC tomando como base las normas actuales en la materia. Se observó que esta discusión solo podría llevarse a cabo si se realizara una interpretación amplia de las normas actuales de la OMC. Sin embargo, no hay ningún incentivo económico para fomentar dicha interpretación. Y, en términos de los miembros de la OMC, la ventaja económica en el comercio internacional es la principal fuerza impulsora de cualquier actividad. Así, pasamos a discutir el tema central de la tesis analizando cómo la inclusión de cláusulas sociales en los

---

[27] ECHEVERRIA. Bernard van der Laat. La dimensión social de la globalización: cláusulas sociales, códigos de conducta y normas de responsabilidade social del empresariado. *In* **III Jornada de Estudio del Mercado Globalización económica y relaciones laborales** .Salamanca: Universidad de Salamanca, 29 de noviembre de 2000. p. 1-28. Disponible en: <revistas.ucr.ac.cr/index.php/juridicas/article/.../12634>. Consultado el: 20 de marzo de 2016. p. 5.

[28] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Brasília: OIT, 2007. p.7-8.

acuerdos comerciales internacionales podría promover la sostenibilidad a través de la promoción del trabajo decente (llevada a cabo con respeto de los derechos fundamentales de los trabajadores). Esta Tesis se terminó con las Consideraciones Finales en las que se presentaron los puntos concluyentes destacados de los estudios y reflexiones realizados sobre el uso de las cláusulas sociales en los acuerdos internacionales como medio de promoción de la sostenibilidad. El método utilizado en la fase de investigación y en la fase de tratamiento de datos fue el inductivo y las técnicas de investigación utilizadas fueron la investigación bibliográfica y documental, teniendo en cuenta los parámetros adoptados por el Programa de Postgrado Stricto Sensu en Ciencias Jurídicas - PPCJ/UNIVALI.[29]

Palabras clave: SOSTENIBILIDAD. DERECHOS FUNDAMENTALES DE LOS TRABAJADORES. GOBIERNO DEL COMERCIO INTERNACIONAL. CLÁUSULA SOCIAL.

[29] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** teoria e prática. 13.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 57-135.

RESUMO

A presente Tese de Doutorado está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade e foi dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1 trata da sustentabilidade, aborda a origem e o conceito da expressão desenvolvimento sustentável, faz um breve relato dos eventos históricos internacionais cujas discussões travadas promoveram a utilização da palavra sustentabilidade, analisa, também, a diferença entre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e, por fim, são apresentadas as várias teorias que tentam formular o conceito de sustentabilidade e suas dimensões. O Capítulo 2 trata dos direitos fundamentais. Apresenta, inicialmente, a discussão sobre a terminologia e o conceito dos direitos fundamentais, em seguida, é abordado o processo de evolução histórica dos direitos fundamentais. Ao final analisa-se o conceito de dignidade humana e a teoria das necessidades. O Capítulo 3 trata da Organização Mundial do Comércio - OMC com o objetivo de compreender como foi criada esta entidade internacional e como se dá a sua organização e o seu funcionamento. Em primeiro lugar realiza-se uma exposição sobre as origens do Sistema Multilateral do Comércio. Em segundo lugar discorre-se sobre a Reunião de Bretton Woods e quais foram suas consequências para o comércio internacional. Além disso, apresentam-se os detalhes da organização e do funcionamento da OMC. Em seguida o capítulo descreve a Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizando um breve relato histórico, a apresentação da sua natureza jurídica, sua estrutura, membros e sua atividade normativa. Ao final busca-se demonstrar as dificuldades enfrentadas PELA OIT para a execução e a prática das normas produzidas. O Capítulo 4 trata da cláusula social nos acordos internacionais firmados pela OMC, abordando as origens do debate dentro da Organização, o conceito de cláusula social, os direitos fundamentais dos trabalhadores segundo a OIT, as possibilidades de aplicação dos direitos fundamentais dos trabalhadores frente as regras atuais do comércio internacional, e, finalmente, a utilização da cláusula social nos acordos internacionais de comércio firmados pela OMC como instrumento de promoção de sustentabilidade. O método utilizado foi o indutivo e as técnicas de investigação utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: SUSTENTABILIDADE. DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES. GOVERNANÇA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL. CLÁSULA SOCIAL.

LISTA DE SIGLAS

ACP	Estados da África, Caraíbas e Pacífico
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CMMA	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DFT	Direitos Fundamentais dos Trabalhadores
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ESC	Entendimento de Solução de Controvérsias
EUA	Estados Unidos da América
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEC	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
NMF	Nação Mais Favorecida
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIC	Organização Internacional do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SSC	Sistema de Solução de Controvérsias
TN	Trato Nacional
UE	União Europeia
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

O objetivo institucional desta tese é a obtenção do título de Doutor pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí no Brasil, em regime de dupla titulação com a Universidade de Alicante, na Espanha.

Seu objeto é sustentar a utilização de cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio, firmados pela OMC, como instrumento de promoção da sustentabilidade.

Desta forma, buscar-se-á responder ao seguinte problema de pesquisa: a inserção de cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio poderia servir como instituto capaz de promover a dignidade humana, por meio da promoção do trabalho decente, e, por fim, promover a sustentabilidade?

Pretende-se, com isso, verificar se a instituição destas cláusulas em instrumentos jurídicos internacionais poderá contribuir com a implementação de direitos trabalhistas mínimos, necessários para a fruição de uma vida digna.

Para o equacionamento do problema são levantadas as seguintes hipóteses:

a) A inserção de cláusulas sociais em acordos internacionais levará a promoção do trabalho decente nos países signatários destes acordos. Tal atitude seria capaz de assegurar uma sobrevivência digna aos trabalhadores os quais, com isso, teriam expandida sua liberdade de autodeterminação, ou seja, sua liberdade de fazer suas escolhas o que levaria à promoção da dignidade humana e da sustentabilidade.

b) A inserção de cláusulas sociais poderia ser realizada em teoria, mas na prática, sofreria uma séria crise de eficácia, pois não há um órgão internacional capaz de determinar e aplicar sanções internacionais pelo seu descumprimento, afinal, a Organização Mundial do Comércio não se considera o ambiente responsável para a análise destas questões. Referida instituição entende que, o local mais apropriado seria a Organização Internacional do Trabalho, no entanto, esta organização ainda carece de competência para criar medidas punitivas para quem descumpre seus compromissos internacionais.

c) As cláusulas sociais não merecem ser incluídas nos acordos internacionais tendo em vista tratar-se de uma nova forma de protecionismo que favorece os países desenvolvidos protegendo-os dos reflexos maléficos da globalização em suas economias. E ainda, não há como aplicar tais cláusulas tendo em vista a diversidade de situações econômicas e a variada legislação trabalhista vigente entre os países signatários. Não é possível se exigir de um país em desenvolvimento o mesmo tipo de proteção aos trabalhadores que possui um país já desenvolvido.

Para possibilitar a investigação destas hipóteses a tese foi dividida em quatro capítulos: Capítulo 1 A Sustentabilidade, Capítulo 2 Os Direitos Fundamentais, Capítulo 3 A Governança do Comercio Internacional: o Papel da OMC e da OIT, e o Capítulo 4 A Utilização da Cláusula Social nos Acordos Internacionais firmados pela Organização Mundial do Comércio.

O Capítulo 1 tratará da sustentabilidade e tem como objetivo compreender o seu conceito. Para tanto, inicialmente, abordar-se-á a origem e o conceito da expressão desenvolvimento sustentável, afim de que se possa compreender porque esta expressão está em desuso nos dias de hoje deixando espaço para a utilização da palavra sustentabilidade. Em seguida, realizar-se-á um breve relato dos eventos históricos internacionais cujas discussões travadas promoveram a utilização da palavra sustentabilidade. Também serão analisadas: a diferença entre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; e as várias teorias que tentam formular o conceito de sustentabilidade. Por fim, ainda serão abordadas as dimensões da sustentabilidade.

O Capítulo 2 tratará dos direitos fundamentais. O objetivo específico deste capítulo é compreender a dignidade humana e sua relação com a sustentabilidade. Desta forma, será apresentada, inicialmente, a discussão sobre a terminologia e o conceito dos direitos fundamentais. Em seguida abordar-se-á o processo de evolução histórica e a visão integral dos direitos fundamentais, além do conceito de dignidade humana. Ao final será exposta a Teoria das Necessidades e sua correlação com a presente pesquisa.

No tocante ao Capítulo 3 ele tratará de descrever a Organização Mundial do Comércio - OMC e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, tendo como

objetivo a compreensão da organização e do funcionamento destes organismos internacionais.

Desta forma, o Capítulo 3 inicia tratando da OMC. A presença deste conteúdo se explica em virtude de ser a OMC entidade chave para a prática da teoria que se propõe e, portanto, o estudo da sua organização e do seu funcionamento se mostra indispensável. Em primeiro lugar será realizada uma exposição sobre as origens do Sistema Multilateral do Comércio. Em segundo lugar explicar-se-á como ocorreu a Reunião de Bretton Woods e quais foram suas consequências para o comércio internacional. Além disso, serão pormenorizados detalhes da organização e do funcionamento da OMC, tais como: seus princípios, objetivos, âmbito, funções, estrutura, condição para ser membro, etc..

Em seguida passar-se-á a tratar da OIT, e a justificativa para ser incluído este conteúdo na tese de doutorado reside no fato de que esta entidade internacional tem a experiência e competência necessárias para legislar em matéria de direito internacional do trabalho e, portanto, deverá fazer parte do processo de inserção de cláusulas sociais em acordos internacionais firmados pela OMC. Incialmente, será realizado um breve relato histórico com o intuito de mostrar como surgiu a OIT. Posteriormente será abordada a sua natureza jurídica, sua estrutura, membros e sua atividade normativa. Ao final buscar-se-á demonstrar as dificuldades enfrentadas pela OIT para a execução e a prática das normas que produz.

Já o Capítulo 4 tem como objetivo sustentar a tese proposta qual seja: a inserção de cláusulas sociais nos acordos internacionais de comércio firmados pela OMC é instrumento de promoção de sustentabilidade. Assim sendo, o capítulo iniciará abordando as origens do debate sobre a cláusula social dentro da OMC, tratará do conceito de cláusula social, dos direitos fundamentais dos trabalhadores propostos pela OIT, discutirá a possibilidade de promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores tomando por base as atuais regras do comércio internacional e, por fim, demonstrará os argumentos que sustentam a presente tese.

A presente Tese se encerra com as Considerações Finais nas quais são apresentados pontos conclusivos destacados dos estudos e das reflexões realizados

sobre a utilização das cláusulas sociais em acordos internacionais como instrumento de promoção da sustentabilidade.

O método utilizado na fase de investigação e na fase de tratamento dos dados foi o indutivo e as técnicas de investigação utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, levados em consideração os parâmetros adotados pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.[30]

[30] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** teoria e prática. 13.ed. Florianopólis: Conceito Editorial, 2015. p. 57-135.

CAPÍTULO 1 A SUSTENTABILIDADE

Inicialmente, cabe relembrar que o objetivo desta tese de doutorado é sustentar que a adoção de cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio é instrumento de promoção da sustentabilidade.

Assim, o objetivo específico do presente capítulo é compreender o conceito de sustentabilidade, para tanto, faz-se extremamente necessário que o trabalho aborde: as origens do tema sustentabilidade, o seu conceito, bem como as suas dimensões.

1.1 ORIGEM E CONCEITO DA EXPRESSÃO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL[31]

Nos dias de hoje, os debates sobre o crescimento econômico sempre vêm acompanhados da utilização da expressão desenvolvimento sustentável. Para seu completo entendimento é necessário um breve histórico dos principais eventos e discussões ambientais ocorridos ao longo dos anos.

Com relação à destruição ambiental e à tomada de consciência sobre ela, destaca-se que, embora tenham os movimentos de proteção ao meio ambiente iniciado no pós-guerra, há relatos muito antigos sobre críticas à exploração ambiental. Platão questionava o corte de árvores para utilização como lenha e já se criticava a redução das florestas europeias quando da construção dos navios para as grandes navegações.[32]

No entanto, até bem depois da Revolução Industrial (ocorrida a partir de 1760), havia pouco alarme sobre a degradação ambiental, o que só passou a ocorrer por meio do progresso científico. Quando os cientistas começaram a divulgar estudos sobre a estrutura da natureza, as pessoas passaram a perceber como ela estava sendo afetada pela ação humana. Os primeiros movimentos de proteção ao

---

[31] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. *In:* FERRER, Gabriel*; GARCIA*, Denise Schmidt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). **Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. v. 1. Erechim: Deviant, 2015. p.116-156.

[32] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações, 1992. p.15.

meio ambiente começaram a surgir, tanto nos Estados Unidos da América – EUA, como na Grã-Bretanha, a partir da segunda metade do século XIX, embora a preocupação da sociedade com esses temas ainda fosse incipiente. [33]

No Brasil, foi apenas por volta de 1930 que se iniciou a discussão sobre a proteção do patrimônio natural, principalmente do patrimônio vegetal, tendo em vista que a sociedade se organizava em torno do extrativismo e da agricultura. Em 1934 foi elaborado o primeiro Código Florestal e, em 1937, criado o primeiro parque nacional brasileiro, o Itatiaia.[34]

Internacionalmente, o período pós Primeira e Segunda Guerras Mundiais foi marcado por grandes discussões internacionais a respeito da cooperação entre as nações para a solução dos problemas da época (assunto este que será abordado com maior profundidade no capítulo que tratará do comércio internacional). A preocupação daquele tempo era com o crescimento excessivo da população, com a conservação dos recursos naturais e até com a criação de uma organização internacional capaz de cuidar da proteção da natureza. [35]

A década de 50, especialmente para os EUA, foi um período de muito progresso. Houve crescimento econômico constante, empregos em abundância, aumento do consumo, enfim, a sociedade americana passava por anos dourados. No entanto, os jovens cultos e bem educados de todas as nações industrializadas do mundo, membros de uma classe média para a qual não faltava nada, percebiam os problemas do seu entorno. Havia a guerra fria, a ameaça nuclear, a ameaça de novas guerras, e as injustiças sociais cometidas pelo racismo. Tudo isso nutria nos jovens um sentimento de insatisfação que só fazia crescer.[36]

Já no Brasil a década de 50 teve como destaque o governo de Juscelino Kubitscheck, o qual possuía uma política econômica audaciosa cujo objetivo era fazer o país crescer 50 anos em 5 anos. Foram tempos de grande industrialização e, como consequência, houve aumento da poluição. Em 1958, reagindo a toda a degradação ambiental que a industrialização havia produzido, foi criada a primeira

[33] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.15.
[34] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p.14.
[35] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.43.
[36] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.65-71.

organização ambientalista brasileira, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. Os efeitos do trabalho dessa organização foram sentidos ao final da década de 50 e no início da década de 60 com a criação de vários parques nacionais.[37]

A década de 60, nos EUA, inicia com um grande lançamento literário, Primavera Silenciosa, de Rachael Louise Carson, que denunciava danos ambientais causados pela utilização indiscriminada de pesticidas. Esta obra teve grande impacto na opinião pública mundial, pois auxiliou na compreensão de que os resíduos químicos da atividade industrial das últimas décadas contaminavam animais, solo, ar, e a água de todo o planeta.[38]

Mundialmente, entre os anos de 1966 e 1973 vários desastres ambientais ocorreram e foram amplamente divulgados na mídia. Em 1966 houve o desmoronamento de grande quantidade de resíduos de uma mina de Alberfan, no sul do país de Gales, que matou 144 pessoas, dentre elas 116 crianças. Em 1967 o petroleiro Torrey Canyon se acidenta ao bater em uma rocha no litoral da Inglaterra e espalha 117 mil toneladas de petróleo no mar. Em 1969 houve um jorro acidental de petróleo em uma plataforma no litoral de Santa Bárbara nos EUA. Entre 1961 e 1973 várias indústrias japonesas foram condenadas ao pagamento de indenizações por terem poluído rios e outras águas com seus dejetos industriais causando doenças à população da localidade.[39]

Em todos estes desastres a população, além de testemunhar as mortes e as doenças por eles provocadas, assistia também ao enorme gasto público empreendido na tentativa de conter os danos ambientais.

Esses fatores, juntamente com tantas outras manifestações ocorridas na década de 60, como o feminismo, o início dos direitos do consumidor, o movimento hippie (que era anticonsumismo e defendia a harmonia do ser humano com a natureza), as manifestações pelos direitos civis, as manifestações antiguerra nos EUA e a resistência de uma nova geração aos valores pré-estabelecidos na Europa,

---

[37] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.14.
[38] LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Johanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006. p.28.
[39] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.71-73.

fizeram surgir a consciência do protesto e do quanto ele poderia modificar e transformar as situações problemáticas.[40]

E assim, "[...] em um tempo em que a palavra de ordem era contestar, a defesa da natureza logo se revelaria uma das poucas bandeiras capazes de juntar seguidores que, de outra forma, seriam totalmente inconciliáveis."[41]

Portanto, na década de 60, inúmeros foram os protestos contra a degradação ambiental com repercussão global e múltiplos foram os estudos que surgiram sobre o futuro catastrófico da humanidade se a postura com relação ao meio ambiente não fosse modificada.[42]

A década acima citada foi marcada pelo surgimento de uma nova consciência de proteção ambiental, um novo ambientalismo que ia além da conservação dos recursos naturais e da preocupação com o crescimento populacional, preocupava-se com a sobrevivência da raça humana. [43]

Em 1968, movido por tais preocupações globais, o industrial italiano Aurélio Peccei, financiado por empresas como a FIAT e a Volkswagen, criou o Clube de Roma. Tratava-se de uma reunião de economistas, cientistas, educadores, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos, preocupados com os rumos do futuro mundial.[44]

O objetivo do Clube era incentivar a compreensão dos problemas mundiais, principalmente o ambiental, com base no estudo de todos os seus componentes e de como eles se interligavam. A proposta era que fosse feita uma análise econômica, política, natural e social demonstrando como todas essas questões eram interligadas no sistema global e só a compreensão de sua totalidade poderia conduzir à solução dos referidos problemas. [45]

É chegada a década de 70 e a crise ambiental já não é mais silenciosa, passa a ser do conhecimento de todos. Estudos científicos demonstravam o quanto a raça

---

[40] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.15.
[41] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.15.
[42] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.18.
[43] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.76.
[44] LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Johanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. p.28.
[45] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.83.

humana estava ameaçada pela escassez de recursos e pela poluição do meio ambiente pelos dejetos industriais. Surgiram os primeiros debates sobre os limites do crescimento, principalmente no tocante ao crescimento populacional e à utilização dos recursos naturais. [46]

O Clube de Roma havia organizado uma equipe, liderada por Dennis Meadows e sua esposa Donella Meadows, que empreendeu um trabalho inovador para a época, ao adotar um modelo proposto por Jay Forrester, Professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT. A equipe utilizou um computador ultramoderno (naquela ocasião) para simular a evolução da economia mundial. Os resultados do trabalho foram divulgados em uma Conferência Internacional do Clube, realizada no Rio de Janeiro, em 1971, mas sua publicação oficial ocorreu apenas em 1972, com o lançamento do livro intitulado: Os Limites do Crescimento, também conhecido como Relatório Meadows.[47]

Referido documento concluía que o fundamento da crise ambiental estava no crescimento exponencial. Segundo o relatório, a natureza não é uma fonte inesgotável e o crescimento exponencial da indústria, da produção agrícola, da população mundial e dos níveis de poluição consumiria os recursos naturais, que cresciam em níveis lineares, até o colapso completo. Dessa forma, a única solução vislumbrada à época era o crescimento zero. Assim, o livro sugeriu a redução de investimentos na indústria, na produção agrícola, redução da taxa de natalidade e até mesmo a transferência de riqueza dos países ricos para pobres (para que se pudesse criar um equilíbrio entre os países). Só desta forma, freando o crescimento, seria possível reestabelecer o equilíbrio entre o homem e a natureza. [48]

O supracitado livro recebeu muitas críticas, suas conclusões foram atacadas em virtude da metodologia utilizada, de não terem feito diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, de não terem feito distinção entre países do Norte e do Sul e entre regiões rurais e industrializadas. No entanto, a maior

[46] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.81.
[47] LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Johanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. p.29.
[48] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.97-89.

contribuição do Clube de Roma com este relatório foi a de provocar a humanidade e colocar o assunto nas rodas internacionais de discussão. [49]

Assim, a Organização das Nações Unidas – ONU resolveu realizar, em 1972, a Conferência de Estocolmo. Tal Conferência tinha como lema Uma só Terra e como objetivo o debate das relações entre sociedade e meio ambiente.[50]

Nos preparativos para a referida conferência, o Brasil se destacou por sua postura ativa no questionamento dos resultados apresentados no relatório chamado Os Limites do Crescimento. Os brasileiros promoveram a reunião dos países em desenvolvimento em um bloco de peso que conseguiu ser ouvido durante a fase preparatória e durante toda a Conferência. Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência de Estocolmo, foi trazido ao Brasil e ouviu "[...] de seus anfitriões veementes discursos sobre a impropriedade de se aplicar ao Hemisfério Sul, com suas peculiaridades geográficas e climáticas, os mesmos critérios antipoluição do Hemisfério Norte." [51]

Quando a Conferência de Estocolmo começou notava-se a transformação de concepção a respeito dos assuntos que seriam ali tratados. Os ânimos já estavam preparados para a discussão dos problemas ambientais globais respeitando a perspectiva dos países menos desenvolvidos.

Referida conferência teve quatro resultados importantes. Primeiro ocorreu a mudança de foco nas questões relativas ao meio ambiente, agora o debate era travado acerca das características do meio ambiente que afetavam a vida humana. Este foi o grande diferencial entre a reunião de Estocolmo e outras reuniões internacionais: anteriormente tratavam o meio ambiente como um assunto dissociado da sobrevivência da raça humana e agora o viam como uma condição para que estava sobrevivência se perpetuasse.[52]

---

[49] OLIVEIRA, José Antonio Pupim de. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p.21-23.

[50] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: un nuevo paradigma económico, social y empresarial. *In*: ROBLEDO, Irene Saavedra (Coord.). **Introducción a la sostenibilidad y la RSC**. La Coruña: Netbiblo, 2010. p.10.

[51] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.18.

[52] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.105.

Como entende Mc Cormick[53], "[...] o pensamento progrediu das metas limitadas de proteção da natureza e conservação dos recursos naturais para a visão mais abrangente da má utilização da biosfera por parte dos humanos".

Em segundo lugar, a Conferência permitiu que países subdesenvolvidos fossem ouvidos. Na opinião deles, muitos dos quais estavam iniciando seu desenvolvimento nessa época, a sugestão de crescimento zero para a proteção ambiental era uma medida protecionista, uma artimanha dos países mais desenvolvidos para frear o crescimento dos países emergentes. Na opinião de alguns Estados, como a Índia, o que degradava o meio ambiente era a pobreza, e, para combatê-la, o desenvolvimento era a melhor arma.[54]

A pobreza foi destacada como um dos grandes causadores da poluição. As palavras do chefe da delegação brasileira, José Costa Cavalcanti, resumem bem esta ideia:

> A pior poluição é a da pobreza. [...] abrange, nas zonas rurais, a erosão do solo e a deterioração causada por práticas incorretas na agricultura e na exploração florestal. Abrange também condições sanitárias inadequadas e contaminação da água e dos alimentos. Nas zonas urbanas, os problemas são ainda mais complexos, como consequência de densidades urbanas excessivas, com baixos níveis de renda.[55]

Assim, os países menos desenvolvidos conseguiram convencer os países desenvolvidos com relação a algumas questões, quais sejam: a) as nações mais industrializadas eram as que tinham poluído mais até então e, portanto, deveriam pagar a conta mais alta; b) muitas celeumas ambientais tinham suas raízes na pobreza dos países menos desenvolvidos e, para resolver a pobreza, o crescimento econômico era uma grande arma; c) o crescimento econômico não era uma ideia oposta ao meio ambiente e sim complementar, pois, somente com ele é que a pobreza seria extirpada e o meio ambiente estaria protegido de suas consequências nefastas; d) o uso dos recursos naturais é uma questão de soberania nacional, cada país deve ter liberdade para decidir como usará seus recursos.[56]

---

[53] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.112.
[54] OLIVEIRA, José Antonio Pupim de. **Empresas na sociedade:** sustentabilidade e responsabilidade social. p.21-23.
[55] José Costa Cavalcanti *Apud* ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. p.18.
[56] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** p.19.

Entretanto, o que no início parecia uma vitória dos países menos desenvolvidos foi posteriormente alvo de muitas críticas. A mídia, cientistas, ecologistas e economistas rotulavam os países em desenvolvimento como inimigos do meio ambiente, tendo em vista que sua postura foi a de responsabilizar os países mais desenvolvidos pela degradação ambiental e não se submeterem a qualquer tipo de regra limitadora da utilização dos recursos naturais. [57]

O terceiro resultado da Conferência foi o destaque conferido, a partir dela, para as Organizações Não Governamentais – ONG:

> As ONGs tiveram pouca influência na conferência em si e nem sempre conseguiram concretizar tanta influência quanto poderiam ter nos fóruns da ONU, mas houve um rápido crescimento do número e da qualidade das ONGs na década pós-Estocolmo. A conferência não somente colocou as ONGs nacionais em contato umas com as outras, mas enfatizou o fato de que enfrentavam problemas comuns que pediam uma resposta combinada. [58]

E, por fim, o quarto resultado da Conferência de Estocolmo foi a instituição do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP, um instrumento importante no debate das questões ambientais internacionais. [59]

Em termos documentais, a reunião produziu a Declaração de Estocolmo, os Princípios e o Plano de Ação, os quais ficariam no papel até que outros ajustes fossem feitos para que eles se transformassem em políticas e programas efetivamente ativos. No entanto, o alerta já havia sido feito e a humanidade estava cada vez mais pronta para dar início ao debate ambiental internacional. As ideias para tal debate já haviam sido lançadas: os recursos naturais são finitos, a humanidade não pode crescer indefinidamente, o crescimento econômico é necessário mas deve ser orientado para a não degradação ambiental.[60]

Então, o final da década de 60 e início da década de 70 foram marcados pela tomada de consciência a respeito de problemas ecológicos ligados, principalmente,

---

[57] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** p.19.
[58] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.112.
[59] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.112.
[60] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.113.

a questões concretas de poluição industrial, escassez de recursos naturais e crescimento populacional excessivo. [61]

Já em meados da década de 70 e durante a década de 80 o grande destaque foi a tomada de consciência a respeito de problemas ambientais globais como: poluição dos oceanos, efeito estufa, escassez de água potável, etc.. A partir daí várias discussões foram travadas no sentido de haver profundas mudanças na forma de compreender o mundo para que se pudesse viver em equilíbrio com o meio ambiente. [62]

Para a nova compreensão do mundo o homem não poderia mais ter a visão compartimentada, em que cada assunto está em sua caixa. A nova visão mundial pedia um olhar amplo, complexo, com vistas a compreender que os assuntos se inter-relacionam. Dessa forma, para resolver os problemas é necessário compreender as inter-relações, conforme defendia o Clube de Roma na década de 70. E, para a resolução dos problemas ambientais, a postura não poderia ser diferente. Para poder compreender como seria possível harmonizar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente seria imprescindível a visão complexa, a visão das inter-relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Assim, na década de 80, vários cientistas, economistas, filósofos, sociólogos, entre outros profissionais, passaram a aprofundar essa visão e publicaram seus estudos.[63]

Em meio a toda esta modificação do pensar, em 1983, onze anos depois da Conferência de Estocolmo, foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega à época. [64]

Os trabalhos da Comissão centravam-se em debater as questões ambientais globais e propor estratégias de cooperação internacional que pudessem promover as transformações necessárias. [65]

---

[61] BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad**. Madrid: Catarata, 2005. p.23.
[62] BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad**. p.23.
[63] ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** p.24.
[64] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.189.
[65] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.189.

Havia uma frustração internacional no tocante à questão ambiental, muito havia sido feito em teoria: foram criadas várias organizações internacionais, assinados muitos documentos, compromissos, etc., mas, na prática, não havia ocorrido qualquer mudança de postura. A poluição e a degradação ambiental continuavam. Durante os três anos de trabalho em que o Relatório Brundtland foi desenvolvido, muitas catástrofes ambientais ocorreram, como o desastre de Chernobyl, em 1986, o que só reforçou a consciência da comissão de que muito trabalho ainda deveria ser realizado para que houvesse uma séria modificação no tratamento do meio ambiente pelas nações. [66]

Além das desgraças ecológicas referidas, a Comissão realizou vários painéis, ouviu a sociedade civil e constatou que, nos países menos desenvolvidos, a crise da dívida, a cessação da ajuda internacional, o baixo preço das matérias primas exportadas, a baixa renda individual de sua população levava à pobreza e à degradação ambiental. [67]

Assim, a Comissão chegava ao final dos seus trabalhos com algumas certezas: a) a pobreza é uma das principais causas da degradação ambiental; b) o desenvolvimento é necessário para diminuir a pobreza; c) o desenvolvimento necessário não é só o econômico, é muito mais amplo, é aquele capaz de manter o progresso da humanidade em todos os lugares. [68]

Então, o relatório final desta Comissão, conhecido como Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, foi publicado em 1987 e transformou-se em marco internacional, uma vez que conceituou a expressão desenvolvimento sustentável e a cunhou no cenário internacional, sendo aceito por mais de 100 países. [69]

As conclusões do relatório indicavam que meio ambiente e desenvolvimento estavam intimamente conectados e as respostas políticas dadas até então não eram suficientes, pois tratavam desses assuntos de forma separada. E ainda, as soluções políticas tratavam de criar mais empregos, produzir mais alimentos, mais energia,

---

[66]COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. p.XIV.

[67]COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** p.XIV.

[68]COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** p.4.

[69] BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad**. p.23.

mais bens, mas não tratavam de poupar os recursos ambientais que sustentavam tudo isso. Aliado a esses fatores, havia a consciência de que qualquer decisão interna sobre o meio ambiente poderia ter efeito além fronteiras (por exemplo, a poluição ácida de algumas fábricas transpunha a fronteira dos países que permitiam a liberação de gases tóxicos na atmosfera). [70]

A Comissão, em seu relatório, advertiu que a questão ambiental ainda era relegada a um plano de menor importância e isso não poderia mais ocorrer, era necessário que ela fosse colocada lado a lado das questões econômicas e sociais quando da tomada de decisões políticas. [71]

Assim, o Relatório Nosso Futuro Comum definiu desenvolvimento sustentável como aquele que permite: "[...] o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades."[72]

O próprio Relatório explica que há dois componentes do conceito de desenvolvimento sustentável. O primeiro componente do conceito é que o desenvolvimento sustentável deve ser pautado no atendimento das necessidades essenciais das pessoas e, satisfeitas essas necessidades, devem ser dadas oportunidades para que as pessoas concretizem o seu desejo de uma vida melhor. O segundo componente é que o desenvolvimento sustentável está limitado, em virtude do estado atual da tecnologia e da organização social, pelo meio ambiente, ou seja, as atividades humanas não podem ignorar as limitações dos recursos naturais. [73]

Da leitura desses dois componentes pode-se inferir uma dimensão social da sustentabilidade, que aparece quando o conceito se preocupa com a satisfação das necessidades básicas das pessoas; uma dimensão ambiental, quando o conceito exprime a preocupação com a limitação dos recursos naturais e uma dimensão econômica, quando o conceito menciona a palavra desenvolvimento.

---

[70] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.189.
[71] MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. p.190.
[72] COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** p.46.
[73] COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** p.46.

Ao que tudo indica, segundo o Relatório Nosso Futuro Comum, tal satisfação de necessidades básicas só ocorre com o crescimento, que deve respeitar as limitações ambientais.[74] Este crescimento deve ir além da questão econômica e envolver a questão social, deve ser capaz de manter o progresso da humanidade em todos os cantos do planeta. [75]

Percebe-se que tal conceito é bastante genérico, determina o que tem que ser feito, mas não determina o modo de fazer. E ainda, ao mencionar o atendimento das necessidades básicas o relatório não as delimita, o que é um problema, pois a sua conceituação varia dependendo do tipo de sociedade e do seu estado de evolução. O que é necessidade básica na Índia pode não ser necessidade básica nos EUA. Talvez por essa razão, a conceituação de desenvolvimento sustentável tenha conseguido a aprovação de tantos países, porquanto sua generalidade permite várias interpretações segundo a visão, a ideologia, os valores e os interesses que são levados em consideração. [76]

Esta conceituação recebeu e ainda recebe muitas críticas. Primeiramente porque, no entendimento de alguns estudiosos, exprime uma ideia comum, a de que as atuais gerações devem se preocupar com as gerações futuras. E isto já foi realizado por tantas outras civilizações antes da nossa. Em segundo lugar, há quem entenda que desenvolvimento e sustentabilidade são ideias contraditórias, razão pela qual não há como compatibilizar o desenvolvimento econômico, que não tem limites, com a proteção dos recursos naturais, os quais são limitados. E em terceiro lugar, há quem diga que o conceito proposto pelo Relatório Brundtland é bastante economicista, uma vez que se preocupa em gerir os recursos para as gerações futuras, mas não há preocupação quanto à gestão dos recursos para as atuais gerações, o que se mostra imprescindível se há a intenção de programar o futuro. [77]

Após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, muitos outros eventos internacionais foram realizados. Tais eventos, em alguns momentos, geraram mais

---

[74] BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad.** p.25.
[75] COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** p.4.
[76] BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad.** p.24.
[77] VILCHES, Amparo; MACÍAS, Óscar; PÉREZ, Daniel Gil. **La transición a la sostenibilidad**: un desafío urgente para la ciência, la educación y la acción ciudadana. Andalucia: Iberciencia, 2014. p.9-10.

confusão sobre a conceituação. Em outros, todavia, tomaram uma outra direção, a direção da sustentabilidade, a qual será abordada mais adiante.

No cenário internacional, muitas vezes a expressão desenvolvimento sustentável vem carregada de sentido econômico, querendo expressar mais uma desculpa para incentivar o desenvolvimento do que realmente uma preocupação com o futuro da humanidade. No entanto, é utilizada nos debates nacionais e internacionais e aparece em vários relatórios importantes.

O fato é que o Relatório Nosso Futuro Comum deu visibilidade internacional aos assuntos: proteção ambiental e desenvolvimento. A grande conquista do documento foi inserir o debate interligado desses temas nas discussões entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e em suas políticas internas.

A seguir serão abordados outros eventos e documentos internacionais que levaram a humanidade a pensar além do desenvolvimento sustentável, a pensar a sustentabilidade.

1.2 EVENTOS INTERNACIONAIS E O CAMINHO PARA O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE[78]

O início da década de 90 foi marcado pela divulgação, pela ONU, do Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH. Referido relatório foi divulgado pela primeira vez em 1990, idealizado por Mahbub ul Haq, economista paquistanês, e por Amartya Sen, economista indiano.[79]

A ONU, premida pelas últimas discussões internacionais sobre qual o tipo de desenvolvimento a ser adotado para a perpetuação da espécie humana na Terra, publicou tal relatório baseado no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Tratava-se de uma nova medida geral do desenvolvimento humano que se

[78] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. *In:* FERRER, Gabriel*;* GARCIA, Denise Schmidt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). **Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. v. 1. Erechim: Deviant, 2015. p.116-156.

[79] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 13 de outubro de 2014.

contrapunha ao Produto Interno Bruto – PIB per capita, índice que considerava e ainda considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.[80]

Referido índice ampliava a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, ao levar em consideração indicadores sobre saúde, educação e renda. [81] A sua divulgação mostrou, por meio de análises matemáticas, que o crescimento econômico era apenas um dos ingredientes de um processo muito mais amplo que levaria ao desenvolvimento humano.[82]

O documento produzido pela ONU influenciou outras discussões internacionais, porquanto possibilitou uma análise multifacetada do desenvolvimento humano e não somente econômica (como a realizada por meio do PIB *per capita*), em que pese a própria Organização reconhecer que ele não engloba todos os aspectos do desenvolvimento, tais como: democracia, equidade e sustentabilidade.[83]

Em 1992 ocorreu a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou ainda Cúpula da Terra, a qual tinha como lema De uma Terra... a um Mundo. Foi estabelecida justamente para mostrar que o pensamento ambiental havia avançado, eis que houve a modificação do âmbito das preocupações: de local para global, principalmente depois da divulgação dos resultados do IDH, citado anteriormente. [84]

A Eco-92 adotou cinco documentos de grande importância: a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção sobre Florestas, a Convenção Sobre Mudanças Climáticas, e a Convenção sobre Diversidade Biológica.[85]

No entanto, a Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foram os documentos mais marcantes.

---

[80] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?**
[81] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?**
[82] VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. **O desafio do Sec. XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.31.
[83] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?**
[84] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: un nuevo paradigma económico, social y empresarial. p.11.
[85] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: un nuevo paradigma económico, social y empresarial. p.11.

A Agenda 21 fazia um diagnóstico dos problemas que precisavam de solução urgente e a identificação de quais os recursos e quais os meios necessários para resolvê-los, além de fixar metas para os próximos anos. [86]

Tratava-se de um acordo internacional com quarenta capítulos divididos em quatro secções. A primeira abordava as dimensões sociais e econômicas e apresentava os problemas que deveriam ser resolvidos: pobreza, saúde, crescimento da população, assentamentos humanos, dívidas públicas, comércio, entre outros. A segunda seção tratava da conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento, a terceira tratava do fortalecimento do papel dos grupos sociais e a quarta, dos meios de instrumentalização, ou seja, abordava os recursos e instrumentos necessários para pôr em prática as políticas de desenvolvimento sustentável.[87]

Já a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tinha vinte e sete princípios. Todos estabelecidos com o objetivo de promover uma aliança global justa e igualitária, com base na cooperação internacional entre os Estados, os setores-chave da sociedade e as pessoas. Diante disso, a Declaração buscou promover a realização de acordos internacionais para a proteção do meio ambiente frente ao desenvolvimento mundial. [88]

Ao abordar as questões sobre pobreza, saúde, assentamentos humanos, entre outros e, em meio às discussões resultantes da divulgação do IDH, a Eco-92 promove a evolução dos debates. Mostra ao mundo que o desenvolvimento sustentável não se faz apenas com prosperidade econômica e qualidade ambiental, mas também com justiça social, com preocupação com os seres humanos e sua dignidade, elementos que até o momento eram desprezados.[89]

---

[86] CONSEJO DE LA TIERRA E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACCIÓN PARA LA AGRICULTURA. **La cumbre de la tierra ECO 92:** visiones diferentes. São José: Instituto Interamericano de Cooperacción para la Agricultura, 1993. p.12.

[87] CONSEJO DE LA TIERRA E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACCIÓN PARA LA AGRICULTURA. **La cumbre de la tierra ECO 92:** visiones diferentes. p.12.

[88] CONSEJO DE LA TIERRA E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACCIÓN PARA LA AGRICULTURA. **La cumbre de la tierra ECO 92:** visiones diferentes. p.15.

[89] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2000. p.74-75.

Finalizada a Eco-92, a ONU criou um novo mecanismo institucional, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável - CDS, cuja função era dar encaminhamento a todos os assuntos lá debatidos.

Em 1997 a CDS reuniu-se em Nova Iorque, reunião que ficou conhecida como Rio+5, com o intuito de revisar o grau de cumprimento das propostas da Eco-92 e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Na reunião foi aprovada a ideia da realização de uma Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.[90]

Enquanto a referida conferência era preparada, a ONU resolveu realizar uma nova reunião entre todos os seus membros. Em virtude da chegada do novo milênio, a Organização viu a oportunidade de estimular seus membros a discutir o papel que a mesma desempenharia no século XXI. Muitos avanços haviam ocorrido no século anterior: a expectativa de vida havia aumentado, as pessoas gozavam de mais saúde, alimentavam-se melhor, etc.. No entanto, havia também muitas coisas a serem corrigidas ou extintas, como: a pobreza, as epidemias, a depredação ambiental, a guerra, enfim, havia bastante assunto a ser debatido nessa reunião que ficou conhecida como Cúpula do Milênio. [91]

Assim, em setembro de 2000, 189 países reunidos na sede da ONU em Nova Iorque aprovaram a Declaração do Milênio, tratava-se de uma lista de objetivos de desenvolvimento econômico, social e ambiental bastante ambiciosa. A partir dela foram traçados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, uma lista de oito objetivos básicos, os quais foram divididos em 18 metas com 48 indicadores. A ideia é que tais objetivos fossem alcançados até 2015.[92]

Os oito objetivos são: redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater a AIDS, a malária e outras doenças;

---

[90] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: un nuevo paradigma económico, social y empresarial. p.11-12.

[91] ANNAN, Kofi A. **Nós os Povos**: o papel das Nações Unidas no século XXI. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2000. p.5.

[92] ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.77.

garantir sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.[93]

No tocante ao tema deste trabalho, cabe destacar que, dentro de objetivo de número um, uma das metas para acabar com a pobreza é alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.[94]

Restou claro com essa Declaração que os membros da ONU estavam agora comprometidos em empreender uma tarefa hercúlea: a de adotar objetivos e metas comuns capazes de construir uma sociedade livre, igualitária, solidária, tolerante, com respeito à natureza e com responsabilidade comum. Essa Declaração foi ratificada pela Conferência de Johanesburgo, também chamada de Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio +10, ocorrida em 2002, e inspirou os debates lá travados. [95]

A supracitada Conferência Mundial tinha o objetivo de construir um modelo de desenvolvimento sustentável, a ser aplicado globalmente, e que levasse em consideração o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental. [96]

A reunião de Johanesburgo tentou implementar medidas práticas e efetivas pois, mesmo com alguns avanços na área da sustentabilidade desde 92, eles não foram suficientes para modificar algumas práticas insustentáveis e que estavam agravando determinadas situações no planeta. Foram firmados acordos, compromissos e planos de atuação no tocante à escassez da água potável, à energia, à gestão de recursos naturais, ao saneamento básico, à biodiversidade, entre outras matérias. Foi apoiada, inclusive, a criação de um fundo internacional para erradicação da pobreza. [97]

Posterior a Johanesburgo, o evento internacional marcante para as discussões sobre sustentabilidade foi a Conferência das Nações Unidas sobre

---

[93] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.
[94] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Objetivo 1.
[95] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Lisboa: Centro de Informações das Nações Unidas, 2001. p.3-4.
[96] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: n nuevo paradigma económico, social y empresarial. p.12.
[97] RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidad: un nuevo paradigma económico, social y empresarial. p.12.

Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+20, ocorrida no Brasil entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 e que reuniu representantes dos 188 Estados-membros da ONU. O objetivo desta Conferência foi novamente discutir o compromisso dos países com a sustentabilidade, verificando os assuntos que tiveram progressos e aqueles em que nada foi realizado. [98]

A discussão de temas como: o papel da economia verde para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza, e sobre a estrutura institucional do desenvolvimento sustentável foram o foco do evento.

Em 22 de junho de 2012 foi divulgado o documento chamado O Futuro que Queremos, como resultado da Conferência. Nesta pesquisa serão destacados alguns pontos do documento tendo em vista que este possui mais de 50 páginas. Em primeiro lugar, os signatários do documento renovaram seu compromisso com a sustentabilidade, compromisso esse que vem sendo renovado desde a Conferência de Estocolmo em 1972. [99]

Em segundo lugar, o documento expõe que cada país tem suas visões, seus enfoques e suas prioridades nacionais para lidar com o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (já admitindo que a sustentabilidade tem três dimensões como se verificará mais adiante neste trabalho) e por isso as regras sobre economia verde não devem ser rígidas, devem permitir que cada nação adapte seus princípios às suas políticas internas. [100] Assim sendo, sugerem a economia verde como uma das ferramentas mais importantes, que estão disponíveis, para o desenvolvimento sustentável. Para as nações signatárias do documento, a economia verde deve:

> [...] contribuir para a erradicação da pobreza e crescimento econômico sustentado, aumentando a inclusão social, melhorar o bem-estar humano e criar oportunidades de emprego e trabalho decente para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra . [101]

---

[98] GOVERNO DO BRASIL. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

[99] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. Resolução 66/288, aprovada pela Assembleia Geral em 27 de julho de 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/13/PDF/N1147613.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016. p.3-4.

[100] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.11-15.

[101] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.11-15.

É importante destacar que o documento expôs quais as questões envolvidas nas políticas de economia verde para erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, como por exemplo: ser compatível com o direito internacional, respeitar a soberania de cada país, promover o crescimento sustentável e inclusivo, respeitar os direitos humanos, ter em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, melhorar o bem-estar de povos indígenas, mulheres e crianças, fomentar atividades produtivas em países em desenvolvimento para erradicar a pobreza, etc.. [102]

Destaca-se ainda que no supracitado documento os países admitiram a necessidade de um órgão internacional, composto por representantes dos governos com poder de decisão e representantes da sociedade, capaz de tomar decisões globais sobre o desenvolvimento sustentável, assim como concordaram que a ONU tem capacidade de monitorar, avaliar e lidar com questões ambientais. [103]

A promoção do pleno emprego produtivo e do trabalho decente também foi incluída no documento aqui analisado. As nações reconheceram a ligação existente entre a erradicação da pobreza, o pleno emprego, o trabalho decente, e a proteção social e assim clamaram para que todos os países signatários, na busca pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo, desenvolvam políticas de geração de trabalho decente para todos. [104]

Assuntos como: a criação de estratégias de financiamento para o desenvolvimento sustentável; a criação de programas orientadores sobre produção e consumo sustentável; transparência e intercâmbio tecnológico entre as nações, necessidade de novas ferramentas de avaliação do desenvolvimento humano, não mais baseadas no PIB, mas que possam levar em consideração todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, e o incentivo para que as empresas incluam em seus relatórios balanços sobre ações de sustentabilidade, entre outros, também foram incluídos no documento. [105]

---

[102] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.11-15.
[103] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.18-19.
[104] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.32-33.
[105] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.1-60.

No entanto, um assunto que se destacou muito e que gerou repercussão para uma nova Conferência Internacional foi a necessidade do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS. Como resultado da Rio+20 os países signatários se comprometeram em construir uma lista de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com metas a serem alcançadas pelas nações, a exemplo do que se fez com os ODM. [106]

Diante disso, foi iniciado um processo intergovernamental para elaboração dos ODS. Várias reuniões foram realizadas e, em agosto de 2015, foram concluídas as negociações sobre a Agenda 2030. Trata-se de um documento que reúne 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 169 metas, e ainda aborda as seguintes questões: como se dará a implementação dos ODS, como ocorrerá o financiamento desta implementação, como ocorrerá o partilhamento de tecnologia, comércio internacional, etc..

A implantação dos ODS deve ser realizada por todos os membros da ONU entre os anos de 2016 e 2030. A Agenda 2030 foi formalmente aprovada na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York, onde reuniram-se 150 líderes mundiais.

Os dezessete ODS são: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar; melhorar a nutrição; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos; garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; garantir disponibilidade e manejo sustentável da água; garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva; reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles; tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes; assegurar padrões de consumo e produção sustentável; tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima; conservar e promover o uso sustentável dos oceanos; proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o

[106] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. p.52-54.

desenvolvimento sustentável; fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global.[107]

No tocante ao tema central deste trabalho, é interessante verificar que, dentre as metas traçadas para o alcance do objetivo 8 (que trata da promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável), estão as seguintes:

> 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
>
> 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
>
> 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
>
> 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.[108] (Grifo nosso)

Assim, percebe-se, tanto na relação de ODM como na relação dos ODS que a ONU entende que o trabalho decente faz parte do caminho para a sustentabilidade.

Voltando a questão conceitual, para Gabriel Real Ferrer, a partir do estabelecimento dos ODM e da Conferência de Johanesburgo, passou-se a utilizar o conceito de sustentabilidade como algo diferente de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade passa a ser a meta de uma aliança global para encarar os principais desafios da humanidade e o desenvolvimento sustentável passa a ser

---

[107] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/ODS1.ASPX >. Acesso em: 10 de janeiro de 2016. Objetivo 1.

[108] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Objetivo 8.

visto como um dos caminhos para a sociedade sustentável. É o que se pretende demonstrar no próximo tópico.[109]

Apenas para finalizar, o presente tópico mostrou também que a partir da divulgação dos ODS ficou pacificada a existência de dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental). Desta forma, o presente trabalho também abordará as referidas dimensões.

1.3 DIFERENÇAS ENTRE O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL[110]

Cabe destacar que há muita confusão acerca da utilização dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Confusão esta que pode ser perigosa e banalizar um assunto tão importante. Por isso, é de suma importância que sejam discutidos os exatos limites de ambos os termos para que as palavras não os levem ao esquecimento, banalização ou modismo. [111]

Parte dessa confusão ocorre em virtude do que se entende por desenvolvimento. No dicionário Aurélio, desenvolvimento significa o ato ou efeito de desenvolver[112], ou seja, de crescer, progredir, aumentar. [113]

Assim, na maioria das vezes, a palavra desenvolvimento é usada para designar algo que irá aumentar e, para que o aumento ocorra é necessário que recursos sejam consumidos.

---

[109] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la Sostenibilidad.** Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha. p.2.

[110] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. *In:* FERRER, Gabriel*;* GARCIA, Denise Schmidt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). **Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. v. 1. Erechim: Deviant, 2015. p.116-156.

[111] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha. p.4.

[112] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/desenvolvimento>. Acesso em: 17 de março de 2015.

[113] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**.

Para alguns doutrinadores, como Daly[114], crescimento e desenvolvimento possuem diferenças. Crescimento significa aumento de tamanho pela adição de materiais; enquanto o desenvolvimento significa expandir, trazendo gradualmente para um melhor estado. Assim, para o autor, o crescimento é quantitativo e desenvolvimento é qualitativo.

Portanto o crescimento seria algo insustentável, pois, tendo como base o consumo dos recursos naturais, não poderia perdurar por muito tempo devido à limitação dos mesmos. Já o desenvolvimento poderia ser sustentável tendo em vista que seu objetivo seria a evolução o progresso para uma melhor condição. [115]

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, citado anteriormente, já usava a palavra desenvolvimento como um processo de alargamento das escolhas das pessoas, teoria que, posteriormente, foi publicada por Amartya Sen[116] em 1999 em sua obra Desenvolvimento como Liberdade.

Para Sen[117], o desenvolvimento está intimamente ligado à expansão da garantia das liberdades individuais. Ele não pode ser medido apenas por índices econômicos como o PIB (produto interno bruto), deve ser medido pela possibilidade que um Estado tem de expandir as liberdades individuais do seu povo.

Problemas como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a exclusão social, os serviços públicos inexistentes ou deficitários, a interferência excessiva dos Estados, ocorrem em várias nações, sejam elas ricas ou pobres e, para o autor, não há dúvida de que o seu combate passa pela garantia da liberdade individual. A expansão desta liberdade é vista por Sen como o fim e o principal meio do desenvolvimento. Desenvolvimento significa extirpar tudo o que limite a liberdade individual, tudo o que imponha limite às escolhas das pessoas. [118]

---

[114] DALY, Herman E.; COSTANZA, Robert. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**. v. 6, 1992, n.1, p.44-45.
[115] DALY, Herman E.; COSTANZA, Robert. Natural capital and sustainable development. p.44-45.
[116] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. p.16-26.
[117] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** p.16-26.
[118] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** p. 16-77.

Assim, o crescimento pode ser uma forma de expandir as liberdades individuais, mas não é a única, há outros caminhos que devem ser utilizados, uma vez que os problemas são de várias ordens: econômica, social e ambiental.

Um cidadão livre é aquele que pode escolher se quer ou não trabalhar, para quem quer trabalhar, bem como quando quer trabalhar. A impossibilidade de fazer essas escolhas prejudica o desenvolvimento. [119]

A partir da leitura da obra de Sen[120] compreende-se que o desenvolvimento ocorre quando o povo tem a liberdade de escolha do seu destino e para que ela possa ser adquirida é necessário que o povo tenha acesso às suas necessidades básicas. Este acesso às necessidades básicas se consegue quando são promovidas as condições dignas para que o povo trabalhe, obtenha recursos, e faça sozinho a gestão de sua vida, o que pode ser consequência do crescimento econômico, mas, também, e na maioria das vezes, de uma série de políticas públicas e/ou privadas.

No entanto, mesmo depois de toda a explicação acerca do significado de crescimento e de desenvolvimento, o que se percebe é que a palavra desenvolvimento ainda é dotada de forte conotação econômica, é mais comum ligar desenvolvimento com expansão quantitativa do que com expansão qualitativa, como querem Daly e Sen.

Para este trabalho científico o desenvolvimento será compreendido nas óticas de Daly e Sen, ou seja, como uma expansão qualitativa, como um processo que visa levar à melhor condição.

Nesse sentido, a expressão desenvolvimento sustentável nada mais é do que uma forma de dar ao desenvolvimento a qualidade de sustentável. Trata-se do desenvolvimento que, por meio da expansão qualitativa e na busca pela melhoria da condição atual, é compatível com a manutenção da capacidade dos sistemas naturais de suportarem a existência humana. [121]

---

[119] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. p. 16-26.
[120] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** p. 16-26.
[121] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.3.

Assim, se na expressão desenvolvimento sustentável o que qualifica o desenvolvimento como algo diferente, especial, capaz de trazer soluções é a palavra sustentabilidade, é o seu conceito que se deve buscar.

Após o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e da Conferência de Johanesburgo, a comunidade internacional compreendeu que a sustentabilidade é meta global, é o objetivo que os países membros da ONU querem alcançar. Assim, o desenvolvimento se mostra como um dos caminhos para o alcance desse objetivo. Deve ficar claro que nem sempre o caminho para a sustentabilidade será o do desenvolvimento, é necessário ser flexível neste sentido, sob pena de não se alcançar o objetivo. [122]

Cabe aqui citar as palavras de Edgar Morin: "É preciso simultaneamente mundializar e desmundializar, crescer e decrescer, desenvolver e reduzir, conservar e transformar." Esta citação do autor pode parecer confusa, no entanto, dentro do contexto de sua obra é possível compreender que o autor defende a multiplicidade de ingredientes os quais, em conjunto, podem criar um novo caminho, uma nova via para o futuro da humanidade.[123]

Na obra supracitada autor faz a sugestão de quatro ingredientes que pavimentariam o caminho para o futuro: reformas políticas, educacionais, de sociedade e de vida. A obra de Morin é um incentivo, um estímulo ao pensamento sistêmico. O autor faz perceber a importância de pensar os problemas em sua plenitude e o quanto este tipo de pensamento é importante para o futuro da humanidade. É em virtude disso que ele sugere os quatro tipos de reformas, pois, em sua concepção, os problemas atuais não se resolvem com uma única conduta, com uma única frente de batalha, devem ser atacados em todas as suas dimensões.

Desta forma, a obra de Morin, como se pode notar da citação feita cima, também contribui para a dissociação entre desenvolvimento e sustentabilidade na medida em que aponta vários ingredientes que pavimentariam o futuro sustentável da humanidade.

---

[122] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.4.
[123] MORIN, Edgar. **A Via**: para o futuro da humanidade. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mara Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.41.

A Rio + 20 contribuiu para a dissociação de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, quando em seu primeiro ponto indicou que os Chefes de Estado e de Governo lá reunidos renovavam seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável (que nada mais é do que a sustentabilidade). Assim, na declaração da Rio + 20 houve o compromisso com as duas noções, a de Desenvolvimento Sustentável e a de Sustentabilidade. [124]

Desta forma, para este trabalho de pesquisa, resta claro que as duas expressões possuem conotações diferentes e que a expressão Desenvolvimento Sustentável é mais restrita por dizer respeito a apenas um dos caminhos possíveis para a sustentabilidade.

Resta agora aprofundar o conceito de sustentabilidade para melhor compreensão de todo o aqui exposto.

1.4 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE[125]

Inicialmente destaca-se que muito se tem publicado sobre o conceito de sustentabilidade. Desde a divulgação do Relatório Nosso Futuro Comum várias obras surgiram tentando explicar o que seria este adjetivo, esta palavra que é capaz de caracterizar um substantivo como o desenvolvimento, como a administração de uma empresa, como a política de um governo, etc..

Conforme explica Klaus Bosselmann[126], a ideia de sustentabilidade é semelhante à ideia de justiça. A maioria das pessoas sabe o que é por intuição e, por este ângulo, o conceito parece simples. É possível que muitas pessoas consigam imaginar como seria uma sociedade sustentável, no entanto, não se sabe como chegar até ela. Na verdade, não há um conceito uniforme sobre o que seria

---

[124] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.8.

[125] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. *In:* FERRER, Gabriel*;* GARCIA, Denise Schmidt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). **Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. v. 1. Erechim: Deviant, 2015. p.116-156.

[126] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. Hampshire: Ashgate, 2008. p.9.

uma sociedade sustentável, e esse debate exige reflexão sobre os valores e princípios que embasarão o futuro da humanidade.

Atualmente, todos querem um mundo sustentável, não há uma pessoa que se atreva a dizer que não deseja a sustentabilidade. No entanto, ela parece mais difícil de alcançar do que a justiça, e há várias razões para isso, tais como: a) o fato de que muitas sociedades são descritas como justas, pelo menos do ponto de vista de conseguirem solucionar pacificamente seus conflitos, no entanto, nenhuma sociedade atualmente é descrita como sustentável; b) a injustiça é muito menos tolerada do que a insustentabilidade. Nos dias de hoje, regimes políticos que geram injustiças não duram muito tempo, pois o povo se revolta contra eles. No entanto, sociedades insustentáveis vão sobrevivendo, uma vez que os efeitos não são imediatamente sentidos, chegam aos poucos e certamente serão agravados nas futuras gerações. [127]

Assim, a emergência para a sustentabilidade parece ter ganhado força apenas após a ocorrência de desgraças ambientais, conforme foi amplamente exposto nos subitens anteriores. A cada desgraça ambiental uma nova onda de discussões sobre a relação entre o homem e a natureza tem início.

O fato é que a palavra sustentabilidade existe há muito tempo, muito antes de a ONU buscar a definição de desenvolvimento sustentável. Foi referida pela primeira vez em uma obra de Hans Carl von Carlowitz, que publicou em 1713 um tratado intitulado Sylvicultura Oeconomica. [128]

O livro foi escrito em uma época de crise europeia devido à escassez de recursos florestais. As florestas haviam sido devastadas para a utilização da lenha como combustível e como matéria prima da construção civil. Carlowitz defendia que a integridade ecológica deveria ser respeitada e não poderia ser comprometida. Para o autor a sustentabilidade, da esfera comum consistia em preservar os

[127] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 9-10.
[128] CARLOWITZ, H. C. von. Sylvicultura oecoomica. 1713. *Apud* BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 18-19.

estoques de recursos naturais, os quais deveriam determinar o que os humanos poderiam ou não usar, naquele momento e no futuro.[129]

Ainda, para o autor, as questões econômicas e sociais deveriam ser mensuradas com respeito aos estoques de recursos naturais disponíveis. Assim, o centro do conceito de sustentabilidade para Carlowitz era a natureza. [130]

A teoria de Carlowitz tem grande importância na atualidade, tendo em vista que influenciou a construção de uma série de modelos que propõe a sustentabilidade com a valorização principal da natureza.

Após este breve relato histórico sobre a primeira aparição da palavra sustentabilidade, entende-se importante verificar o significado que apresenta o dicionário. No Dicionário Aurélio, a sustentabilidade aparece como um adjetivo, como uma "qualidade ou condição do que é sustentável."[131] E sustentável é aquilo "que se pode sustentar, ou que tem condições para se manter ou conservar."[132]

Assim sendo, verificam-se duas conotações: uma passiva, na qual sustentável é algo que se pode segurar ou impedir que caia, e ainda uma conotação ativa, na qual sustentável é algo que tem condições de se manter, de se conservar, de se perpetuar.[133]

Como se está tratando de uma palavra que teve origem na área da ecologia, é importante que se ressalte que a palavra sustentabilidade surgiu para definir o conjunto de procedimentos capazes de manter um sistema "[...] vivo, protegido, alimentado de nutrientes, ao ponto que sempre esteja se conservando".[134]

---

[129] CARLOWITZ, H. C. von. Sylvicultura oecoomica. 1713. *Apud* BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p.18-19.

[130] CARLOWITZ, H. C. von. Sylvicultura oecoomica. 1713. *Apud* BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p.18-19.

[131] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/sustentabilidade>. Acesso em: 17 de março de 2015.

[132] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/sustentavel>. Acesso em: 17 de março de 2015.

[133] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. Trad. Jesús García–Abril. Maliaño: Editorial Sal Terrae, 2013. p.22.

[134] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.22.

Portanto, em ecologia, a palavra sustentabilidade tem a conotação ativa acima exposta, pois sustentável é aquele sistema que tem condições de se manter, de se preservar.

Assim, pode-se compreender que, na visão ecológica (a qual deu origem à palavra), se o objetivo é construir um mundo sustentável, o trabalho deve ser empreendido no sentido de criar um conjunto de procedimentos que seja capaz de manter este mundo vivo, alimentando-o e cuidando-o para que os recursos para esta manutenção não acabem. E, é claro, que não se pode pensar apenas em recursos naturais, o mundo sustentável que se almeja deve ter todas as formas de vida para que se perpetue em equilíbrio.

Leonardo Boff[135] explica que há vários modelos de sustentabilidade, várias iniciativas cujo objetivo é sempre alcançar o equilíbrio entre homem, natureza, e economia. Tais propostas não negam os objetivos defendidos pela ONU, quais sejam: que os povos de todas as nações busquem uma sociedade mais justa, igualitária e que respeite a natureza; no entanto, sempre acrescentam ou retiram algo, mesmo que inconscientemente.

Neste sentido, a existência de tantas propostas torna difícil a adoção de um único conceito, pois, dependendo de quem o formula, dos ideais e das crenças que os inspiram, a sustentabilidade pode ter componentes e caminhos diferentes.

No entanto, é necessário conhecer, mesmo que de forma sucinta, um pouco de cada proposta para que se possa compreender melhor o que é sustentabilidade.

São sete modelos de sustentabilidade, segundo Boff[136]: modelo standard, neocapitalismo, capitalismo natural, economia verde, ecodesenvolvimento, economia solidária e modelo do bem viver.

O primeiro deles é o Modelo Standard**,** defendido e propagado por muitas empresas e governos. A ideia da proposta é que, "para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto". [137] Este é o famoso tripé chamado de *Triple Bottom Line:*

[135] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.22.
[136] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.22.
[137] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.31.

profit-planet-people (renda, população e planeta), teoria descrita por John Elkington em sua obra Canibais com Garfo e Faca, de 1997.[138]

Elkington admite, no prefácio do seu livro, que seria um verdadeiro progresso se o capitalismo pudesse ser sustentável. Entendendo que as empresas e os mercados seriam poderosas ferramentas para alcançar a sustentabilidade, o autor sugere uma série de atitudes para que, no âmbito empresarial, seja alcançado o equilíbrio entre meio ambiente, sociedade e economia. [139]

Para esta teoria, buscar uma sociedade justa, igualitária e que respeite a natureza exige, em primeiro lugar, acabar com a pobreza. A pobreza é a principal raiz dos problemas, afinal, a poluição dos rios, o desgaste dos solos, entre outras mazelas, são suas consequências. E a arma poderosa para acabar com a pobreza é crescimento econômico, ou seja, o crescimento material ou acumulação de riquezas, ambos realizados pelas grandes responsáveis por eles: as empresas. Essas são as ideias que foram defendidas pelos países em desenvolvimento na Conferência de Estocolmo. [140]

A teoria é criticada pois, ao defender o crescimento como solução dos problemas mundiais, não leva em consideração que, da forma como é realizado, não haverá recursos naturais suficientes para a continuidade da vida na Terra. Algumas ações são realizadas em benefício da natureza, como produzir com níveis mais baixos de carbono, empregar energias alternativas, entretanto, estas não dão conta de resolver o problema. [141]

Para Boff[142], tal teoria usa a sustentabilidade como uma forma de garantir a continuidade e a reprodução do mercado, das instituições financeiras e das empresas, sem modificar a lógica interna. E, no entanto, o que deveria ser modificado é a forma de encarar o papel do homem na Terra: de dominador para parte do sistema.

---

[138] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca.** p.73-77.
[139] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca.** p.IX-X.
[140] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.31-36.
[141] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad**: que es y qué no es. p.36.
[142] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.35.

O Modelo Neocapitalista é aquele em que o capitalismo, mesmo aceitando algumas regras impostas pelos Estados, confia na autorregulação dos mercados, ou seja, na capacidade que eles possuem de se reinventar em uma crise. [143]

Assim sendo, continuam produzindo, consumindo, e extraindo os recursos naturais de forma ilimitada, sempre pautados pela acumulação de capital, maior objetivo do sistema capitalista. Neste modelo, as mudanças necessárias para o alcance da sociedade almejada para o futuro não ocorrem. Portanto, não há sinais de atitudes sustentáveis, o padrão de produção e consumo continua o mesmo, já apontado por diversos estudos como incompatível com a quantidade limitada de recursos naturais existentes e, portanto, incompatível com a perpetuação da humanidade. [144]

O grande perigo reside no fato de que, nesse sistema, tudo gira em torno do poder das grandes empresas (que compõem o tal mercado autorregulável) e assim, políticas econômicas, sociais e ambientais, também ficam subjugadas aos interesses empresariais.

O Modelo do Capitalismo Natural tem como obra base o livro escrito por Paul Hawken, Amory Lovins e Hunter Lovins intitulado Capitalismo Natural, e surgiu com o objetivo de incentivar os países, empresas e comunidades à valorização de todo o tipo de capital, seja ele econômico, social ou natural. A ideia era fornecer aos atores sociais as bases necessárias para garantir a perpetuidade dos recursos indispensáveis para a sobrevivência da população em crescimento.[145]

Para tanto, a teoria foi embasada em quatro estratégias. A primeira delas diz respeito à produtividade radical dos recursos, ou seja, a melhorar o aproveitamento dos recursos, sejam eles naturais, econômicos ou sociais. O que significa usar menos recursos, mas tirar o melhor proveito possível de cada unidade de recurso utilizada e, assim, aumentar a produtividade dos mesmos. [146]

---

[143] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.39.
[144] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.40.
[145] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2007. p. IX.
[146] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial. p. 1-30.

Em segundo lugar, o biomimetismo, segundo o qual se deve buscar um novo desenho para os processos industriais e deve ser planejado a partir da observação da natureza. A ideia é criar modelos biológicos a partir da imitação do modelo de produção da natureza, com desperdício zero.[147]

Em terceiro lugar propõe-se uma economia de serviço e de fluxo, ou seja, mudar a economia centrada na produção e venda de bens para produção e venda de serviços. Assim, as pessoas comprariam os serviços tomando os bens em empréstimo ou alugando-os. Os fabricantes tornar-se-iam prestadores de serviço ao invés de vendedores de produtos. O bem produzido seria o meio para a atividade fim, que seria vender o serviço, o desempenho, ou a satisfação. [148]

Em quarto lugar, reverter a destruição do planeta por meio da sustentação, restauração e expansão dos estoques de capital natural. A ideia é encontrar uma forma de incentivar a produção de recursos biológicos e aproveitar melhor os serviços produzidos pelos ecossistemas. Segundo os autores do modelo, esta estratégia é muito fácil de ser utilizada pois a natureza se encarrega de todo o trabalho e o homem deve se preocupar em não atrapalhar a natureza. Como exemplo disso citam os fazendeiros que, ao observar a biologia dos pastos conseguem encontrar formas de aumentar a produtividade e diversidade da grama, inclusive em lugares inóspitos.[149]

A crítica a essa teoria está no fato de que ela trata a natureza como uma reserva de recursos para fins econômicos, ou seja, não a coloca no papel central.[150]

Já no Modelo da Economia Verde, divulgado pela ONU em 2008, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a economia deveria ser capaz de promover uma “melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade

---

[147] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial. p. 1-30.
[148] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial. p. 1-30.
[149] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial**.** p.1-30.
[150] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.40.

social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.” [151]

Em primeiro lugar sugere-se a recuperação das florestas e matas degradadas e a manutenção das que ainda existem, utilizando-se, para isso, financiamentos públicos e privados. Em segundo lugar, propõe-se a valoração econômica dos bens como: a água, o solo, o ar, etc. e os ecossistemas que os envolvem, ou seja, pretende a teoria que o custo com o capital natural utilizado ou destruído para a produção de determinado bem seja inserido em seu preço. Em terceiro lugar, a Economia Verde deve promover o bem-estar humano com igualdade social, uma vez que reduz os riscos ambientais e a escassez de recursos naturais.

Na tentativa de alcançar tais objetivos, a teoria propõe mudar a forma de produção para que a pressão sobre o capital natural seja reduzida. Assim, sugere-se: a substituição dos combustíveis fósseis pelo uso de energias alternativas, a construção de casas e edifícios com sistema de captação da água da chuva, o incentivo para a produção de automóveis que utilizem combustíveis alternativos não poluentes, etc..[152]

Sugere-se também a cobrança de impostos e a criação de outros mecanismos de mercado que possam incentivar os investimentos necessários para a transição à Economia Verde.[153]

A crítica a esse modelo vem da sua sugestão de valoração do capital natural. Boaventura de Souza Santos entende que é “uma perversão total transformar a natureza em mercado. Economia Verde é suprir o capitalismo com mais capitalismo”.[154] Para os críticos, tal atitude poderia simplesmente monetizar a

---

[151] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Síntese para Tomadores de Decisão**. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

[152] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.42.

[153] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Síntese para Tomadores de Decisão**. 2011. p. 37-38.

[154] SANTOS. Boaventura de Souza; SINGER, Paulo. Boaventura critica a economia verde, e Paul Singer exalta a economia solidária. **Carta Maior.** São Paulo, 21 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Boaventura-critica-a-economia-verde-e-Paul-Singer-exalta-a-economia-solidaria/4/25397>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

depredação do capital natural e não modificaria a forma de consumi-lo, o que certamente contribuiria para sua escassez. [155]

Boff ainda vai além, entende que a iniciativa da ONU é cheia de boas intenções mais peca nos seguintes aspectos: a) não colocar a terra em primeiro lugar na relação homem natureza, b) não propor uma revisão na base material sobre a qual se sustenta a economia, e esta base deve ser estabelecida segundo os limites da Terra de suportá-la e ainda, c) não resolver o problema da desigualdade, pois não sugere a mudança nos padrões de produção e de consumo adotados atualmente. Só uma mudança nesses padrões poderia resolver o problema, tendo em vista que, se as populações mais pobres fossem levadas a produzir e a consumir de maneira igual às populações mais ricas, a fim de que fosse gerada a igualdade, não haveria recursos naturais para suportar toda esta situação. [156]

O Modelo do Ecossocialismo é defendido por Michael Löwy e Joel Kovel, que lançaram, em 2003, o Manifesto Ecossocialista Internacional. Por meio deste manifesto ambos os autores informam que o Ecossocialismo não está pronto, ele é apenas uma interpretação da atual crise e uma proposta aberta sobre as condições para solucioná-la. Trata-se de uma proposta aberta, pois aceita discussões, emendas, contribuições. Os autores admitem, inclusive, que já há práticas ecossocialistas acontecendo em várias partes do mundo, é preciso fazê-las confluírem. [157]

A supracitada teoria coloca o capitalismo como o responsável por todas as degradações atuais, tanto as ambientais, como as sociais e as econômicas. Para eles, o capitalismo, fundado na expansão ilimitada do capital e na acumulação de lucros, é incompatível com a preservação do meio ambiente. Para alcançar seus objetivos o capitalismo consome os recursos naturais, gera desigualdades sociais e perpetua a pobreza e a alienação. [158]

---

[155] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.41.
[156] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.41-45.
[157] LOWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. **Revista Crítica Marxista**, n.28, 2009, p.35-50. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf>. Acesso em: 16 de outubro 2014.
[158] LOWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. p.35-50.

Os ecossocialistas entendem que a única solução seria o fim do capitalismo, pois este "[...] é radicalmente insustentável e se degenera em barbárie [...]". E a solução seria o socialismo, porque ainda é a única forma de superação do capital. Defendem a realização do socialismo da primeira época, ou seja, do socialismo sem os erros cometidos no passado e que agora chamam de ecossocialismo. [159]

Suas propostas são direcionadas no sentido de: a) redefinir o modo de produção orientando-o para satisfazer as necessidades em um patamar qualitativo e não quantitativo, com respeito ao ritmo da natureza, e à dignidade dos trabalhadores; b) promover a tomada de decisão democrática na esfera econômica para que as prioridades e os investimentos sejam decididos pela população; c) considerar o ar puro, a água e o solo fértil, os alimentos sem agrotóxicos, as fontes de energia renováveis, não poluidoras, como direitos básicos do ser humano[160].

Para tanto, propõe transformações radicais:

> 1. no sistema energético, substituindo os combustíveis fósseis e biocombustíveis por fontes limpas energéticas com controle social: eólica, geotérmica, marítima, e, principalmente, solar; 2. no sistema de transporte, reduzindo drasticamente o uso de caminhões e de carros particulares, substituindo-os por transporte público grátis e eficiente; 3. nos padrões atuais de produção, consumo e construção, que são baseados no lixo, na obsolência inata, na competição e poluição, e produzir no lugar bens sustentáveis e recicláveis, e adotar a arquitetura verde sustentável; 4. na produção e distribuição de alimentos, ao defender a soberania alimentar local o máximo possível, eliminando o agronegócio industrial poluidor, criando agro-ecossistemas sustentáveis e trabalhando ativamente para renovar a fertilidade do solo.[161]

Slavoj Zizek também faz sua crítica ao capitalismo. Para o autor, a mola propulsora do capitalismo é a ganância e o lucro e isto resulta em degradação ambiental, pobreza e desigualdade social. Porém, o que o filósofo propõe é uma mudança para o comunismo. No entanto, ele não chega a criar um outro modelo de sustentabilidade, critica o capitalismo e o socialismo e coloca como única solução o

---

[159] MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL. Maio de 2003. Disponível em: <http://www.terrazul.m2014.net/IMG/pdf/manifesto_ecosoc_int.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

[160] LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**. Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.altermundo.org/declaracao-ecossocialista-de-belem-2%C2%BA-manifesto-ecossocialista/>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

[161] LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**.

comunismo, pois, entre outras coisas, a Ideia Comunista, como ele chama, coloca o coletivo acima do individualismo.[162]

Já o Modelo da Bioeconomia ou do Ecodesenvolvimento foi defendido inicialmente com base nas ideias de Nicholas Georgescu–Roegen. O autor destacava a impossibilidade do crescimento sem limites em virtude da comprovada limitação do capital natural. Por esta teoria, também conhecida como teoria do decrescimento, sugere-se que o crescimento dos dias de hoje deve ser freado. Dever-se-ia desestimular o crescimento quantitativo e estimular o crescimento qualitativo. Assim, a economia, para crescer, deveria respeitar os níveis de preservação e de regeneração da natureza.[163]

Com relação à expressão Ecodesenvolvimento, cumpre destacar que Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, introduziu o termo em 1973 para denominar uma forma de desenvolvimento a ser utilizada em áreas rurais dos países subdesenvolvidos. Tal desenvolvimento deveria ser baseado na utilização cuidadosa dos recursos locais sem comprometer os estoques de capital natural.[164]

Posteriormente, na década de 80, o Ecodesenvolvimento foi aprofundado por Ignacy Sachs (economista polonês naturalizado francês que vive no Brasil) ao traçar como suas estratégias: a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica.[165] Estas estratégias serão melhor explicadas quando este trabalho abordar as dimensões da sustentabilidade.

A abordagem ecodesenvolvimentista ainda propõe que o desenvolvimento seja realizado visando a satisfação das necessidades não só das gerações futuras mas das gerações atuais também, que já sofreram tanto com desigualdades sociais e pobreza. [166]

---

[162] ZIZEK, Slavoj. **Primero como tragédia, después como farsa.** Madrid: AKAL, 2012. p.188.
[163] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.48.
[164] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998. p.138-143.
[165] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.p.138.
[166] SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p.28-29.

Assim, o Ecodesenvolvimento é alcançado quando as desigualdades sociais são reduzidas, quando o povo participa intensamente das decisões governamentais e quando todas as formas de vida são respeitadas.[167]

Diante disso, Sachs não acredita no crescimento zero, mas sim em uma nova forma de crescimento. Não se trata de não crescer e nem de decrescer, mas de questionar o caráter selvagem do crescimento.[168] Deve-se fazer o crescimento mudar a sua direção com a adoção de valores como generosidade, cooperação, solidariedade e compaixão e assim colocar a vida como centro do universo. [169]

Já no tocante ao modelo chamado Economia Solidária, também conhecido por Economia Social (no Canadá), ou ainda Economia Popular Solidária (no Brasil), deve-se destacar que esta teoria propõe uma nova ordem econômica mediante a modificação do modo de produção capitalista, buscando privilegiar aqueles que estavam à margem da sociedade, ou seja, aqueles que não possuíam, ou possuíam em péssimas condições, uma ocupação rentável. [170]

No Brasil, o principal expoente e defensor desta teoria é Paul Singer, economista austríaco, radicado no país. Para ele o sistema capitalista é um modelo que preconiza a propriedade individual e o direito à liberdade individual e, por isso, divide a sociedade entre proprietários (aqueles que possuem o capital) e vendedores da força de trabalho (aqueles que não possuem o capital). A competição gerada entre estas duas classes leva, inevitavelmente, à desigualdade. [171]

Assim, a Economia Solidária, com fundamentação em teorias sobre cooperativismo, surge como uma alternativa ao modo de produção capitalista e se baseia, principalmente, em três características.

Em primeiro o lugar, preconiza a propriedade coletiva, ou associada, do capital, os trabalhadores deveriam ser os donos dos meios de produção com o qual trabalham e, portanto, não haveria classes diferentes, todos seriam donos do capital

---

[167] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.48.
[168] SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. p.112-117.
[169] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.49.
[170] PORTO, Marcelo Firpo; BARTHOLO, Roberto. **Sentidos do trabalho humano**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2006. p.131.
[171] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 09.

e trabalhadores. Trata-se da fusão entre capital e trabalho e, por consequência, a geração da solidariedade e da igualdade.[172]

A propriedade coletiva pode fazer com que o trabalhador queira laborar com mais dedicação, pois tem o sentimento de que o produto do seu trabalho lhe será direcionado, sem intermediadores, e que o aumento do seu ganho só depende da melhoria do que realiza. Além disso, neste sistema, pessoas que até então eram marginalizadas sentem-se valorizadas com o novo poder que ganharam: ao serem remuneradas pelo trabalho que fazem, ganham o poder de fazerem escolhas, de participarem do mercado, de realizarem suas necessidades básicas. Cabe ainda registrar que as relações de solidariedade entre os trabalhadores solidificam-se ao perceberem que contribuem para o bem de todos os envolvidos.

Em segundo lugar, sugere a autogestão, ou seja, as empresas solidárias deveriam ser administradas pelos próprios trabalhadores, de forma coletiva e democrática. Assim, para o autor, o que ocorreria é que o modo de produção não seria mais centrado no contrato entre desiguais, mas, sim, na associação entre iguais.[173]

A autogestão tem a tendência de melhorar as condições de trabalho, pois, quem toma as decisões são os próprios trabalhadores. Além do que, lhes confere o poder de gerenciar suas vidas profissionais o que lhes devolve a confiança em si mesmos.

Em terceiro lugar, defende a teoria que o tratamento dado ao lucro deveria ser diferente. Ao contrário das empresas capitalistas, nas empresas solidárias, o objetivo não seria maximizar os lucros, ao contrário, dar trabalho e renda a quem precisa.[174]

Segundo Singer, a Economia Solidária tem como um dos seus principais expoentes as cooperativas, uma vez que elas se organizam com base na posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, utilizam a gestão democrática

---

[172] SINGER, Paul Israel. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 83.
[173] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária.** p. 09.
[174] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. p. 16.

com participação direta dos seus membros, ou por representação, e repartem a receita líquida entre os cooperados.[175]

Assim, o que se percebe é que a Economia Solidária é uma proposta que tem como centro o homem, o trabalho como uma atividade que lhe gera satisfação das suas necessidades, a solidariedade, a autogestão, a melhora da qualidade de vida e do trabalho e o desenvolvimento local. [176]

O sétimo modelo de sustentabilidade é a proposta do Bem Viver, originária dos povos andinos. Estes povos propõem o bem viver, não no sentido de qualidade de vida, mas no sentido de vida em harmonia entre o homem e a natureza. Sugerem que o desenvolvimento tenha como foco a vida e não o indivíduo. [177]

O modelo do Bem Viver parte de duas questões centrais: a) a tomada de consciência de que o aquecimento global é produto de uma padrão de consumo e de sociedade que não se sustenta, pois destrói estruturas básicas necessárias à vida; e b) a admissão de que o centro das atenções não deve ser mais o mercado ou o homem mas sim o respeito a todas as formas de vida.[178]

Para esta teoria o homem faz parte do todo, é parte da natureza e, por esta razão, deve viver em harmonia com ela. Não há necessidade de acumular, a Terra provê tudo que é necessário para a sobrevivência, assim, o segredo está em encontrar o equilíbrio: consumir apenas o que for necessário, produzir aquilo que a Terra não é capaz de fornecer a todos (animas, plantas e homem) e cuidar para que os produtos não gerem resíduos que, posteriormente, a Terra não possa absorver.[179]

As ideias do modelo aqui apresentado foram formalizadas nas constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008) em uma época marcada pela crise do

---

[175] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. p.84.
[176] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.50.
[177] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.50.
[178] LÉON, Magdalena. Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver: uma aproximação feminista. **Revista Trimestral de Debate da Fase**. 2012, n. 125, p. 60-65. Disponível em: <http://issuu.com/ongfase/docs/proposta125>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.
[179] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.51.

neoliberalismo na América Latina e pela discussão mundial sobre os rumos do capitalismo. [180]

No caso do Equador, a Terra tem o direito de ser respeitada e qualquer cidadão, comunidade, ou povo poderá exigir do Estado o cumprimento dos direitos da natureza. [181] No caso da Bolívia, o Bem Viver aparece entre as bases fundamentais do Estado, como princípio ético da sociedade almejada. O art. 8º. da Constituição Boliviana determina que se "[...] assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não sejas frouxo, não sejas mentiroso nem sejas ladrão), suma qamaña (viver bem), ñandereki (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem mal) e qhapaj ñan (caminho ou vida nobre).". [182]

Após explanar sobre todos esses modelos, Leonardo Boff[183] expõe sua visão holística de sustentabilidade. Para ele, a chave está em compreender que, como centro do conceito de sustentabilidade não deve estar o homem, mas sim a vida. O trabalho a ser empreendido deve ser pautado na criação de mecanismos para que todo o tipo de vida se sustente. O homem é apenas parte da vida que existe sobre a Terra, há ainda os animais, as plantas, etc. e todas essas formas de vida devem ser respeitadas e cuidadas.

Já para Ferrer[184] a sustentabilidade é:

> [...] a capacidade de permanecer indefinidamente no tempo, o que aplicado a uma sociedade que obedece nossos atuais padrões culturais e civilizatórios supõe que, ademais de adaptar-se à capacidade do entorno natural em que se desenvolve, alcance os níveis de justiça social e econômica que a dignidade humana exige. (Tradução nossa)

Para o autor acima citado, a construção de um mundo sustentável exige uma série de compromissos e ações. Primeiro, deve-se considerar que a sociedade é

---

[180] LÉON, Magdalena. **Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver**: uma aproximação feminista. p. 60-65.
[181] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad**: que es y qué no es. p.52.
[182] BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. 7 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.
[183] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.21-44.
[184] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.4.

planetária. Dividimos o mesmo planeta e assim somos todos responsáveis por ele na mesma medida, portanto, nossas ações sempre devem levar em consideração que vivemos na mesma comunidade global. [185]

Em segundo lugar, deve-se ter um compromisso com a Terra. Não se pode continuar pressionando o capital natural, é necessário reduzir a demanda sobre ele até que alcance um patamar razoável o qual permita a utilização e reposição dos recursos de forma equilibrada. [186]

Deve-se ainda ser capaz de promover a dignidade humana, não de apenas um grupo de pessoas, mas de toda a comunidade global. São seres humanos, são semelhantes, e merecem ter uma vida adequada sem miséria, sem fome e sem desigualdade social. A condição humana degradante que é vista em várias partes do globo terrestre é insustentável. [187]

Em quarto lugar, deve-se recompor o que o autor chama de arquitetura social. O conforto e o bem-estar de uma camada social não deve ser construído sobre a desgraça de outras camadas da sociedade, deve-se lutar pela justiça social. É necessário, em quinto lugar, criar novas formas de governança mundial que coloquem o interesse geral frente aos interesses individuais. A globalização deve ser colocada a serviço das pessoas e não o contrário. Há que ser incrementada e incentivada a participação política do povo, com base na democracia participativa. [188]

Por fim, é indispensável colocar a ciência e a técnica a serviço do bem comum. O progresso tecnológico é uma faca de dois gumes. Tem importância destacada, no entanto, inspira cuidados, pois deve ser feito de forma orientada, só tendo sentido se for direcionado ao bem comum e não à geração de tecnologias perigosas que podem gerar conflitos, novas bactérias ou, ainda, mais resíduos ambientais irrecuperáveis. [189]

As visões apontadas possuem uma diferença bem clara, Ferrer centra o conceito de sustentabilidade na perpetuação da espécie humana e Leonardo Boff

---

[185] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.7.
[186] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho**. p.7.
[187] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.8.
[188] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.8.
[189] FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho.** p.8.

tem a sua visão holística e concentra o conceito de sustentabilidade na perpetuação de todas as formas de vida.

O fato é que, independente do centro da teoria (se a espécie humana ou todas as formas de vida), ambos os autores citados acima e muitos dos modelos de sustentabilidade aqui descritos, concordam que não é possível seguir no caminho atual, há a necessidade urgente de uma mudança de padrão para alcançar a sociedade do futuro: justa, igualitária e respeitosa da natureza.

Para Ferrer, deve-se almejar:

> [...]. Uma sociedade que não colapse os sistemas naturais que, ademais, nos permita viver em paz com nós mesmos, mais justa, mais digna, mais humana. Uma sociedade que dê um salto significativo no progresso civilizatório, que deixe para trás ou ao menos amenize os grandes males da Humanidade que a todos deve avergonhar, como a fome, a miséria, a ignorância e a injustiça. O paradigma atual da Humanidade é a sustentabilidade. A vontade de articular uma nova sociedade capaz de perpetuar-se no tempo em condições dignas. A deterioração material do planeta é insustentável, mas também é insustentável a miséria, a exclusão social, a injustiça, a opressão, a escravidão e a dominação cultural e econômica. (Tradução nossa)

Já Boff [190] indica o que não se deve fazer na busca por esta sociedade:

> [...] pouco importa a concepção que tenhamos da sustentabilidade, sua ideia matriz é esta: não é correto, nem justo, nem ético que, ao buscar os meios para nossa subsistência, dilapidemos a natureza, destruamos os biomas, envenenemos os solos, contaminemos as águas, o ar e destruamos o sutil equilíbrio do sistema – Terra e do sistema-vida. Não é eticamente tolerável que determinadas sociedades vivam à custa de outras sociedades ou de outras religiões, nem que a sociedade humana atual viva subtraindo as gerações futuras dos meios necessários para que possam viver decentemente. (Tradução nossa)

Todas as posições doutrinárias e modelos aqui descritos buscam esta sociedade do futuro e estão convencidos de que a mudança é necessária. Como expõe Edgar Morin, a sociedade atual precisa de uma metamorfose, ou seja, deve ser mantida a essência, mas transformar-se em algo novo. [191]

---

[190] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.53.
[191] MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade**. p.39.

Assim, para que esta metamorfose ocorra, vários caminhos são apresentados e são indicados como os caminhos para um mundo sustentável, e pode-se inferir o que há de comum entre eles: a) mudança com relação ao padrão de consumo atual; b) conceder às pessoas tudo o que for necessário para que vivam com dignidade; c) desonerar a natureza modificando as bases do sistema de produção, e respeitá-la, considerando que o homem é parte da natureza e que, portanto, ela deve ser o seu templo.

É claro que cada um dos aspectos comuns, que podem ser retirados de tudo o que foi abordado até aqui, possuem vários desdobramentos e, certamente, a abordagem de cada um deles produziria um novo trabalho científico, o que não é o caso no momento.

Também é possível compreender uma posição cética do leitor quanto a tudo o que foi até então escrito, realmente parece uma utopia inalcançável, algo que ficará apenas nas discussões catedráticas e em outros fóruns internacionais povoados por apaixonados. Quando parece ser impossível mudar para um caminho onde não há o domínio do capital, cabe lembrar as palavras de Morin: “Tudo começa com uma iniciativa, uma inovação, uma nova mensagem de caráter desviante, marginal, com frequência invisível aos contemporâneos. Foi assim que começaram as grandes religiões”.[192]

1.5 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Após o estabelecimento dos ODM e da Conferência de Johanesburgo, conforme já foi discutido amplamente acima, algumas dimensões do conceito de sustentabilidade foram se consolidando, mais precisamente três dimensões, compondo um modelo tridimensional: a social, ambiental e a econômica.

Tais dimensões se consolidaram após a realização da Rio+20 e da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015, com a divulgação dos ODS, tendo em vista que nos documentos finais de ambos os eventos internacionais os países signatários deixam clara a existência e preocupação com as três dimensões acima citadas.

[192] MORIN, Edgar. **A Via:** para o futuro da humanidade. p.39-40.

Há autores, como Ignacy Sachs[193], que abordam oito dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Há quem prefira uma visão holística de sustentabilidade, como Leonardo Boff[194], como destacado anteriormente, ou seja, uma visão global de todos os seus elementos que resulta em uma representação única sobre sustentabilidade. Alguns autores concordam com a existência de apenas três dimensões, como Elkington: social, econômica e ambiental.[195] E outros, como Ferrer[196], além das três dimensões citadas acima, adicionam uma quarta, a dimensão tecnológica. Para o autor, sem a tecnologia nenhuma das outras três dimensões podem ser realizadas e ainda, o progresso científico e a tecnologia que dele deriva oferecem riscos que podem acabar com a sociedade que conhecemos.

Cada uma das dimensões pode ter uma abordagem um pouco diferente dependendo de quem a formulou, ou seja, dependendo do modelo de sustentabilidade adotado. Cabe destacar que, há muitas obras escritas sobre sustentabilidade, no entanto, no tocante às dimensões há pouco conteúdo. Desta forma, o subtópico seguinte buscará analisar as três dimensões de sustentabilidade que aparecem em todos os autores acima citados. A análise será realizada sob a ótica de cada um dos modelos de sustentabilidade (com exceção do modelo neocapitalista no qual se considera que não existe sustentabilidade) já abordados para, ao final, poder compreender quais os elementos de cada dimensão que são comuns a todos os modelos de sustentabilidade.

Em que pese esta metodologia poder tornar o texto repetitivo, entende-se que seja a forma mais didática de compreender o conteúdo.

1.5.1 Dimensão Ambiental

Conforme as descrições sobre o Modelo Standard, a busca por uma sociedade justa, igualitária e sustentável passa, inevitavelmente, pelo fim da pobreza e, a arma contra a pobreza é o crescimento. Assim a sustentabilidade ambiental está

---

[193] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
[194] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.22.
[195] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. p.73-77.
[196] FERRER, Gabriel Real. **El principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la Sostenibilidad**. p.2-8.

em utilizar os recursos naturais de forma a permitir o crescimento e, por consequência, o fim da pobreza, centrando-se naquelas atitudes voltadas a proteger o capital natural.

Elkington[197] destaca que o conceito de capital natural deve ser bem compreendido e o explica usando o exemplo de mensuração do valor de uma floresta. Não basta dar valor a cada árvore e somá-los, mas sim, analisar os benefícios que a floresta produz em termos de purificação do ar, proteção das águas, habitat de animais, etc..

No entanto, segundo o autor supracitado, o capital natural pode ser visto por dois ângulos: o capital natural crítico e capital natural renovável ou substituível. O primeiro seria aquele capital indispensável para a vida e ou outro capital seria aquele que o homem poderia substituir, seja com reflorestamento ou com alternativas criadas pelo próprio homem para substituir a natureza.[198]

Assim, a sustentabilidade ambiental adviria de atitudes de cuidado com o capital natural, quer seja preservando os recursos do capital natural crítico ou encontrando alternativas para a produção de recursos renováveis ou substituíveis.

Atores sociais preocupados com com a sustentabilidade ambiental deveriam se perguntar qual o tipo de capital natural suas ações estão atingindo? É possível recuperá-lo? E ainda: o equilíbrio ecológico estaria sendo ameaçado em virtude da atividade empreendida?[199]

Ao sugerir que o valor dos benefícios da floresta seja encontrado, a teoria de Elkington se aproxima da Economia Verde e de sua valoração do capital natural, pouco recomendável para um futuro sustentável. No entanto, a teoria acerta ao sugerir que empresas e mercados preocupem-se com a recuperação do capital natural explorado e com o equilíbrio ecológico.

---

[197] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca.** p.81-83.
[198] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. p.83.
[199] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. p.83.

O problema desta teoria reside no fato de que ela não coloca os estoques e a capacidade de renovação do capital natural como base e limite para o crescimento, ao contrário disso, o capital natural tem que servir ao crescimento.[200]

Não é possível conceber uma sociedade sustentável sem que seja encarada com seriedade a finitude dos recursos naturais e a mudança de comportamento que isto implica. O Modelo Standard de sustentabilidade não analisa o modo de produção e consumo atuais, grandes responsáveis pela exploração e degradação da natureza.

Já o Modelo do Capitalismo Natural, sugere o aproveitamento máximo dos recursos, sejam eles naturais, econômicos ou sociais. Desta forma, a ideia central é produzir mais com menos. Além disso, esta teoria também defende a modificação do modo de produção de forma que as empresas devem observar a natureza e aprender com ela. Ao aproximar o modo de produção das empresas ao modo de produção da natureza o objetivo é que se reduza, ou elimine, o desperdício dos recursos naturais. O modelo ainda sugere que o capital natural seja restaurado e expandido de modo que possa sustentar a vida no planeta. [201]

No tocante ao modelo da Economia Verde (criado, inicialmente, em oposição a utilização da energia marrom, ou seja, dos combustíveis fósseis) destaca-se sua importância primária, qual seja: alertar sobre a perversidade da dependência do petróleo. Sendo assim, sua grande contribuição para o alcance da sociedade sustentável é propor a utilização de energias renováveis e não poluidoras, portanto, tal teoria defende toda e qualquer atitude que tenha como foco a mudança da matriz energética. [202] Outrossim, também defende que a recuperação da degradação ambiental seja realizada por meio de financiamentos públicos e privados. [203]

No entanto, a pior das sugestões, assim entendida pela crítica, é a da valoração do capital natural utilizado na produção. A Economia Verde sugere que a determinação do custo do produto deve levar em consideração o gasto realizado

---

[200] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability:** transforming law and governance.p.27.
[201] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial. p. 1-30.
[202] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.42.
[203] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.** p.2

com o capital natural (tanto para a sua recuperação quanto para a sua expansão). Espera a teoria que, desta forma, irá incentivar a redução na utilização dos recursos naturais. [204]

A crítica não acredita que esta monetização dos recursos naturais pode ajudar em alguma coisa e entende que as outras sugestões da teoria são louváveis, mas esta, deve ser rechaçada pois, ao contrário do que se pretende, pode levar a máxima de que, quem tem mais dinheiro pode pagar pela degradação ambiental que sua produção gera. [205]

O modelo do Ecossocialismo também busca um novo modo de produção e, neste caso, orientado para satisfazer as necessidades de uma maneira qualitativa. Aqui percebe-se a audácia da teoria, tendo em vista que modificar o modo de produção da escala quantitativa para a escala qualitativa exige um esforço não só dos donos dos meios de produção (que deverão produzir bens mais duráveis e melhores), como dos próprios consumidores (que deverão aprender a consumir menos e melhor). [206]

Certamente esta mudança afetaria sobre maneira os recursos naturais, pois, a partir do momento em que a produção é reduzida quantitativamente também se reduz a quantidade de recursos naturais utilizada e assim, ocorre a preservação dos mesmos.

Para além disso a proposta também prevê a utilização de formas alternativas de energia (como tantas outras preveem), utilizar menos transporte individual (para pessoas e mercadorias), etc., mas, talvez, a sugestão mais importante no que toca à sustentabilidade ambiental, seria considerar como direitos básicos do ser humano: o ar puro, a água, o solo fértil, os alimentos orgânicos, e as fontes de energia renováveis. [207]

Na Bioeconomia ou Ecodesenvolvimento, também há a preocupação com o crescimento qualitativo. Assim, seus defensores advogam a tese de que, o crescimento como se tem hoje, deve ser freado e uma nova direção lhe deve ser

---

[204] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.41.
[205] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.41.
[206] LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**. p.1-4.
[207] LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**. p.1-4.

dada. Esta nova direção do crescimento, para Sachs, deve ter como valor central a proteção da vida.[208]

Em virtude disso, o Ecodesenvolvimento propõe algumas estratégias no tocante a questão ambiental. Em primeiro lugar, valorizar os recursos naturais de cada região utilizando-os para a satisfação das necessidades fundamentais da população local (alimentação, habitação, saúde e educação) sem excessos.[209]

Sugere-se ainda uma mudança no padrão de consumo da humanidade para que seja aliviada a pressão sobre os estoques de recursos naturais. É necessário fixar um teto de consumo dos recursos naturais para satisfazer as necessidades básicas do ser humano e acabar com o consumo pelo consumo. A humanidade deve procurar saciar seus anseios com o consumo de bens não materiais, como a cultura, desopilando assim a pressão que sofrem os recursos naturais. [210]

Em segundo lugar, propõe que a utilização dos recursos naturais seja realizada de forma solidária para com as gerações futuras. Assim, deve-se priorizar a utilização de recursos renováveis e diminuir a utilização daqueles que não são renováveis. [211]

O Ecodesenvolvimento ainda propõe a utilização de energias locais, reduzindo o consumo de energia proveniente de fonte comercial e o desenvolvimento de tecnologia particular. [212]

No tocante ao modelo do Bem Viver, talvez possa-se afirmar que este seria, dentre todos os demais modelos, o que mais destaque concede à questão ecológica, pois propõe uma mudança profunda na relação entre homem e natureza. Para tal teoria é impossível que a humanidade continue crescendo desta forma antropocêntrica, como se todo o planeta devesse servir à espécie humana. [213]

Para a referida teoria o homem de hoje se esquece qual a sua verdadeira natureza. Ele é apenas parte deste grande sistema chamado Terra no qual convive

---

[208] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.48.
[209] SACHS, **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. p.15-19.
[210] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.p.141-142.
[211] SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. p.15-19.
[212] SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. p.15-19.
[213] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.50.

com várias outras espécies de vida, as quais também devem ser respeitadas pois estão na face da Terra há muito mais tempo que ele próprio. Assim, sua postura deveria ser de conviver em harmonia com as demais partes do sistema. O homem deveria utilizar os recursos naturais pensando que, além de serem finitos, eles devem lhe servir como também servir às outras formas de vida existentes. [214]

Desta forma, toda e qualquer política pública, atitude individual, coletiva ou das empresas privadas, que busquem reatar a relação do homem com suas origens seria ambientalmente sustentável.

Por fim, percebe-se que as ideias aqui expostas possuem um fio condutor que as conecta, e este fio condutor é justamente o fato de diminuir a pressão sobre capital natural. Seja no Modelo Standard ou no Modelo do Bem Viver os teóricos da sustentabilidade aqui estudados propõe que a humanidade cuide melhor do seu capital natural, preservando-o e buscando alternativas para recompô-lo e quem sabe até aumentá-lo.

Para além da proteção do capital natural, algumas proposições das teorias aqui expostas são de vital importância como a mudança no padrão de produção e consumo. Não se está aqui advogando a tese de que o homem não deve mais produzir e consumir. No entanto, o que se mostra necessário é que repensemos nosso modo de vida. Produzir mais, para consumir mais, para fazer a economia girar, já não é mais possível quando esta produção e este consumo acabam com os estoques de capital natural. É necessário se organizar de forma diferente e passar a produzir e consumir demandando menos do capital natural. É necessário encontrar outra forma de fazer as engrenagens econômicas e sociais funcionarem. Uma outra via, um outro caminho que respeite a finitude do capital natural.

Gabriel Ferrer[215], ao tratar do assunto aqui discutido (dimensão ambiental da sustentabilidade) ensina que a humanidade deve "[...] chegar a um acordo com a Terra para que não comprometamos a possibilidade de manter os ecossistemas essenciais que permitem a nossa sobrevivência como espécie em condições ambientais aceitáveis." (Tradução nossa)

---

[214] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.50.
[215] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.3-4.

A dimensão ambiental é uma parte da sustentabilidade, expressada, inclusive, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela ONU. Talvez tenha sido a parte da sustentabilidade que primeiro despertou o interesse e a atenção da comunidade internacional, mas como dimensão de um conceito ela faz parte do todo e uma sociedade sustentável só se realizará se as três dimensões estiverem presentes. [216]

1.5.2 Dimensão Econômica

Conforme já destacado amplamente neste trabalho, para o Modelo Standard de sustentabilidade o crescimento é a chave de tudo, ele é a arma poderosa contra a pobreza e a degradação ambiental. Assim, para resolver os problemas atuais e alcançar a sociedade sustentável, basta crescer economicamente pois, o crescimento por si só é capaz de solapar as desigualdades sociais e a pobreza, na medida em que expande o consumo e acesso as necessidades básicas. Por consequência, ele acaba com a degradação ambiental que é proveniente da pobreza. [217]

Diante disso, a obra de Elkington, que trata do modelo acima citado, aborda como as empresas, peças chaves na realização da sustentabilidade, podem contribuir para o "capitalismo sustentável". O livro foi publicado em 1997, muito já se discutiu sobre sustentabilidade depois disso e, talvez seja por isso que sua teoria pode ser lida como uma teoria ingênua (para alguns perversa), que não conseguiu vislumbrar o verdadeiro objetivo da sustentabilidade.

O raciocínio do autor parece inverter a lógica ao pensar que: bom, se temos que ser sustentáveis, vamos mudar a forma de fazer o balanço empresarial para demonstrar, em números, que nossas empresas são sustentáveis.

A sugestão para a sustentabilidade econômica é compreender o significado de capital econômico como aquele que inclui: o maquinário, a matéria prima, o dinheiro que a empresa possui, e além disso, o capital humano e intelectual, ou seja,

---

[216] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.3-4.
[217] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.31-36.

incluir como parte das empresas os grandes talentos que ela possui e o quanto se está gastando para reter estes talentos. [218]

Além disso, para ser economicamente sustentável os empresários devem refletir sobre: Seus custos são competitivos? A demanda pelos produtos e serviços produzidos é sustentável? As margens de lucro são sustentáveis? [219]

O interessante é que nesta parte da obra, quando o autor demonstra em forma de perguntas as reflexões que os empresários devem fazer, usa a palavra sustentabilidade para indicar se a demanda e a margem de lucros de seus produtos e serviços poderão ser sempre estas ou se irão diminuir, fazendo um uso completamente restritivo da palavra sustentabilidade.

Novamente destaca-se: a ideia do crescimento como solução para todos os problemas é equivocada pois ele empreende uma expansão quantitativa que só faz consumir os já tão escassos recursos naturais. Portanto, o Modelo Standard de sustentabilidade peca por não propor reformas quanto ao modo de produção e consumo atuais, verdadeiros vilões. Ademais, seu discurso parece realmente defender apenas um esverdeamento do negócio sem realmente fazer com que ele se torne sustentável.

O Modelo do Capitalismo Natural sugere uma economia com ênfase nos serviços. Os fabricantes produziriam o bem, mas, seu foco seria vender o serviço, o desempenho, ou a satisfação com o aluguel ou empréstimo do bem. [220]

Além disso, haveria uma transformação dupla no sistema de produção: a) ele deveria ser aprimorado para que fosse obtido o melhor resultado no uso dos recursos naturais e sociais, a ideia seria produzir mais com menos; b) os processos de transformação de matéria prima deveriam imitar os processos naturais (biomimetismo) e assim reduzir o desperdício a zero.[221]

---

[218] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. p.73-77.
[219] ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. p.73-77.
[220] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial**.** p. 1-30.
[221] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial**.** p. 1-30.

O modelo acima descrito pode oferecer contribuições significativas para a sustentabilidade pois todas as sugestões possuem o objetivo de reduzir o consumo dos recursos naturais. Sugerir que o foco da economia seja a prestação de serviços acaba por reduzir a quantidade de bens produzida e por consequência reduz também a quantidade de recursos naturais retirados da natureza. Propor que seja retirado o melhor proveito possível dos recursos naturais e que o processo de industrialização tome como exemplo o processo natural faz com que caminhemos para o menor consumo e menor desperdício do capital natural.

Já a Economia Verde sugere que: a) ocorra um redirecionamento dos investimentos públicos e privados para desenvolver o capital natural (água, solo, reservas pesqueiras, etc.), os novos setores e as novas tecnologias, e o capital humano (as pessoas), b) a valoração do capital natural utilizado na produção, c) a instituição de um fundo, formado pela arrecadação de impostos e outros mecanismos de mercado, que permitam financiar os gastos para a transição ao modelo de economia verde.

Algumas propostas da Economia Verde, como a de direcionar investimentos públicos e privados para recuperação do capital natural e a utilização de energias renováveis, são louváveis, no entanto, não há iniciativas que visem a mudança nos padrões de produção e consumo. Mesmo que exista incentivos ao uso de energias renováveis, não é suficiente para poupar os recursos naturais.

Com relação à questão da precificação do capital natural, ou seja, de acrescentar o preço do recurso utilizado e do gasto com a sua recuperação no preço final do produto, cabe destacar que talvez esta medida tenha uma consequência perversa. Ao invés de ocorrer a economia dos recursos o que pode ocorrer é que os produtores paguem o preço para produzir e assim, não se alcança o objetivo de reduzir a demanda sobre os recursos naturais.

A proposta Ecossocialista para a economia incentiva a: modificar o modo de produção, para que ele respeite o ritmo da natureza e produza bens mais duráveis e recicláveis; conceder ao povo a possibilidade de influir na tomada de decisões quanto a realização de investimentos públicos, podendo opinar sobre quando e em que áreas os investimentos públicos devem ser realizados. Trata-se de uma

proposta bastante vanguardista e que contribui muito para o ideal de uma sociedade sustentável.

Para o Ecodesenvolvimento e para a Bioeconomia**,** conforme já abordado neste trabalho**,** o crescimento econômico deve ser freado para poder continuar em outra direção. O novo caminho do desenvolvimento deve sempre levar em consideração o meio ambiente e suas limitações pois não há desenvolvimento sem o componente ambiental. [222]

Assim, o Ecodesenvolvimento propõe que se reoriente o desenvolvimento com base nas necessidades sociais e não na produção. Para tanto, o homem deve aproveitar os recursos do meio onde vive e usá-los de forma parcimoniosa buscando a gestão prudente do meio ambiente. No entanto, destaca Sachs, não se pode perder de vista o objetivo maior de tudo isto, qual seja: a sobrevivência humana. Assim, não é possível defender crescimento zero ou decrescimento para países de terceiro mundo, pois isto os jogaria em um estado de miséria maior do que já se encontram. [223]

Vale destacar as palavras do autor:

> A prudência ecológica exige que raciocinemos em termos de década e de séculos, sem, contudo, cair em um ecologismo igualmente abusivo que, em nome de um conservacionismo intransigente e concebido para a eternidade, chegue a renegar os fundamentos antropocêntricos de toda a filosofia social. [224]

Cabe ainda lembrar outras sugestões de Sachs[225], mencionadas na obra Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável, para a dimensão econômica da sustentabilidade. Segundo o autor, no caminho para a sustentabilidade, os Estados devem ter como preocupação: a) o crescimento econômico em várias frentes, para que não exista dependência apenas de uma única atividade econômica; b) a produção de alimentos de forma que esta possa acompanhar o crescimento da população; c) a inserção de novas tecnologias no intuito de desenvolver a produção local; d) a valorização e incentivo a pesquisa científica, buscando fazer com que os

---

[222] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.p.138-143.
[223] SACHS, **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. p.29.
[224] SACHS, **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. p.30.
[225] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p.86.

pesquisadores tornem-se independentes gerando alternativas que favoreçam a população local; e) a sua manutenção soberana na comunidade internacional, promovendo, desta forma, estabilidade política e econômica.[226]

Já o modelo da Economia Solidária, propõe uma modificação no modo de produção capitalista. No capitalismo existem os donos dos meios de produção (detentores do capital) e os trabalhadores (que não possuem capital por isso vendem sua força de trabalho). Assim, para a teoria, o sistema capitalista perpetua a relação de desigualdade pois, enquanto o foco da classe detentora dos meios de produção for a riqueza e a acumulação de capital, mais se distanciará da classe operária aumentando as desigualdades sociais. [227]

Diante disso a sugestão é a seguinte: a) fusão entre o capital e o trabalho com a produção coletiva, ou de forma associada. Trabalhadores seriam, ao mesmo tempo, donos dos meios de produção e trabalhadores. Desta forma, não haveria diferença de classes sociais; b) os empreendimentos formados a partir do modo de produção coletiva, aplicariam a autogestão, ou seja, os próprios trabalhadores administrariam os seus negócios; c) modificação do objetivo dos empreendimentos, a ideia não seria apenas a acumulação de riqueza, mas a concessão de trabalho digno e renda para os necessitados. [228]

No tocante a teoria que defende o Bem Viver, formalizada pelas Constituições da Bolívia e do Equador, a mudança na economia deveria ser pautada pela mudança na relação homem e natureza. Conforme já amplamente exposto neste trabalho, o homem deve tomar consciência de que faz parte da Terra, e que, portanto, suas atitudes, pensadas apenas em si, desequilibram o todo: água, ar, terra, etc. e geram consequências para outras formas de vida, as quais também fazem parte do planeta. [229]

---

[226] Parágrafo retirado de artigo publicado pela autora desta tese. PRUNER, Dirajaia Esse; KOOL, Solange Lúcia Heck. Desenvolvimento sustentável: a importância das empresas na promoção do trabalho decente. **Revista Eletrônica Direito e Política**, 2013, v.8, n.1. Disponível em:< www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

[227] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 09.

[228] SINGER, Paul Israel. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. p. 09-84.

[229] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** que es y qué no es. p.50-51.

Assim, ao consumir os recursos naturais, ao explorá-los com suas atividades econômicas, o homem deve levar em consideração as suas necessidades bem como as necessidades das demais formas de vida que habitam a Terra. Desta forma, toda a atividade econômica empreendida deve colocar como centro a vida na Terra e cuidar para que o equilíbrio entre homem e natureza seja reestabelecido.

Com base nesta premissa o modelo do Bem Viver "supõe o questionamento da lógica da acumulação e reprodução ampliada do capital e a afirmação de uma lógica de sustentabilidade e reprodução ampliada da vida." [230] Pode-se perceber que o modelo aqui discutido questiona o próprio capitalismo e propõe a fuga deste modelo para um novo sistema, uma sistema que vai mais adiante do que as novas propostas sobre o socialismo e baseia-se na vida.

Ainda com relação às questões econômicas, este modelo defende uma redefinição da produtividade para que não seja mais centrada na maximização do lucro e da eficiência, mas sim para que seja centrada em maximizar a sustentabilidade e a diversidade econômica buscando sempre o equilíbrio entre o homem e a natureza. [231]

Todas as propostas aqui apresentadas buscam formas para fazer com que a manutenção financeira da sociedade não prejudique outras formas de vida que habitam o planeta terra. No entanto, assim como ocorre no conceito de sustentabilidade, as sugestões de cada teoria possuem nuances diferentes dependendo de qual o elemento que colocam em seu centro: homem, vida, crescimento econômico.

Conforme já foi amplamente explanado, colocar o crescimento econômico como foco principal de uma proposta de sustentabilidade econômica é provocar uma inversão entre os meios e os fins. Afinal, a finalidade da sustentabilidade é promover a perpetuação de todas as formas de vida e não a acumulação de capital.

---

[230] LÉON, Magdalena. **Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver**: uma aproximação feminista. p. 60-65.

[231] LÉON, Magdalena. **Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver**: uma aproximação feminista. p. 60-65.

De outro lado, colocar o foco da sustentabilidade econômica em dar melhores condições de vida à espécie humana deixa de lado o fato de que o homem deve viver em harmonia com a natureza pois faz parte dela.

Atualmente, a humanidade vem se distanciando dos motivos pelo qual produz e comercializa e determinados questionamentos são recorrentes: para que produzir? Para quem produzir? Porque produzir? É necessário produzir tanto? Vender tanto? Acumular tanta riqueza?

O padrão de produção e consumo atual deve ser alterado com base na capacidade da natureza de suportar estes padrões. Só é possível produzir e consumir dentro dos limites dos estoques e da possibilidade de renovação dos recursos naturais. As atividades econômicas devem ser reestruturadas como base neste novo padrão.

E, quando desta reestruturação, muitas das proposições das teorias abordadas anteriormente devem ser levadas em consideração: o aproveitamento máximo da produtividade dos recursos naturais, o biomimetismo, a utilização de fontes renováveis de energia, produção de bens duráveis, aumento da participação popular nas decisões sobre investimentos públicos, cooperativismo, etc..

As sugestões dos modelos apresentados acima não excluem uns aos outros, podem ser utilizados de forma complementar. Conforme já exposto anteriormente, o caminho para a sustentabilidade não é único, ele pode ser realizado de diversas formas, e com diversas condutas, podendo até o crescimento fazer parte deste caminho.

No entanto, é certo que, no caminho para uma sociedade sustentável é necessário que se reoriente as práticas econômicas no sentido de servirem a sociedade e não a sociedade servir a economia. Portanto, há uma grande batalha a ser vencida pela economia na busca por uma sociedade sustentável, é necessário: “erradicar a miséria humana, reduzir a desigualdade, respeitar a capacidade do meio

ambiente e manter a inovação." Para tanto, modificações políticas e econômicas profundas devem ocorrer. [232]

Desta forma, um fator importante, inclusive para a economia, é a mudança de postura da sociedade. Na medida em que os homens mudam seu pensamento em direção à sustentabilidade, seu comportamento se transforma e acaba influenciando a política, a economia e o mercado. [233]

Quando o homem começar a agir de modo mais sustentável consumindo menos, usando o transporte coletivo (ou compartilhando seu meio de transporte com outras pessoas), realizando trabalho voluntário, etc., ele estará enviando ao mercado uma mensagem importante: o motor da economia mudou, não se está mais consumindo por consumir e assim serão alteradas as bases econômicas que organizam a sociedade. Empresas ganharão espaço por suas atitudes sustentáveis e aquelas que não aderirem serão punidas pelo mercado. [234]

Assim, conforme defendem os estudiosos: "A transição econômica é uma questão de vontade e não de recursos. Caso os valores e as prioridades se modifiquem, os recursos estão disponíveis." [235]

A realização de todas estas sugestões apontadas acima deve ocorrer desde que a geração de riquezas seja feita de modo ambientalmente sustentável e com mecanismos que proporcionem a sua distribuição justa e homogênea.[236]

1.5.3 Dimensão Social

O Modelo Standard de sustentabilidade tem, como já abordado neste trabalho, o foco de acabar com a pobreza, grande causadora da degradação

---

[232] RASKIN, Paul; BANURI, Tariq; GALLOPÍN, Gilberto; GUTMAN, Pablo; HAMMOND, Al; KATES, Robert; SWART, Rob. **La gran transición:** la promesa y la atracción del futuro**.** CHILE: CEPAL, Global Scneario Group, Stockholm Environment Institute, Disponível: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/4143>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016. p.52-53.

[233] RASKIN, Paul; BANURI, Tariq; GALLOPÍN, Gilberto; GUTMAN, Pablo; HAMMOND, Al; KATES, Robert; SWART, Rob. **La gran transición:** la promesa y la atracción del futuro**.** p.52-53.

[234] RASKIN, Paul; BANURI, Tariq; GALLOPÍN, Gilberto; GUTMAN, Pablo; HAMMOND, Al; KATES, Robert; SWART, Rob. **La gran transición:** la promesa y la atracción del futuro**.** p.52-53.

[235] RASKIN, Paul; BANURI, Tariq; GALLOPÍN, Gilberto; GUTMAN, Pablo; HAMMOND, Al; KATES, Robert; SWART, Rob. **La gran transición:** la promesa y la atracción del futuro**.** p.53.

[236] FERRER, Gabriel Real. **Del derecho ambiental al derecho de la sostenibilidad**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha. p.10.

ambiental e social nos dias de hoje. Para isso, o crescimento feito por meio das empresas e dos mercados é tido como a solução para os problemas. E, nesse meio, o capital humano deve ser protegido, cuidando-se da saúde, das habilidades e da educação do trabalhador. Além disso deve-se investir na proteção e manutenção do capital social (entendido como a confiança que a sociedade tem nos negócios, por serem eles honestos, fazerem bem à sociedade, etc.). [237]

Desta forma, a transição até uma sociedade sustentável, conforme o Modelo Standard, preocupa-se com as pessoas que o compõe e com o grau de confiança que seus parceiros lhes depositam.

Para o modelo do Capitalismo Natural o desperdício dos recursos naturais, do dinheiro, e da mão de obra leva à precarização da sociedade. Assim, em uma sociedade sustentável, que se organiza tomando por base a proteção, a manutenção e a expansão do capital natural, existem mais recursos naturais e, portanto, empresas e poder público podem se preocupar menos com poluição e com a destinação de detritos, dando mais atenção aos trabalhadores e à sociedade. A existência de recursos naturais em larga escala leva os homens à segurança, à felicidade e ao trabalho.[238]

O modelo da Economia Verde, pretende, por meio da melhoria do meio ambiente, proporcionar bem-estar e igualdade social a toda a humanidade.

Segundo o PNUMA a pobreza está diretamente ligada a exclusão de determinadas camadas da sociedade que não têm acesso, ou têm acesso precário, à educação, saúde, trabalho, crédito, etc., e a Economia Verde tem como objetivo gerar oportunidades sem reduzir os estoques de recursos naturais. Desta forma, o programa tem como estratégias: a) investir em pequenos agricultores, orientando-os a produzir protegendo o capital natural e assim aumentar a produção de alimentos para atender aos mais necessitados; b) investir na conservação e limpeza da água e no desenvolvimento de solo fértil, usando a própria comunidade carente para trabalhar de forma remunerada na manutenção de água limpa e solo fértil, assim, os

---

[237] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** Que es y qué no es. p.31-36.

[238] HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. O Capitalismo natural. **Revista Exame** de 30 de abril de 2000. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/715/noticias/o-capitalismo-natural-m0053454>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016. p.1.

mais necessitados podem usar estes bens básicos para seu sustento; c) melhorar a qualidade da água e o acesso a serviços sanitários pois, em populações miseráveis gasta-se muito tempo e dinheiro para conseguir água limpa e muito dinheiro para curar doenças que poderiam ser evitadas com adequação sanitária; d) proporcionar a energia limpa para pessoas de baixa renda que ainda precisam do carvão, da querosene ou de outras formas de energias que são caras e sujas. Tais energias além de terem o custo alto, às vezes, como é o caso da querosene e do carvão, trazem perigos de acidentes domésticos e de doenças respiratórias; e) desenvolver o turismo como atividade geradora de renda.[239]

Ainda cabe destacar que a Economia Verde pretende gerar empregos verdes. Assim sendo, a transição para a Economia Verde faria deixar de existir os empregos ligados ao uso e extração de energias caras e não renováveis ao mesmo tempo que criaria novos empregos ligados à geração e transmissão de energia mais barata e renovável. [240]

Para o Ecossocialismo a sociedade deveria ter direito a participar ativamente das decisões políticas sobre investimentos, podendo opinar sobre quais tipos de investimentos devem ser realizados e quando devem ser realizados. Além disso, deveriam ser considerados direitos básicos de todo cidadão a água pura, o solo fértil, o ar limpo, os alimentos orgânicos, etc.. [241]

Para o Ecodesenvolvimento, conforme já exposto em outros momentos deste trabalho, a preocupação de Sachs, defensor do modelo, é a sobrevivência do homem. A todo momento o autor lembra que a discussão de sustentabilidade não pode se perder em radicalismos ecologistas e, portanto, o homem é a peça central disto tudo, é para ele que se pensa a teoria. Assim, o Ecodesenvolvimento deve se preocupar em levar o homem à realização, com emprego, saúde, segurança, respeito às diferentes culturais, etc.. [242]

---

[239] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**. **Síntese para tomadores de decisão.** p.9-12

[240] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**. **Síntese para tomadores de decisão .** p.12

[241] LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**. p.1-4.

[242] SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. p.29.

Ainda, na transição até a sociedade sustentável socialmente, deve-se dar atenção às pessoas do lugar, buscando a solução para problemas sociais dentro da comunidade, levando em consideração sua história, sua cultura, e envolvendo a comunidade nas decisões.[243]

Desta forma, é necessário:

> [...] um grande conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo como as pessoas se relacionam com o meio ambiente, como elas enfrentam seus dilemas cotidianos, quais são suas ecotécnicas para a produção de alimentos. [...] o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias é fundamental, pois eles são os maiores conhecedores das realidades locais, além de serem os maiores interessados em identificar suas necessidades e transmitir o saber acumulado na comunidade. [244]

Somente adotando estas práticas a sociedade pode vislumbrar o "[...] alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; a distribuição de renda justa; emprego pleno e /ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. [245]

Assim, ao propor a homogeneidade social para uma sociedade sustentável está se propondo a igualdade social. Esta igualdade seria gerada por uma série de ações as quais passariam pela distribuição de renda, acesso ao emprego pleno (o qual pudesse trazer qualidade de vida ao trabalhador) e ainda e igualdade de acesso aos serviços sociais. [246]

Na Economia Solidária, ser sustentável socialmente é aproximar o capital do trabalho. Os meios de produção deveriam ser de propriedade dos trabalhadores e assim, não haveria diferença de classes sociais pois todos seriam donos do capital e trabalhadores.

Sendo o trabalhador o dono do meio de produção, conforme já abordado neste trabalho, algumas condições se destacariam: a) o trabalhador se sentiria mas

---

[243] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.p.138-143.

[244] LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.p.138-143.

[245] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável,** p.85.

[246] Parágrafo retirado de artigo publicado pela autora desta tese. PRUNER, Dirajaia Esse; KOOL, Solange Lúcia Heck. Desenvolvimento sustentável: a importância das empresas na promoção do trabalho decente. **Revista Eletrônica Direito e Política**, 2013, v.8, n.1. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>.Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

responsável pela atividade que ele realiza; b) o trabalhador entenderia que o seu ganho depende apenas do seu trabalho, sem empregadores para intermediar; c) os trabalhadores seriam empoderados, pois teriam saído da condição de marginalizados pela sociedade para a condição de donos da produção; d) o incremento da solidariedade entre os trabalhadores os quais perceberiam que trabalhando em conjunto haveria benefício para todos; e) os trabalhadores se gerenciariam colocando em prática a autogestão. [247]

Assim, o que se percebe é que a Economia Solidária é uma proposta que tem como centro o homem, o trabalho como uma atividade que lhe gera satisfação das suas necessidades, solidariedade, autogestão, melhora da qualidade de vida e do trabalho e o desenvolvimento local. [248]

No tocante ao Bem Viver, o modelo defende que, no mundo de hoje, as sociedades se organizam de forma diversificada e a constatação e compreensão desta diversidade torna possível que determinados assuntos, como o trabalho e a renda, sejam repensados. [249] No Equador, por exemplo, após a adoção do modelo do Bem Viver houve uma mudança significativa com relação ao trabalho, o qual foi alçado a eixo da economia do país. Foram valorizadas atividades que até então eram marginalizadas e estigmatizadas, como o trabalho no campo, o trabalho da dona de casa, entre outros, desta forma a sociedade e o Estado passaram a dar valor para atividades que, em um país tão carente, acabam por garantir a manutenção das pessoas. [250]

Além disso, para a transição à sociedade sustentável, deve ser dada maior atenção às comunidades locais para que elas sejam ouvidas quando da resolução de problemas pois possuem a experiência e o conhecimento necessário para operar a transformação.

---

[247] SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária.** p. 09.
[248] BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad**: que es y qué no es. p.50.
[249] LÉON, Magdalena. **Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver**: uma aproximação feminista. p. 60-65.
[250] LÉON, Magdalena. **Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver**: uma aproximação feminista. p. 60-65.

Assim sendo, ensina Gabriel Ferrer[251] que a dimensão social da sustentabilidade é algo amplo pois trata da atividade humana. Tudo o que diz respeito ao homem pode ser compreendido como a dimensão social da sustentabilidade, como por exemplo: "[...] a proteção da diversidade cultural, a garantia real do exercício dos direitos humanos, passando por acabar com qualquer tipo de discriminação, o acesso a educação [...]".

Conforme já explicado quando da abordagem das dimensões anteriores, as teorias aqui explicadas não se anulam. Elas apresentam vários caminhos para que a sustentabilidade social se efetive. Permeando todas elas está o respeito à vida humana e à sua dignidade. Portanto, as estratégias aqui abordadas possuem um só foco: fazer com que o homem viva com dignidade.

Segundo Gabriel Ferrer[252], atualmente, o debate sobre sustentabilidade social está focado em discutir uma nova governança e a exclusão social.

A transição para uma sociedade sustentável exige uma nova governança que será baseada na criação de instituições locais, nacionais e internacionais capazes de discutir e promover a sustentabilidade[253] e ainda na modificação daquelas instituições que já estão criadas. Conforme será visto no capítulo que tratará da Organização Internacional do Trabalho – OIT e da Organização Mundial do Comércio - OMC, discute-se muito sobre a mudança do papel da OIT frente ao mercado internacional e inclusive sobre a mudança do papel da OMC frente aos direitos dos trabalhadores.

No tocante a exclusão social este trabalho, assim como Gabriel Ferrer[254], entende que ela se caracteriza quando as necessidades básicas das pessoas não são satisfeitas e quando as pessoas são impedidas de participar da sociedade. Quando uma pessoa não possui trabalho, moradia, educação, saneamento básico, etc., ela está excluída do desenvolvimento. Pessoas nestas condições não possuem

---

[251] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.5.
[252] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.5-6.
[253] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.5-6.
[254] FERRER, Gabriel Real. **El Principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. p.5-6.

liberdade de fazer escolhas e é por este motivo que o capítulo que tratará de direitos fundamentais também abordará a teoria das necessidades no intuito de demonstrar que a satisfação das necessidades básicas confere liberdade ao indivíduo e, portanto, contribui para o respeito da sua dignidade humana.

O objetivo deste capítulo foi o de buscar as origens e o conceito de sustentabilidade. Como o leitor pode observar, o conceito de sustentabilidade foi construído a partir de relatos históricos de eventos e trabalhos internacionais e nacionais publicados acerca do tema, com ênfase às discussões empreendidas pela ONU e seus órgãos.

Dos relatos aqui realizados verifica-se que a sociedade sustentável tem como um dos seus componentes indispensáveis a promoção de uma vida digna para quem nela convive. Desta forma, se a promoção da sustentabilidade depende da promoção da dignidade humana, o próximo capítulo tem o objetivo de expor as origens e o conceito da dignidade humana a fim de que ao final da tese seja possível compreender se a inclusão de cláusulas sociais nos acordos multilaterais de comércio, firmados pela Organização Mundial do Comércio – OMC, promove a dignidade humana e, por consequência, a sustentabilidade social.

CAPÍTULO 2 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS[255]

Novamente mister se faz ressaltar o objetivo desta tese de doutorado: sustentar que a adoção de cláusulas sociais em acordos multilaterais de comércio é instrumento de promoção da sustentabilidade.

Tendo em vista o conceito de sustentabilidade visto no capítulo anterior, é importante relembrar que, independentemente da base teórica adotada, seja a que centra o conceito de sustentabilidade na perpetuação da espécie humana ou aquela que concentra o conceito de sustentabilidade na perpetuação de todas as formas de vida, a sustentabilidade busca uma mudança para a construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa da natureza, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

Como se pôde visualizar no capítulo anterior, a dignidade da pessoa humana é uma condição indispensável para que a sociedade sustentável se realize.

Portanto, reafirma-se: não há sustentabilidade com pobreza, fome, miséria, ou desigualdade social. Assim, para que a espécie humana possa se perpetuar de maneira sustentável é de extrema necessidade que seja reconhecida, garantida e concretizada a dignidade humana a qual se concretiza por meio dos direitos fundamentais.

Desta forma, o presente capítulo tem como objetivos específicos: compreender os direitos fundamentais e a dignidade humana e relacioná-los com a sustentabilidade.

Nos dias de hoje a discussão sobre direitos fundamentais é revestida de extrema atualidade. São muitas as obras, seminários, congressos, entre outros eventos, que tratam do tema.

No entanto, é perceptível um certo dissenso no tocante à terminologia e a

[255] O texto apresentado nesta introdução de capítulo foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse; GARCIA, M. L. . Direitos fundamentais e trânsito à modernidade: ahistórica questão terminológica das normas definidoras de direitos. *In* CADEMARTORI, Sérgio Urquhart; MARTINS, Rui Decio; DECAT, Thiago Lopes (Coord). **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara.** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 198-217.

conceituação dos mesmos, daí a necessidade de aprofundar o tema. Além do dissenso, várias são as teorias que se aventuram a conceituar os direitos fundamentais e muitas delas se perdem no excesso de simplicidade.

Desta forma, inicialmente, buscar-se-ão, esclarecimentos a respeito das várias terminologias e conceitos utilizados para nominar a categoria de direitos que aqui serão discutidos.

Para a completa compreensão do conceito serão analisadas as dimensões dos direitos fundamentais (ética, jurídica e social) e os seus processos de evolução histórica, abordando o processo de positivação, de generalização, de internacionalização e de especificação.

E ainda, com o objetivo de aprofundar o conceito de direitos fundamentais, serão expostas algumas posições doutrinárias acerca da necessidade de uma visão integral destes direitos, sem a qual o conceito aqui discutido não seria possível.

Será abordada ainda a dignidade da pessoa humana e sua relação com o trabalho decente, de suma importância para a presente pesquisa. O subitem iniciará abordando brevemente como a dignidade humana foi discutida ao longo da história para, por derradeiro, poder conceituá-la.

Ao final do capítulo será analisada a Teoria das Necessidades e suas contribuições para a presente pesquisa. O objetivo do subtópico é correlacionar esta teoria com os direitos fundamentais dos trabalhadores – DFT.

É importante ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de elaborar um tratado sobre direitos fundamentais, até porque outros autores de alta qualificação já o fizeram, e aqui serão utilizados como base. A ideia principal é fornecer ao leitor certo aporte teórico além de um ajuste terminológico e conceitual para a compreensão do objetivo central da pesquisa.

2.1 CONCEITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS[256]

Cumpre registrar que os direitos fundamentais são intitulados e conceituados pela doutrina e pelo senso comum de várias formas.

Segundo Sarlet[257], as expressões amplamente utilizadas são: direitos humanos, direitos do homem, direitos subjetivos públicos, liberdades públicas, direitos individuais, liberdades fundamentais, e direitos humanos fundamentais. Esta pluralidade de termos e conceitos conduz à ausência de consenso, o que dificulta o estudo da matéria. No entanto, destaca o autor:

> [...] a moderna doutrina constitucional, ressalvadas algumas exceções, vem rechaçando progressivamente a utilização de termos como "liberdades públicas", "liberdades fundamentais", "direitos individuais" e "direitos públicos subjetivos", "direitos naturais", "direitos civis", assim como as suas variações, porquanto – ao menos como termos genéricos – anacrônicos e, de certa forma, divorciados do estágio atual da evolução dos direitos fundamentais no âmbito de um Estado (democrático e social) de Direito, até mesmo em nível do direito internacional, além de revelarem, com maior ou menor intensidade, uma flagrante insuficiência no que concerne à sua abrangência, visto que atrelados a categorias específicas do gênero direitos fundamentais. (Grifo do autor) [258]

Peces-Barba[259] ensina que essas expressões foram cunhadas no mundo moderno, quando da transformação da cultura comunitária da Idade Média para a cultura individualista da Idade Moderna. Foram surgindo aos poucos, em decorrência de evoluções culturais, contexto histórico, interesses, ideologias, ciência e filosofia.

José Afonso da Silva[260] entende que muitas dessas expressões estão em desuso, pois atreladas a determinadas categorias específicas de direitos fundamentais e não representariam a totalidade destes direitos.

---

[256] O texto apresentado neste subtópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse; GARCIA, M. L. . Direitos fundamentais e trânsito à modernidade: a histórica questão terminológica das normas definidoras de direitos. *In* CADEMARTORI, Sérgio Urquhart; MARTINS, Rui Decio; DECAT, Thiago Lopes (Coord). **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara.** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 198-217.

[257] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. p.31.

[258] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.31-32.

[259] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. Madrid: Boletin Oficial del Estado, 1999. p.22.

[260] SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p.157.

Destaca-se que este trabalho não abordará o significado de todas as expressões acima elencadas, mas centrar-se-á em analisar as expressões direitos humanos e direitos fundamentais, as quais são mais comuns entre os doutrinadores que serão aqui mencionados e, segundo os mesmos, seriam as mais abrangentes.

Para Sarlet[261] em uma explicação simples e didática, é possível admitir três nomenclaturas: direitos do homem, direitos humanos e direitos fundamentais.

Os direitos do homem, também nominados de direitos naturais, seriam aqueles direitos que nascem da simples condição humana. Podem ser compreendidos como direitos da era pré-histórica dos direitos humanos e fundamentais. Seria a designação utilizada em uma fase anterior ao reconhecimento dos direitos humanos internacionalmente e dos direitos fundamentais nacionalmente. [262]

Conforme ensina Bobbio[263], os direitos do homem, ou naturais, não podem ser confundidos com os direitos humanos, uma vez que os direitos humanos, além de se originarem da natureza humana, são também "[...] direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem", o que não ocorre com os direitos naturais, entendidos como aqueles que passam a existir junto e automaticamente com o nascimento do homem e pelo fato de ser homem.

Desta forma, os direitos humanos seriam os direitos naturais, e mais tantos outros, reconhecidos e positivados na esfera internacional, independentemente de positivação na esfera nacional. São direitos válidos para todos os povos e tempos, obtidos com base em lutas históricas e em transformações da humanidade. [264]

Já os direitos fundamentais seriam aqueles reconhecidos, positivados e protegidos pela Constituição de um Estado.[265] De acordo com Canotilho[266], os direitos fundamentais "[...] são os direitos do homem jurídico-institucionalmente

---

[261] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.34.
[262] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.34.
[263] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. p.32.
[264] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.31.
[265] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.32-34.
[266] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998. p.259.

garantidos e limitados espaço-temporalmente [...] seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta."

Portanto, quanto à diferença entre as expressões direitos humanos e direitos fundamentais, destaca Sarlet:

> [...] a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais também pode encontrar um fundamento, na circunstância de que, pelo menos de acordo com uma determinada concepção, os direitos humanos guardam relação com uma concepção jus naturalista (jus racionalista) dos direitos, ao passo que os direitos fundamentais dizem respeito a uma perspectiva positivista.[267]

No entanto, explica esse doutrinador, há vários motivos para que esta confusão entre as expressões aqui estudadas se estabeleça, cabe aqui citar dois deles.

Em primeiro lugar, no Brasil, a utilização da expressão direitos fundamentais, para aqueles que foram positivados na norma constitucional, já se justificaria pelo simples fato de que a Constituição Brasileira de 1988 possui um título nominado Direitos e Garantias Fundamentais, em que pese existir momentos em que se utiliza das expressões direitos humanos, direitos e liberdades fundamentais, direitos e garantias individuais, etc.. [268]

Em segundo lugar, os direitos fundamentais são também direitos humanos, tendo em vista que o titular dos mesmos são os homens, mesmo que de forma coletiva. [269]

Desta forma, "[...] as expressões "direitos fundamentais" e "direitos humanos" (ou similares), em que pese sua habitual utilização como sinônimas, se reportam, por várias possíveis razões, a significados distintos."[270]

Pérez Luño[271] também reconhece a existência das nomenclaturas citadas por Sarlet: direitos naturais, direitos fundamentais, direitos individuais, direitos subjetivos, direitos públicos subjetivos, liberdades públicas, etc. e trabalha fazendo a

---

[267] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.33.
[268] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.31.
[269] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.31.
[270] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.33.
[271] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. 9. ed. Madrid: Tecnos, 2005. p.32.

distinção entre essas expressões e a expressão direitos humanos, o que, conforme já mencionado, não será realizado neste trabalho.

Ao tratar das expressões direitos humanos e direitos fundamentais explica que esta última surgiu na França, em 1770, quando se discutia a criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pelo Estado francês em 1789. Depois disso a expressão foi utilizada na Alemanha para nomear o sistema legal que dispunha sobre as relações entre o indivíduo e o Estado.[272]

Portanto, os primeiros usos da expressão direitos fundamentais foram, realmente, no intuito de indicar uma ordem de direitos aprovados pelo Estado. Desta forma, segundo Pérez Luño[273], grande parte da doutrina defende a utilização da expressão direitos humanos para aqueles direitos reconhecidos em documentos internacionais e a expressão direitos fundamentais para os direitos humanos reconhecidos e positivados pelas constituições.

Assim, depois de várias explicações, o autor propõe um conceito de direitos humanos como:

> "[...] um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam a dignidade, a liberdade e a igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas e positivadas pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional."[274] (Tradução nossa)

E, quanto à expressão direitos fundamentais, explica o autor que esta é utilizada para nominar os "[...] direitos humanos garantidos pelo direito positivo, na maioria dos casos na Constituição, e geralmente gozam de uma proteção reforçada.".[275] (Tradução nossa)

Ainda vale destacar um ponto importante das definições referidas. Para Pérez Luño[276] a expressão direitos humanos descreve direitos e liberdades reconhecidos em documentos internacionais mas envolve, também, os direitos intimamente ligados à satisfação das necessidades humanas, que deveriam ter sido objeto de positivação mas não o foram. Já a expressão direitos fundamentais possui um

[272] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Los derechos fundamentales.** Madrid: Tecnos, 2013. p.21.
[273] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Los derechos fundamentales.** p.21.
[274] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. p.50.
[275] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Los derechos fundamentales**. p.23.
[276] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Los derechos fundamentales**. p.24.

sentido preciso e rigoroso, pois é usada para descrever o conjunto de direitos e liberdades institucionalmente reconhecidos e garantidos pelo direito positivo.

Para Peces-Barba[277], a expressão direitos naturais era utilizada para elencar aqueles direitos inerentes à própria condição humana, que surgiam com o nascimento do homem. Posteriormente, quando, junto com Deus, o homem passou a legislar, os direitos que foram conquistados e garantidos com lutas sociais, evolução civilizatória e documentos internacionais, foram intitulados de direitos humanos.

No entanto, o autor entende que a melhor expressão a ser utilizada é direitos fundamentais, em que pese às vezes utilizar a expressão direitos humanos, e expõe quatro motivos para pensar desta forma:

> a) É mais precisa e menos ambígua que a expressão direitos humanos.
>
> b) Pode abarcar as duas dimensões dos direitos humanos sem incorrer em reducionismos jus naturalistas ou positivistas [...].
>
> c) É mais adequada que as expressões “direitos naturais” ou “direitos morais” que mutilam os direitos humanos de sua faceta positiva. [...]
>
> d) É mais adequada que a expressão “direitos públicos subjetivos” ou “liberdades públicas” que podem perder de vista a dimensão moral [...].[278] (Grifo do autor) (Tradução nossa)

Para ele, a expressão direitos fundamentais envolve tanto pressupostos éticos quanto componentes jurídicos e sociais, ou seja, o conceito de direitos fundamentais teria três dimensões: ética, jurídica e social. Tais dimensões têm importância destacada para a visão integral dos direitos fundamentais, que será abordada mais adiante nesta pesquisa.[279]

Sanchis partilha da mesma posição sobre o assunto:

> [...] os direitos fundamentais como categoria ética, cultural e histórica – quer dizer pré-jurídica – não constituem um conceito fechado e acabado que os ordenamentos positivos podem tão somente acolher ou rejeitar em sua totalidade, mas constituem sim um conceito aberto

[277] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.22.
[278] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales:** teoría general. p.37.
[279] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.109-112.

> a diferentes concepções e desenvolvimento. [280] (Tradução nossa)

Os pressupostos éticos advêm do fato de que os direitos fundamentais possuem uma raiz moral, chamada também de pretensão moral. Esta raiz moral é a fundamentação dos direitos fundamentais e deve ser justificada por valores como: dignidade da pessoa humana, liberdade, igualdade e solidariedade. [281]

Há que se destacar que, para compreender esta fundamentação dos direitos aqui referidos é necessário conhecer a origem dos mesmos e sua evolução histórica, as quais serão abordadas nos próximos tópicos desta pesquisa. [282]

Para que tais direitos sejam eficazes na vida social, devem pertencer ao ordenamento jurídico, conhecendo-se assim sua função, ou seja, para que servem. Esta é a dimensão jurídica do conceito de direitos fundamentais. [283]

Não há sentido em estudar a fundamentação de um direito se ele não está positivado. Também não há sentido em se falar de um direito fundamental sem compreender ou encontrar sua raiz moral. [284]

Segundo Peces-Barba,[285] ao verificar-se que uma pretensão moralmente justificada não pode ser positivada (por vários motivos: por falta de validade; pela impossibilidade de ser um direito igual para todos em virtude da situação de escassez do país ou Estado) ela não é relevante.

Para o autor:

> No horizonte de compreensão dos direitos humanos, moral e Direito aparecem conectados com o Poder. Os direitos fundamentais que se originam e se fundamentam na moralidade e que desembocam no Direito o fazem através do Estado, que é ponto de referência da realidade jurídica a partir do trânsito para a modernidade. Sem o

---

[280] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** Lima: Palestra Editores, 2002. p.38.

[281] GARCIA, Marcos Leite; MELO, Osvaldo Ferreira de. Reflexões sobre o conceito de direitos fundamentais. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.4, n.2, 2. quadrimestre de 2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/7231/4118>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016. p.307.

[282] GARCIA, Marcos Leite; MELO, Osvaldo Ferreira de. Reflexões sobre o conceito de direitos fundamentais. p.307.

[283] GARCIA, Marcos Leite; MELO, Osvaldo Ferreira de. Reflexões sobre o conceito de direitos fundamentais. p.309.

[284] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.104.

[285] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.104.

> apoio do Estado, estes valores morais não se convertem em direito positivo, e por consequência, carecem de força para orientar a vida social em um sentido que favoreça sua finalidade moral. [286] (Tradução nossa)

As pretensões morais justificadas de uma comunidade servem de base para o ordenamento jurídico. Exigências de dignidade, liberdade, igualdade, participação política, etc., constituem o valor moral de uma comunidade que, quando é traduzido pelo direito, pode ser chamado de moralidade positiva ou legalizada. [287]

No entanto, quando os valores morais de uma sociedade não se incorporam ao direito positivo o povo reclama pela mudança do direito positivo pelo Estado, ao que se chama de moralidade crítica.[288]

Destaca o autor que a norma de direito positivo que legaliza a moralidade não é um fim em si mesma. A partir da positivação de um pressuposto de moralidade, a norma entra em desenvolvimento, é interpretada e aplicada, a ponto de afetar o sentido e função do próprio direito que foi positivado. [289]

É em virtude do papel destacado da pretensão moral para a formação dos direitos fundamentais, que se destaca a importância da compreensão do porquê (fundamentação) dos direitos e do para quê (função) dos direitos e ainda, da atividade do poder que transforma os princípios morais em princípios políticos e depois os transforma em legislação. [290]

Há ainda uma outra dimensão para o conceito de direitos fundamentais, a social. Há que se levar em conta que a eficácia dos direitos fundamentais depende do meio social em que estão inseridos. A sociedade na qual os direitos fundamentais serão inseridos deve estar preparada para recebê-los, respeitá-los, exigi-los. Além de a sociedade estar preparada, a legislação deve ser adaptada para colocar em prática os direitos fundamentais, protegê-los e disponibilizar à população um aparato com a finalidade de possibilitar que estes direitos sejam praticados, garantidos e

---

[286] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.105.
[287] FERNÁNDEZ GARCÍA, Eusebio. **Filosofia política y derecho.** Madrid: Marcial Pons, 1995. p.23.
[288] ARAÚJO, Marcelo de. **Moralidade positiva e moralidade crítica**. Porto Alegre, v. 60, n.1, jan-abr. 2015. p.148-186. p. 151.
[289] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.106.
[290] GARCIA, Marcos Leite; MELO, Osvaldo Ferreira de. Reflexões sobre o conceito de direitos fundamentais. p.310.

exigidos. [291]

Sanchis também defende a influência de questões sociais e culturais na formação do conceito de direitos fundamentais. Para o autor, a busca pelo conceito integral de direitos fundamentais "[...] implica aceitar que as mais importantes pretensões morais não são sempre as mesmas e dependem de contextos sociais e culturais." [292] (Tradução nossa)

Assim, para Peces-Barba, os direitos fundamentais são:

> a) Uma pretensão moral justificada com tendência a facilitar a autonomia e a independência, enraizada nas ideias de liberdade, igualdade e dignidade, com aportes dos conceitos de solidariedade e segurança jurídica, construída pela reflexão racional realizada durante a evolução histórica do mundo moderno, com contribuições sucessivas da filosofia moral e política liberal, democrática e socialista. [...]
>
> b) Um subsistema dentro do sistema jurídico, o Direitos dos direitos fundamentais, o que supõe que a pretensão moral justificada seja tecnicamente incorporável a uma norma, que possa obrigar os destinatários das obrigações jurídicas [...].
>
> c) Os direitos fundamentais são também uma realidade social, atuante na vida social e, portanto, condicionamos sua existência a fatores extrajurídicos de caráter social, econômico, ou cultural, que favorecem, dificultam ou impedem sua efetividade [...][293] (Tradução nossa)

Desta forma, para a compreensão dos fundamentos e das funções dos direitos fundamentais, não há que se levar em conta apenas moral e norma, mas também o meio social em que estas normas são aplicadas.

Diante do texto acima exposto percebe-se que muitos dos doutrinadores citados admitem que os direitos fundamentais não possuem um conceito fechado, pelo contrário, o conceito de direitos fundamentais é aberto e sofre influências do contexto histórico, da ética, do direito e do meio social em que estão inseridos.

Como ensina Sanchis, os conceitos de direitos fundamentais aqui expostos não indicam quais são as pretensões morais destacadas, e de relevada importância,

---

[291] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.112.
[292] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.37.
[293] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.109-112.

que poderiam ser universalizadas mas, ao menos, demonstram quais os valores que devem embasá-las: dignidade, liberdade e igualdade. [294]

Neste trabalho será utilizada a terminologia e o conceito de direitos fundamentais de Peces-Barba.

Ressalta-se que o conceito será aprofundado no próximo tópico abordando-se suas raízes históricas, tendo em vista que o estudo dos processos de evolução histórica dos direitos fundamentais tem importância destacada na compreensão dos conceitos destes direitos.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS[295]

Segundo entende Garcia[296], para a compreensão da visão integral dos direitos fundamentais, duas análises são necessárias: a) a de suas dimensões ética, jurídica e social (a qual já foi realizada no tópico anterior) e b) a de sua evolução histórica.

Apenas o estudo dos fundamentos das pretensões morais justificadas, que originaram os direitos fundamentais, permite a compreensão de um conceito integral dos mesmos. E este fundamento reside justamente em lutas históricas que ocorreram, e ainda ocorrem, no seio das sociedades. [297]

De acordo com Pérez Luño[298], há teóricos que entendem que os direitos fundamentais pressupõem uma evolução histórica que teve início na Idade Antiga, outros entendem que a origem destes direitos é relacionada com a afirmação da dignidade do homem pela Igreja.

---

[294] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.38.

[295] O texto apresentado neste subtópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse; GARCIA, M. L. . Direitos fundamentais e trânsito à modernidade: a histórica questão terminológica das normas definidoras de direitos. *In:* CADEMARTORI, Sérgio Urquhart; MARTINS, Rui Decio; DECAT, Thiago Lopes (Coord). **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara.** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 198-217.

[296] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. *In:* **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 46, 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2343>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014. p.2.

[297] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.145.

[298] PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. p.30.

No entanto, a teoria mais frequente é aquela em que os direitos fundamentais surgem em um momento histórico de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, que Peces-Barba costuma chamar de trânsito para a modernidade.[299]

A presente pesquisa utilizará como base teórica a corrente defendida por Peces-Barba, segundo a qual não se pode tratar de direitos fundamentais antes do trânsito para a modernidade. Antes desta época existiam apenas ideias dispersas sobre dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade, no entanto, a junção desses valores, a qual embasou a criação dos direitos fundamentais, é algo que ocorre em um determinado momento político e jurídico e este momento é o trânsito para a modernidade. [300]

Esta noção de liberdade, igualdade e dignidade, que dá fundamento ao conceito de direitos fundamentais, não é construída do dia para noite, ocorre paulatinamente e vai se cristalizando na medida em que ocorre a mudança da Idade Média para a Idade Moderna. [301]

O trânsito à modernidade é uma expressão utilizada por Peces-Barba e outros doutrinadores que preferem não se referir ao Renascimento, mas sim ao período que ocorre entre os séculos XIV – XVIII, em que a sociedade vai se transformando vagarosamente e preparando o terreno para o surgimento dos direitos fundamentais.[302]

Assim, o estudo das transformações ocorridas no mundo nessa época é um passo importante para a compreensão dos direitos fundamentais.

Segundo os historiadores, é no século XIV que se inicia a Baixa Idade Média, a qual se estenderá até o século XVI. Tratou-se de um período marcado por várias crises: houve fome, peste negra, guerras e rebeliões. [303]

---

[299] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.145.
[300] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.113.
[301] GARCIA, Marcos Leite. O processo de formação do ideal dos direitos fundamentais: alguns aspectos destacados da gênese do conceito. *In*: **XIV CONPED**I, 2005, Fortaleza. Disponível em:<http://www.org/manaus/arquivos/Anais/Marcos%20Leite%20Garcia.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014. p.6.
[302] GARCIA, Marcos Leite. O processo de formação do ideal dos direitos fundamentais: alguns aspectos destacados da gênese do conceito. p.6.
[303] FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade média. Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.35-46.

Durante o século XV a situação melhorou, o comércio teve um crescimento extraordinário. Este crescimento foi fruto: a) das modificações que ocorreram na sociedade feudal (o crescimento das cidades, da população, o aumento da produção e circulação de mercadorias davam à época um certo dinamismo que impulsionou o comércio); b) de algumas necessidades da Europa (como o trigo, metais preciosos e especiarias); c) de uma série de facilitadores da expansão (como o espírito desbravador dos europeus, a posição geográfica dos ibéricos e o progresso náutico). Estes fatores deram base para a chamada expansão comercial. [304]

Todas as atividades econômicas e demais aspectos da vida material, política, artística e religiosa sofreram influências do crescimento comercial europeu. Tanto no campo como na cidade o impacto das novas demandas e das novas ofertas foi sentido.

Na opinião de Roberto Barreto Prado[305], os germes de uma nova era estavam florescendo desde o século XI (quando também houve um aumento considerável do comércio, crescimento das cidades e aumento da população) e agora, após o século XV, começavam realmente a aparecer configurando a transição da Idade Média para a Idade Moderna.

A partir do século XVI, aproximadamente em 1550, começou-se a criar a escola econômica do mercantilismo, da qual era parte o capitalismo mercantilista, um tipo de sistema econômico que antecede o capitalismo industrial (o qual teve início após a Revolução Industrial). [306]

O capitalismo mercantilista teve sua base na ideia de riqueza das nações pela acumulação de metais preciosos e dinheiro. Por este sistema os Estados interessavam-se em exportar seus produtos, produzidos pela classe burguesa (e pagos com metais preciosos), mas não tinham a intenção de importar produto algum para que ouro e outros metais, utilizados para o pagamento de mercadorias, não

---

[304] FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História econômica geral**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1986. p. 98.

[305] PRADO, Roberto Barreto. **Curso de direito sindical**. 3.ed. São Paulo: LTR, 1991. p. 125.

[306] ROJAS, JORGE. El mercantilismo. Teoria, política e historia. **Revista Economía da Pontificia Universidad Católica del Peru**. v.XXX, n. 59-60, jun-dez 2007. p.77-85.

saíssem de seus cofres. [307]

Tal sistema reforçava o Estado Absoluto, pois este era o único capaz de garantir a estabilidade necessária para o desenvolvimento econômico, tendo em vista que concentrava todo o poder de organização e pacificação da sociedade nas mãos do soberano. Assim, o Estado Absoluto era estável e próprio para o desenvolvimento das relações comerciais que tanto se almejava na época.[308]

O Estado Absoluto, por sua vez, valorizava a burguesia, classe social que contribuía para a acumulação de capital e para o aumento da riqueza da nação, já que empreendia a atividade econômica da época. Assim, aos poucos, a sociedade estamental da Idade Média (organizada com base em classes sociais: servos, nobres e clero, que não possuíam condições de progredir social e economicamente) começava a ser modificada tendo em vista a ascensão da burguesia. [309]

A burguesia apoiou o Estado Absoluto, pois, conforme dito acima, era uma instituição importante para garantir a ordem e a segurança, imprescindíveis para o desenvolvimento desta classe social. A segurança veio com o estabelecimento de normas, ou seja, com o direito, o qual foi unificado e exigido pelo Estado por meio do uso da força legítima.[310]

Com o passar do tempo, ocorreu um dissenso: de um lado a burguesia, com todo o seu poder econômico e com a nova mentalidade individualista, e do outro lado o Estado soberano e dominador. A burguesia passa a questionar o poder do Estado: de onde vem este poder? Qual a sua justificativa? Qual sua finalidade?

Nos séculos XVII e XVIII, o descontentamento da burguesia com o poder excessivo do Estado leva esta classe a querer dividir o poder político e neste ponto os direitos fundamentais assumem destacada importância para a limitação do poder do Estado. [311]

Neste contexto brotaram os ideais iluministas e liberais. Os iluministas

---

[307] ROJAS, JORGE. El mercantilismo. Teoria, política e historia. p.77-85.
[308] CASADO FILHO. Napoleão. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012. p.44.
[309] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.116-118.
[310] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.116-118.
[311] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.117.

defendiam ser o homem o centro do universo. Já os liberais defendiam a teoria da mão oculta do mercado, ou seja, o mercado é capaz de se autorregular restando ao Estado apenas a tarefa de garantir a propriedade e a segurança.[312]

Outras teorias, como a do humanismo e a reforma protestante, promovem nova onda de mudança de mentalidade da burguesia. E esta mudança diz respeito à autonomia. O homem dessa época queria ser independente, tanto na política quanto na religião. O iluminismo, o humanismo e o liberalismo colocam o homem como centro do universo e o levam a crer que pode se autodeterminar sem a ingerência do Estado. Já a reforma protestante defende a ideia de que o homem poderia adorar o divino sem um intermediário, assim, a Igreja perdia sua importância. [313]

Desta forma, os esforços do homem moderno produziram uma cultura própria embasada em quatro características: a secularização, o naturalismo, o racionalismo, o individualismo. [314]

A secularização é a mundanização da cultura, é colocar o homem, e não mais Deus, como protagonista da história, agindo com razão e deixando a fé e a igreja para trás. Esta característica influenciará a arte, a pintura, a literatura, a ciência e a política.[315]

Ao final da Idade Média, Deus não servia mais de explicação para tudo e nem mesmo concedia a mesma segurança de outrora, assim, os homens buscaram em si a segurança de que precisavam e por isso foram, aos poucos, substituindo a ordem medieval por uma nova ordem moderna, baseada: no naturalismo, no racionalismo e no individualismo (a teoria de valorização do indivíduo que continuava seguindo seu caminho desde que a Idade Média iniciou seu processo de decadência). [316]

A teoria naturalista buscava uma forma diferente de explicar o mundo (ao menos diferente da forma que a Igreja apresentava até então) e pregava a volta à natureza. Pressupunha que o homem, ao conhecer a natureza, poderia sintetizar suas regras a tal ponto que suporia existir regras racionais que regeriam a conduta

---

[312] CASADO FILHO. Napoleão. **Direitos humanos fundamentais**. p.45.
[313] VECCHIO, Giorgio Del. **História da filosofia do direito**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2006. p.59.
[314] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.127.
[315] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.127.
[316] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.128-129.

humana. Ao conhecer a natureza o homem se aproximou da ideia de igualdade jurídica necessária para o direito moderno. Com base nessa ideia a burguesia irá generalizar seus próprios interesses como interesses de toda a humanidade. [317]

O naturalismo traz dois importantes legados para a construção dos direitos fundamentais: a ideia de igualdade jurídica (a qual permitirá que as pessoas passem a exigir seus direitos, diante do fato de que todos são iguais, influenciando o processo de generalização) e a concepção de que é possível existir um destinatário genérico para as normas legais (o que contribuirá para a fase de positivação dos direitos fundamentais). [318]

Já o racionalismo incentivou que o homem confiasse plenamente em sua razão como instrumento de dominação da natureza. Ele possibilitou o surgimento do jus naturalismo, ou seja, o homem, ao observar a natureza, dominava-a com sua razão e assim extraía regras que sintetizava para todos os homens. Desta forma, o racionalismo engrandece o individualismo porquanto continua a colocar o homem em destaque, e vai além, busca promover cada vez mais a liberdade e a autonomia do homem em todos os campos: político, econômico e cultural. Assim, a burguesia aproveita-se dessa teoria para reafirmar o papel do homem na história. [319]

Com relação ao individualismo, este concebia “a liberdade como faculdade de autodeterminação de todo ser humano.”[320]

Tratava-se de uma forma diferente de o homem encarar o mundo, porquanto colocava o indivíduo como peça chave de tudo, já existia desde o início do capitalismo mercantilista, desde quando a burguesia era aliada do Estado Absoluto.

A teoria individualista permeou todo este momento histórico chamado de trânsito para modernidade, e foi de vital importância pois sempre valorizou o homem por si mesmo, apenas pelo fato de ser homem. Todas as instituições, organizações e políticas públicas deveriam ser formuladas tendo como base o homem. Tratava-se de uma significativa modificação na cultura da época, para a qual a sociedade como

---

[317] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.129.
[318] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.130.
[319] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.130-131.
[320] LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p. 120.

um todo era mais importante que as pessoas individualmente. [321]

Assim, o individualismo propõe uma inversão de perspectiva no tocante à relação Estado e Cidadão, e defende que, em ordem de importância, primeiro vem o indivíduo, depois vem o Estado, pois este é formado por aquele.[322]

Diante de todas as transformações ocorridas na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, surge o dissenso entre o Estado Absoluto e a burguesia. A burguesia era agora incentivada por uma série de características (conforme acima explicado) próprias deste período, como o naturalismo, o individualismo, etc.. Instalava-se então o dissenso entre os interesses individuais da burguesia e os interesses da monarquia. Este desacordo construirá a ideia base para os direitos fundamentais. [323]

Inicialmente, a burguesia e a monarquia foram aliadas. Ambas tinham o objetivo de acabar com o feudalismo e, a estabilidade e segurança de um governo absoluto eram imprescindíveis para o desenvolvimento da atividade econômica na época. No momento em que a burguesia consolidou-se socialmente, sentiu a necessidade de mais liberdade para comerciar, participar da vida política e, então, aliou-se aos humanistas, cientistas, e outras tantas pessoas que eram contra a monarquia. [324]

Assim, o que se diz é que houve um desacordo entre burguesia e monarquia para poder formar o acordo entre a burguesia e toda a sociedade no intuito de acabar com o Estado Absolutista. [325]

Da crítica ao poder absoluto surgiram as teorias para limitar o poder do Estado que, naquele momento, já não era mais tão necessário. Tais teorias construíram os primeiros direitos fundamentais, que eram direitos justamente de oposição ao Estado e, posteriormente, evoluíram com transformações históricas e com os processos de positivação, generalização, internacionalização e

---

[321] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. p.60.
[322] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. p.60.
[323] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.138-139.
[324] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.138-139.
[325] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.138-139.

especificação dos direitos. [326]

Passa-se agora a abordar as quatro linhas de evolução dos direitos fundamentais que seguiram a este momento histórico de trânsito para a modernidade, carregado de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais: positivação, generalização, internacionalização e especificação.

2.3 PROCESSOS DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA [327]

Faz-se necessário registrar que se pode encontrar na doutrina as mais variadas classificações dos direitos fundamentais. Karel Vasak, jurista tcheco, foi o primeiro a classificar, em 1979, esses direitos em três gerações, em conformidade com o reconhecimento dos mesmos na esfera internacional: direitos de liberdade (direitos civis e políticos); direitos de igualdade (direitos econômicos, sociais e culturais); e direitos de solidariedade (direitos difusos). [328]

Posteriormente a Vasak, outros doutrinadores classificaram tais direitos em quatro ou até mesmo em cinco gerações. [329]

É o caso de Norberto Bobbio[330], que aprofundou a classificação anterior e adicionou uma quarta geração, a qual trataria dos direitos referentes à bioética, ou seja, aqueles que tratam da pesquisa genética e biológica.

Ainda é possível citar a classificação de Antônio Carlos Wolkmer, que aponta uma quinta geração, a dos direitos referentes à tecnologia da informação.[331]

Para Gerardo Pisarello[332], existem dois problemas principais para a adoção da tese das gerações. O primeiro deles é que a tese das gerações leva a uma visão

---

[326] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.138-139.

[327] O texto apresentado neste subtópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse; GARCIA, M. L. . Direitos fundamentais e trânsito à modernidade: a histórica questão terminológica das normas definidoras de direitos. *In:* CADEMARTORI, Sérgio Urquhart; MARTINS, Rui Decio; DECAT, Thiago Lopes (Coord). **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara.** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 198-217.

[328] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.2.

[329] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.2.

[330] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. p.5-6.

[331] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.2.

[332] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para uma reconstrucción. Editora Trotta: Madrid, 2007. p. 26-31.

linear do desenvolvimento dos direitos, sugerindo que há uma única via para o reconhecimento deles: a via estatal. No entanto, a realidade é bem diferente, pois, tal como ocorreu com os direitos sociais, eles não surgiram apenas pela mão do Estado, mas sim em virtude de lutas e pressão social.

O segundo problema é que a teoria das gerações também sugere que, em cada geração de direitos, eles são reconhecidos amplamente em todas as nações e para todas as pessoas. No entanto, a realidade demonstra que as políticas de satisfação de direitos a todo tempo excluem povos, classes e regiões periféricas. [333]

Assim, ultimamente, grande parte da doutrina tem criticado a classificação por gerações, "[...] isto porque o termo remete a uma ideia de superação, de sucessão ou mesmo de negação de uma geração por outra – o que não corresponde à realidade." [334]

Na verdade, historicamente, o que se pode observar é que ocorreu a consagração cumulativa dos direitos fundamentais. Assim, atualmente, a doutrina tem abordado o tema e trata de dimensões de direitos fundamentais, pois nenhuma geração de direitos se sobrepõe à geração anterior, elas vão se cumulando e formam um sistema único. [335]

Peces-Barba[336], obra utilizada como base teórica deste trabalho, explica as tais gerações de direitos fundamentais por meio dos processos de evolução dos direitos fundamentais, o que é bastante interessante, pois torna possível compreender a conjuntura social, econômica e política da época em que determinada gama de direitos fundamentais foi criada. Ao final de cada processo de evolução, uma gama de direitos fundamentais é positivada.

Vale destacar que sua teoria está longe de conceber os direitos fundamentais como algo estanque. Para o autor, o fato de uma linha de evolução levar à positivação de determinada gama de direitos fundamentais não quer dizer que alguns direitos fundamentais debatidos e exigidos durante determinado processo de

---

[333] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para uma reconstrucción. p. 26-31.
[334] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 169.
[335] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 169.
[336] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.157.

evolução não possam ser positivados posteriormente em outro processo de evolução.

Conforme já abordado, quatro são os processos de evolução histórica dos direitos fundamentais, segundo Peces-Barba[337], os quais serão aqui tratados: processo de positivação, processo de generalização, processo de internacionalização e processo de especificação.

2.3.1 Processo de Positivação

Para Lafer[338], o processo de positivação foi importante para que os direitos fundamentais fossem realizados. Segundo o autor, o valor ético dos direitos fundamentais só se perfectibiliza quando tais direitos são incorporados ao direito positivo.

Conforme os ensinamentos de Peces-Barba[339], o processo de positivação foi a tomada de consciência de que havia a necessidade de formular um estatuto jurídico dos direitos naturais. A partir do século XIX percebe-se que este processo é condição para a eficácia dos direitos fundamentais porquanto não se concebe a implantação destes direitos sem a sua positivação.

Destaca ainda o autor que não se pode compreender como positivação o processo pelo qual o Estado cria uma moralidade e pretende impô-la à sociedade.[340]

O verdadeiro processo de positivação é quando o Estado pretende, por meio da lei, positivar a expressão jurídica do poder político e da vontade popular. Só este tipo de lei é que tem o condão de positivar a moralidade dos direitos. Assim, a positivação veio para realizar os valores éticos, ou seja, colocar em prática as pretensões morais justificadas. Conforme abordado anteriormente, direitos fundamentais não positivados são apenas ideais ou valores, que não se enraízam na sociedade. [341]

---

[337] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.157.
[338] LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos:** constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005.p. 37.
[339] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.157.
[340] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.160.
[341] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.160.

A partir dessas ideias surgem os primeiros documentos que abordavam as reivindicações da sociedade da época. O *Bill of Rights* de 1689 surgiu em uma época de fortalecimento do parlamento inglês pela Revolução Inglesa do século XVII[342] e limitou sobremaneira o poder do rei ao proibir que o mesmo suspendesse a execução das leis sem autorização do parlamento. Ainda determinava que seriam livres as eleições para os membros do parlamento e proibia a aplicação de penas cruéis. [343]

Já a Declaração de Direitos do Povo da Virgínia, de 1776, também foi importante por reconhecer: os direitos inerentes da pessoa humana, que o poder emana do povo, e a igualdade de todos perante a lei, entre outros direitos. Assim, percebe-se que, enquanto a declaração inglesa preocupava-se com a limitação do poder do Estado, a declaração americana ia além, limitava o poder do Estado e, paralelamente, criava as bases para um regime democrático ao tratar da origem popular do poder estatal.[344]

No que se refere à Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, foi o primeiro documento com a previsão do direito à vida, no entanto, teve como tônica principal a limitação do poder do Estado com a declaração de que todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. [345]

No tocante à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada na França em 1789, fazia previsão de igualdade, liberdade e independência de todos os homens e estabelecia que estes possuíam também direitos políticos. Tal documento adquiriu importância destacada quanto ao estudo e compreensão dos direitos fundamentais tanto que é considerado, até hoje, o documento base dos direitos fundamentais na história ocidental. [346]

Assim, observa-se que, historicamente, os primeiros direitos a surgirem e serem positivados são o que alguns doutrinadores chamam de direitos de primeira

---

[342] A Revolução Inglesa do século XVII tratou-se de uma sequência de lutas ocorridas na Inglaterra. Representou a crise do absolutismo. Derrotado e cerceado, o poder monárquico cedeu grande parte de suas prerrogativas ao Parlamento, situação que, via de regra, perdura até hoje. (CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p.54).

[343] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p.56-58.

[344] SILVA, Luzia Gomes da; CASTRO, Júlio Cesar da Silva. **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais no Brasil**: passeio histórico-político. São Paulo: Baraúna. 2011. p. 109-112.

[345] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 171-172.

[346] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 172.

dimensão ou de primeira geração. São direitos que dizem respeito à defesa do indivíduo perante o Estado. Diante de tais direitos o Estado fica proibido de intervir na vida pessoal e social e o indivíduo possui o direito de se opor a ele. Daí derivam o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, e os direitos políticos. É comum dizer que os direitos de primeira dimensão são os direitos civis e políticos.[347]

2.3.2 Processo de Generalização

O processo de generalização dos direitos fundamentais surgiu com a própria observação do direito natural. O homem compreendeu que, como todos possuíam a mesma origem, como todos eram seres humanos, deveriam possuir os mesmos direitos. Esta generalidade estava prevista em várias normas internacionais, como a Declaração de Direitos do Povo da Virgínia (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), mas não era praticada. Em realidade, havia muitas diferenças entre os homens. Por exemplo, nem todos possuíam o direito ao voto, este era típico de pessoas importantes. [348]

Alguns eventos históricos tiveram importância destacada para o surgimento do processo de generalização e de todos os direitos que dele decorreram, quais sejam: a Revolução Industrial do final do século XVII, a Revolução Mexicana de 1917, a Revolução Russa de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919. [349]

A Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, foi um movimento que permitiu ao mundo ocidental modernizar a indústria com a utilização de máquinas e outros procedimentos que facilitavam a produção em série. Diante desses avanços a indústria prosperou e levou à riqueza os industriais. No entanto, enquanto os patrões ficavam mais ricos, os trabalhadores tornavam-se mais miseráveis e excluídos da sociedade. Assim, iniciou-se a busca dos trabalhadores por mais direitos que promovessem o respeito à sua dignidade. [350]

Após a Revolução Industrial e com a exacerbação da exploração dos trabalhadores, o século XIX é marcado por uma luta constante para a "[...] extensão

---

[347] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 171-173.
[348] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.160.
[349] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 171-173.
[350] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 174.

do reconhecimento e proteção dos direitos de uma classe a todos os membros de uma comunidade como consequência da luta pela igualdade real". [351]

No México as lutas travadas na Revolução Mexicana levaram à aprovação da Constituição de 1917. Este documento tem importância elevada no tocante aos direitos fundamentais porque foi o primeiro a prever a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores. Entre várias disposições esta constituição determinava: a proibição da escravidão, a liberdade de trabalho, de imprensa, a liberdade religiosa, e ainda garantia os direitos individuais a todos sem discriminação social ou econômica. [352]

Na Rússia, a Revolução de 1917 fez nascer a inovadora Constituição Soviética de 1918, a qual abolia a propriedade privada e determinava a intervenção do Estado em todas as áreas da sociedade. [353]

Já na Alemanha, a Constituição de Weimar de 1919 criou um direito unificado do trabalho, e previu o direito de sindicalização, a função social do trabalho e da propriedade, o direito dos trabalhadores de terem um mínimo de direitos sociais além de direitos políticos. [354]

O processo de generalização se deu na tentativa de ampliar a aplicação dos direitos, propondo que os direitos fundamentais transcendessem a sua criação e as forças sociais que os fizeram possíveis, ou seja, a burguesia. [355]

Pode-se dizer que tal processo é consequência das próprias limitações do processo de positivação tendo em vista que, mesmo tendo sido positivados direitos como o da igualdade e da liberdade, estes não eram suficientes diante de uma sociedade tão desigual. [356]

Assim, no processo de generalização, além de surgirem outros direitos, decorrentes de outras lutas históricas, como os direitos sociais, são aprofundados e estendidos outros tantos direitos, inclusive os que já haviam sido positivados no

---

[351] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.5.
[352] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 177.
[353] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 177.
[354] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 177.
[355] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.168-161.
[356] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 174.

processo de evolução anterior (fato este que contribui para demonstrar o quanto estas quatro linhas de evolução aqui expostas não colocam os direitos fundamentais como algo estanque):

> [...] no processo de generalização serão reivindicados e posteriormente positivados alguns direitos de liberdade, como as liberdades de reunião e de associação, proibidas com a chegada dos burgueses ao poder para impossibilitar a organização dos trabalhadores (proibição imposta pela Lei Chapellier de 1791, vigente quase um século na França, por exemplo). Também, além das liberdades citadas, serão reivindicados alguns direitos políticos, ou a melhoria e generalização de alguns direitos políticos, como a universalização do sufrágio."[357]

Os direitos decorrentes do processo de generalização são chamados também de direitos de segunda dimensão. Tratam-se daqueles direitos que visam assegurar a igualdade real entre as pessoas envolvendo direitos econômicos, sociais e culturais. Diante disso, assistiu-se a outra modificação na postura do Estado: agora ele passava de sujeito inerte para sujeito ativo com atuação direta na diminuição das desigualdades existentes e na promoção de condições para que todos tivessem iguais possibilidades de uma vida digna. Surgiram então os seguintes direitos: à saúde, à assistência social, à educação, à moradia, ao trabalho, etc..[358]

Peces-Barba[359] entende que nos dias de hoje há uma grande evolução no tocante à generalização de direitos. Há a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que, finalmente, sintetiza um mínimo de direitos que devem ser por todos respeitados e a todos concedidos. No entanto, novas dimensões de direitos e novos adversários da generalização surgem a ponto de que sempre há necessidade de novas soluções e novas lutas.

2.3.3 Processo de Internacionalização

No tocante ao processo de internacionalização, diz-se daquele processo que busca difundir e garantir os direitos fundamentais, internacionalmente, para todos os povos. Assim sendo, compreende-se que este processo não gera uma nova gama de direitos fundamentais mas propõe uma nova esfera de exigência dos mesmos: a

---

[357] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.5.
[358] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 175.
[359] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.168-171.

esfera internacional.[360]

Pode-se dizer que a internacionalização dos direitos fundamentais teve impulso destacado após a Segunda Guerra Mundial. Antes deste evento histórico, alguns eventos internacionais debatiam o assunto (como o Congresso de Viena, no qual discutiu-se sobre a abolição da escravatura) e até criavam normas para tratar de direitos fundamentais (Tratado de Berlim que tratava de liberdade religiosa e dos direitos das minorias nos Balcãs), mas foi o segundo conflito mundial com seus horrores que impulsionou a discussão da universalidade dos direitos fundamentais.[361]

A partir deste momento a discussão saiu da esfera individualista do direito de cada ser humano para ser pautada em direitos que todo o ser humano deveria ter em qualquer parte do mundo, independente de sua nacionalidade. [362]

Assim sendo, vários instrumentos de direito internacional surgiram: acordos, tratados, convenções e, inclusive, um de importância destacada a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Tal documento provou que era possível estabelecer um mínimo de direitos que fossem respeitados em todas as partes do mundo. [363]

Nos dizeres de Flávia Piovesan:

> A partir da Declaração de 1948, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de diversos instrumentos internacionais de proteção. A Declaração de 1948 confere lastro axiológico e unidade valorativa a este campo do Direito, [...]. [364]

À Declaração de 1948 foram se somando outras normas internacionais que possibilitaram a criação de um sistema internacional de direitos fundamentais, ou de direitos humanos, conforme nomeia a autora acima citada. Tal sistema permite identificar um consenso internacional sobre o que se pode chamar de mínimo ético

---

[360] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.5.
[361] SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.246.
[362] SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. p.246.
[363] SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. p.247.
[364] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.p.154.

irredutível, ou seja, padrões mínimos de proteção. [365]

Desta forma, a internacionalização seguiu, novas normas internacionais são criadas a todo tempo e que generalizam ou especificam direitos fundamentais. Como explica Sampaio[366]: “O processo de internacionalização segue uma etapa de positivação dos direitos, antes situada no plano dos Estados Nacionais, e também ele mesmo passa por uma etapa de generalização e de especificação.”

Atualmente é possível perceber a existência de muitas normas internacionais sobre direitos humanos, mas o processo de internacionalização está incompleto em virtude da inexistência de um poder político que garanta a aplicação das normas internacionais em esfera global.

Para Peces-Barba[367], o processo de internacionalização está desorganizado: não há quem o coordene, não há uma estrutura política que se responsabilize por controlar a aplicação das normas bem como o seu descumprimento.

2.3.4 Processo de Especificação

Em relação ao processo de especificação, registra-se que, diante dos relatos históricos aqui abordados, o beneficiário dos direitos fundamentais sempre foi o homem, ou o cidadão, ou seja, os direitos fundamentais sempre foram tidos como direitos direcionados genericamente ao homem. [368]

A especificação aconteceu como um processo de evolução deste tratamento dos direitos fundamentais. Ela surge a partir da tomada de consciência, pelo ser humano, de duas questões.

Em primeiro lugar, a Segunda Guerra Mundial levou o homem a tomar consciência dos horrores e atrocidades cometidos em nome do conflito e isso fez nascer, internacionalmente, um sentimento de cooperação, solidariedade e fraternidade que gerou uma intenção coletiva de proteger a humanidade. Desta forma, surgiram direitos com conteúdos específicos como: direito à paz, ao

---

[365] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**.p.155.
[366] SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. p.247.
[367] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.173.
[368] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.180.

desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à comunicação, ao meio ambiente, ao patrimônio da humanidade, entre outros. [369]

Em segundo lugar, o avanço tecnológico da humanidade, o aumento populacional, e o modo de produção capitalista colocaram a espécie humana e o planeta em risco. Não se pode mais pensar em uma gama de direitos individuais, como na época das revoluções burguesas, pensa-se agora em uma gama de direitos da coletividade ou de partes específicas da coletividade. [370]

O homem percebeu que determinadas categorias de pessoas merecem uma proteção especial, ou por serem social ou culturalmente inferiores, ou porque possuem problemas físicos que as colocam em situação de inferioridade, ou ainda porque as pessoas se encontram em determinada situação que merecem ser protegidas, como o consumidor na relação de consumo. [371]

Conforme explica Sampaio[372]:

> O conteúdo dos direitos ganhou diversidade tanto em relação aos seus titulares (especificação subjetiva), substituindo o homem abstrato das primeiras declarações pelos homens e mulheres, homossexuais, negros, idosos e crianças, trabalhadores pobres, deficientes, consumidores, índios, prisioneiros, refugiados e minorias; quanto pela introdução de novas pretensões tuteladas (especificação objetiva), por exemplo, de componentes igualitários, como o sufrágio universal, a proibição de discriminações, direitos de associação, direitos econômicos, sociais e culturais [...].

Cabe destacar os ensinamentos de Bobbio[373]: segundo o autor, a especificação foi a terceira fase do processo de multiplicação dos direitos fundamentais. Em primeiro lugar aumentou-se o número de bens a serem protegidos. Posteriormente estendeu-se a titularidade dos bens para coletivos como a família ou para outros seres, como os animais. Por fim, o homem deixou de ser considerado "[...] homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade como criança, velho, doente, etc..

---

[369] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 178.
[370] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 178.
[371] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. p.180-181.
[372] SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. p.245.
[373] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. p.68.

Assim, para Garcia[374], o processo de especificação é aquele:

> [...] pelo qual se considera a pessoa em situação concreta para atribuir-lhe direitos seja como titular de direitos como criança, idoso, como mulher, como consumidor, etc., ou como alvo de direitos como o de um meio ambiente saudável ou à paz.

Por mais que a doutrina ainda não consiga ter uma posição específica e unânime a respeito de quais são os direitos de terceira dimensão, os direitos que emanaram do processo de especificação podem ser considerados de terceira dimensão, uma vez que possuem conteúdos específicos e são dirigidos para pessoas específicas. [375]

Assim sendo, da leitura do texto acima, sobre os processos de evolução histórica dos direitos fundamentais, é possível compreender que tais direitos não nasceram da noite para o dia e nem estão prontos e acabados. Na verdade, eles são frutos da luta diária do homem pelo reconhecimento da sua dignidade, são um conceito aberto em constante transformação.

Também é possível assimilar que tais direitos possuem três dimensões: a ética, a jurídica e a social.

Em virtude disso, são considerados pretensões morais justificadas embasadas em valores como a liberdade, igualdade e dignidade. E ainda, para sua efetividade, é importante que sejam incorporados a uma norma, e possam ser garantidos em juízo.

Por fim, não se pode esquecer a influência da realidade social, pois, conforme defende Peces-Barba, em um ambiente de escassez de bens, determinados direitos podem ser limitados, tendo em conta a impossibilidade de concedê-los.

2.4 UMA VISÃO INTEGRAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os itens acima expostos procuraram esclarecer o conceito de direitos fundamentais por meio de uma visão integral dos mesmos. Esta visão integral,

---

[374] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.5.
[375] CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. p. 177.

conforme ensinamentos de Garcia[376] exige o conhecimento das dimensões dos direitos fundamentais e da sua evolução histórica, por isso esta pesquisa dedicou parte do presente capítulo para tratar deste assunto.

Para Garcia:

> O conceito dos direitos fundamentais não deve prescindir de suas dimensões e de suas gerações históricas, uma vez que de forma diferente do professor Peces-Barba não acreditamos em reducionismos ou negações parciais, pois pensamos que se extraímos uma das dimensões ou gerações dos direitos esses são incompletos e como os direitos fundamentais se complementam eles se tornam impossíveis de serem eficazes e por isso mesmo trata-se de uma negação total. Dito de outra maneira: todas as negações parciais ou reducionismo levam a negações totais do conceito. [377]

Assim, a visão integral do conceito de direitos fundamentais ocorre quando a sua formação inclui a análise das três dimensões acima citadas: ética, jurídica e social e ainda quando as questões históricas são consideradas.

É impossível compreender os direitos fundamentais sem compreender as pretensões morais que os sustentam (dimensão ética). É impossível compreender os direitos fundamentais sem compreender que eles precisam do direito para serem garantidos e realizados (dimensão jurídica), assim como é impossível compreender os direitos fundamentais sem levar em consideração as lutas históricas que lhe deram origem e o meio social em que estão sendo inseridos (dimensão social).

Além disso, a análise dos processos de evolução histórica dos direitos fundamentais permite compreender que os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais são todos direitos fundamentais sendo, portanto, impossível defender que uns direitos são mais importantes que outros.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993[378] colocam todos estes direitos (civis e políticos, econômicos, sociais e culturais) como direitos humanos (que nesta tese optou-se por nomear de direitos fundamentais) e não fazem distinção entre

---

[376] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.2.
[377] GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. p.4.
[378] Tal declaração foi aprovada na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em junho de 1993, e reafirma o compromisso dos membros da ONU com a promoção dos direitos humanos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e programa de ação de Viena**. Belo Horizonte: CEDIN, 1993.)

eles. Neste sentido vale destacar as palavras de Flávia Piovesan:

> E o que vem a declaração a impactar na linguagem dos direitos humanos? Vem a dizer: tão importantes quanto os blue rights – os direitos civis e políticos – são os red rights. Os direitos econômicos, sociais e culturais estão em paridade, em grau de importância. Tão importante quanto a liberdade de expressão é o acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Tão grave quanto morrer sob tortura é morrer de fome. Há uma paridade com relação ao eixo liberdade e ao eixo igualdade. Não bastando isso, a visão integral dos direitos humanos, ou seja, a declaração compõe o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos econômicos, sociais e culturais, firmando, assim, uma relação de interdependência, inter-relação e indivisibilidade. Não só estão em pé de igualdade, mas um depende do outro.[379]

Conforme explica a autora acima citada, os direitos fundamentais são interdependentes, eles se relacionam porque dependem uns dos outros. Não há como ter direitos civis e políticos sem ter direito ao trabalho digno, por exemplo. [380]

E esta é a visão integral dos direitos fundamentais, a qual se configura de suma importância para o tema desta pesquisa, conforme poderá ser verificado mais adiante neste trabalho, pois ao final se quer sustentar que os direitos econômicos não podem se sobrepor aos direitos sociais. [381]

Assim, pode-se afirmar que a visão integral dos direitos fundamentais é marcada por três características básicas destes direitos: a interdependência (explicada acima), a universalidade e a indivisibilidade (as quais serão explicada abaixo):

> Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. [382]

---

[379] PIOVESAN, Flávia C. **Direitos humanos**: desafios e perspectivas contemporâneas. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 75, n. 1, p. 107-113, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/6566> Acesso em: 03 de maio de 2016. p.107-113.
[380] PIOVESAN, Flávia C. **Direitos humanos**: desafios e perspectivas contemporâneas. p.107-113.
[381] PIOVESAN, Flávia C. **Direitos humanos**: desafios e perspectivas contemporâneas. p.107-113.
[382] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. p.153.

Portanto, em conformidade com o que ensina a autora, os direitos fundamentais são universais porque devem ser aplicados a todos que têm a condição de pessoa. [383]

Tal característica também é mencionada por Sanchis ao explicar que as pretensões morais se tornam direitos fundamentais quando são passíveis de extensão para todos os homens.[384]

E ainda, os direitos fundamentais são indivisíveis, ou seja, devem ser reconhecidos e garantidos na sua totalidade.[385] A indivisibilidade e a interdependência também é destacada por Héctor Gros Espiell, citado por Flávia Piovesan:

> Só o reconhecimento integral de todos estes direitos pode assegurar a existência real de cada um deles, já que sem a efetividade de gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais. Inversamente, sem a realidade dos direitos civis e políticos, sem a efetividade da liberdade entendida em seu mais amplo sentido, os direitos econômicos, sociais e culturais carecem, por sua vez, de verdadeira significação. [386]

Pisarello[387] também reconhece a interdependência e indivisibilidade dos direitos civis, políticos e sociais e, diante disso propõe, inclusive, uma reconstrução das garantias dos direitos sociais. Segundo o autor, em virtude da visão compartimentalizada dos direitos fundamentais (na qual se separa e valoriza os direitos civis, políticos e sociais de formas diferentes), a garantia dos direitos sociais acaba sendo relegada ao segundo plano.

Assim, para o autor:

> A defesa do caráter multi-institucional da proteção dos direitos sociais também deve levar à defesa de um sistema multinível de garantias, [...] caberia articular um sistema de proteção em várias escalas, infra e supra estatais, que compreendesse desde os diversos âmbitos

---

[383] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. p.153.
[384] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial**. p.33.
[385] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. p.153.
[386] ESPIELL, Hector Gross. El derecho internacional de los refugiados y el artículo 22 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. *In*: Estudios sobre derechos humanos. Madrid: Civitas/IIDH, v. 2,1988. *Apud* PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. p.154.
[387] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 111-112.

> municipais, estaduais e federais, até o plano regional e internacional.[388]

Ainda sobre a indivisibilidade dos direitos fundamentais, cabe destacar Flávia Piovesan:

> [...], há de ser definitivamente afastada a equivocada noção de que uma classe de direitos (a dos direitos civis e políticos) merece inteiro reconhecimento e respeito, enquanto outra classe (a dos direitos sociais, econômicos e culturais), ao revés, não merece qualquer observância. [389]

Portanto, na concepção atual, os direitos fundamentais são direitos "[...] universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos[390] globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase." [391]

Desta forma, a visão integral dos direitos fundamentais permite compreender que não é possível organizar tais direitos em ordem de importância e, assim sendo, optar por realizar aqueles direitos que foram considerados mais importantes. Os direitos fundamentais devem ser todos realizados, a realização de alguns não exime da realização dos outros. Ao contrário, a não realização de um ou outro direito fundamental importa na negação total dos mesmos, como ensinou Garcia nas citações acima.

Após este apanhado sobre o conceito, a evolução histórica dos direitos fundamentais e a visão integral dos mesmos, passa-se a abordar a dignidade da pessoa humana, valor que perpassou toda a origem histórica e conceitual dos direitos fundamentais e que, como será visto, promove a unidade e a ampliação gradativa destes direitos.

2.5 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A dignidade humana é uma das pretensões morais justificadas que embasam os direitos fundamentais, conforme visto acima. Assim, seu estudo aprofundado é de

---

[388] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 112.

[389] PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. p.156.

[390] Cabe relembrar que, conforme já abordado neste capítulo, a presente pesquisa utiliza-se da expressão direitos fundamentais para nomear a categoria de direitos a que esta citação se refere.

[391] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e programa de ação de Viena**. Belo Horizonte: CEDIN, 1993. art.5.

extrema importância para este trabalho de pesquisa. É com o conceito de dignidade humana que a pesquisa fará a ligação entre a necessidade das cláusulas sociais em acordo internacionais e a sustentabilidade.

Cabe destacar que as demais pretensões morais justificadas não serão aprofundadas em virtude de não serem objeto desta pesquisa. Houve a necessidade de se escolher um caminho a ser seguido por questões didáticas e, inclusive, metodológicas.

Desta forma, neste trabalho de pesquisa foi realizada uma outra escolha didática, a de tratar os direitos fundamentais como aqueles surgidos a partir do trânsito para a modernidade.

No entanto, não se pode negar que a ideia de dignidade da pessoa humana, a qual permeia todos os processos de criação e evolução dos direitos fundamentais, é uma ideia discutida desde a antiguidade clássica e que foi, através dos tempos, desenvolvendo-se por meio de várias discussões doutrinárias e filosóficas que se diferenciavam em virtude de fatos políticos, culturais e sociais ocorridos em cada época.[392]

Na antiguidade clássica, a dignidade da pessoa humana era proveniente de dois fatores. Primeiro ela advinha da racionalidade do homem, o que o tornava um ser superior aos demais. Em segundo, ela advinha também da posição ocupada pelo homem na sociedade, ou seja, pelo título que ele carregava. [393]

No caso da Roma antiga, a dignidade advinha de uma condição externa que, se implementada, tornava o indivíduo digno. Assim, indivíduos que ocupavam posição social relevante possuíam dignidade. [394]

No tocante à civilização Grega destaca-se o reconhecimento do homem como digno em virtude do seu poder de comunicação, sua linguagem e sua criatividade, características estas que serão utilizadas mais adiante, quando da modernidade,

---

[392] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.27.
[393] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 20-24.
[394] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 20-24.

para definir a dignidade.[395]

Já na Idade Média, o cristianismo defendia como origem da dignidade o fato de o homem ser a imagem e semelhança de Deus. Assim, entendia-se que como Deus era digno o homem também o era. No entanto, em uma sociedade altamente dividida em classes sociais, como era a sociedade feudal e mediante a herança da antiguidade, vigia também a ideia de que era digno o homem que possuía título de nobreza, ou seja, que se destacava por sua posição na sociedade. [396]

Então, nessa sociedade estratificada, reis e senhores feudais eram dignos em virtude da posição social que ocupavam, e plebeus, operários, artífices e outras classes eram menos dignos. [397]

Portanto, durante o período que perdurou a Idade Média, a dignidade foi novamente vista como algo externo, que não é próprio do ser humano, mas que lhe é outorgado em virtude da implementação de uma condição que, neste caso, seria ser à imagem e semelhança de Deus ou de possuir um título de nobreza. [398]

Conforme exposto anteriormente, a presente pesquisa entende que os direitos fundamentais, tendo como base a dignidade da pessoa humana, começam a adquirir os contornos que possuem hoje a partir do trânsito para a modernidade, momento histórico que marcou a decadência da Idade Média e o surgimento da Idade Moderna e foi caracterizado pelo Renascimento e pelo Humanismo, portanto, é necessário que sejam abordados os fatos históricos ocorridos nesta época e que contribuíram para a formação do conceito de dignidade da pessoa humana.

O século XVII, já na Idade Moderna, foi considerado um retrocesso para os estudos sobre dignidade humana tendo em vista que não ocorreram avanços e os sinais de construção e concretização do conceito de dignidade, ligados à autonomia da pessoa como se compreende atualmente, apareceram de forma bastante

---

[395] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 20-24.
[396] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofia del derecho**. 2. ed. Madrid: Dykinson. 2003. p. 27.
[397] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofia del derecho**. p. 27.
[398] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p. 27.

incipiente. [399]

No entanto, há duas máximas que resumem a renovação promovida naquele século, conforme já amplamente exposto neste trabalho: a) Em primeiro lugar o humanismo dá lugar à crença de que o homem moderno digno é o centro do mundo. Assim sendo, o homem moderno passou a ser considerado como um ser independente, que pensava e criava por si mesmo, comunicando-se por meio da sua linguagem podendo, diante disso, fazer suas escolhas. b) A laicidade e a religiosidade não seriam incompatíveis. [400]

Já no século XVIII, os estudos possuem uma visão otimista da dignidade como possibilidade de progresso da condição humana.[401]

Assim, tais estudos reafirmaram a ideia de que o homem tinha valor em si mesmo, no entanto, este reconhecimento foi estendido para todos os homens e não só para os católicos, ou para aqueles que detinham certo título na sociedade, como defendeu a Igreja Católica por muito tempo.[402]

Neste período, Immanuel Kant se destaca tendo em vista que a dignidade do homem na atualidade é definida com base nos conceitos primários desenvolvidos pelo autor no século XVIII.[403]

Kant foi o grande responsável pela desvinculação da dignidade da pessoa humana do catolicismo e é nesta teoria que as doutrinas nacionais e estrangeiras encontraram as bases para a construção do conceito de dignidade humana. [404]

A obra que exprime a teoria de Kant sobre a dignidade da pessoa humana é a Metafísica dos Costumes. O livro é dividido em três capítulos e, inicialmente, analisa

---

[399] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p. 39.
[400] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho.** p. 45.
[401] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p. 46.
[402] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.36.
[403] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p. 13.
[404] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.32-34.

as ações morais. [405]

É no segundo capítulo da obra que o autor expõe a sua teoria sobre dignidade da pessoa humana, a qual, para ele, possuía duas premissas básicas: a) o homem é um fim em si mesmo e b) o homem possui autonomia. Para Kant, os demais seres (que não o homem) são criações da natureza, irracionais e, portanto, possuem valor relativo, por isso são chamados de coisas. Já o homem é um ser racional, que possui distinção na natureza, é algo que não pode ser empregado como meio, não deve ser utilizado como instrumento para satisfazer a vontade de ninguém. [406]

Para Kant, é a racionalidade, tão característica do homem, que o distingue dos outros seres e que lhe dá um valor absoluto, insubstituível, que constitui a sua dignidade. [407]

Ao abordar o fato de que o homem é insubstituível, Kant explica:

> [...] no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. [408]

Assim, a dignidade do homem está em ser racional, portanto absoluto e insubstituível e, além, disso, tratar a si e aos outros homens da mesma forma, respeitando o fato de ser o homem um fim em si mesmo. [409]

Para o autor, a dignidade está em respeitar a si próprio como ser absoluto e respeitar o outro homem como ser absoluto também, sem o utilizar para a realização de qualquer finalidade. [410]

Segundo Sarlet[411], esta seria a dimensão comunitária da dignidade, pois, se cada ser humano possui sua dignidade individualmente, e se todos são iguais em dignidade e convivem em grupo, dividindo as mesmas condições de vida, possuem

---

[405] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 67 e 68.
[406] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 67 e 68.
[407] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 67-68.
[408] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 77.
[409] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 70.
[410] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 77.
[411] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.48.

um dever de respeito à dignidade do outro em nome da comunidade em que vivem.

Kant[412] ainda expõe como premissa da dignidade humana a autonomia, e por autonomia entende-se a faculdade de determinar a si mesmo e agir de acordo com certas leis que por si mesmo foram criadas.

Esta autonomia ocorre quando: a) a ação humana se sujeitar à lei universal por ela criada; b) for possível universalizar a regra que orientou a ação humana. Trata-se do imperativo categórico de Kant para quem o homem é um ser livre, capaz de viver de acordo com a lei que ele próprio criou e que adveio de sua capacidade de raciocinar, ou seja, da sua razão. [413]

Destaca-se que esta autonomia compreendida como a capacidade do ser humano de se autodeterminar pode ser compreendida também como sua liberdade de se autodeterminar.[414]

Normalmente compreende-se a liberdade como a possibilidade de fazer o que quiser, sem obstáculos, no entanto, para Kant, o conceito de liberdade é bem mais restrito. [415]

Ensina Kant que, quando o homem age para satisfazer um prazer ou evitar uma dor, ele não age com liberdade, mas de acordo com seu apetite e desejo, tornando-se escravo deles. A questão aqui é a seguinte: quando se age em virtude de um desejo, de um apetite, se está agindo de acordo com uma determinação exterior e isto não é ser livre e, portanto, segundo Kant, não é ser autônomo.[416]

Para o filósofo alemão, agir com liberdade é agir com autonomia, ou seja, é agir de acordo com a lei que o homem impõe a si mesmo. Para melhor compreensão, importante se faz destacar os ensinamentos de Sandel[417].

Sandel explica a liberdade como autonomia relatando quando ocorre uma ação sem autonomia:

---

[412] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 67-77.
[413] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 67-77.
[414] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.44.
[415] SANDEL. Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.140.
[416] SANDEL. Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. p.140.
[417] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.141.

> [...] quando você deixar cair uma bola de bilhar. Ela não está agindo livremente. Seu movimento é comandado pelas leis da natureza – nesse caso a lei da gravidade.
>
> Suponhamos que eu caia (ou seja empurrado) do Empire State Building. Ao me espatifar no chão, ninguém diria que estou agindo livremente; meu movimento é comandado pela lei da gravidade, tal como o da bola de bilhar.
>
> Agora, suponhamos que eu caia sobre outra pessoa e a mate. Eu não seria moralmente responsável pela desafortunada morte, não mais do que a bola de bilhar teria sido caso ela tivesse caído de uma grande altura sobre a cabeça de alguém. Em nenhum dos casos o objeto que cai – eu ou a bola de bilhar - está agindo livremente. Em ambos os casos, o objeto que cai é comandado pela lei da gravidade. E, se não existe autonomia, não pode haver responsabilidade moral.

Nas situações expostas a queda se deu em virtude de uma determinação exterior, a lei da gravidade, portanto, agir com autonomia é agir em prol de um fim em si e não de uma determinação externa. [418]

Segundo Sandel[419]: "[...] fazer uma coisa por causa de outra coisa, por causa de outra coisa, e assim por diante [...]" é agir em função de finalidade externa e isso, para Kant, não é agir com autonomia porque desta forma o homem se coloca como instrumento e não como autor do objetivo que busca alcançar.

Toma-se por exemplo alguém que estuda para se formar em Direito, para ser advogado, para ganhar dinheiro, para ficar muito rico, para que possa comprar vinhos caros para beber. Esta pessoa não age autonomamente, mas sim, de acordo com seu desejo de beber vinhos caros, ou seja, seus atos dão-se em virtude de uma determinação externa: o desejo.

Para Kant o homem autônomo é aquele que obedece à lei que criou para si mesmo, e que pode ser universalizada, agindo em virtude de uma finalidade em si mesma e não por determinação externa.[420] "Essa capacidade de agir com autonomia é o que confere à vida humana sua dignidade especial." [421]

Com o intuito de auxiliar na explicação sobre a autonomia, destaca-se mais

---

[418] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.141-142.
[419] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.141-142.
[420] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 60-62.
[421] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.142-143.

um exemplo sobre o que seria a vontade, seguindo os ensinamentos de Kant. Supondo-se que determinada pessoa peça dinheiro emprestado a alguém sabendo que não terá condições de devolver. Neste caso a ação é emprestar e a regra é: sempre que uma pessoa precisar de dinheiro ela pode pedir a outra pessoa ainda que não tenha condições para devolvê-lo. [422]

Diante do caso pergunta-se: é possível universalizar esta regra? A resposta é negativa porque, caso esta lei ou regra torne-se universal, o empréstimo estaria fadado a deixar de existir. Afinal, todos saberiam que, em virtude da regra, ao emprestar o dinheiro não o teriam mais de volta e, portanto, as promessas não teriam validade, seriam falsas. Assim, a regra universalizada seria inútil tendo em vista que ninguém mais confiaria em promessas de pagamento futuro quando de pedido de empréstimo de dinheiro. [423]

A promessa falsa do exemplo acima não está equivocada porque promoveria a perda de confiança das pessoas em promessas, mas, segundo Kant, está moralmente errada porque ao propor a regra foi dado prioridade ao desejo por dinheiro frente as necessidades e desejos dos outros que foram enganados. [424]

Segundo Kant[425], há uma pergunta que deve ser feita quando se pensa em vontade:

> Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então deves rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal.

Assim, a autonomia se configura quando, a partir de uma ação, é possível retirar uma regra ou lei que pode ser universalizada e cumprida por puro dever e não por medo das consequências ou para atingir determinada finalidade.

De acordo com Kant, o que importa em uma ação humana não são as suas consequências, mas a sua motivação e o que confere valor moral a uma ação

---

[422] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 60.
[423] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 60.
[424] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.152.
[425] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 35.

humana é ter o dever como motivação.[426]

E o dever expressa-se quando da realização de uma ação porque é certo e não porque é útil ou conveniente. Quando o homem age por outro motivo que não o dever, por exemplo, por interesse próprio, sua ação não tem valor moral. [427]

Portanto, de acordo com a teoria do autor acima referenciado, para ser livre (autônomo), faz-se necessário que o homem venha a agir de acordo com o imperativo categórico, ou seja, que o homem seja capaz de viver em conformidade com as leis que ele mesmo criou e que nascem de sua capacidade de raciocinar. Sendo a razão a determinadora da lei que dirige a vontade do homem, torna-se a vontade o poder de escolha livre das influências da natureza ou da inclinação. [428]

Esta concepção de Kant foi e ainda é criticada pelo seu antropocentrismo, ou seja, por colocar a dignidade como um atributo apenas do homem como ser racional, adquirindo um destaque frente às outras formas de vida. Em tempos em que se discute proteção ambiental, direitos dos animas, direitos da natureza, sempre será possível sustentar a dignidade de outras formas de vida, nem que seja para garantir a dignidade da vida humana. No entanto, não necessariamente a dignidade de outras formas de vida conflita com a dignidade humana. [429]

Todavia, a crítica à teoria de Kant não é o foco deste tópico e, portanto, não será aprofundada.

Diante de todo exposto, denota-se que a concepção de Kant sobre dignidade da pessoa humana tem como premissa básica a racionalidade do ser humano, a autonomia de vontade que dela resulta e a impossibilidade de coisificação ou instrumentalização do homem. [430]

É certo que as ideias de Kant promoveram um grande avanço conceitual quando se fala de dignidade humana, todavia, a dignidade humana não se constitui apenas das formulações de Kant. Ela é constituída por formulações que remontam à Idade Antiga, Média e moderna e que até hoje recebe aporte da realidade social e

[426] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 30.
[427] SANDEL. Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. p.144.
[428] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. p. 47.
[429] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.34-35.
[430] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. p.35.

do descobrimento de outras características do homem que vão compondo, aos poucos, o conceito de dignidade humana. [431]

Kant permitiu que atualmente seja possível compreender o homem digno como aquele que não pode ser utilizado como um instrumento para alcançar determinada finalidade e como aquele que possui autonomia de vontade.

Porém a história mostra que à estas características do homem digno foram somadas: a capacidade de construir conceitos gerais e raciocinar, a capacidade de reproduzir sentimentos, a capacidade de dialogar e de se comunicar, a sociabilidade (compreendida como a capacidade do homem de socializar seu conhecimento, sua cultura, de cooperar para resolver problemas em conjunto, de cooperar para encontrar soluções em tempos de escassez, de cooperar para organizar a igualdade, etc.). [432]

Portanto, percebe-se a dignidade não apenas como a qualidade inata do ser humano, mas também como o fruto de várias lutas históricas da humanidade. Estas características que se somaram à dignidade com o passar dos tempos lhe deram uma dimensão cultural que complementa a dimensão natural, conferindo à dignidade o caráter de conceito aberto, uma vez que está sempre em constante construção.[433]

Diante de todo exposto, é possível compreender que uma conceituação única da dignidade da pessoa humana não é algo fácil de alcançar. Em primeiro lugar porque se trata de um conceito vago e aberto, e assim, como tantos outros conceitos deste tipo, conduz à constante concretização e delimitação dependendo dos reclames, ou seja, das necessidades da sociedade da época. [434]

Em segundo lugar, o conceito de dignidade da pessoa humana não diz respeito a questões específicas como propriedade, vida privada, etc. mas é uma qualidade considerada como inerente a todo ser humano e que o identifica como tal,

---

[431] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho.** p. 57.
[432] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p. 67-72.
[433] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.43-44.
[434] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.39.

característica esta que dificulta a compreensão integral do conteúdo da dignidade.[435]

No entanto, essas dificuldades não afastam a possibilidade de se perquirir um conceito de dignidade da pessoa humana. Observa-se até o presente momento que o conceito atual de dignidade humana é inspirado nos ensinamentos de Kant, ou seja, a dignidade é algo inerente ao ser humano, irrenunciável e inalienável. Portanto, não advém de uma previsão legal, não é proveniente do direito (em que pese poder ser por ele garantida), é algo próprio do ser humano.

Além do conceito de dignidade ser composto pela racionalidade do ser humano, pela autonomia de vontade que dela resulta e pela absoluta impossibilidade de coisificação ou instrumentalização do homem, também é composto por uma série de características do homem que foram delineadas e reconhecidas através dos tempos e de lutas históricas.

Cabe destacar que para o respeito destas características do homem digno necessário se faz a participação do Estado. O Estado, por intermédio do Direito, determina os objetivos a serem alcançados para que a dignidade se torne parte da realidade. [436]

Por oportuno, vale destacar os ensinamentos de Sarlet[437]:

> É justamente neste sentido que assume particular relevância a constatação de que a dignidade da pessoa humana é simultaneamente limite e tarefa dos poderes estatais e, no nosso sentir, da comunidade em geral, de todos e de cada um, condição dúplice esta que também aponta para uma paralela e conexa dimensão defensiva e prestacional da dignidade [...].

Destaca-se que, ao admitir que há necessidade de garantir a dignidade por meio de ações do Estado não se está admitindo que a dignidade não é atributo intrínseco do ser humano, mas sim que há a necessidade de que sejam asseguradas as condições para a realização da dignidade, e estas condições se dão por meio da garantia legal dos direitos fundamentais, como será visto adiante.[438]

---

[435] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.39.
[436] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. p.59.
[437] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.44.
[438] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.46.

Desta forma:

> [...] sustenta-se que uma dimensão dúplice da dignidade manifesta-se enquanto simultaneamente expressão da autonomia da pessoa humana (vinculada à ideia de autodeterminação no que diz com as decisões essenciais a respeito da própria existência), bem como da necessidade de sua proteção (assistência) por parte da comunidade e do Estado, especialmente quando fragilizada ou até mesmo – e principalmente – quando ausente a capacidade de autodeterminação. [439]

Peces-Barba também defende a mesma ideia em que pese utilizar-se de expressões diferentes. Segundo ele, a dignidade humana é o fundamento da ética pública da modernidade. Seria a dignidade "[...] uma prévia dos valores políticos e jurídicos e dos princípios e dos direitos que derivam desses valores". [440] (Tradução nossa)

Para o autor, ética pública "[...] é a moralidade com vocação de incorporar-se ao Direito positivo, orientando seus fins e seus objetivos como Direito justo". Assim sendo, "a ética pública é uma ética procedimental [...]", ela existiria para criar critérios, padrões e regras de organização da vida em sociedade para que cada homem pudesse trilhar seu caminho e fazer suas escolhas na busca por uma vida virtuosa e feliz, ou seja, para que os seres humanos pudessem escolher livremente sua ética privada.[441] (Tradução nossa)

Portanto, a dignidade humana deveria ser o fundamento das regras estabelecidas pelo Estado moderno, para organizar a vida em sociedade e permitir que o homem alcance sua felicidade e realize as suas escolhas, sem interferência de nenhuma condição externa. [442]

O Estado deveria ser capaz de garantir, por meio do estabelecimento e da garantia de um rol de direitos, que o homem pudesse fazer suas escolhas livremente.

Sanchis, neste ponto, alerta para um paradoxo:

---

[439] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. p.46.
[440] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho.** p.12.
[441] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Ética, poder y derecho**: reflexiones ante el fin de siglo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. p.14- 15
[442] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Ética, poder y derecho**: reflexiones ante el fin de siglo. p. 15

> [...] se os direitos constituem limites ou obrigações do poder e portanto (na melhor das situações) da maioria, não parece muito prudente confiar a essa mesma maioria a definição do seu conteúdo; isto é, existiria uma contradição entre o modo de fundamentação consensual e participativo, e a função institucional que desempenham os direitos. [443] (Tradução nossa)

No entanto, para o autor acima citado, esta é uma contradição que não tem solução:

> [...] os direitos fundamentais operam no marco político como um limite ou gravame sobre o conjunto de órgãos do Estado, mas a definição de seu conteúdo também não é apresentada completamente estranha ao poder, e não parece que este poder há de ser outro do que aquele que se atribui "contra factualmente" ao conjunto dos cidadãos; e isto é, se quiserem, uma ficção, mas uma ficção do mesmo tipo da que dá vida a ideia de poder constituinte, cuja história, por certo, é tão intimamente unida a dos direitos humanos. [444] (Grifo do autor) (Tradução nossa)

Porém, mesmo com o paradoxo, torna-se claro e inequívoco que não basta trazer à luz as características do ser humano que devem ser respeitadas para que se alcance a dignidade. Para a completa realização da dignidade é necessário um compromisso do Estado que, utilizando o Direito como instrumento, deve traçar regras para que tais características sejam respeitadas, garantidas e defendidas.

Além disso, a sociedade também tem um papel importante porque, para a realização da dignidade, deve-se respeitar a dignidade do outro e fazer todo o possível para promovê-la.

Diante disso, Sarlet[445], ainda que reconheça estar o conceito de dignidade humana sempre em construção, propõe o seguinte:

> Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os

---

[443] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.39.
[444] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.39.
[445] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.53.

> demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.

Depreende-se, portanto, a íntima relação entre dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais tendo em vista que aquela é uma das pretensões morais que justifica os direitos fundamentais.

Além disso, a concretização da dignidade humana depende de instrumentalização. E esta instrumentalização, conforme já defendido por Peces-Barba anteriormente, é promovida pelo Direito.

O Direito é capaz, por intermédio do estabelecimento de um conjunto de direitos chamados de fundamentais, de reconhecer e garantir a concretização da dignidade humana. Assim sendo, um Estado pode, com base na sua constituição, garantir direitos fundamentais para que a dignidade humana seja concretizada.

Por meio do Direito, o Estado dever garantir o desenvolvimento do seu povo com base na liberdade de escolha. Assim, um povo cuja dignidade é assegurada deveria ser capaz de escolher a comida que vai comer, a profissão que irá exercer, onde vai morar, enfim, deveria poder escolher as regras que nortearão sua vida.

E ainda, segundo a ONU (conforme abordado no primeiro capítulo) uma sociedade sustentável é aquela que promove uma vida digna para os seus membros. Assim, assegurar a dignidade humana também é assegurar a sustentabilidade.

É neste ponto que o estudo da dignidade humana e dos direitos mínimos para sua garantia e defesa tornam-se importantes para o tema desta tese de doutorado.

Os Estados devem ser capazes de garantir e defender um mínimo de direitos básicos a todo ser humano para que ele tenha uma vida digna. Estes direitos básicos para a vida digna são os direitos fundamentais que foram se constituindo através dos tempos por todas as dimensões de direitos fundamentais que surgiam e se cumulavam.

Assim, para que a dignidade não seja reduzida à condição de simples apelo ético, é imprescindível que determinados direitos sejam garantidos para que a conduta estatal e de cada pessoa humana possa ser por eles norteada. É por meio

destes direitos, destas pretensões morais, que a dignidade humana é garantida e defendida. [446]

É perfeitamente compreensível que não basta afirmar que o homem digno é aquele que usa a sua razão, que age de forma autônoma, e que não é utilizado como instrumento para fins de outras pessoas, mas, quais as condições que se deve estabelecer nas sociedades para que estas características sejam respeitadas?

Algumas perguntas são incessantemente feitas pelos estudiosos sobre o assunto: Quais os direitos que devem ser estabelecidos para que se considere respeitada a dignidade humana? Este rol de condições ou direitos pode ser considerado universalmente?

Diante disso, no tópico seguinte, será aprofundado o conceito de necessidades básicas. O que se está a buscar no item seguinte é reunir um rol de direitos fundamentais que seriam capazes de garantir e defender a dignidade humana em todos os Estados, independente da cultura, da economia e do estado de desenvolvimento. Este rol de direitos teria como objetivo satisfazer as necessidades básicas do ser humano permitindo-o viver a sua dignidade e assim alcançar a sustentabilidade social.

A discussão sobre necessidades básicas ganhou corpo e volume a partir da década de 70. Neste momento, a crise do Estado de Bem-Estar Social levou à discussão sobre qual o tipo de o bem-estar e de desenvolvimento humano seria o ideal.[447] Em outras palavras: o que deveria ser garantido ao ser humano para que ele vivesse com dignidade?

Com base nestas discussões foram criadas várias teorias para a discussão das necessidades humanas. São estas teorias que serão analisadas no tópico posterior.

---

[446] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** p.43-44.

[447] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. Disponível em: <http://www.academia.edu/7384938/Las_necesidades_humanas_y_su_determinaci%C3%B3n._Los_aportes_de_Doyal_y_Gough_Nussbaum_y_Max-Neef_al_estudio_de_la_pobreza.>. Acesso em 10 de janeiro de 2016. p.1.

2.6 A TEORIA DAS NECESSIDADES

O debate sobre quais seriam as pretensões morais justificadas mais importantes, que poderiam ser universalizadas, transformando-se em direitos fundamentais de todos os homens é antigo.

Nos subitens anteriores ficou demonstrado que o conceito de direitos fundamentais é aberto. Nenhum dos doutrinadores citados elencou quais seriam as pretensões morais justificadas que deveriam ser transformadas em direitos fundamentais.

Sanchis[448] entende que esta é uma tarefa extremamente importante, pois trata-se da própria fundamentação dos direitos fundamentais:

> Por isso, decidir quais características deve ter uma pretensão para ser merecedora da qualificação como direito humano ou fundamental, em suma, determinar o conteúdo dos direitos, não é um problema teórico ou conceitual, mas sim ideológico ou de fundamentação; um problema que, como qualquer outro relativo as exigências da justiça em uma sociedade plural e democrática, deve manter-se aberto ao diálogo intersubjetivo a propósito das necessidades e dos recursos [...].[449]

No entanto, mesmo que os doutrinadores citados anteriormente não tenham proposto um rol de pretensões morais que pudessem ser transformadas em direitos fundamentais, restou claro quais os valores que devem embasar tais pretensões, pois eles aparecem quando da análise histórica da luta do homem pelo reconhecimento da sua dignidade. São os valores da dignidade, igualdade e liberdade.

A teoria que pode dar subsídios ao encontro destas pretensões merecedoras da qualificação como direitos fundamentais é a Teoria das Necessidades. Cabe destacar, conforme já abordado no primeiro capítulo deste trabalho, que a década de 70 foi marcada por inúmeras discussões internacionais nas quais o Brasil teve papel de destaque. Tais discussões mostraram ao mundo a relação direta entre os problemas ambientais que estavam ocorrendo e a pobreza.

---

[448] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.41.

[449] SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** p.41.

A partir deste momento, intensificou-se o debate sobre a pobreza, suas origens e seus contornos. Dentro deste debate renasceram, com intensidade, as discussões sobre as necessidades humanas que deveriam ser satisfeitas para que as pessoas pudessem viver com dignidade, igualdade e liberdade.

Referido debate é altamente justificável pois, nos dias de hoje, a cada dia surgem novos hábitos de consumo e de vida que alteram as relações individuais e sociais fazendo com que cada vez mais pessoas se sintam excluídas da vida em sociedade pois não conseguem atingir o padrão tecnológico, ou de consumo, que se impõe.

Assim, a vida em sociedade da atualidade, precariza e marginaliza algumas pessoas que não são privilegiadas e que, diante disso, perdem sua autonomia como cidadãos, afetando diretamente a sua dignidade humana. [450]

Diante desta situação, passa-se a exigir uma nova postura dos Estados na tentativa de que trabalhem para a inclusão de pessoas menos favorecidas à sociedade por meio, ao menos, da satisfação de suas necessidades básicas. [451]

Além disso, a discussão sobre necessidades básicas é importante pois questiona a sustentabilidade dos hábitos da atualidade, afinal, com padrões de consumo elevados (que pressionam os recursos naturais), e com uma vida em sociedade que não respeita a dignidade humana (pois não possibilita ao homem que tenha o mínimo para viver respeitando sua condição de ser humano), não há como pensar em uma sociedade sustentável. Assim, há que se discutir as necessidades humanas como responsabilidade de todos: da sociedade, do Estado e até mesmo das entidades privadas. [452]

No início da década de 90, com a divulgação pela ONU do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, o qual demonstrou que o desenvolvimento humano deveria ser analisado tomando por base dados sobre saúde, educação e

---

[450] CABRERO, Gregório Rodrígues. Prólogo. *In* DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. Barcelona: Icaria, 1994. p.14.
[451] CABRERO, Gregório Rodrígues. Prólogo. p.14.
[452] CABRERO, Gregório Rodrígues. Prólogo. p.14.

renda, ganharam destaques as ideias do indiano Amartya Sen.[453]

O trabalho do referido autor contestava o mundo pintado pelos economistas neoclássicos os quais, para determinar o índice de desenvolvimento humano, levavam em consideração apenas dados econômicos. [454]

Conforme explica Groppa[455] o indiano Amartya Sen: "Mediante a noção de capacidades incorporou de maneira decisiva o papel da liberdade nos estudos sobre desenvolvimento e medições de pobreza."

Amartya Sen usa a expressão capacidades humanas enquanto outros doutrinadores usam a expressão necessidades humanas. O fato é que existem várias teorias que tentam explicar quais são as necessidades humanas que levariam o homem ao estado de bem-estar, de respeito da sua condição de ser humano, e ainda, se elas podem ser generalizadas. Tais teorias são expressas por autores como: Agnes Heller, Maria José Añon Roig, Len Doyal e Ian Gough, Martha Nussbaum e Manfred Max-Neff.

Tendo em vista que esta tese não tem como objetivo principal a teoria das necessidades, far-se-á a exposição da presente teoria por Amartya Sen, Len Doyal e Ian Gough, e Martha Nussbaum, por compreender que estes estudos são suficientes para a compreensão do objeto desta tese. O objetivo é encontrar um conceito base de necessidades humanas que, se satisfeitas, levem à consecução do bem-estar humano e, por conseguinte, da dignidade humana.

No Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva a palavra necessidade aparece para designar aquilo que é indispensável, ou seja, é usada para determinar a imperiosidade de determinada conduta ou a indispensabilidade daquilo que se deseja realizar. Segundo o autor, também se usa a palavra necessidade para:

> "[...] assinalar o estado de privações, em que se encontra a pessoa, não possuindo meios ou recursos para sua própria mantença ou subsistência, ou tendo-os insuficientemente, de modo que não se pode prover a si mesma, segundo o que se faz mister ou

[453] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?**
[454] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.2.
[455] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.2.

necessário.” [456]

Assim, percebe-se que, dependendo do campo de estudo, a palavra necessidade pode assumir contornos diferentes.

Len Doyal e Ian Gough expuseram sua Teoria das Necessidades na obra de nome semelhante publicada em 1994. Doyal e Gough defendem a ideia de que é possível estabelecer um rol de necessidades humanas universais que estão acima de diferenças culturais ou econômicas. Assim sendo, pode-se compreender que a forma como as necessidades são satisfeitas seja diferente, em virtude da cultura, grau de desenvolvimento econômico do povo, etc.. No entanto, é certo que existem determinadas necessidades que são imprescindíveis para uma vida digna.[457]

Partindo desta premissa os autores criaram uma teoria das necessidades pesquisando indicadores que pudessem mensurar o bem-estar das nações. [458] Em primeiro lugar, traçaram uma meta universal, qual seja: evitar graves danos ao homem. Para eles as necessidades básicas são vinculadas a prevenção de danos graves. Elas estabelecem as condições necessárias para tal prevenção. [459]

No tocante ao dano grave expõe os autores:

> Por dano grave se entende, explícita ou implicitamente, a busca significativamente danificada de objetivos que os indivíduos julgam valiosos. Estar danificado gravemente significa, portanto, estar incapacitado na busca da visão própria do bom. [Tradução nossa] [460]

E ainda, também compreendem como dano grave, o impedimento da participação social exitosa. Portanto, deve ser permitido ao homem participar da vida em sociedade sem censura desmedida. [461]

Traçada a meta a ser alcançada, ou seja, que as necessidades básicas devem evitar os danos graves, os autores, com base nos ensinamentos de Kant (já expostos neste trabalho), estipularam duas necessidades básicas que entendem

---

[456] SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p.234.
[457] CABRERO, Gregório Rodrígues, Prólogo. p.14.
[458] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.7-11.
[459] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.78.
[460] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.78.
[461] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.78.

universais: a sobrevivência (ou saúde física) e a autonomia. [462]

No tocante a saúde física, os doutrinadores explicam que é necessária boa saúde para que o ser humano se desenvolva normalmente. Basta prestar atenção na vida cotidiana para perceber que nossas ações exigem boas condições físicas e mentais. [463]

Desta forma, tendo em vista que o homem possui uma estrutura física comum, como exemplar da espécie humana, a saúde física pode ser considerada uma questão que perpassa os limites da cultura, ela é igual para todos. [464] Assim, a necessidade básica de saúde física pode ser considerada uma necessidade universal.

No tocante a autonomia, ela é definida:

> [...] pelo grau de compreensão que uma pessoa tem de si mesma, de sua cultura e do que se espera dela como indivíduo dentro da mesma; a capacidade psicológica que tem de formular opções para si mesma; as oportunidades objetivas que lhe permitem agir. [465]

Para explicar a autonomia os autores iniciam expondo que para ter boa compreensão de si e de sua cultura os homens precisam aprender, e não aprendem sozinhos. É neste momento que a educação e os educadores possuem um papel fundamental na medida em que ensinam e inspiram os homens a se conhecerem, a conhecerem sua cultura, e seu papel nela, tornando-se autônomos.[466]

Ainda, para ser autônomo, o homem deve ter condições psicológicas de construir seu caminho, fazer suas escolhas e opções com sentido. Para tanto é necessário que lhe sejam disponibilizadas oportunidades, sem elas o homem não consegue explorar suas ações, não consegue ser livre para agir. Além disso, também devem ser dadas oportunidades de participação política, de se manifestar sobre os assuntos de interesse da sociedade, de eleger representantes, de transformar sua própria cultura. [467]

---

[462] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.83.
[463] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.85.
[464] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.7-11.
[465] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.90.
[466] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.90-100.
[467] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. p.90-100.

Por fim, após definir as duas necessidades básicas universais, conforme verificou-se acima, os autores fizeram uma lista do que chamam necessidades intermediárias, as quais seriam imprescindíveis para o alcance das necessidades básicas universais: água limpa e alimentos; moradia segura; segurança no meio ambiente do trabalho; meio ambiente seguro; saúde; infância segura; relações primárias significativas (no sentido de ter uma rede de apoio de qualidade (amigos, parentes...) que fomente a segurança emocional); segurança física; segurança econômica; educação apropriada; parto seguro e cuidados neonatais. [468]

Para abordar o assunto deste tópico, Amartya Sen, em seus estudos sobre desenvolvimento humano, fala de capacidades e funcionamentos e não de necessidades básicas. Para ele, a análise das desigualdades sociais não pode ser realizada apenas tomando por base a disponibilidade de bens sociais e materiais, é necessário verificar se o indivíduo tem capacidade de fazer uso destes bens.[469]

Cabe destacar as palavras do autor[470]:

> Venho procurando demonstrar já há algum tempo que, para muitas finalidades avaliatórias, o "espaço" apropriado não é o das utilidades (como querem os "welfaristas") nem o dos bens primários (como exigido por Rawls), mas o das liberdades substantivas – capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar. Se o objetivo é concentrar-se na oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos (como Rawls recomenda explicitamente), então será preciso levar em conta não os bens primários que as pessoas possuem, mas também as características pessoais relevantes que governam a *conversão* de bens primários na capacidade de a pessoa promover seus objetivos. (Grifo do autor)

Assim, a capacidade é a possibilidade que o indivíduo tem de fazer escolhas, trata-se de um tipo de liberdade.

Aprofundando o conceito, Sen entende que a capacidade é a liberdade que o individuo tem de fazer combinações entre suas escolhas e o funcionamento destas.[471] Diante disso, surge o conceito de funcionamentos, os quais são a

---

[468] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.7-11.
[469] GIDDENS, Anthony (org.). Trad. Roger Maioli dos Santos. **O debate global sobre a terceira via.** São Paulo: Editora UNESP, 2007. p.255.
[470] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. p.104.
[471] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. p.104-105.

possibilidade do homem fazer ou ser aquilo que escolheu.[472]

É o que ensina Sen[473]:

> O conceito de "funcionamentos", que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar de elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. (Grifo do autor)

Desta forma, para Sen, a análise do desenvolvimento e do bem-estar humano, e, portanto, da dignidade humana, deve ser feita com base nas possibilidades que o homem tem de escolher e de utilizar estas escolhas para realizar coisas que lhe são valorosas.

Seguindo as ideias de Sen é possível compreender que a dignidade humana é precarizada em uma sociedade que entrega aos seus membros bens primários, mas que não lhes dá oportunidade de poder usufruir destes bens, transformando-os em algo de valor para si. [474]

Por exemplo, pode ocorrer que uma sociedade ofereça transporte público aos seus membros, mas ele não está adaptado para cadeirantes. Assim o cadeirante vê frustrada a sua possibilidade de converter esse bem primário (o transporte público) em algo de valor para si (a possibilidade de usar este transporte para alcançar seus objetivos e ter uma vida mais valorosa). Desta forma, limitando a liberdade deste homem (que não pode usar o transporte público para se locomover) se está limitando a sua dignidade. [475]

Com este exemplo citado acima é perfeitamente possível visualizar e compreender a teoria de Sen: o bem-estar humano, e por consequência a dignidade humana, não depende apenas dos bens primários, mas sim da capacidade da pessoa de fazer escolha (se quer ou não usar o bem primário) e do funcionamento do bem (se a pessoa pode realmente utilizar este bem para alcançar os seus objetivos).

---

[472] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.4.
[473] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. p.104.
[474] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.4-5.
[475] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.4-5.

Ainda cabe destacar que, a avaliação da capacidade pode se dar sobre:

> [....] os funcionamentos realizados (o que uma pessoa realmente faz) ou sobre o conjunto capacitário de alternativas que ela tem (suas oportunidades reais). Em cada caso há tipos diferentes de informações – no primeiro, sobre as coisas que uma pessoa faz, e, no segundo, sobre as coisas que a pessoa é substantivamente livre para fazer.[476] (Tradução nossa)

Porém, o que Sen não fez em sua obra foi desenvolver uma lista com as capacidades mínimas necessárias para o bem-estar humano, ou seja, uma lista de necessidades básicas que pudessem garantir que a dignidade humana seja respeitada. E esta é uma crítica que se faz a sua teoria. No entanto, o autor se justifica explicando que um rol de capacidades básicas só seria possível por meio do debate público a respeito delas.[477]

Há outros autores, como Martha Nussbaum, que apresentam um rol de necessidades básicas, portanto, passar-se-á à sua análise.

Martha Nussbaum[478], além de concordar com Ian Gough e Len Doyal sobre o fato de que as necessidades podem ser universais, aproxima-se das ideias de Sen quando defende que o bem-estar do homem deve ser avaliado por suas capacidades e não pela quantidade de recurso que lhe é disponibilizada:

> Defenderei a tese de que a melhor abordagem para essa ideia de um mínimo social básico vem do enfoque nas capacidades humanas, ou seja, naquilo que as pessoas são realmente capazes de fazer e ser, de acordo com uma ideia intuitiva de vida que corresponde à dignidade dos seres humanos.[479] (Tradução nossa)

Cabe destacar outra passagem da obra da autora que deixa bastante clara a análise das capacidades como instrumento avaliativo da dignidade humana:

> A pergunta central que embasa o enfoque das capacidades não é "Como está satisfeita Fulana?", nem "Qual a quantidade de recursos disponível?" a pergunta é "O que a Fulana é capaz de fazer?". [...] Não perguntamos somente acerca da satisfação da pessoa com o que está fazendo, mas acerca do que está fazendo e do que está em condições de fazer (quais são suas oportunidade e liberdades). E não perguntamos apenas sobre quais os recursos disponíveis, mas

[476] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. p.105-106.
[477] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.4-5.
[478] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.10.
[479] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.10.

> também como estes recursos entram em ação, possibilitando que Fulana funcione de um modo plenamente humano. [480] (Grifo do autor) (Tradução nossa)

No entanto, diferente de Sen, ela elabora uma lista com as capacidades que devem ser disponibilizadas para cada ser humano no intuito de que a dignidade humana seja respeitada. [481] Seu objetivo é que sua teoria sirva de base para a criação de políticas públicas:

> A meta deste projeto, na sua totalidade, é brindar a filosofia com uma visão dos princípios constitucionais básicos que devem ser respeitados e implementados pelos governos de todas as nações como um mínimo necessário para o princípio da dignidade humana.[482] (Tradução nossa)

Enquanto Sen discute o papel das capacidades como formadoras do espaço no qual se podem realizar as avaliações sobre qualidade de vida, a autora passa a elaborar uma lista de tais capacidades mínimas as quais podem servir de base para direitos constitucionais que os cidadãos poderiam exigir de seus governos.

Para criar a tal lista, Nussbaum se concentrou em estudar certas questões que são imprescindíveis para a vida humana, sem as quais o homem pode ser comparado a um animal. São questões de consenso universal, transcendentais à cultura e que visam o respeito da autonomia e liberdade próprias do ser humano digno.

Inicialmente cabe expor a classificação das capacidades que a autora criou: capacidades básicas, internas e combinadas. [483]

Em primeiro lugar as capacidades básicas, são aquelas inatas aos seres humanos, são capacidades de nível inferior e que possibilitam o desenvolvimento das capacidades avançadas, por exemplo: capacidade de ver, ouvir, etc..[484]

Em segundo lugar expõe as capacidades internas como sendo capacidades que o ser humano já tem, mas que são desenvolvidas pelo ambiente externo, como, por exemplo, a capacidade de eleger representantes políticos (que será

---

[480] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.90.
[481] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.7-11.
[482] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.10.
[483] GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. p.13.
[484] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.118-122.

incrementada e despertada pelo ensino, pela análise das propostas dos políticos, etc.), a capacidade de se divertir com outras pessoas. [485]

Em terceiro lugar as capacidades combinadas as quais são definidas como aquelas capacidades internas que encontram no entorno as condições de funcionamento ideais. Como exemplo da inexistência desta capacidade pode-se citar que os "[...] cidadãos que vivem em regimes não democráticos repressivos têm a capacidade interna mas não a capacidade combinada para exercer o pensamento e o discurso de acordo com sua própria consciência."[486] (Tradução nossa)

Ao listar as capacidades centrais para o funcionamento humano, Nussbaum cita, em primeiro lugar, a duração da vida. Todo ser humano deve ser capaz de viver uma vida humana de extensão normal, sem morrer antecipadamente.[487]

Em segundo lugar a saúde corporal. Todo homem deve ter capacidade de ter uma saúde boa, com boa alimentação, capacidade de reprodução, e morar em uma habitação decente. Também deve ter capacidade de ter integridade corporal, tendo direito de ir e vir, de não realizar determinados atos que violem a integridade do seu corpo, como o sexo forçado, a violência doméstica, reprodução forçada, etc.. [488]

Todo homem deve ter direito a sentir, imaginar e pensar. Fazendo tudo isto de forma orientada por uma educação de qualidade e podendo se expressar livremente. Deve ter o direito de viver suas emoções, escolhendo quem quer amar, com quem quer casar, tendo o direito de viver alegrias e tristezas sem temor a nada.[489]

A autora ainda coloca mais uma capacidade, a razão prática, pela qual o ser humano deve ser capaz de ter sua concepção de bem e de segui-la, tendo liberdade de consciência. [490]

Além disso, deve ser capaz de se afiliar ou seja, de se reunir. Esta capacidade pode ser dividida em duas outras capacidades: a) capacidade de viver em comunhão com outras pessoas, comprometendo-se socialmente, preocupando-

[485] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.118-122.
[486] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.118-122.
[487] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[488] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[489] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[490] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.

se com o próximo, tendo compaixão com o próximo e respeitando-o; b) capacidade de respeitar a si mesmo e não aceitar humilhações. O homem deve ser capaz de reconhecer que é igual aos demais e que não pode se submeter a discriminações.[491]

Também deve o homem ter capacidade de respeitar os animas e as plantas; e de se divertir. Além disso, deve ter controle do entorno político (tendo capacidade de participar da vida política da sociedade em que vive) e material (tendo capacidade de possuir, de ter propriedades, e de ter emprego). [492]

Alerta a autora que todas estas capacidades devem ser satisfeitas, não há possibilidade de satisfazer mais de uma delas liberando-se da satisfação de outra capacidade. A autora também destaca a importância da razão prática e da afiliação pois elas organizam as outras capacidades. Por exemplo, o trabalho deve levar em consideração a capacidade do trabalhador de ser um ser pensante, do contrário ele não será mais respeitado do que uma das máquinas de uma linha de produção. [493]

Não se quer dizer com isso que a razão prática e a afiliação são a finalidade de todas as outras capacidades, no entanto, elas servem de limite para a determinação das outras capacidades as quais não podem ser estabelecidas sem o respeito da razão prática e da afiliação. [494]

Desta forma, tendo em vista que a capacidade é o direito de escolher e que o funcionamento é o direito de ser ou fazer aquilo que escolheu, defende Nussbaum (assim como já defendido por Sarlet e Peces-Barba acima) que é dever do Estado garantir que o homem possa usufruir de suas capacidades, garantindo-as em sua legislação e criando o meio externo adequado para que elas aflorem e sejam colocadas em prática. [495]

Para a autora, deve o Estado se ocupar de positivar as capacidades centrais expostas em sua lista para que o homem possa viver com dignidade. No entanto, e esta é uma crítica que se faz à esta teoria, Nussbaum não traçou as capacidades mínimas que deveriam existir para o alcance das capacidades centrais.

---

[491] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[492] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[493] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[494] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.106-111.
[495] NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** p.126-129.

Por exemplo, quando trata da capacidade do controle do entorno material a autora explica que possui esta capacidade aqueles que têm possibilidade ter emprego. No entanto, não explica em que condições este emprego se deve dar. Lendo sua obra é possível constatar que o emprego deve respeitar todas as outras capacidades por ela estabelecidas.

Diante de todo o exposto, o que se pode perceber é que as teorias de Sen e Nussbaum conferem à esta tese o fundamento teórico necessário para perquirir seu objetivo geral. A teoria das necessidades ensina que é possível estabelecer uma lista universal de necessidades básicas, ou necessidades centrais, ou ainda capacidades, que ao homem devem ser garantidas para que sua dignidade seja respeitada.

Esta lista possui previsões de todos os tipos de direito, desde o direito à vida e à saúde até o direito de compreender o bem e o mal. E, embora todos estes direitos devam ser satisfeitos, sendo que a satisfação de um deles não exime da satisfação dos demais (como destacado acima), a presente pesquisa dará destaque aos direitos ligados às relações de trabalho, tendo em vista que o seu foco é abordar a ligação entre o comércio internacional e o respeito de direitos laborais.

Desta forma, tratando de relações trabalhistas, o mínimo de direitos dos trabalhadores que devem ser garantidos e respeitados tem que ser capaz de possibilitar que o trabalhador adote e exerça suas capacidades.

Isto quer dizer que, para a presente pesquisa, uma relação de trabalho deve possibilitar ao trabalhador que ele desenvolva seu trabalho realizando as suas escolhas e praticando-as, podendo assim, usufruir da sua condição de ser humano digno da forma mais plena possível.

Fazendo a correlação com as capacidades centrais citadas por Nussbaum, a relação de trabalho não deve reduzir a vida do trabalhador, não deve prejudicar sua integridade física, permitindo-o ter uma boa alimentação e cuidados com seu corpo, deve permitir que o trabalhador seja livre para escolher se quer continuar laborando ou não, deve permitir que o trabalhador expresse seus pensamentos e use sua capacidade intelectual, deve permitir ao trabalhador ter sua concepção do que é bom ou ruim, do que é o bem ou o mal. Além disso, deve permitir ao trabalhador que

conviva em sociedade e que possa respeitar a si mesmo e não se submeter a humilhações.

Quando a relação de trabalho é realizada dentro das condições acima citadas ela contribui com a realização da dignidade humana e, por consequência, contribui para a sustentabilidade.

Na busca pelo rol de direitos trabalhistas que promova as capacidades centrais de Nussbaum torna-se imprescindível a análise das normas internacionais produzidas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A OIT, órgão internacional ligado à Organizações das Nações Unidas – ONU (para quem Amartya Sen desenvolveu seus estudos), desempenha um papel importante na seara trabalhista editando várias normas laborais internacionais cujo objetivo é criar um padrão mínimo de direitos trabalhistas que possibilitem ao trabalhador viver com dignidade, exercendo suas capacidades e funcionamentos, ou seja, tendo liberdade.

Conforme será abordado no capítulo seguinte, a OIT tem uma história marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores no mundo todo, sua principal função é elaborar normas internacionais que dizem respeito ao direito do trabalho.

Entre as normas criadas pela OIT há um conjunto delas que tratam de direitos considerados como o coração das normas laborais da entidade e são reconhecidos, tanto pela OIT como pela comunidade internacional, como direitos fundamentais dos trabalhadores - DFT.

Tais direitos foram expostos na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, aprovada em 1998[496] e tratam dos seguintes assuntos:

> a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
>
> b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;

[496] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. Coimbra: Editora Coimbra, 2014. p.84.

> c) a efetiva abolição do trabalho infantil; e
>
> d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.[497]

No início do Capítulo 4 os direitos acima citados serão aprofundados por meio do estudo detalhado das Convenções da OIT sobre o assunto. Cabe neste momento destacar que: tais direitos têm como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e, são considerados, pelos membros da OIT, o rol de direitos mínimos que todo o trabalhador deve ter para poder viver sua dignidade.

Como poderá ser visto mais adiante neste trabalho, os direitos fundamentais dos trabalhadores têm íntima ligação com as capacidades centrais de Nussbaum, tendo em vista que possuem o mesmo objetivo, qual seja: permitir que o o ser humano viva da forma mais digna possível.

Ao analisar os direitos fundamentais dos trabalhadores será possível denotar que eles buscam fomentar a realização de capacidades centrais na medida em que, ao proibir o trabalho forçado, ao proibir o trabalho infantil, ao condenar a diferença entre homens e mulheres e a falta de liberdade de associação estão, a todo tempo, fomentado a liberdade dos trabalhadores, o respeito da sua integridade física e a vida longe de humilhações.

Tendo em vista que este trabalho tem como foco a abordagem da relação entre o comércio internacional e os direitos laborais, é vital compreender o papel da OIT e da OMC na governança do comércio internacional, o que será realizado no próximo capítulo.

Ambas as instituições têm papel destacado na governança do comércio internacional. A OMC destaca-se por regular o comércio e por ser um fórum de negociações permanente. Como será visto mais adiante, os acordos comerciais firmados dentro desta instituição preveem vantagens comerciais e regras (penalidades) quanto ao descumprimento dos acordos.

Já a OIT é uma entidade que, pela sua história de luta na defesa dos direitos afetos às relações de trabalho, possui a competência para legislar em matéria

---

[497] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Brasília: OIT, 2007. p.7-8.

laboral, mas, atualmente, encontra obstáculos para a prática de suas normas. Como poderá ser verificado, a OIT possui um sistema de acompanhamento da aplicação de suas normas que funciona muito bem, no entanto, lhe falta um sistema que permita coibir o desrespeito das mesmas. Diante disso, passa-se agora a análise destas questões.

CAPÍTULO 3 A GOVERNANÇA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: O PAPEL DA OMC E DA OIT

Diante do objetivo geral da presente tese de doutorado, é de suma importância que se conheça o papel da Organização Mundial do Comércio – OMC e da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Desta forma, o objetivo específico do presente capítulo é compreender a organização e o funcionamento destes organismos internacionais com papel destacado na governança do comércio internacional.

Inicialmente realiza-se uma breve análise das origens do Sistema Multilateral do Comércio. Posteriormente o trabalho explica a Reunião de Bretton Woods e o surgimento do GATT. São abordados também detalhes sobre a OMC, como: princípios, objetivos, âmbito, funções, estrutura e condição para ser membro. Por fim, no tocante a OMC, ainda será abordada a importância desta entidade na governança do comércio internacional e como ela pode atuar junto à OIT.

Posteriormente, far-se-á a análise da OIT: seu histórico, natureza jurídica, estrutura, membros e sua atividade normativa e, por fim, demonstrar-se-á as dificuldades enfrentadas por esta instituição na consecução dos seus objetivos.

Para tanto, inicia-se com a abordagem de fatos históricos que circundaram a criação da OIT e contribuíram para que seja a entidade internacional dos dias de hoje, com seus princípios e regras tão específicas. Mais adiante será realizada uma descrição da entidade abordando sua natureza jurídica, sua estrutura organizacional, seus membros e sua atividade normativa e o controle da aplicação de suas normas.

Pretende-se demonstrar que a atividade normativa da OIT faz desta organização, sem sombra de dúvidas, a entidade internacional com experiência e competência necessárias para legislar em material de direito internacional do trabalho. No entanto, também será possível comprovar que há necessidade de buscar uma maior efetividade no seu sistema de controle e aplicação das suas normas.

3.1 ORIGENS DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO[498]

Para a compreensão da origem do Sistema Multilateral de Comércio é necessário retornar ao passado. A Primeira Guerra Mundial, a qual envolveu principalmente países europeus e durou de 1914 até 1919, fez com que os tratados comerciais da época fossem anulados e todo o comércio internacional interrompido. Naquela época, as regras comerciais passaram a ser editadas pelos Estados, então, uma série de normas protecionistas surgiram para proteger as indústrias nacionais.[499]

Com o final da Guerra o panorama não mudou muito e as dificuldades comerciais continuaram. Os países europeus vencedores insistiam em obter compensações dos países derrotados no conflito mundial, provocando nesses grave crise econômica. Os Estados Unidos da América – EUA também insistiam em cobrar o reembolso dos créditos dados aos países vencedores da guerra.[500]

Em meio a todo este caos e insegurança, os países voltavam-se para dentro e adotavam cada vez mais medidas protetivas como barreiras comerciais e controles de importação e exportação, sem dar a devida atenção ao quanto tais medidas impactavam na economia dos outros países.[501]

Na década de 20 alguns progressos foram conseguidos com a eliminação de restrições quantitativas (estabelecimento de cotas de importação e exportação por produtos) ao comércio internacional, mas as tarifas alfandegárias ainda eram altas e poucos os acordos comerciais.[502]

Em 1929 a crise na bolsa de Nova Iorque fez o mundo parar. Como ensina Bernard Gazier[503], "a Grande Crise dos anos 1930 foi um flagelo cego e generalizado: raros são os países ou grupos sociais poupados, e os mais fechados muitas vezes foram os mais atingidos".

---

[498] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. As origens da Organização Mundial do Comércio. **Justiça do Direito**. Passo Fundo, v. 29, 2015, p. 478-493.

[499] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. Barcelona: Caja de Ahorros y pensiones de Barcelona, 2001. p.23.

[500] LAS DAS, Bhagirath. **La OMC y el sistema multilateral de comercio**. Barcelona: Icaria Editorial, 2004. p.7.

[501] LAS DAS, Bhagirath. **La OMC y el sistema multilateral de comercio**. p.7.

[502] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p.23.

[503] GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. Porto Alegre: L&PM Pocket Encyclopedia, 2009. p.3.

Houve drástica redução na produção, descumprimento de regras comerciais, unilateralismo de decisões políticas, medidas altamente protecionistas foram colocadas em prática para tentar proteger as economias internas, ou seja, o comércio internacional entrou em uma fase de retração aguda:

> A transformação do comércio internacional é mais surpreendente ainda: em bilhões de dólares-ouro, a retração das importações de 75 países, calculada pela Liga das Nações, vai de um máximo de 3,04 bilhões em abril de 1929 a um mínimo de 0,944 bilhão em fevereiro de 1933, ou seja, uma baixa de 69%.[504]

Algumas indústrias logo se recuperaram, como a do Japão, mas as indústrias americanas, canadense, francesa, alemã, italiana, inglesa, entre outras, continuavam desaceleradas.[505]

No início da década de 30, tanto os EUA quanto a Grã-Bretanha adotaram medidas protecionistas e isso fez com que outros países da Europa aumentassem suas tarifas alfandegárias.[506]

Para agravar a situação, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, que durou de 1934 até 1945 e envolveu vários países do globo. Mesmo assim, os EUA, percebendo o quanto a conduta protecionista prejudicou o comércio internacional e o desenvolvimento econômico e, na tentativa de mostrar ao mundo que deveriam retomar as relações comerciais internacionais, adotaram algumas medidas liberais. A partir de 1934 reduziram suas tarifas alfandegárias e firmaram vários acordos bilaterais, estendendo as vantagens negociadas bilateralmente a todos os países com os quais celebravam acordos, aplicando a regra da nação mais favorável – NMF, a qual, como será visto mais adiante, tornou-se a base de muitos acordos e organizações internacionais regulamentadoras do comércio internacional.[507]

Percebe-se então que entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais seguiram-se anos de instabilidade econômica em que eram alternados períodos de bonança com períodos de grave crise. Toda esta fase turbulenta mostrou ao mundo

---

[504] GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. p.8-9.
[505] GAZIER, Bernard. **A crise de 1929.** p.8-9.
[506] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p.17.
[507] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p.17.

um fato: “o unilateralismo é o pior dos remédios”.[508]

Esther López Barrero assinala:

> [...] a história econômica tem mostrado que uma aplicação ampla e não concertada entre os Estados de medidas protecionistas podem destruir o comércio, e a geração de fluxos econômicos, na medida em que pode provocar um colapso do sistema econômico internacional.[509] (Tradução nossa)

Portanto, após o segundo conflito mundial, o novo foco do comércio internacional era: a liberação supervisionada dos fluxos comerciais, ou seja, reduzir os obstáculos para as exportações e importações de forma orientada para que não houvesse mais crises como as que haviam ocorrido até então.[510]

Desta forma, o enfoque das relações internacionais foi modificado e a palavra de ordem que surgia era cooperação econômica e multilateral, a qual se mostrava como a grande solução para tratar os novos valores e problemas que surgiam na ordem internacional.[511]

Outro novo enfoque criado para as relações internacionais era o da regulação. Para melhor entender este enfoque destaca-se que, em termos de política econômica, o que se discutia, desde 1930, era o Estado de Bem-Estar Social o qual consistia em um projeto para recuperar e retomar o crescimento das nações após o período das grandes guerras mundiais.[512]

Este projeto era inspirado nas ideias de John Maynard Keynes, economista britânico que, em 1936, publicou sua obra: Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Referida obra é a descrição profunda e complexa de sua teoria econômica que, em apertada síntese, propõe uma participação forte do Estado nas relações econômicas. Keynes não acreditava que o mercado poderia regular-se sozinho. Seus ensinamentos eram claros no sentido de que, para o bom funcionamento do capitalismo, a interferência do Estado, por meio de políticas econômicas, era a solução. Para o regular funcionamento dos mercados e para a geração de emprego

---

[508] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 26.
[509] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010. p.44.
[510] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 44-45.
[511] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 26
[512] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.124.

e renda é indispensável que o Estado tenha uma postura ativa, e atue nas relações econômicas.[513]

A comunidade mundial caminhava para um novo entendimento, qual seja: que deveriam cooperar entre si e o de que deveriam criar regras para regular os mercados.

O primeiro passo nesta direção foi a Conferência de Bretton Woods, que consistiu em uma reunião, realizada em 1944, entre representantes das maiores potências mundiais ocidentais.[514]

Os líderes mundiais que iriam participar da Conferência de Bretton Woods eram experimentados, já haviam presenciado a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e suas consequências devastadoras, tinham consciência de que a prática do protecionismo não poderia mais prevalecer sob pena de o mundo entrar em colapso novamente. Esses líderes estavam inspirados a reconstruir economicamente o mundo pela via da cooperação e da regulação.[515]

Eles tinham a plena compreensão de que a liberação comercial era imprescindível, no entanto, havia a necessidade de sua regulação para que o protecionismo não voltasse a imperar. Assim como compreendiam também que, com base na cooperação, havia a necessidade de criação de linhas de financiamento internacional para reestruturar os países no pós-guerra. Era preciso reerguer as nações destruídas para que estas voltassem a participar do cenário internacional.[516]

Portanto, um dos frutos de Bretton Woods foi o debate sobre a criação de instituições internacionais que pudessem reequilibrar as relações econômicas. Das ideias sobre cooperação internacional surgiram o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BM e, a partir das ideias sobre livre comércio regulado, surgiu a Organização Internacional do Comércio – OIC.[517]

O FMI seria criado para ser um grande fundo internacional capaz de cuidar da

---

[513] SILVA, Adroaldo Moura da. Apresentação. *In* KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.20.
[514] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 27.
[515] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p.27.
[516] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 28.
[517] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional***:* la OMC. p. 54.

estabilidade cambial, supervisionar o cumprimento dos compromissos pelos países membros e prover, temporariamente, recursos financeiros para países com problemas nas balanças de pagamento. Já o BM seria criado para financiar a reconstrução da Europa, depois da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, promover o desenvolvimento econômico. A OIC deveria ter como propósito a liberalização do comércio internacional, o incentivo ao desenvolvimento econômico, o estímulo ao pleno emprego e à nova indústria, a regulação das práticas restritivas das empresas e dos acordos sobre o comércio de matérias-primas. [518]

As discussões de Bretton Woods seguiram e, ao final, em 1948, foi redigida a Carta de Havana, documento importante que expressou a intenção dos países signatários em usar o comércio internacional para promover a riqueza mundial, e, entre outras coisas, previa mais garantias aos trabalhadores e fomentava os acordos sobre o comércio de matérias-primas. [519]

A Carta de Havana dividia-se em três partes: a primeira delas tratava da necessidade de instituição da OIC, a segunda tratava da redução tarifária e a terceira criava regras para o processo de redução tarifária.[520]

No tocante à OIC, a Carta de Havana tinha propósitos que iam além da liberação comercial. Previa-se que a nova organização comercial lidaria com outras questões intimamente ligadas ao comércio internacional, como: condutas empresariais lesivas ao comércio internacional e problemas específicos dos países em desenvolvimento. [521]

Os EUA não ratificaram a Carta de Havana, seu Congresso entendeu que havia dispositivos que não se coadunavam com os interesses americanos. Várias foram as justificativas apresentadas, entre elas: havia muitas exceções no compromisso de liberação comercial, os EUA não concordavam com os acordos sobre matérias-primas, também não estavam de acordo com o poder de manobra dado aos países em desenvolvimento. Assim sendo, em 1950, os EUA comunicaram que não ratificariam a Carta de Havana. Por esta razão, a OIC não saiu do papel, os

---

[518] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p.27-28.
[519] GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. Barcelona: Icaria Editorial SA, 2002. p. 16.
[520] BARRAL, Welber **Oliveira. O comercio internacional. p. 29.**
[521] MILLET, Montserrat**. La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p. 29-30.

países signatários, que esperavam a posição dos EUA (maior potência econômica da época), com exceção de Austrália e Líbano, também não ratificaram a referida Carta. [522]

Tornaram-se realidade a segunda e a terceira partes da Carta de Havana, ambas entraram em vigor por meio do Acordo Geral sobre Tarifas ou *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT, sigla pelo qual ficou conhecido. [523]

Esther López Barrero dá uma explicação interessante para o que ocorreu: a criação de organizações internacionais depende, e muito, da vontade ou necessidade dos seus criadores. Às vezes a vontade ou necessidade é tão grande que impulsiona a criação de organizações sólidas, permanentes e que existem de fato e de direito. E, em outros casos, em que a vontade ou necessidade não é tão grande, o que se consegue é a criação de organizações internacionais provisórias ou de alguns acordos multilaterais bastante flexíveis. E é em virtude disso, desta falta de vontade ou necessidade ou ainda, da falta de consenso mundial sobre o assunto, que, em matéria de comércio internacional, não foi a vez da OIC, mas sim de um acordo multilateral temporário chamado GATT, analisado a seguir.[524]

3.2 GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE - GATT[525]

O cenário do comércio internacional estava agitado, foram realizadas muitas reuniões sobre a criação de uma entidade internacional que pudesse discutir regras comerciais, no entanto, conforme abordado acima, não houve consenso sobre este assunto. Diante disso, foi firmado em Genebra, em 30 de outubro de 1947, o GATT, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1948. Era na verdade um acordo internacional, uma estrutura provisória que teria vigência enquanto os ânimos internacionais não estivessem serenos o bastante para criar o que realmente era necessário: uma organização internacional definitiva que tivesse a competência

---

[522] MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. p. 29-30.
[523] GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. p. 17.
[524] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 53.
[525] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. As origens da Organização Mundial do Comércio. **Justiça do Direito**. Passo Fundo, 2015, v. 29, p. 478-493.

para organizar o comércio internacional. [526]

Referido acordo foi constituído para durar sete anos. Não tinha os elementos básicos de uma organização internacional, não era um documento internacional que constituía um novo sujeito de direito internacional público, mas era um tipo de protocolo, com 38 artigos, que regulamentava o comércio entre as partes signatárias. [527] Era formado por duas partes; uma delas era um apanhado de regras gerais sobre o comércio internacional e a outra era uma grande lista de produtos e tarifas. [528]

Os Estados envolvidos, chamados de Partes Contratantes, comprometiam-se a aplicar, no máximo, a tarifa determinada pelo GATT para os produtos importados. Assim, tais produtos não sofriam diferenciação no mercado interno e poderiam competir com os produtos nacionais. As negociações eram bilaterais, ou seja, a redução de tarifas era negociada entre o Estado importador e o Estado produtor. [529]

Como não era uma organização internacional, mas sim um acordo, não havia uma estrutura, com órgãos, conselhos, comitês, etc.. Havia apenas a previsão de um instrumento que poderia auxiliar na sua gestão:

> O único mecanismo de gestão que foi estabelecido no artigo XXV do Acordo original era a " reunião das partes contratantes ", composta por representantes de todos os signatários do Acordo, presidida por um secretário executivo, cujas sessões se organizavam uma vez por ano.[530] (Tradução nossa)

Então, sempre que havia uma decisão a ser tomada, era realizada pela reunião das Partes Contratantes. Durante a vigência do GATT, de quase 50 anos, vários foram os Estados ou os territórios aduaneiros que a ele se somavam. O que era um acordo firmado, inicialmente, por 23 países, em 1994 já contava com 126 membros.[531]

As Partes Contratantes reuniam-se em conferências comerciais globais, uma vez ao ano, para discutirem a extensão do acordo, ou seja, debater novas listas de

---

[526] JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento**: do GATT à OMC – discurso e prática. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p. 32.
[527] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 61-62.
[528] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 30.
[529] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 30.
[530] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 62.
[531] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional:** la OMC. p. 62-63.

reduções tarifárias e novas matérias a serem analisadas pelo GATT. Essas reuniões eram chamadas Rodadas Multilaterais de Negociações, ou apenas Rodadas. Durante a vigência do GATT foram realizadas oito Rodadas, incluindo a Rodada do Uruguai (a qual culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio – OMC). [532]

As Partes Contratantes, quando da criação do GATT, acordaram sobre princípios básicos que deveriam regular o comércio internacional. Segundo Esther López Barrero[533] "O princípio de funcionamento básico do GATT de 1947, que justifica a sua criação, é o princípio da não - discriminação comercial entre os membros do acordo". Do princípio da não descriminação comercial derivavam dois outros que norteavam toda a consecução do GATT: o princípio da nação mais favorecida – NMF e o princípio do trato nacional, - TN e a eles somavam-se uma série de exceções.

Na aplicação da cláusula da nação mais favorecida, quando concedida vantagem econômica a um Estado, esta vantagem se aplicava automaticamente parceiros comerciais que faziam parte do GATT. Assim "[...] as reduções tarifárias, alcançadas nas negociações bilaterais, beneficiavam, também os exportadores sediados em outras Partes Contratantes". [534]

No tocante ao princípio do tratamento nacional, este determinava que "[...] uma Parte Contratante não poderia discriminar o produto importado com outras medidas além da aplicação da tarifa consolidada que tivesse sido negociada."[535] Desta forma, não poderia o país importador criar outras barreiras, não alfandegárias, aos produtos importados, estes deveriam ter o mesmo tratamento dos produtos fabricados nacionalmente. [536]

No entanto, conforme já referido, somadas a esses princípios existiam exceções as quais consistiam em diversas cláusulas que, quando aplicadas, deixavam em suspenso os princípios acima citados. Tais exceções eram utilizadas sob a justificativa de que determinada situação estaria configurando comércio

[532] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 63.
[533] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**:lLa OMC. p. 65.
[534] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 30.
[535] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 30.
[536] GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. p. 17.

injusto, ou então, que determinada situação demandaria barreiras alfandegárias legítimas. [537]

Assim, as partes contratantes elegiam os compromissos que iriam assumir dentre aqueles que achavam mais vantajosos e para os demais, utilizavam-se das exceções. Esta prática passou a ser chamada de GATT *a la carte*, algo pernicioso e que poderia colocar em descrédito todo o sistema. Para coibir, ou pelos menos minimizar tal conduta, foi criado o Sistema de Solução de Controvérsias – SSC, previsto no Artigo XXIII do GATT. Tal mecanismo tinha funções jurisdicionais para resolver os conflitos derivados da aplicação ou não do acordo às Partes Contratantes. [538]

Ensina Esther López Barrero[539]:

> Quando entre eles surgisse um conflito pela aplicação ou não aplicação do Acordo e não conseguissem chegar, dentro de um período razoável de tempo, a uma solução satisfatória através de consultas ou outros arranjos amigáveis, o caso era apresentado à "Reunião das Partes Contratantes", que investigava e acordava uma solução para o conflito, através da aprovação de um relatório.(Grifo do autor) (Tradução nossa)

Este sistema conseguiu dar maior independência ao GATT, mas não foi suficiente pois, quem decidia o que ocorreria nos conflitos eram as Partes Contratantes, ou seja, eram os próprios entes afetados pela controvérsia, e tal fato permitia que bloqueassem muitas das soluções propostas.[540]

O interessante é notar que pouco a pouco o GATT se assemelhava a uma organização internacional de modo que, na prática, era, realmente, uma organização de fato e não de direito, faltava o acordo base em que os seus membros expusessem a vontade de criar um ente de direito público internacional, com personalidade jurídica independente. E este acordo estava por chegar, conforme será ressaltado no próximo tópico.

---

[537] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 31.
[538] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 66.
[539] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 66.
[540] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: La OMC. p. 67.

3.3 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC[541]

Este subtópico tem como objetivo tratar da OMC seus princípios e objetivos, funções, estrutura, membros, as obrigações e os direitos dos membros.

Inicialmente, é imperioso que se destaque os fatos que ocorriam no cenário político mundial antes e durante a Rodada do Uruguai, evento este que fez nascer a OMC.

Na década de 1970 o mundo testemunhou uma nova crise, a do petróleo. Em 5 de outubro de 1973 foi deflagrada a Guerra de Yom Kippur, na qual Síria e Egito atacaram Israel na luta por territórios palestinos. Os Estados Unidos apoiaram Israel contra os árabes e, então, os árabes criaram um embargo contra os países ocidentais que apoiaram Israel fazendo com que o preço do petróleo disparasse.[542]

Já em 1979 foi deflagrada uma guerra entre Irã e Iraque, o que acarretou a interrupção de produção do petróleo pelo Irã, gerando uma nova crise, o que elevou os preços do combustível novamente, a situação só normalizou em 1988.[543]

O Estado de Bem-Estar Social, projeto político discutido e colocado em andamento desde a década de 30, e já abordado anteriormente neste trabalho, havia trazido muitos progressos nos países desenvolvidos com a urbanização das cidades, o que os tornou dependentes de combustíveis fósseis, como o petróleo.[544]

A crise do petróleo junto com a crescente insatisfação de muitos empresários, fartos dos altos impostos e poucos lucros, fez aumentar a onda de críticas ao Estado de Bem-Estar Social o qual passou a ser taxado de ineficaz para o crescimento econômico. Assim, ele entrou em declínio.[545]

Dentre muitas discussões ocorridas naquele momento, tomava força o discurso neoliberal, encabeçado por Friederich Hayek, que propunha um corte de gastos extremo na esfera estatal, menor intervenção do Estado na economia e a

---

[541] O texto apresentado neste sub tópico foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da seguinte publicação desta autora: PRUNER, Dirajaia Esse. As origens da Organização Mundial do Comércio. **Justiça do Direito**. Passo Fundo, 2015, v. 29, p. 478-493.
[542] VEGA, José Luis Pinedo . **El petróleo en oro y negro**. Buenos Aires: Libros en Red, 2005. p. 32.
[543] VEGA, José Luis Pinedo. **El petróleo en oro y negro**. p. 41-42.
[544] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. p.124.
[545] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. p.124.

implantação do capitalismo livre de qualquer tipo de regras que freasse o seu desenvolvimento.[546]

Os fatos realmente levavam a acreditar que o Estado Mínimo era a solução, pois havia o inchaço da máquina estatal, em virtude do aumento dos gastos com benefícios concedidos à população, e a sobrecarga do Estado tendo em vista sua grande intervenção na economia.

Os anos 1980 foram marcados por ideais liberais, que refletiram drasticamente no comércio internacional. Isto levou as nações a abandonar projetos internos de crescimento para agora dedicarem-se ao comércio mundial. A liberalização econômica do final da década de oitenta contou com a base teórica neoliberal.[547]

Cabe destacar que deu força aos princípios liberais o fato do socialismo real também ter entrado em crise. O Muro de Berlim caiu em 1989 e restou exposta a situação econômica degradante em que se encontrava o Leste Europeu. O socialismo mostrou-se inviável. Desta forma, a democracia e capitalismo despontaram como os grandes vencedores na batalha entre os dois modelos econômicos da época.[548]

A década de 80 pedia uma nova rodada de negociações do GATT e foi o que ocorreu. A Rodada do Uruguai foi permeada por este clima neoliberalista. O comércio aflorava como meio mais eficiente para promover o desenvolvimento e o crescimento econômico.[549]

A Rodada foi iniciada com uma conferência realizada em Punta Del Leste, no Uruguai, em 1986, e só terminou em 1994. Desta conferência originou-se um documento que pautava quais os assuntos deveriam ser discutidos nos próximos três anos, entre eles, a criação da Organização Mundial do Comércio.[550]

Inicialmente, na pauta da Rodada do Uruguai, constava apenas a intenção de negociar sobre o funcionamento do sistema GATT e não de criar uma nova

---

[546] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. p.126.
[547] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 18.
[548] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 18.
[549] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 19.
[550] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 34.

organização internacional. No entanto, após inúmeras discussões, a reunião das Partes Contratantes decidiu incluir o objetivo de criar um novo sujeito de direito internacional na pauta da Rodada ocorrida em Punta Del Leste e assim, designaram um Comitê Preparatório para organizar e pôr em funcionamento a OMC.[551]

Acredita-se que esta mudança no tema a ser discutido na Rodada do Uruguai se deve, principalmente, aos fatos políticos ocorridos na época e ao crescimento, cada vez maior, das ideias neoliberais. O liberalismo econômico que triunfou sobre o socialismo requeria a criação de uma organização que pudesse promover o livre comércio, tido como solução para os problemas de desenvolvimento e crescimento econômico.[552]

A supracitada reunião terminou com a Conferência de Marraqueche, ocorrida em 1994, na qual líderes mundiais de 123 países firmaram o Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio.[553]

A OMC nasce como uma organização permanente, uma pessoa jurídica de direito público internacional e independente. Tem diferenças marcantes em relação ao GATT, mas o tem como base. O art. XVI.1 do seu Acordo Constitutivo deixa claro que a Organização "[...] será guiada pelas decisões, procedimentos e práticas habituais seguidas pelas Partes Contratantes do GATT 1947 e os órgãos estabelecidos na estrutura do GATT 1947".[554] Assim sendo, pode-se dizer que a OMC não tem poder de decisão, quem toma as decisões são seus membros.

O referido Acordo Constitutivo é um documento, com apenas dezesseis artigos, que cria as regras gerais da Organização e estabelece muitos acordos, incluídos como anexos.

No anexo 1 estão os Acordos Multilaterais sobre Comércio de Bens: Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994, Acordo sobre Agricultura , sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, sobre Têxteis e Vestuário, Acordo sobre

---

[551] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional***:* la OMC*.* p. 68.
[552] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 34.
[553] GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. p. 17.
[554] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Marraqueche. 15 de abril de 1994. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/tecnologicos/cgc/solucao-de-controversias/mais-informacoes/texto-dos-acordos-da-omc-portugues/acordo-constitutivo-da-omc/view>. Acesso em: 22 de setembro de 2014. art. XVI, inciso 1.

Barreiras Técnicas ao Comércio, sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio, sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994, sobre a Implementação do Artigo VII do GATT 1994, Acordo sobre Inspeção Pré-embarque , Acordo sobre Regras da Origem, Acordo sobre Procedimentos para Licença de Importação, Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e Acordo de Salvaguardas. No anexo 1B está o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e Anexos e no anexo 1C está o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. [555]

Já no anexo 2 está exposto o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Soluções de Controvérsias, e no anexo 3 o Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais. Com relação ao anexo 4, este expõe os Acordos de Comércio Plurilaterais: Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis, sobre Compras Governamentais, Acordo Internacional sobre Produtos Lácteos, Acordo Internacional sobre Carne Bovina. [556]

O art. II do Acordo Constitutivo da OMC dispõe claramente que os acordos e instrumentos legais constantes dos seus anexos fazem parte do Acordo e obrigam seus membros. Com exceção do Anexo 4, o qual só obriga o membro que o aceitar.[557]

Para esclarecer como se organiza a OMC passa-se a tratar agora, segundo seu Acordo Constitutivo: dos seus princípios, objetivos, funções, estrutura, acessão de membros, obrigações e direitos dos mesmos.

3.3.1 Princípios, Objetivos e Exceções

Com relação aos princípios sobre os quais a OMC foi criada, importante se faz a leitura do primeiro e do segundo parágrafos do seu Preâmbulo:

> Reconhecendo que as suas relações na esfera da atividade comercial e econômica devem objetivar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e um volume considerável e em constante

[555] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.
[556] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.
[557] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.

> elevação de receitas reais e demanda efetiva, o aumento da produção e do comércio de bens e de Serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável e buscando proteger e preservar o meio ambiente e incrementar os meios para fazê-lo, de maneira compatível com suas respectivas necessidades e interesses segundo os diferentes níveis de desenvolvimento econômico,
>
> Reconhecendo ademais que é necessário realizar esforços positivos para que os países em desenvolvimento, especialmente os de menor desenvolvimento relativo, obtenham uma parte do incremento do comércio internacional que corresponda às necessidades de seu desenvolvimento econômico, [558]

Então, são princípios da OMC: a elevação do padrão de vida das pessoas, a promoção do pleno emprego, o crescimento da renda real, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços. Porém, o Preâmbulo deixa claro que esses princípios devem ser cumpridos levando em consideração o desenvolvimento sustentável e as necessidades dos países em desenvolvimento.

Desta forma, fica claro que, se os signatários do Acordo Constitutivo da OMC deram destaque a tais preocupações, as incluindo no Preâmbulo do acordo, é porque, certamente, essas questões possuem importância para a Organização e deveriam ser levadas em consideração em suas decisões.

Ainda no preâmbulo consegue-se verificar os objetivos primordiais da organização, quais sejam:

> [...] celebração de acordos destinados a obter, na base da reciprocidade e de vantagens mútuas, a redução substancial das tarifas aduaneiras e dos demais obstáculos ao comércio assim como a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais internacionais.
>
> [...] desenvolver um sistema multilateral de comércio integrado, mais viável e duradouro que compreenda o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, os resultados de esforços anteriores de liberalização do comércio e os resultados integrais das Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada Uruguai.[559]

---

[558] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.

[559] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.

Resta evidente então que os objetivos primordiais da OMC são: a realização de acordos para a redução não só de tarifas aduaneiras, mas de qualquer outro entrave ao comércio, a eliminação da discriminação no comércio internacional e a construção de um Sistema Multilateral de Comércio integrado, viável e duradouro.

Esses objetivos têm como consequência a adoção de dois outros princípios: o princípio da não discriminação e o princípio da reciprocidade. Na verdade, estes princípios não são novos, são herdados do GATT. O princípio da não discriminação se manifesta em três regras: a da nação mais favorecida, a do trato nacional e a da restrição quantitativa.

No tocante à regra da nação mais favorecida e à do trato nacional, já foram conceituadas anteriormente neste trabalho, ao tratar-se dos princípios do GATT e são utilizados os mesmos conceitos para a OMC tendo em vista que esta organização se aproveitou de muitas regras daquela.

Já a regra da redução de restrições quantitativas a OMC proíbe todo tipo de barreiras, sejam elas tarifárias ou não tarifárias. Qualquer tipo de restrição comercial que não seja prevista nos acordos da OMC é proibida. Trata-se do fim da aplicação de cotas ou outras medidas que tenham o intuito de reduzir as importações ou exportações.[560]

Ainda, com o surgimento da OMC aparece um novo princípio, ou uma nova regra, a do pacote único, o que significa que os membros da OMC devem aceitar todas as obrigações dos seus acordos, sem poder escolher qual melhor lhe convém.[561]

Algo curioso ocorreu quando da criação da OMC, em virtude do princípio do pacote único, ou seja, todo Membro deveria seguir todas as regras e acordos firmados pela Organização, sem possibilidade de escolher a que melhor lhe interessava, desta forma aumentaram-se o número de exceções.[562]

Cabe destacar que os princípios e regras até aqui expostos não são

---

[560] CONDON, Bradly J. **El derecho de la organización mundial de comercio**: tratados, jurisprudencia y prática. Londres: Camerom May, 2007. p.39.
[561] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 97.
[562] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 105.

absolutos. Há uma série de exceções, aprovadas em cada acordo (ou por emenda aos acordos), e que deixam mais confortáveis alguns membros da OMC, mesmo que isso signifique não respeitar o preâmbulo do Acordo Constitutivo da Organização. As exceções não são normas do Sistema Multilateral de Comércio, mas sim, previsão de determinadas situações em que a aplicação das normas é limitada durante determinado lapso temporal, sem que seja configurada prática comercial desleal.[563]

São possíveis exceções aos acordos de comércio: suspender total ou parcialmente uma obrigação; retirar uma concessão, ou ainda modificar uma concessão. O estabelecimento de uma exceção é uma medida extraordinária e especial, que só pode ser realizada quando comprovado que o acordo assinado irá trazer, por determinado tempo, um dano grave aos produtores locais. Assim, as exceções podem ser aplicadas por um determinado tempo, até que seja prevenido ou reparado o dano grave[564].

No entanto, o que se observa é que muitas dessas exceções são necessárias para que a OMC continue fazendo o seu trabalho, pois, afinal, uma grande parte delas são embasadas em questões de ordem econômica. Veja-se:

> Muitas delas concedem um tratamento desigual a situações que partem de fortes desequilíbrios econômicos, para evitar que a imposição de um sistema igualitário crie maiores desequilíbrios e rompa as chances de desenvolvimento econômico de todos os participantes. Outros são baseados na manutenção de situações especiais, tais como os acordos regionais, aparentemente contrários aos princípios da OMC, mas cuja inclusão no sistema, [...] beneficia todos os envolvidos; [...]. Outro grupo inclui as situações conjunturais, que afetam direta e negativamente o intercâmbio comercial, ou bens jurídicos cuja proteção é considerada vital e cuja sobrevivência pode ser abalada pela aplicação de certas obrigações comerciais multilaterais. [565] (Tradução nossa)

Assim, com a compreensão dos princípios e dos objetivos da Organização Mundial do Comércio, passa-se agora a abordar questões importantes sobre seu âmbito de atuação.

---

[563] CONDON, Bradly J. **El derecho de la organización mundial de comercio**: tratados, jurisprudencia y prática. p.19.
[564] CONDON, Bradly J. **El derecho de la organización mundial de comercio**: tratados, jurisprudencia y prática. p.19.
[565] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 105.

3.3.2 Âmbito de Atuação e Funções

O que se pode perceber da leitura do Preâmbulo do Acordo Constitutivo da OMC é que a intenção dos seus fundadores foi a de regular o comércio internacional por meio do estabelecimento de regras pautadas na não discriminação e na reciprocidade.

Essas regras também não podem deixar de levar em consideração que o Preâmbulo da Organização reconhece o seu dever de trabalhar para elevar o padrão de vida dos Estados e Territórios Membros da OMC, promover o pleno emprego, aumentar o fluxo comercial e a produção.

O objetivo principal da OMC está bem definido, porquanto a instituição surgiu para ser um marco legal, uma organização internacional que organizaria, por meio de regras pré-estabelecidas e de uma estrutura estável, o comércio internacional.

No entanto, cinzenta é a questão com relação aos temas que esta organização leva em conta quando da análise da liberação do comércio. Talvez, esta situação seja proposital pois, para uma organização deste porte, a flexibilidade é importante à medida que permite serem incluídos novos assuntos para discussão assim que seus membros concordarem.[566]

As matérias que são levadas em consideração quando da análise da liberação comercial são divididas em três blocos: o comércio de mercadorias, o comércio de serviços e o direito de propriedade intelectual ligado ao comércio.[567]

Percebe-se que alguns temas ficaram de fora das análises da OMC quando da liberação comercial: o meio ambiente, o desenvolvimento e as relações laborais, em que pese terem sido temas abordados no Preâmbulo do Acordo Constitutivo desta organização, podendo, portanto, serem entendidos como princípios do Sistema Multilateral de Comércio.[568]

No tocante ao tema deste trabalho, destaca-se que a discussão sobre a regulação da matéria laboral na OMC é antiga e remonta aos tempos da OIC em

---

[566] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 87.
[567] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 62.
[568] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 90.

que havia previsão de se contatar a Organização Internacional do Trabalho - OIT nos casos de condições laborais injustas. Naquela época entendia-se que um comércio internacional não poderia ser realizado tomando por base relações laborais distorcidas. O assunto também foi discutido no GATT e na OMC, todavia sem progressos. [569]

A OMC entende que os direitos laborais são matérias que devem ser discutidas internamente em cada Estado e junto à OIT. É importante destacar que, com os temas relativos ao meio ambiente e desenvolvimento, o tratamento é um pouco diferente, vez que, além de colocá-los como princípios inspiradores, a OMC os inclui em suas decisões na medida em que podem afetar o fluxo comercial. Porém esta inclusão não é completa e nem de longe o tema ambiental é colocado como um dos assuntos principais da organização. [570]

Com relação ao desenvolvimento, quando da criação da OMC houve o compromisso com o que se intitula “trato especial diferenciado”, ou seja, estabeleceu-se o desenvolvimento como pilar da OMC, e assim, muitas normas e decisões levam em consideração as diferenças quanto aos níveis de desenvolvimento dos países membros.[571]

Mesmo assim os temas de desenvolvimento não possuem o peso que deveriam possuir:

> [...] os temas referentes ao desenvolvimento, e o seu peso diante da regulamentação do comércio, especialmente nas negociações em curso, é muito menos do que se poderia esperar. Algumas das regras de tratamento especial e diferenciado são mais declarações de vontade do que compromissos firmes que se aplicam aos membros. Esta situação cria tensões entre os diferentes Estados que compõe a OMC, o que levou ao bloqueio das negociações em curso.[572] (Tradução nossa)

Na verdade, o que ocorre dentro da OMC, é que não se permite fixar sanções, nem mesmo incentivos, para os países que não respeitam padrões mínimos de proteção social ou ambiental. A Organização entende que o assunto

---

[569] JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento**: do GATT à OMC – discurso e prática. p. 64-65.
[570] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 91.
[571] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 93.
[572] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 94.

precisa ser discutido, e que possivelmente fará parte de sua agenda futura, mas, por ora, deve ser debatido em outros fóruns por se tratar de matéria não comercial.[573]

Entretanto, a realidade demonstra que a OMC deve se preocupar com mais afinco com as questões de desenvolvimento sob pena de, se não fazê-lo, tornar-se uma organização internacional que regulamenta o comércio entre países desenvolvidos, porquanto os que estão em via de desenvolvimento certamente a abandonarão.[574]

Passa-se a discorrer sobre as funções da OMC em conformidade com seu Acordo Constitutivo.

No tocante às funções da OMC, o seu Acordo Constitutivo deixou claro, no art. II.1[575], que a Organização deve estabelecer a estrutura necessária para conduzir o comércio internacional entre seus membros no que se refere às matérias disciplinadas em seus anexos. No entanto, ainda foram elencadas cinco funções básicas em seu artigo III:

> 1. A OMC facilitará a aplicação administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos comerciais multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos Comerciais Plurilaterais.
>
> 2. A OMC será o foro para as negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais em assuntos tratados no quadro dos acordos incluídos nos Anexos ao presente Acordo. A OMC poderá também servir de foro para ulteriores negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais e de quadro Jurídico para a aplicação dos resultados dessas negociações segundo decida a Conferência Ministerial.
>
> 3. A OMC administrará o entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a solução de controvérsias (denominado a seguir 'Entendimento sobre Solução de Controvérsias' ou 'ESC') que figura no Anexo 2 do presente Acordo.
>
> 4. A OMC administrará o mecanismo de Exame das Políticas Comerciais (denominado a seguir 'TPRM') estabelecido no anexo 3 do presente Acordo.

---

[573] STEINBERG. Frederico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. Madrid: Ediciones Akal, 2007. p.157.

[574] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 94.

[575] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. II, inciso 1.

> 5. Com o objetivo de alcançar uma maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará no que couber com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos a eles afiliados. [576]

Assim sendo, além de criar a estrutura necessária para conduzir o comércio internacional, a OMC deve: a) trabalhar para que seu Acordo Constitutivo e seus anexos sejam colocados em prática; b) ser um permanente espaço de discussão e negociação para seus membros, tanto para assuntos já tratados em seus Acordos como para novas matérias; c) administrar o Sistema de Solução de Controvérsias; d) monitorar, regularmente, as políticas comerciais dos seus membros e seu impacto no funcionamento do Sistema Multilateral do Comércio; e) deve a OMC ainda, cooperar com outras organizações internacionais (governamentais ou não–governamentais) e principalmente com o FMI e com o BIRD.

Para alcançar esses princípios e objetivos e realizar as suas funções, a organização conta com uma estrutura, conforme previsto no art. IV do seu Acordo Constitutivo[577] composta por órgãos de caráter político, órgãos de caráter não político e órgãos de caráter judicial, os quais passam a ser abordados.[578]

3.3.3 Estrutura e Membros

Com relação aos órgãos de caráter político da OMC tem-se: a Conferência Ministerial, o Conselho Geral, os Conselhos Específicos e os Comitês e Grupos de Trabalho.

A Conferência Ministerial é um órgão composto por um representante de cada Membro da organização que se reunirá, no mínimo, uma vez a cada dois anos. Este órgão tem poderes para tomar todas as decisões referentes às matérias abordadas no Acordo Constitutivo da OMC.[579]

---

[576] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.

[577] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.

[578] BOSSCHE, Peter Van den. **Curso de solução de disputadas em comércio internacional, investimento e propriedade intelectual**. Módulo 3.1. Visão Geral. Genebra: Nações Unidas, 2003. p.24.

[579] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IV.

O Conselho Geral é composto de um representante de cada Membro e reunir-se-á quando cabível, e ainda nos intervalos das Conferências Ministeriais tendo a mesma competência destas. Ele é responsável pelas rotinas diárias da OMC. A par disso possui outras funções como: adoção do orçamento anual, solução de controvérsias e revisão da política comercial. O Conselho Geral, o Órgão de Solução de Controvérsias, e o Órgão de Revisão de Política Comercial são o mesmo órgão, embora cada um tenha seu presidente e suas regras.[580]

O referido Conselho Geral realiza a gestão política da OMC, pois a Conferência Ministerial (órgão máximo da OMC) ocorre apenas de dois em dois anos. Assim, ele tem abaixo de si os Conselhos Setoriais e pode criar Comitês e Grupos de Trabalho.[581]

Já os Conselhos Específicos são formados também por representantes dos membros, mas possuem a função de supervisionar o cumprimento dos acordos multilaterais constantes nos anexos do Acordo Constitutivo da OMC. São eles: Conselho para o Comércio de Bens, para Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o comércio, e o Conselho para o Comércio de Serviços.[582]

Os Comitês estabelecidos pela Conferência Ministerial e os Grupos de Trabalho são criados para auxiliar no trabalho da Conferência Ministerial e no trabalho do Conselho Geral. Podem ser citados como exemplos dos comitês os previstos no próprio Acordo Constitutivo da OMC: Comitê de Comércio e Desenvolvimento, de Restrições por Motivo de Balanço de Pagamentos e um Comitê de Assuntos Orçamentários Financeiros e Administrativos.[583]

Com relação ao órgão de caráter não político, trata-se da Secretaria da OMC que fica em Genebra. Sua função é:

> [...] prestar apoio técnico e profissional para os vários conselhos e comissões, prestar assistência técnica aos países em

[580] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IV.
[581] GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. p. 19.
[582] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IV.
[583] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IV.

> desenvolvimento, monitorar e analisar a evolução do comércio mundial, facilitar informações ao público e aos meios de comunicação e na organização da conferência ministerial. A Secretaria também fornece algumas formas de assistência jurídica nos procedimentos de solução de controvérsias e aconselha os governos que desejam se tornar membros da OMC.[584] (Tradução nossa)

A Conferência Ministerial indica o Diretor-Geral, o qual chefiará a Secretaria, bem como aprova o regulamento que estabelece os seus poderes, deveres, condições de trabalho e mandato. O Diretor-Geral nomeia os integrantes da Secretaria e define seus deveres e condições de trabalho.[585]

Importa ressaltar que a OMC faz questão de destacar que é uma organização comandada pelos seus membros, assim, nem o Diretor Geral nem o Secretariado tem competência de decisão. Todas as decisões são tomadas pelos membros da OMC, o Secretariado e seu Diretor Geral possuem função eminentemente técnica e de apoio.

No tocante aos órgãos com funções judiciais da OMC tem-se: o Órgão para Solução de Controvérsias, os Painéis, e o Órgão Permanente de Apelação, os quais estão previstos de forma detalhada e complexa nos art. 4 ao art. 20, do Acordo Constitutivo da OMC e serão tratados mais adiante.

Sobre os membros da OMC é importante compreender o procedimento para tornar-se Membro. Cumpre destacar que, ser membro da OMC é uma declaração de vontade. Então, os seus membros assim o são por vontade, é um ato de liberdade decidir se querem ou não fazer parte desta instituição. Há dois tipos de membros: Estados e Territórios Aduaneiros. [586]

O artigo XII.1 do Acordo Constitutivo da OMC determina que:

> 1. Poderá aceder a este Acordo, nos termos que convencionar com a OMC, qualquer Estado ou Território Aduaneiro separado, que tenha completa autonomia na condução de suas relações comerciais externas e de outros assuntos contemplados neste Acordo e nos

---

[584] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **La secretaría e el presupuesto de la OMC**. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/thewto_s/secre_s/intro_s.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

[585] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IV e art. II, incisos 1 e 2.

[586] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 68-69.

> Acordos Comerciais Multilaterais. Essa acessão aplica-se a este Acordo e aos Acordos Comerciais Multilaterais a este anexados. [587]

Logo, para ser membro da OMC é importante que o Estado ou Território Aduaneiro tenha competência para gestionar seu comércio exterior. [588]

Os membros da OMC podem ser divididos entre Membros Originários e Membros por Acessão ou por Adesão. São conhecidos como Membros Originários aqueles que, quando da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, eram membros do GATT, mais as Comunidades Europeias.[589]

Os demais membros são conhecidos como Membros por Acessão ou por Adesão. O processo de adesão está disciplinado no Artigo XII do acordo que constituiu a OMC. [590] É um processo complexo que pode demorar alguns anos, a exemplo, o processo de adesão da China demorou quase 15 anos.[591]

Qualquer Estado ou Território Aduaneiro que tenha autonomia em matéria de comércio internacional pode pleitear sua adesão à OMC. Esta adesão se faz por meio de um Acordo, em que o membro solicitante se compromete a cumprir suas obrigações bem como acatar o regime de transição que lhe será imposto até completar o procedimento de adesão.[592] Este acordo é analisado e aprovado pela Conferência Ministerial.[593]

Com relação às obrigações dos membros da OMC, pode-se dizer que: devem cumprir todas as obrigações determinadas em seu Acordo de adesão, todas as obrigações determinadas nos acordos realizados pela OMC e ainda pagar uma quota[594] para a manutenção do Sistema Multilateral de Comércio. Além dessas obrigações econômicas há outras burocráticas em que os mesmos se comprometem

---

[587] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**.
[588] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: La OMC. p. 71.
[589] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XI, inciso 1.
[590] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XII, incisos 1,2 e 3.
[591] BOSSCHE, Peter Van den. **Curso de solução de disputas em comércio internacional, investimento e propriedade intelectual**.p.24.
[592] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 76.
[593] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XII, incisos 1,2 e 3.
[594] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XVII, inciso 4.

a dar ciência à OMC de todas as suas práticas comerciais (relacionadas aos acordos firmados), facilitar o acesso à documentação sobre sua situação econômica e comercial e cumprir os informes exarados pelo Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais[595] da OMC.[596]

Com relação aos direitos dos membros, podem participar em todos os órgãos, salvo nos poucos em que a composição é restrita. Eles devem receber o convite das reuniões dos diversos conselhos e comitês, ter acesso à documentação específica de cada reunião, podem fazer propostas ou emendas às propostas antes das reuniões, e ter acesso aos documentos de todas as reuniões.[597]

Estados, Territórios Aduaneiros que ainda não são membros da OMC devem passar por um processo de acessão, pelo qual sua candidatura à membro da OMC é avaliada. Durante este processo podem participar na OMC como Observadores Temporários.[598]

Os Observadores podem ser divididos entre temporários e permanentes. São Observadores Temporários aqueles Estados e Territórios Aduaneiros que ainda estão em fase de adesão. Para o Observador Temporário é concedido o direito de assistir às reuniões de qualquer órgão aberto ficando afastado de participar das reuniões dos órgãos de composição restrita. Este direito de assistência não lhe permite falar nem apresentar propostas, a não ser que tenha permissão para isso. A ideia é que o Observador Temporário vá conhecendo a instituição da qual será membro em breve. No entanto, ele não pode desfrutar das vantagens comerciais da OMC e nem está obrigado a cumprir os acordos firmados, este *status* lhe dá acesso apenas aos documentos da organização e à participação em reuniões.[599]

De outro lado, esses Observadores têm como obrigação facilitar o acesso da OMC aos seus documentos, para viabilizar o processo de adesão e contribuir (em menor proporção do que os membros) para a manutenção financeira da

---

[595] Trata-se de mecanismo previsto no Anexo 3 do Acordo Constitutivo da OMC que " [...] permite fazer regularmente uma análise e avaliação coletiva de toda a gama de políticas e práticas comerciais dos diferentes membros e de sua repercussão no funcionamento do sistema multilateral de comércio. " (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. anexo 3).

[596] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p.79.

[597] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 79.

[598] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p.50.

[599] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 84.

organização.[600]

Terão a condição de Observadores Permanentes aquelas organizações internacionais governamentais que assim tenham solicitado. Essas organizações têm a possibilidade de participar em todo o sistema, em alguns órgãos do sistema, ou em alguns casos em que a OMC tenha algo para negociar com elas.[601]

Os direitos que tais organizações possuem são semelhantes ao direito que Estados e Territórios Aduaneiros possuem como Observadores Temporários. Nos órgãos nos quais é autorizada sua participação lhes é concedido: comparecer à reunião, ter acesso ao material da reunião, fazer propostas ou emendar as propostas já feitas, quando autorizadas.[602]

Outros entes que queiram participar do desenvolvimento de atividades na OMC devem fazer contato com a Secretaria da organização para participarem por outros caminhos, mas não na qualidade de Observadores.[603]

3.3.4 Sobre a Tomada de Decisão

Conforme já relatado, a Conferência Ministerial é o órgão máximo de decisão da OMC, no entanto, como ocorre de dois em dois anos, o Conselho Geral faz as vezes de Conferência e torna-se, no dia a dia da OMC, a esfera máxima de tomada de decisões.

Não é demais destacar que, quanto à matéria, as tomadas de decisões na OMC tratam de questões arguidas em torno dos acordos firmados pela organização e podem versar sobre: alteração dos acordos; decisões em diversas matérias, interpretações dos acordos, derrogação dos acordos[604]; negociação e implementação de novos acordos.

Quanto ao processo de decisão, o art. IX.1 do Acordo Constitutivo da OMC

---

[600] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 85.
[601] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p. 80-85.
[602] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p.85.
[603] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p.83.
[604] A derrogação ocorre quando a OMC tem que decidir se dispensa determinado Membro de uma das obrigações do acordo por ele pactuado. Para tanto deverá proferir decisão fundamentada, relatando em que circunstâncias fáticas excepcionais se deu a derrogação e por quanto tempo ela terá vigência. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IX).

determina que a OMC, assim como ocorria no GATT, tomará suas decisões por consenso. No caso de não ser possível o consenso, ou no caso de haver previsão diferente para tanto, a decisão será tomada por maioria dos votos e cada Membro da OMC tem direito a um voto.[605]

O consenso ocorre quando nenhum dos Membros presentes à reunião oferecer objeções à matéria votada.[606]

Há ainda alguns procedimentos especiais, para a tomada de decisão, previstos nos artigos do Acordo Constitutivo da OMC.

Quando a Conferência Ministerial ou o Conselho Geral tiverem que decidir sobre derrogação ou adoção de determinada interpretação para os dispositivos do Acordo Constitutivo da OMC ou dos Acordos Multilaterais de Comércio, esta decisão é tomada por maioria de três quartos dos Membros:

> 2. A Conferência Ministerial e o Conselho Geral terão autoridade exclusiva para adotar interpretações do presente Acordo e dos Acordos Multilaterais de Comércio. No caso de uma interpretação de um Acordo Multilateral de Comércio do Anexo 1 a Conferência Ministerial e o Conselho Geral exercerão sua autoridade com base em uma recomendação do Conselho responsável pelo funcionamento do Acordo em questão. A decisão de adotar uma interpretação será tomada por maioria de três quartos dos Membros. O presente parágrafo não será utilizado de maneira a prejudicar as disposições de alteração do Artigo X. (Grifo nosso)
>
> 3. Em circunstâncias excepcionais a Conferência Ministerial poderá decidir a derrogação de uma obrigação de um Membro em virtude do presente Acordo ou de quaisquer dos Acordos Multilaterais de Comércio desde que tal decisão seja tomada por três quartos dos Membros, salvo disposição em contrário no presente parágrafo.[607] (Grifo nosso) [608]

Já quando a Conferência Ministerial estiver decidindo sobre a acessão de Membros, a aprovação dependerá da maioria de dois terços dos Membros:

> 2. A Conferência Ministerial tomará as decisões relativas à acessão.

---

[605] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IX, inciso 1.

[606] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IX.

[607] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IX incisos 1 e 2.

[608] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. IX, inciso 2 e 3.

> A aprovação pela Conferência Ministerial do acordo sobre os termos da acessão far-se-á por maioria de dois terços dos Membros da OMC.[609] (Grifo nosso)

No tocante às decisões sobre alterações dos acordos, regra geral, no caso de não ocorrer o consenso, ela também será realizada pela maioria de dois terços dos Membros:

> 1. Qualquer Membro da OMC poderá propor a alteração das disposições do presente Acordo ou dos Acordos Multilaterais de Comércio no Anexo 1 mediante apresentação de tal proposta à Conferência Ministerial. Os Conselhos listados no parágrafo 5 do Artigo IV poderão também apresentar à Conferência Ministerial propostas de alteração de disposições dos Acordos Multilaterais de Comércio do Anexo 1 cujo funcionamento supervisionam. Exceto se Conferência Ministerial decidir por período mais longo no período de 90 dias após a apresentação formal de proposta à Conferência Ministerial qualquer decisão da Conferência Ministerial de apresentar proposta de alteração aos Membros para sua aceitação deverá ser adotada por consenso. Salvo aplicação do disposto nos parágrafos 2, 5 ou 6, tal decisão da Conferência Ministerial deverá especificar se se aplicam as disposições dos parágrafos 3 ou 4. Caso se alcance o consenso, a Conferência Ministerial apresentará prontamente a proposta de alteração aos membros para aceitação. Caso não se alcance consenso na reunião da Conferência Ministerial dentro do período estabelecido, a Conferência Ministerial decidirá por maioria de dois terços dos Membros quanto à apresentação da proposta aos Membros para aceitação. (...). [610] (Grifo nosso)

Com relação à tomada de decisão sobre orçamento e regulamentos financeiros, serão aprovadas mediante o voto da maioria de dois terços dos Membros:

> 3. O Conselho Geral adotará as normas financeiras e a proposta orçamentária anual por maioria de dois terços computados sobre quórum de mais da metade dos Membros da OMC.[611] (Grifo nosso)

Então, os processos de decisão da OMC podem ser resumidos de duas formas: a) por consenso; ou b) por aprovação da maioria que, dependendo do caso, será de dois terços ou três quartos.

---

[609] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XII, inciso 2.

[610] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. X, inciso 1.

[611] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. VII, inciso 3.

3.3.5 Sistema de Solução de Controvérsias

O Sistema de Soluções de Controvérsias - SSC é um dos pilares da OMC e está previsto no Anexo 2 do seu Acordo Constitutivo intitulado Entendimento sobre Solução de Controvérsias – ESC. Na verdade, o sistema atual nada mais é do que um aperfeiçoamento dos artigos XXII e XXIII do GATT 1947.

Em conformidade com o ESC acima citado, o objeto do referido sistema está em conceder aos membros da OMC mais segurança e estabilidade nas relações comerciais ali discutidas, tendo em vista o pré-estabelecimento de regras com o objetivo de resolver os conflitos que porventura venham a surgir. Esta estabilidade é obtida através da preservação dos direitos e obrigações dos membros e do esclarecimento de dispositivos dos Acordos firmados.[612]

A busca por uma solução positiva e satisfatória que atenda aos anseios de todas as partes é sempre a mais indicada no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, por isso que o consenso é tão importante. [613]

O ESC deixa claro que, a importância vital da resolução rápida das controvérsias está justamente no equilíbrio que ela produz entre as partes. Jamais pode perdurar a situação na qual um membro da OMC entenda que suas vantagens econômicas, adquiridas mediantes os Acordos da Organização, estão sendo diminuídas em virtude de medidas adotadas por outros membros. O prolongamento de situações como estas certamente levaria à falência da Organização. [614]

Também é de suma importância destacar que, a utilização do Sistema de Solução de Controvérsias permite que as mesmas sejam resolvidas por um sistema multilateral, com regras fixas e claras e não por um sistema unilateral, no qual apenas um dos pactuantes dita as regras. Assim, se um dos membros desejar a reparação por algum descumprimento ou violação dos acordos firmados, deve procurar o Órgão para a Solução de Controvérsias - OSC e ter a certeza de que este o fará segundo as regras e procedimentos do ESC. Trata-se então, de uma

---

[612] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 3, inciso 2.

[613] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 3, incisos 4 e 7.

[614] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 3, inciso 3.

jurisdição compulsória, tendo em vista que o interessado é obrigado a trazer a contenda para o Sistema de Solução de Controvérsias.[615]

No tocante ao âmbito da jurisdição do Sistema de Solução de Controvérsias, o inciso 1, do art. 1., do ESC estabelece:

> […]que este sistema pode resolver qualquer contenda que ocorra entre os Estados Membros da OMC e tratar sobre qualquer tipo de acordo firmado por estes, nas matérias sujeitas à análise da OMC, aplicando-se o Entendimento sobre Solução de Controvérsias.[616]

No entanto, há exceções a esta regra pois alguns acordos fixam regras e procedimentos adicionais para tratar de certas questões específicas. Assim, o inciso 2, do Art. 1, do ESC, estabelece o seguinte:

> 2. As normas e procedimentos do presente Entendimento se aplicarão sem prejuízo das normas e procedimentos especiais ou adicionais sobre solução de controvérsias contidos nos acordos abrangidos e identificadas no Apêndice 2 do presente Entendimento. Na medida em que há uma discrepância entre as regras e procedimentos do presente Entendimento e as regras e procedimentos especiais ou adicionais enunciados no Apêndice 2 , prevalecerão as normas e procedimentos especiais ou adicionais enunciadas no Apêndice 2. [617] (Tradução nossa)

Portanto, no caso de um acordo fixar regras adicionais para a solução de um conflito específico tais regras prevalecerão sobre o ESC.

No tocante aos métodos do Sistema de Solução de Controvérsias, a OMC prevê vários métodos possíveis para resolver as contendas que surgem: a) consultas (Art. 4 do ESC); b) bons ofícios, conciliação e mediação (Art. 5 do ESC); c) arbitragem (Art. 25 do ESC) e d) julgamento por Painéis e Órgão de Apelação Permanente (Art. 6 a 20 do ESC).

Com relação às consultas, é possível que, no decorrer de um acordo firmado sob a égide da OMC, um dos membros queira esclarecimentos sobre as medidas adotadas por outro membro, em seu território, no tocante aos assuntos vinculados no acordo. Para isto, deve ser formulada, por escrito, uma consulta confidencial

---

[615] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 23.

[616] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 1, inciso 1.

[617] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 1, inciso 2.

(pois envolverá apenas o membro solicitante e o membro solicitado) e devidamente fundamentada dando ciência da mesma ao OSC e aos Conselhos e Comitês da OMC.[618]

Pelo ESC, o membro consultado deve responder a consulta em um prazo de 10 dias e realizar consultas de boa – fé, no prazo de 30 dias, na tentativa de encontrar uma solução satisfatória para a questão antes de recorrer a outras medidas previstas no ESC. [619]

Caso não ocorra a solução da contenda dentro do prazo de 60 dias, a parte solicitante pode requerer o estabelecimento de um painel[620]. Em casos de urgência, como a discussão sobre bens perecíveis, este prazo pode ser reduzido para 20 dias.[621]

No tocante aos bons ofícios, a conciliação ou a mediação, prevê o ESC que estes são formas de solução de controvérsias que podem ser adotadas voluntariamente, e a qualquer tempo, se assim as partes decidirem. [622] Em todos os três modos de solução de conflitos a OMC funciona como um terceiro que aproxima as partes e auxilia nos deslinde da questão. Diante disso, a OMC às vezes age de forma menos intensa, como ocorre nos bons ofícios (nos quais a Organização apenas aproxima as partes) e às vezes de forma mais intensa como ocorre na conciliação e na mediação (com a OMC sugerindo possíveis soluções para a contenda). Todo o procedimento ocorre em sigilo.

No que diz respeito a arbitragem, o art. 25 do ESC prevê que as partes podem decidir submeter sua contenda à arbitragem. Desta forma, as partes

---

[618] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 4.

[619] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 4.

[620] O painel, segundo o ESC, é uma reunião de pessoas qualificadas e experientes cuja função é auxiliar o Órgão de Solução de Controvérsias a resolver a contenda que tenha surgido. Ele deverá fazer uma avaliação objetiva do assunto e formular considerações que auxiliem o Órgão de Solução de Controvérsias a decidir a questão. Este assunto será aprofundado na sequência quando será abordado o julgamento vinculante por painéis ad hoc e Órgão de Apelação. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 8 e 11).

[621] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 4, inciso 7.

[622] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 5.

envolvidas na contenda assinam um acordo que indica que a lide será decidida pela arbitragem. Este acordo deve ser levado ao conhecimento de todos os outros Membros da OMC os quais podem solicitar sua participação na arbitragem. Neste acordo, que nada mais é do que um compromisso arbitral, as partes declaram que submeter-se-ão ao laudo arbitral e que este será enviado ao Órgão de Solução de Controvérsias e ao Conselho Geral, bem como aos Comitês envolvidos, onde qualquer Membro poderá questionar os assuntos ali encaminhados. [623]

Com relação ao julgamento por Painéis e pelo Órgão Permanente de Apelação cabe destacar que, quando as consultas não dão conta de resolver a demanda, e quando as partes não optem pelos bons ofícios, mediação ou arbitragem, a parte demandante pode acionar o julgamento por um Painel e, se qualquer uma das partes na disputa apelar das conclusões do Painel, pode-se recorrer ao Órgão Permanente de Apelação.

Assim, o Painel é instaurado por meio de um pedido por escrito da parte demandante. Neste pedido a parte demandante deve informar se realizou as consultas, identificar o conflito e a base legal do mesmo. [624]

Diante da solicitação, o OSC criará um Painel para examinar e decidir a controvérsia. O painel é formado por um grupo de, normalmente, três pessoas, qualificadas e experientes, e que não são provenientes dos países que estão litigando. [625]

A função do Painel consiste em:

> [...] fazer uma avaliação objetiva do assunto que lhe seja submetido, incluindo uma avaliação objetiva dos fatos, da aplicabilidade e concordância com os acordos abrangidos pertinentes, e formular conclusões que auxiliem o OSC a fazer recomendações ou emitir decisões previstas nos acordos abrangidos. Os painéis deverão regularmente realizar consultas com as partes envolvidas na controvérsia e propiciar-lhes oportunidade para encontrar solução

---

[623] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 25.

[624] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 6, incisos 1 e 2.

[625] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 8.

mutuamente satisfatória. [626]

Após a instalação do Painel seus membros iniciam o procedimento para solução da contenda. Eles notificam as partes envolvidas para que apresentem suas argumentações e, posteriormente, confeccionam um relatório para o OSC expondo os fatos, as disposições aplicáveis ao caso, e uma recomendação de decisão que toma por base as previsões do acordo que está sendo discutido. Este trabalho não deve se estender por mais do que seis meses. [627]

Após a apresentação do relatório acima citado ao OSC as partes envolvidas podem apresentar, por escrito, suas argumentações a respeito do mesmo. Assim, quando da análise do relatório pelo OSC este também analisará as manifestações das partes. [628]

Antes do OSC decidir por adotar ou não adotar o relatório feito pelo Painel as partes podem notificá-lo de sua intenção de apelar do relatório e então a decisão do OSC fica suspensa. Caso as partes não queiram apelar, o OSC pode decidir sobre a adoção do relatório.

Ao apresentar sua apelação quanto ao relatório do Painel as partes litigantes devem abordar questões de direito ou ainda discutir as interpretações jurídicas realizadas no relatório. O Órgão Permanente de Apelação[629] analisará as questões levantadas pelas partes e poderá confirmar, modificar ou revogar as conclusões do

---

[626] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 11.

[627] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 12.

[628] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 16.

[629] Cabe destacar informações sobre o Órgão Permanente de Apelação:

1.O OSC constituirá um órgão Permanente de Apelação, que receberá as apelações das decisões dos grupos especiais. Será composto por sete pessoas, três das quais atuarão em cada caso. Os integrantes do órgão de Apelação atuarão em alternância. Tal alternância deverá ser determinada pelos procedimentos do órgão de Apelação.

3.O órgão de Apelação será composto de pessoas de reconhecida competência, com experiência comprovada em direito, comércio internacional e nos assuntos tratados pelos acordos abrangidos em geral. Tais pessoas não deverão ter vínculos com nenhum governo. A composição do órgão de Apelação deverá ser largamente representativa da composição da OMC. Todas as pessoas integrantes do órgão de Apelação deverão estar disponíveis permanentemente e em breve espaço de tempo, e deverão manter-se a par das atividades de solução de controvérsias e das demais atividades pertinentes da OMC. Não deverão participar do exame de quaisquer controvérsias que possam gerar conflito de interesse direto ou indireto. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Anexo 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias. art. 17).

relatório apresentado pelo Painel. Ao ser apresentado para o OSC o relatório do Órgão Permanente de Apelação pode ser ou não adotado, determinando-se ou não sanção para a contenda dependendo da previsão do acordo comercial em questão.

Diante de todo o exposto pode-se perceber que o sistema de Solução de Controvérsias da OMC é organizado com base em dois tipos de órgãos: órgãos políticos, como o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), e órgãos independentes, de caráter judicial, como os Painéis (primeira instância) e o Órgão Permanente de Apelação (instância de apelação).

Diante de tudo o que foi exposto neste capítulo, pode-se inferir que a OMC foi uma entidade criada em meio a uma vontade internacional de cooperação para o comércio internacional. Trata-se de entidade com papel destacado que, nos últimos tempos permitiu que Estados menos desenvolvidos participassem do comércio internacional.

No entanto, diferente do que foi previsto no seu Acordo Constitutivo, a OMC não debate a questão do respeito aos direitos sociais laborais. Os acordos de comércio são firmados independentemente de quais regras laborais são adotadas no processo de produção.

Há todo um discurso de que a OMC foi criada para melhorar as condições de vida, para levar o crescimento a todas as regiões do mundo, no entanto, o que se percebe é que o crescimento que se espalha pelos acordos multilaterais de comércio firmados pela OMC é o crescimento quantitativo e não o qualitativo pois, por mais que determinados países participem do comércio internacional ainda possuem população miserável.

As empresas envolvidas no comércio internacional não estão interessadas em levar qualidade de vida às pessoas, mas sim em lucrar. E, sendo necessário mudar seu parque produtivo de país para poder usufruir de uma legislação trabalhista mais branda, é isso que farão. Sem se importar se o salário mínimo neste país é um dos mais baixos do mundo, por exemplo.

Desta forma, é necessário, como diz Pisarello citado no capítulo anterior, repensar o papel das organizações internacionais. Assim, o que se pretende

investigar nos próximos capítulos a serem desenvolvidos na tese de doutorado é se a OMC, com seu sistema de controle de aplicação dos seus acordos comerciais, é uma entidade internacional que teria a condição de, juntamente com a OIT, promover o respeito dos direitos sociais laborais por meio da adoção de cláusulas sociais.

3.4 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

A presente tese de doutorado contém vários relatos históricos, importantes para compreender a formação de um conceito, e também para a compreensão da constituição de uma organização internacional e seus princípios.

O relato histórico que ora se inicia é imprescindível para que o leitor tenha conhecimento do contexto do momento histórico em que surgiu a OIT, e como esse contexto influenciou na formulação dos seus princípios e na criação do modelo de direito internacional do trabalho que se tem hoje.

No entanto, é impossível tratar do histórico da Organização Internacional do Trabalho sem abordar a história do próprio surgimento do direito internacional do trabalho. Conforme se poderá inferir com a leitura a seguir, a necessidade da criação de um direito internacional do trabalho culminou na criação de uma entidade internacional para lidar com este tipo de direito e fazer com que fosse aplicado, razão pela qual surgiu a OIT.

Dois doutrinadores renomados na área do direito internacional do trabalho, Nicolas Valticos[630] e Américo Plá Rodriguez[631], usam, para explicar o surgimento do direito internacional do trabalho (o qual culminou com a criação da OIT), valorizações diferentes para os mesmos fatos históricos. Além das diferentes atribuições de valor, os doutrinadores deixam de analisar uma fase importante da história da OIT, a fase que se iniciou junto com o processo de globalização, isto porque suas obras são anteriores a este processo (a obra de Nicolas Valticos é de 1977 e Américo Plá Rodrigues é de 1965).

---

[630] VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. Madrid: Tecnos, 1977. p.27

[631] PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Los convenios internacionales del trabajo**. Montevideu: Universidade da República, 1965. p.23.

No entanto, Ericson Crivelli[632] expõe uma periodização bastante didática para a compreensão do surgimento do direito internacional do trabalho, e, consequentemente da OIT. Para isso, expõe fatos da atualidade que influenciaram o trabalho da referida organização, como a globalização. Desta forma, para a presente tese de doutorado, será utilizada a periodização do autor Ericsson Crivelli.

Desta forma, dar-se-á início ao histórico abordando, primeiramente, relatos que incluem o período compreendido entre o século XIX e a realização do Tratado de Paz de Versalhes em 1919. A industrialização pujante do século XIX, consequência direta da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, trouxe benefícios econômicos, todavia, acarretou muitos problemas sociais, os quais se espalharam por todos os Estados industrializados. Dentre eles: desigualdade social extrema, exploração exagerada de trabalhadores e outras injustiças.[633]

Diante deste cenário de exploração da mão de obra, muito se discutia acerca da criação de uma legislação internacional que regulamentasse as atividades laborais. Discussão esta que englobava, também, a criação de uma entidade internacional para tomar conta do assunto, o que culminou na criação da OIT. [634]

Daí, por que não se pode deixar de conhecer o histórico do surgimento do direito internacional do trabalho para entender as origens e a criação da OIT. Primeiramente, vale mencionar que o empresário inglês Robert Owen e o industrial alsaciano Daniel Le Grand foram os precursores nas discussões sobre a criação de normas internacionais acerca da exploração de mão de obra.[635]

Owen iniciou, na Inglaterra, o debate sobre a necessidade de limitação da jornada diária de trabalho, a qual, em 1818, era de dez ou mais horas. O inglês defendia a criação de uma Comissão de Trabalho, cujo objetivo seria estimular países industrializados, envolvidos em relações comerciais com a Inglaterra, a adotarem normas que melhorassem a condição de labor nas empresas. A ideia do empresário não era evitar a concorrência desigual entre países que não possuíam

---

[632] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTR, 2010. p.37-39.

[633] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social. 1919-2009**, Genebra: OIT, 2009. p.4.

[634] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.33.

[635] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. 2.ed. Santiago: Editoral Jurídica de Chile, 1988. p.42.

as mesmas normas trabalhistas, mas sim, melhorar as condições de trabalho da época. [636]

Já Le Grand, em 1848, convocou países europeus (como a França, Inglaterra e Alemanha) para a criação de regras internacionais que protegessem os trabalhadores das jornadas excessivas e precoces a que as pessoas eram submetidas. Para o industrial, o trabalho em excesso retirava o homem do convívio social e familiar e o embrutecia levando-o à deterioração física e mental. Desta forma, apenas uma legislação trabalhista internacional seria capaz de conceder a proteção necessária aos trabalhadores sem prejudicar a concorrência entre os empresários. [637]

Le Grand apresentou muitas propostas para vários governos e seu objetivo central era criar uma legislação internacional que igualasse as empresas em termos trabalhistas, para pôr fim à concorrência desleal neste sentido.

Várias outras vozes levantaram-se nesta época defendendo a regulamentação da exploração do trabalho internacionalmente. O professor francês Jerônimo Adolfo Blanqui propôs a aprovação de tratados internacionais com vistas a conservar a vida humana e torná-la mais agradável. Já Louis René Villermé defendia que o estabelecimento de padrões trabalhistas mínimos poderia ser realizado por meio de acordo entre os fabricantes de diversos países, podendo-se reconhecer aqui os germes da ideia de códigos de conduta, debatida posteriormente nos anos noventa do século XX. [638]

Interessante também a posição do belga Edouard Ducpetiaux. Ele advogava a ideia de que a cooperação internacional para uma legislação trabalhista internacional poderia resolver os problemas de concorrência desleal além fronteira.[639]

Na análise das posições citadas, fica visível a ideia de criação de uma legislação internacional laboral cujo intuito seria regulamentar a exploração da mão de obra para a minimização dos problemas de concorrência desleal internacional.

---

[636] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.40.
[637] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.42.
[638] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.42.
[639] VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. p.30.

Assim, a discussão do assunto na esfera internacional promoveu o desenvolvimento do ambiente propício para a criação de tais normas pelos Estados industrializados por meio de realização de acordos internacionais.

Na Suíça, o debate sobre adoção de regras trabalhistas iguais para Estados soberanos diferentes tomou corpo e vulto a partir de 1855, quando o Conselho Federal da Suíça tentou, infrutiferamente, convocar uma reunião dos principais Estados da Europa para debater a regulamentação laboral internacional. Já no ano de 1856, o Congresso Internacional de Beneficência, realizado em Bruxelas, aprovou uma série de regras trabalhistas internacionais com a justificativa de que as diferenças existentes nas leis laborais dos países industrializados traziam prejuízos para trabalhadores e empregadores, uma vez que dificultavam a concorrência internacional.[640]

Em meio a todas as iniciativas estatais para criar uma legislação internacional com vistas a determinar padrões mínimos de regras laborais, na segunda metade do século XIX, os trabalhadores começaram a se organizar na luta por melhores condições de trabalho e criaram, no âmbito internacional, em 1864, a Associação Internacional de Trabalhadores, que tinha como objetivo a proteção dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de trabalho. Reuniam-se nesta associação sindicatos, ativistas políticos e outras forças que lutavam pela regulação do trabalho no mundo. Foi esta entidade que discutiu, em 1889, a delimitação da jornada diária de trabalho em oito horas a qual, posteriormente, foi aceita e disciplinada pela primeira Convenção da OIT. [641]

A Suíça, empenhada em aprovar regras internacionais que regulamentassem o trabalho, procurou, em 1881, debater o assunto com a França, Bélgica e Inglaterra. Embora não tenha logrado êxito no tocante à criação das tais regras internacionais, o assunto tomou grande vulto e destacou-se na comunidade internacional. Os suíços tentaram, ainda, realizar uma conferência internacional sobre o tema e prepararam uma proposta que levava em consideração a aprovação de normas sobre trabalho aos domingos, idade mínima para o trabalho, limitação da jornada de trabalho para os adolescentes, proibição de trabalho perigoso para

[640] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. São Paulo: LTR, 2000. p.86.
[641] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social.** p.4.

mulheres e crianças e a criação de um organismo internacional para se ocupar da execução dessas normas. [642]

No entanto, a Alemanha antecipou-se e convocou a Conferência de Berlim, realizada em 1890, com pauta semelhante à dos suíços, adicionando apenas a discussão do trabalho em minas, de interesse do país germânico. Os treze Estados reunidos discutiram a necessidade de uma legislação internacional do trabalho, que seria aprovada por meio de um acordo internacional, obrigando os Estados pactuantes, que dominavam o comércio internacional. [643]

Desta conferência resultou: o estabelecimento de alguns princípios gerais ligados à administração do trabalho e o estabelecimento de algumas regras sobre a troca de informações entre países concorrentes. Em desacordo com a proposta da Suíça, a Conferência de Berlim aprovou que as normas internacionais ligadas ao trabalho seriam acompanhadas e relatadas pelos próprios Estados pactuantes e não por uma entidade internacional inovadora a ser criada, como propuseram os suíços.[644]

Para alguns doutrinadores, como Américo Plá Rodriguez[645], o resultado da Conferência de Berlim foi pobre, para outros, como Nicolas Valticos[646], o resultado foi importante porquanto desencadeou uma maior discussão internacional sobre a regulamentação das relações laborais.

Em 1900 foi criada a Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores, entidade formada por professores universitários, políticos, administradores, trabalhadores e industriais. Era uma entidade privada da qual todos os interessados na proteção legal dos trabalhadores poderiam participar. A entidade reuniu-se em 1905 e realizou estudos para traçar as bases das Convenções Internacionais que seriam aprovadas posteriormente na Conferência de Berna de 1906. [647]

---

[642] VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. p.37-40.
[643] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.43.
[644] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.43.
[645] PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Los convenios internacionales del trabajo**. p.30
[646] VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. p.45.
[647] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social.** p.4-5.

As Conferências de Berna, de 1905 e 1906, foram bastante produtivas. Em 1905, quinze Estados reunidos resolveram acordar as bases de um acordo internacional sobre: proibição do trabalho feminino noturno em indústrias e proibição do uso de fósforo branco na produção de palitos de fósforo. Ressalta-se que, em 1906, também em Berna, havia o ambiente internacional propício para aprovação de tratados internacionais sobre essas duas matérias. [648]

Outro assunto de suma importância, discutido na Conferência de Berna de 1906, foi a forma de controle da aplicação das normas internacionais laborais. Havia tanto dissenso sobre o tema que ele ainda é discutido nos dias de hoje. Naquela época decidiu-se que os Estados signatários dos tratados internacionais informariam uns aos outros sobre a implementação e o cumprimento dos mesmos, ou seja, não haveria um controle feito por uma entidade internacional. [649]

Pode-se dizer que as atividades da Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores revestiram-se de importância para o trabalho desenvolvido posteriormente pela OIT, tendo em vista que possibilitaram à comunidade internacional discutir e experimentar a aprovação e aplicação de normas internacionais relacionadas ao trabalho. [650]

Mesmo que por motivos diferentes, a discussão e aprovação dessas normas internacionais sobre trabalho agradava tanto aos trabalhadores como aos industriais. Os trabalhadores buscavam melhores condições de labor assim como o controle dos efeitos das forças do mercado sobre a mão de obra. Já os industriais desejavam igualar as condições de trabalho para facilitar a expansão comercial com condições igualitárias de concorrência entre as empresas. [651]

Independente da motivação, o assunto continuou a prosperar e, em 1913, ocorreu uma nova conferência em Berna. O evento, extremamente técnico, serviu para discutir as bases de acordos internacionais sobre a proteção ao trabalho de menores e mulheres, os quais deveriam ser aprovados em 1914 quando se

---

[648] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.94-95.
[649] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.50.
[650] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social.** p.5.
[651] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social.** p.5.

realizaria outra conferência também em Berna. Contudo, a explosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) impediu o evento. [652]

A ocorrência da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais é importante para compreender o surgimento da Organização Internacional do Trabalho, afinal, esta entidade foi criada a partir do Tratado de Paz que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e sua constituição foi influenciada diretamente pelas reflexões advindas do segundo conflito bélico mundial. Esta é a razão pela qual o relato histórico desenvolvido será sempre complementado por dados e informações sobre esses dois conflitos mundiais, como será verificado abaixo.

Passa-se agora a analisar o período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a criação da OIT. A Primeira Guerra Mundial paralisou o comércio, mas não as discussões sobre a proteção ao trabalho, que continuaram. Muito se debateu sobre a melhora das condições de trabalho e sobre a ideia de que a justiça social seria a condição para a paz mundial. [653]

As grandes potências da época (França, Itália e Grã-Bretanha) estavam em alerta para o fato de que a mentalidade revolucionária havia se espalhado pelo mundo, por meio da Revolução Bolchevique realizada na Rússia, pelo movimento sindical da Grã-Bretanha, entre outros. Somado a isso ainda existia o fato de que trabalhadores que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial, e que sabiam muito bem manejar armas, estavam agora insatisfeitos pois enfrentavam dificuldades de emprego. A situação social inspirava cuidados constantes e influenciou de forma direta a criação do Capítulo XIII do Tratado de Paz de Versalhes, conforme será descrito. [654]

Para pôr fim ao primeiro conflito bélico mundial, realizou-se uma Conferência de Paz, em 1919, em Versalhes, na França. Ocasião em que foi redigido o Tratado de Paz Versalhes.[655]

A Conferência Preliminar de Paz foi instaurada já em janeiro de 1919 e

---

[652] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.50.
[653] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.46.
[654] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social. p**.6.
[655] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.47.

passou boa parte do seu tempo efetuando estudos de base e propostas para a redação do supracitado Tratado de Paz. No tocante à legislação social, foi criada a Comissão de Legislação Internacional do Trabalho[656], formada por representantes dos Estados envolvidos no conflito e por representantes de trabalhadores. Seu objetivo era estudar e criar a regulamentação internacional a respeito da exploração de mão de obra e decidir qual forma teria a organização internacional que se ocuparia do assunto. [657]

Durante os trabalhos da Comissão foram apresentadas várias propostas, uma proposta de origem francesa, uma americana e outra britânica. A proposta britânica foi a que serviu de base para os debates da referida Comissão por ser a mais minuciosa, no entanto, previa uma sanção comercial para os Estados descumpridores de normas laborais internacionais, o que não agradaria a todos. [658]

As atividades da Comissão de Legislação Internacional do Trabalho, ocorreram entre janeiro e março de 1919, e focavam-se nos seguintes assuntos:

> [...] definição de um preâmbulo; a composição e poderes da conferência internacional que deveria se reunir periodicamente para negociar as matérias sujeitas à sua regulação; os efeitos jurídicos dos tratados que esta viesse a adotar; mecanismos de controle da aplicação destes tratados; a composição do órgão de administração - no caso o Conselho de Administração – da organização internacional a ser criada; a convocação da primeira Conferência desta organização – quando seria efetivamente criada; a definição das cláusulas obreiras que seriam incluídas no Tratado de Paz. [659]

A proposta final da Comissão foi levada para a análise definitiva da Conferência de Paz e com base nela foi aprovado o supracitado Capítulo XIII do Tratado de Paz de Versalhes, documento que dispunha sobre a criação de um organismo internacional que cuidaria dos problemas sociais que o mundo enfrentava. Criava-se a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Além da criação da referida entidade internacional o texto dispunha sobre seus princípios,

---

[656] A Conferência da Paz de 1919 foi organizada pela França. Os trabalhos prévios a esta conferência duraram seis meses, nos quais foram negociados os termos do Tratado de Versalhes. Para isso, várias comissões e conselhos foram criados, entre eles a Comissão de Legislação Internacional de Trabalho. (ARARIPE, Luiz Alencar. Tratado de Versalhes de 1919. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org). **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012).
[657] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.53.
[658] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.54.
[659] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.54.

objetivos, e sua estrutura. [660]

O Tratado de Versalhes também criou a Liga das Nações, órgão equiparado à Organização das Nações Unidas – ONU dos dias atuais. Neste contexto, a OIT foi criada como um órgão técnico da Liga das Nações, tanto que para um Estado ser membro da OIT deveria primeiro aderir à Liga. [661]

O texto do Capítulo XIII trazia uma série de pontos fortes que se tornariam as bases do direito internacional do trabalho contemporâneo, destacando-se: a organização tripartite e a previsão de criação de mecanismos próprios de controle de execução das normas. No entanto, o documento, em virtude de uma série de divergências quando dos debates para sua concepção, não previa sanções para o descumprimento de normas e permitia certa maleabilidade na adoção das mesmas. Destaca-se:

> O projeto original britânico conferia eficácia imediata às convenções internacionais adotadas após um ano de sua aprovação na Conferência, caso os Parlamentos dos Estados-membros não adotassem, nesse prazo, uma decisão em sentido contrário. Esta proposta, somada àquela que previa a adoção de sanções comerciais – acima mencionada - sofreu uma forte objeção de diversos Estados representados na comissão. [662]

Diante do impasse criou-se uma proposta alternativa na tentativa de resolver o dilema criado pelos britânicos e assim, o Capítulo XIII foi aprovado e permitiu a criação de dois tipos de instrumentos normativos internacionais: as Convenções e as Recomendações. A diferença entre as duas é que os Estados devem ratificar as convenções por meio de sua legislação nacional e informar à organização sobre as medidas adotadas para a aplicação total do seu conteúdo no direito nacional. Já as Recomendações são sugestões da OIT para a orientação do direito nacional de cada Estado-membro, não são obrigatórias como as Convenções assim como não precisam de ratificação.[663]

No tocante ao sistema de controle, o texto do Capítulo XIII previa que os

---

[660] RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social**. p.7.
[661] ARARIPE, Luiz Alencar. Tratado de Versalhes de 1919. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org). **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. p.430.
[662] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.56.
[663] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.56-57.

Estados deveriam apresentar relatórios anuais sobre a execução das convenções ratificadas, sendo permitida a denúncia na OIT daquele Estado que descumprisse as obrigações pactuadas. Foram ainda aprovadas nove cláusulas que se referiam a princípios e direitos básicos dos trabalhadores. [664]

No entanto, o texto do referido Capítulo XIII foi modificado de forma positiva após a Segunda Guerra Mundial. Assim, para compreender os princípios, objetivos e estrutura da OIT é importante mencionar também as contribuições que o segundo conflito bélico mundial trouxe para o seu texto constitucional. Diante disso, passar-se-á a analisar o período transcorrido entre 1919, após a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, até a transferência da OIT para o Canadá.

Após a criação da OIT, a primeira Conferência Internacional do Trabalho ocorreu entre 29/10 e 29/11 de 1919, em Washington, e resultou no estabelecimento de seis convenções sobre jornada laboral na indústria, desemprego, trabalho noturno de crianças e mulheres, idade mínima para o trabalho, e sobre o emprego de mulheres antes e depois do parto. Ainda foram elaboradas quatro recomendações sobre segurança e higiene no trabalho, duas sobre o desemprego (pois se constituía em uma das maiores preocupações do pós-guerra), e outra sobre a composição tripartite da OIT a qual envolveria representantes do governo, dos patrões e dos empregados. [665]

Em junho de 1920 foi realizada a segunda Conferência Internacional do Trabalho em Gênova, tal evento buscava discutir regras para o trabalho marítimo, bem como foi criada a sede física da OIT em Genebra, na Suíça. [666]

Entre os anos de 1920 e 1932, os membros da OIT reuniam-se uma vez ao ano, em que pesem as dificuldades financeiras e a falta de autonomia perante a ONU. Neste período, foram criadas e ratificadas várias regras sobre a proteção do trabalho e alguns mecanismos de controle do cumprimento dessas normas que modificaram as legislações dos Estados signatários. [667]

Na década de 30 o mundo enfrentava crises graves e a comunidade

---

[664] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.56-57.
[665] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.47.
[666] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.47.
[667] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.48.

internacional percebia que precisava compreender os países a partir de suas realidades distintas. Com base neste discurso, o Diretor Geral da OIT, Harold Butler, conseguiu fazer com que outros países não europeus se tornassem membros da OIT, como o Chile. Então, em 1936 foi realizada a primeira Conferência Regional do Trabalho no Chile. [668]

A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada em 1939 e o período que a antecedeu, de 1919 a 1939, foi importante para a OIT por alguns motivos: a) a organização teve intensa atividade normativa, aprovando 67 Convenções e 65 Recomendações, b) a sua competência normativa foi ampliada, porquanto na sua criação a OIT tinha como objetivo proteger os trabalhadores urbanos e, na medida em que novas preocupações surgiam, ela também se ocupava da proteção dos trabalhadores rurais; c) além disso a organização dava seus primeiros passos para sua independência política frente à Liga das Nações ao permitir que Estados que não faziam parte da Liga participassem de suas atividades. [669]

Cabe destacar que a OIT era sediada na Suíça e o segundo conflito mundial, o qual assolou a Europa a partir de 1939, fez com que o Diretor-Geral da época, John Winant, em 1940, decidisse mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. [670]

Outro acontecimento histórico deste período e que importa registrar foi o discurso realizado, em 1941, pelo presidente americano Franklin Roosevelt. Ele destacou quatro liberdades imprescindíveis para a promoção da dignidade humana e da segurança social: liberdade de palavra, liberdade de expressão, liberdade religiosa e liberdade para viver isento da miséria. Tais liberdades deveriam ser asseguradas por meio de acordos internacionais firmados com base na cooperação entre os Estados com o intuito de fulminar as causas que pudessem abalar a paz mundial. [671]

Após o discurso Roosevelt firmou com Winston Churchill, Primeiro Ministro da Inglaterra, a Carta do Atlântico, documento que previa a cooperação internacional

---

[668] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.48.
[669] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.59-61.
[670] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.109.
[671] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.109.

econômica com o fim de incrementar a economia e melhorar as condições de trabalho. [672]

Durante a Segunda Guerra Mundial não se realizaram muitas conferências da OIT em virtude do conflito. Apenas no período de 20/04 a 13/05 de 1944 foi realizada a 26. (vigésima sexta) Conferência da Filadélfia, evento de importância destacada para a OIT e que marca um novo momento histórico para a Organização, pois modificará, inclusive, sua Constituição. [673]

Assim sendo, tendo em vista o destaque do supracitado evento na história da OIT, destinar-se-á a ele o lugar de fato histórico propulsor de uma nova fase da Organização. Desta forma, analisar-se-á agora o período transcorrido a partir da Declaração da Filadélfia de 1944 até o fim dos anos 80.

Este trabalho já destacou amplamente que os dois principais conflitos bélicos mundiais influenciaram sobremaneira a criação e a redação da Constituição da OIT.

No tocante à Segunda Guerra Mundial (1934–1945), a qual envolveu vários países do globo, o evento contribuiu para o surgimento de consensos importantes entre esses países. Em primeiro lugar havia o consenso de que a cooperação econômica e multilateral era a solução para tratar os novos problemas que surgiam no pós-guerra.[674] Em segundo lugar, a regulação na esfera internacional ganhava corpo e destaque, não só com relação a regras comerciais mas também com relação às regras de proteção ao trabalho. O mundo do pós-guerra encontrava-se arrasado e precisava de novos acertos, novos ajustes, novas regras. Tais regras deveriam ser internacionais, aplicáveis a todos os Estados, para que o desenvolvimento fosse harmônico e não prejudicasse a concorrência internacional.

Em termos de política econômica, o que se discutia, desde 1930, era o Estado de Bem-Estar Social, ou seja, para recuperar e retomar o crescimento das nações após o período das grandes guerras mundiais era necessário um Estado regulador e participativo.[675] Eram inspirações promovidas pelas teorias desenvolvidas pelo economista John Maynard Keynes, para quem o funcionamento

---

[672] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.109.
[673] BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.50.
[674] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 26
[675] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. p.124.

dos mercados e a geração de emprego e renda só seriam possíveis mediante a intervenção estatal.[676]

Assim, para melhor esclarecer o clima do pós Segunda Guerra Mundial (o qual influenciou diretamente e positivamente a Constituição da OIT), ressalta-se: a comunidade mundial havia percebido que deveriam cooperar entre si e que deveriam criar regras para regular as relações nacionais e internacionais, comerciais ou laborais. Diante disso, e, em meio a todo o clima de final de guerra, e da necessidade de cooperação e de regulamentação, foi convocada a 26. Conferência da Filadélfia em 1944.

Nesta Conferência, influenciados pelas ideias de bem-estar social, os Estados participantes assinaram a Declaração da Filadélfia, documento que alterou a Constituição da OIT ampliando seus princípios e sua abrangência. Tal documento manteve os princípios da OIT que continuavam adequados e reformulou aqueles que precisavam se amoldar à nova realidade do pós-guerra. [677]

A referida Declaração reafirma que a paz mundial só será possível com a justiça social e estabelece quatro ideias fundamentais, as quais formam a base principiológica da OIT:

> a) o trabalho não é uma mercadoria; b) liberdade de expressão e de associação são essenciais ao progresso sustentado; c) a pobreza, em qualquer lugar, constitui um perigo para a prosperidade de todos; d) a luta contra a necessidade deve prosseguir com vigor incansável dentro de cada nação e mediante um esforço internacional contínuo e concentrado, no qual representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os representantes dos governos, participem das discussões livres e das decisões de caráter democrático, a fim de promover o bem-estar comum. [678]

Além dessas previsões, há o estabelecimento de normas que reconhecem direitos objetivos dos trabalhadores, como a liberdade sindical, e normas que possuem conteúdo programático, ou seja, conteúdo orientador de futuras políticas públicas, como a recomendação de que os Estados adotem medidas para alcançar

---

[676] SILVA, Adroaldo Moura da. Apresentação. *In* KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p.20.

[677] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.64.

[678] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:62:2709039639773200::NO::P62_LIST_ENTRIE_ID:2453907#A1>. Acesso em: 05 de agosto de 2015.

o pleno emprego e para aumentar o nível de vida da população.[679]

Percebe-se que a referida Declaração além de regular direitos da relação capital e trabalho estabeleceu princípios que deveriam orientar as políticas econômicas e sociais no pós-guerra. Esses princípios eram regras que iam além da proteção ao trabalho e relacionavam-se com a própria proteção da humanidade. [680]

A partir da Declaração da Filadélfia o foco da OIT não era mais só a proteção do trabalho, mas sim, a proteção do ser humano e do seu papel na sociedade.[681] Ela inaugura uma nova fase para a OIT, ampliando a sua ação para o âmbito da proteção dos direitos fundamentais à medida que reconhece direitos e sugere a formulação de políticas públicas para o bem-estar social. [682]

Cabe destacar que, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas - ONU, cujo intuito era priorizar o diálogo como forma de resolução de conflitos entre as nações. Em 1946 a OIT é transformada em agência especializada da ONU, o que lhe confere maior autonomia jurídica. [683]

Os tempos que se seguiram à Declaração da Filadélfia foram de grande evolução normativa para a OIT em virtude da extensão dos assuntos que passaram a ser por ela normatizados. Nas décadas de 70 e 80 foram aprovadas Convenções e Recomendações importantes em vários assuntos, como liberdade sindical, recolocação de desempregados no mercado de trabalho, etc.[684]

Nessas décadas a OIT debateu muito sobre as realidades variadas dos seus Estados-membros (com diversas diferenças culturais e econômicas) e como as normas internacionais sobre direito do trabalho deveriam levar em consideração tais diferenças. Neste período a OIT melhorou o sistema de adoção de suas normas, aumentando a possibilidade de sua flexibilização. Com isso a organização objetivava atingir o maior número de Estados-membros possível, levando sempre em

---

679 CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.64.
680 BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.50-53.
681 BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo, la OIT**. p.54.
682 CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.65.
683 CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.65.
684 VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. p.108.

consideração suas diferenças sociais, culturais e econômicas. [685]

Diante do exposto, é possível compreender como o Capítulo XIII do Tratado de Versalhes, de 1919, bem como a Declaração da Filadélfia, de 1944, representaram documentos importantes para a OIT. Com base neles serão analisados os seguintes itens: natureza jurídica, finalidade, competência, estrutura e regras básicas sobre a atuação da OIT.

Parte-se agora para analisar o período histórico compreendido desde os anos 90 até a atualidade. Desde a década de 90 a OIT teve uma intensa atividade normativa a qual entrou em declínio a partir de 2000. De 1990 até 2000 a Organização havia aprovado treze convenções e catorze recomendações. Entre os anos de 2001 a 2015 a entidade aprovou apenas seis convenções e doze recomendações. [686]

Conforme já relatado, o clima pós Segunda Guerra Mundial caracterizou-se pela intenção dos Estados de cooperação internacional, influenciando diretamente na realização do tratado internacional que criou a OMC, estabelecendo-se um sistema jurídico extremamente desenvolvido de controle de normas sobre comércio internacional, beneficiado pela intensa globalização dos últimos tempos.

Enquanto a OMC consegue desempenhar bem o seu papel instituindo normas comerciais internacionais, cobrando o seu cumprimento e penalizando de forma efetiva o seu descumprimento (conforme se observará no capítulo seguinte), a OIT entra em um processo de estabelecimento de normas e luta pelo seu cumprimento, tendo em vista não possuir um sistema tão desenvolvido e eficaz de responsabilização dos Estados pelo não cumprimento das normas.

O sistema desenvolvido pela OMC é altamente atrativo para os Estados, uma vez que, ao integrarem a OMC, participam do comércio internacional e assim crescem economicamente. Portanto, a maioria de seus membros se submete às suas regras, inclusive às penalidades em virtude do descumprimento de alguma delas, afinal, o interesse dos membros da OMC é que o comércio internacional tenha fluidez e pujança.

---

[685] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.66-67.
[686] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.68.

Já no caso da OIT, convencer os membros de que devem adotar regras internacionais laborais para proteger seus trabalhadores e que também podem onerar seu sistema econômico, mostra-se tarefa árdua, em vista da fraqueza da exigibilidade das normas da Organização. A OMC tem em suas mãos uma poderosa arma: o comércio internacional. O membro que não cumpre as regras pode ser proibido de comerciar ou perder suas vantagens econômicas, já a OIT não conta com uma ferramenta tão imponente, o membro que não cumpre as normas da OIT não sofre nenhuma sanção que prejudique seu poder de comerciar internacionalmente.

Essa situação faz com que a OIT enfrente desde a década de 90 até os dias atuais um processo lento de descrença no seu sistema de controle e aplicação de normas. Assim sendo, a Organização vem tentando reagir a esta crise de inúmeras formas. [687]

Em 1995 o Conselho de Administração da OIT definiu quais seriam as Convenções com importância destacada para a entidade, consideradas como normas fundamentais: Convenção 29 (sobre o trabalho forçado), Convenção 87 (sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização), Convenção 98 (sobre o direito sindicalização e de negociação coletiva), Convenção 100 (sobre igualdade de remuneração), Convenção 105 (sobre o fim do trabalho forçado), Convenção 111 (sobre a discriminação no emprego), e Convenção 138 (sobre a idade mínima para o trabalho). [688]

Com base nessas convenções a OIT estabeleceu, em junho de 1998, na sua 86 (octogésima sexta) Conferência, por meio da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, quatro princípios basilares para o seu trabalho, também chamados de direitos fundamentais dos trabalhadores ou *Core Labour Standars*: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, b) a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, c) a eliminação do trabalho infantil, c) a eliminação da discriminação no emprego. [689]

---

[687] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.68.

[688] Conforme informação retirada da página da OIT Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12000:0::NO:::>. Acesso em: 08 de agosto de 2015.

[689] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.68-69.

Em 1999 a Organização realiza sua 87 (octogésima sétima) Conferência e traz para o rol de convenções de importância destacada a Convenção 182, a qual trata sobre as piores formas do trabalho infantil. A par disso esta conferência salienta um novo foco para a entidade qual seja: concentrar sua atividade em garantir o trabalho decente mundialmente. [690] Uma proposta sobre o conceito de trabalho decente foi apresentada nesta conferência, no entanto, ela será aprofundada mais adiante, assim como também serão aprofundadas as outras formas de enfrentamento da referida crise que a OIT vem passando nos anos que se seguiram ao processo de globalização.

3.4.1 Natureza Jurídica

Durante muito tempo discutiu-se a natureza jurídica da OIT. Conforme observa-se no breve histórico aqui realizado, a OIT foi constituída como um braço da Liga das Nações, e era por ela mantida financeiramente. Assim, a entidade carecia de autonomia jurídica.

No entanto, quando a Liga das Nações começou a se desfazer, em 1920, a OIT deu os primeiros sinais de independência, aceitando em seus quadros algumas Nações que se retiraram da Liga, como a Argentina e o Brasil. [691]

A aprovação da Carta das Nações Unidas, documento que criou a ONU, em 1945, colocou fim à polêmica, porquanto estabeleceu que a OIT estava vinculada à ONU e não integrada a ela. Assim sendo, a entidade passava a ter personalidade jurídica de direito público internacional, com princípios, objetivos, e competência definidos em sua Constituição. [692]

O art. 39 da Constituição da OIT determina que a entidade possui personalidade jurídica própria, tendo capacidade para: contratar, adquirir bens e imóveis e comparecer em juízo. [693]

No território dos seus membros a OIT goza de privilégios e imunidades

---

[690] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.69.
[691] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho.** p.119.
[692] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.119.
[693] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.39.

necessários à consecução dos seus objetivos. [694] Impõe-se o registro de que a OIT é uma associação independente dos Estados, os quais aceitam, naturalmente, restrições à sua soberania para poderem participar da consecução dos objetivos da entidade. [695]

Para Sussekind:

> [...] a OIT é uma pessoa jurídica de direito público internacional, de caráter permanente, constituída de Estados, que assumem, soberanamente, a obrigação de observar as normas constitucionais da entidade e das convenções que ratificam, integrando o sistema das Nações unidas como uma das suas agências especializadas. [696]

Assim, pode-se perceber que os membros da OIT não abdicam da sua soberania, apenas aceitam algumas restrições e obrigações, provenientes da Constituição da OIT com a qual anuem voluntariamente.[697]

Como exemplo de respeito da soberania há duas situações. Em primeiro lugar, a soberania dos Estados é respeitada, uma vez que a nenhum deles é imposta a obrigação de aceitar as normas criadas pela OIT, eles possuem a faculdade de escolher se querem ou não ratificar as convenções e se querem ou não transformar as recomendações em atos normativos internos. [698]

Em segundo lugar, o respeito à soberania dos Estados manifesta-se na obrigação dos membros de submeterem as normas da OIT às suas autoridades internas, e ainda na obrigação de apresentarem relatórios e se submeterem ao sistema de controle quanto à aplicação dessas normas, o que é assumido voluntariamente a partir do momento em que o Estado passa a ser membro da OIT e aceita a sua Constituição. [699]

3.4.2 Estrutura e Membros

No tocante à sua estrutura, o art. 2 da Constituição da OIT determina que a Organização é composta pelos seguintes órgãos: a Conferência Geral dos

---

[694] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.40.
[695] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.121.
[696] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.122.
[697] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.121.
[698] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.121.
[699] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.121.

representantes de seus membros, o Conselho de Administração e a Oficina Internacional do Trabalho. [700]

Quanto aos membros, pode-se dizer que eles são de duas ordens: a) membros de pleno direito; e b) novos membros.[701] Os membros de pleno direito são, em conformidade com o art. 1º. da Constituição da OIT[702], aqueles Estados que eram membros em 1945. [703] Já os novos membros são aqueles que: a) sendo membros da ONU, assinam uma declaração formal de que aceitam as obrigações impostas pela Constituição da OIT; b) não sendo membros da ONU, aceitam as imposições da Constituição da OIT e são admitidos por voto favorável de 2/3 dos delegados. [704]

Para se retirar da OIT o membro deve avisar a Organização e só será desligado dois anos depois do aviso, desde que esteja em dia com suas obrigações financeiras com a OIT. O Estado-membro poderá ser readmitido, no entanto, deverá respeitar as disposições dos itens 3 e 4 citados acima, ou seja, sua readmissão é realizada assim como é realizada a admissão de qualquer outro Estado que nunca tenha participado da OIT. [705]

Quanto aos órgãos pode-se dizer que a Conferência é a assembleia geral de todos os membros da OIT. É composta por delegados dos membros. Cada delegação é formada por dois delegados representantes do governo, um representante dos trabalhadores e um representante dos empregadores os quais podem ser acompanhados por conselheiros técnicos. Esta representação é a expressão da organização tripartite que a OIT toma como padrão ao reunir em uma mesma organização representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. [706]

A Conferência tem papel variado, em primeiro lugar é o órgão legislativo,

---

[700] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art. 2.
[701] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.79.
[702] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.10, incisos 3 e 4.
[703] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.79.
[704] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.79.
[705] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.3.
[706] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.10, incisos 5 e 6.

onde são elaboradas e aprovadas as Convenções e Recomendações, entre outras normas internacionais. Em segundo lugar também é competente para: traçar as diretrizes gerais de política social a serem observadas pela entidade em sua atividade, resolver as discussões sobre o descumprimento da sua Constituição ou sobre a inobservância das Convenções e Recomendações pelos Estados-membros, eleger o Conselho de Administração, aprovar as contas da OIT, decidir sobre a admissão de novos membros não pertencentes à ONU e debater problemas sociais mundiais. [707] A Conferência pode se reunir sempre que entender necessário, no entanto, é obrigatória a reunião pelo menos uma vez ao ano. [708]

O Conselho de Administração é órgão executivo colegiado composto por cinquenta e seis membros: vinte e oito representantes do governo, catorze representantes dos trabalhadores e catorze representantes dos empregadores.[709]

Compete ao conselho adotar as decisões sobre as políticas que nortearão a atividade da entidade, fixar as datas, o local e a pauta das reuniões da Conferência e das demais reuniões da OIT, registrar as decisões tomadas na Conferência e verificar qual o andamento a ser dado a cada uma delas, nomear o Diretor Geral da OIT e organizar as atividades da Oficina Internacional do Trabalho. O Conselho pode atuar por intermédio de comitês e grupos de trabalho responsáveis por estudar assuntos específicos. [710]

A Oficina Internacional do Trabalho é um órgão técnico–administrativo, situado em Genebra, dirigido por um Diretor Geral nomeado pelo Conselho de Administração da OIT. Tal órgão possui uma série de funções. Em primeiro lugar há uma função ligada à publicidade e à informação, cabe à Oficina produzir material informativo sobre as normas internacionais que tratam das condições de vida e de labor de trabalhadores. Também é de sua competência elaborar pesquisas sobre determinados assuntos que podem ser submetidos à Conferência pelo seu Conselho de Administração. [711]

Há também questões de ordem burocrática e técnica que são de sua

---

[707] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.79.
[708] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art. 3.
[709] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.159.
[710] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.80.
[711] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.169.

competência:

> (a) preparará os documentos sobre os diversos itens da pauta das reuniões da Conferência; (b) fornecerá aos governos, a seu pedido, toda a assistência possível para elaborar uma legislação baseada nas decisões da Conferência e para melhorar as práticas administrativas e os sistemas de inspeção; (c) cumprirá, em conformidade com as disposições da presente Constituição, os deveres que lhes são impostos em relação à aplicação efetiva das convenções; (d) redigirá e editará, nos idiomas que o Conselho de Administração considerar conveniente, publicações sobre questões relacionadas com a indústria e o trabalho que sejam de interesse internacional. [712]

Por fim, a Conferência ou o Conselho de Administração da OIT podem criar outras funções que entenderem necessárias para o bom andamento dos seus trabalhos. [713]

3.4.3 Atividade Normativa

O preâmbulo da Constituição da OIT permite identificar que a instituição foi criada com o intuito de regulamentar determinadas questões ligadas à melhoria das condições de trabalho. Segundo o texto, condições de trabalho degradantes levariam à miséria e a toda sorte de privações, o que promoveria a instabilidade social. Desta forma, o objetivo era criar uma entidade internacional que pudesse regulamentar as condições de trabalho com a finalidade de melhorá-las, garantindo a justiça social e por consequência a paz mundial duradoura.

Portanto, é possível dizer que a competência normativa da OIT decorre da sua própria origem, ou seja, da motivação da sua criação, qual seja: a regulamentação das condições de trabalho.

Diante disso, tendo em vista seu papel de assembleia geral da OIT, é de competência da Conferência a criação e aprovação das normas de Direito Internacional do Trabalho. [714]

A OIT pode editar vários tipos de normas, tais como: a sua constituição, as convenções, os protocolos, recomendações, declarações, resoluções, e o repertório

---

[712] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.10, inciso 2.
[713] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.10, inciso 3.
[714] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.180.

de recomendações práticas. O conjunto desses instrumentos constituem as fontes de Direito Internacional do Trabalho. [715] Atualmente a OIT possui cento e oitenta e nove convenções e duzentos e quatro recomendações.

A Constituição é a base de todas as normas da OIT, pois estabelece as diretrizes orientadoras de todas as demais fontes. Abaixo dela, em ordem de hierarquia, estão as convenções e recomendações que formam o chamado Código Internacional do Trabalho o qual, longe de ser um código formal, é apenas uma forma organizada de apresentar tais normas elaboradas pela Oficina Internacional do Trabalho. [716]

A convenção é um tratado internacional que, após ser aprovado pela Conferência por dois terços dos votos presentes, pode ser ratificado pelos membros obrigando-os, juridicamente, quanto ao seu conteúdo. [717]

Trata-se de um tipo de tratado internacional com algumas características especiais: a) para sua adoção a Conferência não necessita de assinatura dos representantes dos membros; b) o membro, ao ratificar uma convenção, se obriga com a OIT, isso quer dizer que deve colocar em prática a convenção mesmo que outros membros não a adotem, não se aplica a aqui o princípio da reciprocidade; c) o membro tem o dever de submeter a convenção firmada à autoridade nacional competente, desta forma, permite-se o debate nacional sobre o assunto. Mesmo que o membro não ratifique a convenção, ele deve encaminhar à OIT relatórios sobre a sua legislação e outras práticas adotadas a respeito do conteúdo da convenção, bem como deve apontar qual a perspectiva de ratificação da mesma. [718]

Assim, percebe-se o quão diferente é este tratado internacional que a OIT chama de convenção. O objetivo não é regular a relação entre dois ou mais Estados, mas sim estabelecer parâmetros para as relações laborais e para a política social dos seus membros com o intuito de fomentar o reconhecimento de direitos do trabalhador. Assim, mesmo no caso de não terem sido ratificadas, o conteúdo das

---

[715] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.86.
[716] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.86.
[717] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.19.
[718] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. Turin: Centro Internacional de Formación de la OIT, 2009. p.47-48.

convenções pode servir de base para a interpretação ou para o preenchimento de lacunas nas legislações nacionais.[719]

Quanto às recomendações, também são elaboradas e aprovadas pela Conferência e seguem as mesmas normas adotadas para as convenções, no entanto, não possuem natureza jurídica de tratado internacional e, portanto, não são obrigatórias. Porém, assim como as convenções não ratificadas, as recomendações, ainda que não sejam obrigatórias, podem ser utilizadas para interpretar legislações nacionais ou servirem de fonte para sanar alguma lacuna do direito nacional.[720]

O caráter não obrigatório desses instrumentos advém do seu próprio objetivo que pode ser: a) sugerir aos membros algumas diretrizes que possam nortear sua legislação nacional e suas políticas sociais em termos de proteção ao trabalho; ou ainda b) complementar uma Convenção aprovada, sugerindo medidas e práticas que possibilitem a sua consecução. [721] Compreende-se, então, que as recomendações podem servir para complementar uma Convenção ou ainda ditar algumas orientações que podem permear toda a legislação laboral de um membro da OIT.

As recomendações, quando usadas para sugerir diretrizes para a legislação nacional, podem ter o seguinte enfoque:

> a) disciplinar um tema sobre o qual o direito comparado ainda não revela soluções largamente aceitas; b) enunciar regras ainda avançadas para grande número de Estados-membros, mas cuja universalização a Conferência deseja promover.[722]

Assim, entende-se que a recomendação pode ter o intuito de aprimorar assuntos, levantando a discussão para que, aos poucos, se consiga a aceitação dos membros acerca de determinadas condutas que a Organização pretende ver normatizadas. [723]

---

[719] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.47-48.
[720] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.48.
[721] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.48.
[722] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.197.
[723] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**.p.89-90.

As convenções e recomendações podem ser aprovadas com algumas particularidades indicadas para aqueles membros que possuem clima diferenciado, desenvolvimento incompleto ou outras questões que levem as suas relações de trabalho a serem caracterizadas de forma diferente. [724]

Quando a OIT adota uma convenção esta deve ser ratificada[725] pelos sues membros. No caso da adoção de uma recomendação, a Constituição da OIT indica que seu conteúdo deve ser transformado em legislação nacional ou devem ser adotadas outras medidas para que seu conteúdo permeie as relações de trabalho e as relações sociais dos seus membros. [726]

Tanto a ratificação quanto a colocação em prática da recomendação devem ser executadas dentro de um ano da realização da Conferência que lhes adotou, salvo em casos excepcionais (mesmo assim devem ser ratificadas ou colocadas em prática dentro de 18 meses). Todo o trâmite de submissão das convenções e das recomendações às autoridades nacionais deve ser comunicado para a OIT e, posterior a isso, os membros devem pôr em prática as ações necessárias para que a convenção ou a recomendação tenham efetividade.[727]

Caso o membro não ratificar a convenção ou não tomar nenhuma providência com relação à recomendação ele não terá nenhuma obrigação para com os referidos instrumentos normativos, a não ser informar a OIT, em periodicidade a ser fixada, sobre a evolução de sua legislação e sobre as ações do governo sobre o tema. Deve o membro informar o que está fazendo ou o que se propõe a fazer sobre o assunto abordado pela convenção ou pela recomendação, seja por meio de disposições legislativas, administrativas, convenções coletivas, ou de qualquer outra forma. Deve também apontar todas as barreiras e dificuldades que encontra para adotar a norma internacional em questão.[728]

Cabe destacar que nenhuma convenção ou recomendação se sobreporá à

---

[724] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.19.

[725] Ratificar. […] formalidade que se segue às assinaturas dos tratados internacionais, a ser cumprida pelos diversos países signatários (potências contratantes), vem em confirmação aos mesmos tratados para que produzam os desejados efeitos, sendo postos em vigor. (SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.)

[726] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.19.

[727] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.19.

[728] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. Art.19.

legislação interna nacional se esta for mais favorável para os trabalhadores. [729]

No tocante aos protocolos, pode-se dizer que são instrumentos, previstos na Constituição da OIT, cujo objetivo é revisar ou alterar parcialmente as convenções que já estão em vigor. [730]

Já as declarações e resoluções são atos unilaterais da OIT sem previsão em sua Constituição. As declarações são solenes e não necessitam de ratificação. Normalmente são expedidas pela Conferência ou pelo Conselho de Administração para reafirmar os princípios fundamentais que embasam o trabalho da Organização. Pode ser citada como exemplo a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, a qual determina quatro categorias de princípios e direitos considerados, pela OIT, fundamentais para o trabalhador. [731]

As resoluções também não necessitam de ratificação e são aprovadas pela Conferência para manifestar sua posição sobre determinado assunto, podem ser internas ou externas. As resoluções internas tratam de expor a posição da Conferência sobre obrigações relacionadas à administração interna da OIT. Já as resoluções externas exprimem a posição da Conferência sobre as obrigações assumidas e não cumpridas pelos sues membros ou outras organizações internacionais. [732] É muito utilizada pelos órgãos de controle da OIT para avaliar o cumprimento das obrigações, principalmente no que concerne à liberdade sindical e igualdade no emprego. [733]

Algumas resoluções também são utilizadas para suprir uma lacuna em alguma norma da OIT, como ocorreu com o direito de greve:

> Mesmo que possa parecer surpreendente, as Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho não tratam explicitamente do direito à greve. Embora tenha sido discutido várias vezes dentro da Conferência Internacional do Trabalho, durante os trabalhos preparatórios de instrumentos que, de alguma forma, tenham ligação com o assunto, por várias razões não foram editadas normas internacionais (Convenções e Recomendações)

[729] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. Art.19.
[730] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.87.
[731] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.50.
[732] BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. p.87.
[733] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.50.

> sobre este direito. A ausência de normas expressas não deve levar a inferir que a OIT desconhece o direito à greve ou se abstém de fornecer um âmbito de proteção ao exercício do mesmo. Duas resoluções da Conferência Internacional do Trabalho - que fornecem diretrizes para a política da OIT - têm insistido, de uma forma ou de outra, no reconhecimento do direito à greve nos Estados-Membros.[734]

As duas resoluções referidas na citação acima foram editadas em 1957 e 1970. A primeira trata sobre extinção de legislações antissindicais e a segunda trata sobre a necessária relação das liberdades civis com os direitos sindicais. [735]

Quanto aos repertórios de recomendações práticas, são um instrumento técnico formado pela reunião das decisões da OIT acerca de determinado assunto. Este repertório é a jurisprudência da OIT, trata-se de um manual que demonstra como a OIT decide frente a determinados assuntos. Este manual não é um documento formal, como a convenção ou a recomendação, mas é legitimamente adotado pela OIT devido ao consentimento tripartite para o seu uso. [736]

3.4.4 Controle de Aplicação das Normas

Conforme se pode observar ao longo deste capítulo, a OIT é uma organização internacional bastante singular tendo em vista que: a) possui o mais antigo sistema de controle de aplicação de normas internacionais; b) é uma entidade internacional que congrega Estados representados por delegações tripartites, das quais participam governos, representantes dos empregados e dos empregadores; c) é a única entidade internacional que, quando firma tratados, estabelece obrigações para seus membros, ainda que estes não ratifiquem o tratado. [737]

Desta forma, tendo em vista estas particularidades, a OIT necessita de um sistema de controle de aplicação de suas normas que funcione de forma harmônica, com respeito a estas características tão diferenciadas.

---

[734] GERNIGON, Bernard; ODERO, Alberto; GUIDO, Horacio. **Principio de la OIT sobre el derecho de huelga**. Genebra: OIT, 2000. p.3.
[735] GERNIGON, Bernard; ODERO, Alberto; GUIDO, Horacio. **Principio de la OIT sobre el derecho de huelga**. p.3.
[736] BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. p.51.
[737] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p. 78-79.

Assim sendo, existem três sistemas de controle de aplicação de suas normas: o regular ou permanente, o de procedimentos contenciosos ou controle provocado e ainda o sistema especial. [738]

3.4.5 Sistema de Controle Regular ou Permanente

Para que a OIT possa acompanhar o tratamento dado às suas normas (tanto as ratificadas quanto as não ratificadas) pelos seus membros, estes devem enviar à entidade, anualmente, um relatório (nos padrões exigidos pelo Conselho de Administração) sobre as medidas que foram tomadas para colocar tais normas em prática (no caso daquelas que foram ratificadas) ou sobre quais as ações que estão promovendo para possibilitar a ratificação daquelas normas que ainda não foram ratificadas. [739]

Esses relatórios, antes de serem encaminhados à OIT devem ser submetidos à aprovação de entidades representativas de trabalhadores e empregadores para que façam suas considerações, podendo, inclusive, complementar o relatório.[740]

É a partir da análise dos relatórios que a Organização exerce o controle regular de aplicação de suas normas. Tais documentos são analisados pela Comissão de Peritos em Convenções e Recomendações que produz outro relatório a ser entregue para a Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações. Esta última comissão é um órgão permanente, de composição tripartite, e que serve de apoio para as reuniões anuais da Conferência. [741]

No âmbito da Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações são discutidos os assuntos mais emblemáticos. O membro que não cumpre ou não ratifica as normas internacionais da OIT é chamado a discutir as possíveis soluções para o caso. Tais soluções só são possíveis em virtude da boa vontade dos Estados-membros em discutir o assunto e da cobrança das entidades sindicais de empregadores e empregados tendo em vista não existirem sanções para o

---

[738] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.180.
[739] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.22.
[740] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p. 78.
[741] SERVAIS, Jean Michel. **Elementos de direito internacional e comparado do trabalho**. Trad. Edilson Alkmin Cunha. São Paulo: LTR, 2001. p.37-38.

descumprimento de convenções e recomendações da OIT. [742]

3.4.6 Sistema de Controle Provocado

A outra forma de controle das normas são os procedimentos contenciosos ou o chamado sistema de controle provocado, o qual pode ocorrer de duas formas diferentes: pela reclamação ou pela queixa.

Em primeiro lugar, as organizações de empregadores ou de trabalhadores, tais como associações e entidades sindicais, podem apresentar reclamações à OIT contra membros que ratificaram uma convenção mas a estão descumprindo. O Conselho de Administração pode pedir ao governo envolvido que apresente uma declaração de esclarecimento sobre o assunto, explicando, motivadamente, se descumpre ou não a norma.[743]

Caso o governo reclamado não responda ao pedido de esclarecimento do Conselho de Administração ou se a resposta não for suficientemente satisfatória a OIT pode dar publicidade à reclamação.[744]

Em segundo lugar, pode ser instaurada uma queixa contra o Estado-membro. Referido procedimento pode se dar por dois motivos.

A queixa pode ser instaurada em virtude de um membro não estar adotando as medidas necessárias para o cumprimento da convenção que ratificou. Esta queixa pode ser instaurada: por outro membro que tenha ratificado a mesma convenção; pelo próprio Conselho de Administração da OIT; ou ainda por um delegado da Conferência. Diante disso, o Conselho de Administração pode optar por ouvir o membro acusado de descumprir a norma ou abrir diretamente uma Comissão de Inquérito para avaliar o caso, com vistas a estudá-lo e produzir um relatório sobre suas investigações, delimitando o litígio e sugerindo quais atitudes devem ser adotas para sanar a questão. [745]

Assim, o Diretor Geral da OIT repassará relatório dos trabalhos da Comissão

---

[742] SERVAIS, Jean Michel. **Elementos de direito internacional e comparado do trabalho**. p.37-38.
[743] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.24.
[744] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.25.
[745] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.26.

de Inquérito ao Conselho de Administração e aos membros envolvidos na contenda e fará a sua publicação. [746]

Como se percebe, ao constituir a Comissão de Inquérito a OIT reveste o procedimento da queixa de natureza judicial e, por isso, o mesmo deve ser dotado de imparcialidade, devendo-se nomear as pessoas que constituirão a comissão segundo sua integridade, reputação e imparcialidade. [747]

Caso os membros não aceitem o relatório e as recomendações nele contidas, devem avisar a OIT e podem submeter a lide à Corte Internacional de Justiça. As decisões da Corte Internacional de Justiça são irrecorríveis e podem confirmar, modificar ou anular as conclusões do relatório da Comissão de Inquérito da OIT. No caso de o membro da OIT não cumprir as recomendações do relatório da Comissão de Inquérito ou não cumprir a decisão da Corte Internacional, a questão será levada ao debate da Conferência para que tome as medidas que entender necessárias. [748]

Na possibilidade do membro acusado de descumprimento querer demonstrar que cumpriu as recomendações (sejam da Comissão de Inquérito ou da Corte de Justiça) pode informar ao Conselho de Administração a qualquer momento, inclusive pleiteando a abertura de outra Comissão de Inquérito para investigar a situação do cumprimento das recomendações alegadas. Caso seja comprovado que o membro está cumprindo as recomendações será cessada toda e qualquer medida que tenha sido implementada.

A queixa também pode ser instaurada, para o Conselho de Administração, por um membro contra outro membro que não tenha submetido as convenções à ratificação ou que não tenha submetido as recomendações à autoridade nacional competente para providências. Caso o Conselho verifique que o membro realmente não adotou as medidas cabíveis, levará a informação para a Conferência. [749]

3.4.7 Sistema de Controle Especial

O mecanismo de controle especial foi criado após a adoção da Convenção

---

[746] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.32 e art.33.
[747] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.269.
[748] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.28, 32 e 33.
[749] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituición de la OIT**. art.30.

087 (trata de liberdade sindical) e da Convenção 098 (trata do direito de filiação a entidades sindicais e negociação coletiva) da OIT. A organização entendeu que, em virtude dessas duas convenções, o sistema de controle previsto em sua Constituição precisava de um novo mecanismo e assim, o Conselho de Administração instituiu em 1950 a Comissão de Investigação e de Conciliação em Matéria Sindical. [750]

Referida Comissão tem como tarefa examinar possíveis infrações aos direitos sindicais perpetradas tanto por membros quanto por Estados que não são membros da OIT, mas são membros da ONU, tendo eles ratificado ou não as convenções violadas. O procedimento adotado para investigar tais acusações está disposto em um documento intitulado Procedimento para o Exame de Queixas Contra Alegadas Violações Sindicais.[751]

No caso da possível investigação tratar sobre membros da OIT, o procedimento pode ser instaurado: por organizações de empregadores ou trabalhadores diretamente interessados na causa; por uma organização internacional de empregadores ou trabalhadores que tem papel consultivo junto à OIT; ou ainda por outras organizações internacionais de trabalhadores e empregadores, quando a matéria afetar alguma organização que lhe seja filiada. [752]

Já no caso de o procedimento envolver Estados que não são membros da OIT, mas que são membros da ONU, ele pode ser deflagrado, tanto por governos quanto por organizações de empregados e empregadores, sendo importante destacar o que diz o Procedimento para o Exame de Queixas Contra Alegadas Violações Sindicais em virtude das especificidades que traz para este caso:

> Alegações semelhantes recebidas pela ONU com relação a qualquer de seus membros que não pertença à OIT serão encaminhadas à Comissão por meio do Conselho de Administração do Secretariado, após o Secretário Geral das Nações Unidas, agindo em nome do Conselho Econômico Social, ter obtido consentimento do governo

[750] SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. p.272.

[751] Neste documento a palavra queixa é utilizada com uma conotação mais ampla. Anteriormente este trabalho conceituou queixa como o procedimento instaurado por um Estado-membro que tenha ratificado a mesma convenção; pelo próprio Conselho de Administração da OIT; ou ainda por um delegado da Conferência. No entanto, para o caso de violações sindicais, as queixas podem ser instauradas por organização de trabalhadores ou de empregadores ou ainda por governos. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. Brasília: OIT, 1993. p.8).

[752] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. p.8.

> implicado e o Conselho Econômico e Social ter considerado conveniente comunicar as alegações. [...] Se o Conselho de Administração receber acusações de violação de direitos sindicais atribuída a um País-membro das Nações Unidas, mas que não integra a OIT, submeterá essas acusações, na primeira instância, ao Conselho Econômico Social. [753]

Então, o que ocorre para Estados que não são membros da OIT, mas que são membros da ONU e cometem uma prática antissindical é serem chamados para dar consentimento à investigação a ser realizada pela Comissão de Investigação e de Conciliação em Matéria Sindical. Caso não deem o consentimento, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC - irá analisar a recusa visando adotar uma atitude alternativa para proteger os direitos sindicais violados. Mesmo que quem receba a acusação seja a OIT, por meio do seu Conselho de Administração, ela irá submeter o caso para apreciação do ECOSOC. [754]

Segundo Potobsky[755], a Comissão de Investigação e de Conciliação em Matéria Sindical foi usada em 1964, pela primeira vez, para tratar de um caso que envolvia o Japão. Atualmente esta Comissão é pouco utilizada em virtude de que, para a análise do caso, a Comissão necessita da autorização do ECOSOC, que representa os Estados envolvidos na causa como membros da ONU.

Diante de todo o exposto até o momento pode-se compreender como surgiu a OIT e como ocorrem suas atividades na atualidade. No entanto o papel desta entidade internacional na defesa efetiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores vem sendo discutido e será o tema do próximo tópico.

3.4.8 O papel da OIT na atualidade

A grande expansão econômica do fim do século XIX e do início do século XX, conforme já abordado neste trabalho, fez a comunidade internacional perceber que deveria preocupar-se com a regulamentação das relações de trabalho. Grandes homens de negócio, estadistas e estudiosos do assunto entendiam que diferenças na legislação trabalhista dos países poderiam gerar desequilíbrio nas relações

---

[753] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. p.4.

[754] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. p.4.

[755] VON POTOBSKY, Geraldo W.; BARTOLOMEI DE LA CRUZ, Héctor G. **La organización internacional del trabajo**. Buenos Aires: Astrea, 1990. p.122.

comerciais internacionais. Enquanto alguns países, pressionados por movimentos sociais e sindicais, já haviam criado normas de proteção ao trabalho outros sequer as tinham, ou as tinham de forma incipiente. [756]

Inglaterra, Alemanha, Suíça e França foram as primeiras nações a terem aprovadas normas que regulamentavam as relações laborais e pressionavam outros parceiros comerciais a fazerem o mesmo com o discurso de equilibrar as relações comerciais. [757]

Aos poucos os direitos sociais foram surgindo e, junto deles, uma dimensão inteira de direitos sociais ligados a regulamentações das relações de trabalho e sobre a proteção do trabalhador. A década que se iniciou em 1960 foi marcada por muitos clamores populares. Na Europa, estudantes e sindicalistas saíam às ruas para protestar e nos Estados Unidos o povo clamava pelos direitos civis e contra a utilização das armas químicas em guerras. Referidos movimentos sociais chegaram a promover boicotes contra determinadas empresas as quais promoveram uma resposta imediata com ações de caráter social para compensar os estragos com poluição, destruição em massa ou ainda exploração excessiva da mão de obra.[758]

Então, na década de 60, os países com maior desenvolvimento promoveram intensa atividade normativa com o intuito de protegerem seus trabalhadores da avidez das empresas capitalistas. Assim, criaram suas legislações sociais laborais bastante desenvolvidas e carregadas de direitos de proteção ao trabalhador.[759]

No entanto um movimento mundial iniciado na década de 80, chamado de globalização, alterou novamente a forma de tratar os direitos sociais laborais. Apesar de a palavra globalização ser utilizada desde o início do capitalismo para indicar o processo de destruição dos obstáculos à sua expansão, foi em uma reunião chamada Consenso de Washington, realizada em 1989, que ela ganhou um destaque extraordinário e começou a ser entendida como um processo de união de

---

[756] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo.** p. 196-197.
[757] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p. 196-197.
[758] TORRES, Ciro; BEZERRA, Isaias; HERNANDES, Tânia (Orgs.). **Responsabilidade social de empresas multinacionais:** diretrizes da OCDE**.** Rio de Janeiro: CERIS/IBASE, 2004, p. 129-130.
[759] KAWAY, Mina; VIDAL, Pedro Walter G. Tang. **Dumping social:** as normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional. 2010. Disponível em: <http://www.declatra.com.br/MyFiles/Artigos/Artigo%20Cl%C3%A1usula%20Social.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2011. p.4.

esforços de vários países para a supressão de deficiências de outros países em crise.[760]

Com o passar dos tempos, a concepção sobre globalização foi alterada. Para autores, como Ianni,[761] a globalização nada mais é do que um processo com o intuito de universalizar o capitalismo, inspirado no neoliberalismo, como um modo de produção e como um processo de civilização.

A globalização gerou e ainda gera consequências positivas e negativas para toda a humanidade. É claro que ninguém nega que os avanços trazidos por este processo evolutivo são enormes. Atualmente o mundo tem menos fronteiras, o conhecimento tem menos fronteiras, as informações têm menos fronteiras e isso, sem dúvida, enriquece a existência humana. Ninguém quer abandonar o progresso, o conforto, as facilidades e as evoluções humanas advindas da globalização, no entanto, é necessário perguntar se a humanidade será capaz de suportar os efeitos negativos desta escalada rumo ao crescimento infinito.

A mundialização da economia possibilitou o desenvolvimento ilimitado do capitalismo. Sistema econômico que, atualmente, no mundo globalizado e sem fronteiras, não encontra freio. O desenvolvimento a todo custo, pregado pelo capitalismo atual, traz consequências devastadoras. É o meio ambiente que se deteriora, as relações pessoais e sociais, os direitos humanos são precarizados, os direitos sociais laborais são precarizados, etc.

A evolução da legislação social da década de 60, diante da globalização, cria entraves ao comércio internacional e o cenário do fim do século XIX e do início do século XX repete-se na atualidade, a diferença de regulamentação do trabalho ainda gera vantagens competitivas para algumas nações, mesmo que às vezes sejam estas vantagens irreais.

Frente à intensa globalização das economias e a expansão do comércio, a legislação trabalhista desenvolvida é apontada como motivo de encarecimento da produção, o que leva as empresas que produzem em países com tal legislação a

---

[760] IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 14. *Apud* MAIOR, José Luiz Souto. Globalização. **Síntese Trabalhista Administrativa e Previdenciária**. Porto Alegre, n. 99, set. 1997, p.139.

[761] IANNI, Octavio. A era do globalismo. p.139.

reduzirem sua capacidade de concorrência no mercado internacional. Então, grandes empresas deslocam sua produção para países com legislação trabalhista mais flexível, porque podem produzir com menores custos.[762]

Esta prática pode gerar o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos que recebem estas empresas. No entanto, tal crescimento é apontado como aquele já mencionado em outro momento neste trabalho, o crescimento quantitativo e não qualitativo. As empresas se instalam para aproveitar a fraca legislação trabalhista do local. Seu objetivo não é contribuir para o crescimento qualitativo da população, mas sim explorar suas fraquezas diante da falta de proteção da legislação nacional.

Outro problema recorrente é que, ao migrarem as grandes empresas para países menos desenvolvidos, milhares de postos de trabalho são perdidos nos países desenvolvidos gerando crises de desemprego em massa. [763]

Esse fluxo migratório de empresas, que transportam suas linhas de produção pelo mundo, caçando maiores vantagens produtivas e o incremento do lucro, transformou os Estados em reféns das grandes empresas. Para que elas não saiam dos seus territórios, ou para que elas se instalem em seus territórios, muitas ferramentas que poderiam controlar os mercados ou promover reformas políticas e sociais foram deixadas de lado. [764]

No entanto, é necessário atentar para o fato de que recuperar esta competência estatal para regular os mercados pode não ser suficiente, tendo em vista que se desenvolveriam ilhas privilegiadas de proteção social. Há que se pensar em uma alternativa que promovesse o respeito das regras sociais laborais em escala mundial. Para Pisarello[765], a superação deste problema pode estar na reorganização do papel de instituições regionais e internacionais existentes ou na

---

[762] KAWAY, Mina; VIDAL, Pedro Walter G. Tang. **Dumping social**: as normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional. p.4.

[763] KAWAY, Mina; VIDAL, Pedro Walter G. Tang. **Dumping social**: as normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional. p.3.

[764] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 131.

[765] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 131.

criação de outras instituições que são necessárias e que ainda não existem. Defende o autor:

> As atuais instituições supra estatais apenas reúnem os requisitos antes estipulados de difusão, representatividade e publicidade do poder, e com frequência amparam órgãos burocráticos sem capacidade de decisão, ou órgãos tecnocráticos, com significativa capacidade de decisão, mas com nula orientação social, ou ainda com escasso ou nulo controle democrático. [766]

O autor supracitado fornece alguns exemplos práticos que motivam a repensar o papel de certos organismos internacionais. Na opinião de Pisarello, a ONU conta com vários órgãos internacionais que poderiam ser mais ativos, cobrando maior implementação dos direitos sociais laborais. Neste ponto o autor refere especificamente a OIT. Para ele, essas entidades internacionais:

> [...] não contam com pressupostos suficientes para assegurar com eficácia programas sociais básicos nas regiões mais empobrecidas nem dispõem de competência e vontade política para incidir, por exemplo, na atuação das grandes empresas transnacionais. [767]

Em um processo de globalização que ocorre de baixo para cima, Pisarello destaca que estão surgindo propostas como: "[...] a imposição de gravames nos capitais especulativos, a redução ou eliminação da dívida externa dos países empobrecidos, a introdução de cláusulas laborais, sanitárias ou ecológicas nos tratados internacionais de comércio [...]."[768]

Desta forma, frente aos desafios enfrentados pela OIT no cenário econômico internacional, marcado pela globalização e empoderamento das empresas transnacionais é que a futura tese de doutorado propõe estudar a inserção das cláusulas sociais em contratos internacionais como instrumento de promoção da sustentabilidade. Certo é que a inserção destas cláusulas e o direcionamento de questões sociais laborais para o âmbito da OMC deverá contar com a participação da OIT, uma vez que esta organização internacional tem a experiência e a

---

[766] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 132.

[767] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 134.

[768] PISARELLO, Gerardo. **Los derechos sociales y sus garantías**: elementos para una reconstrucción. p. 135-136.

competência necessárias para lidar com os assuntos referentes à regulação das relações de trabalho, assuntos que serão aprofundados na tese a ser finalizada.

Assim, no próximo capítulo será aprofundado o conhecimento das principais convenções da OIT, as quais o Conselho de Administração definiu como sendo convenções de importância destacada para a entidade: Convenção 29 (sobre o trabalho forçado), Convenção 87 (sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização), Convenção 98 (sobre o direito sindicalização e de negociação coletiva), Convenção 100 (sobre igualdade de remuneração), Convenção 105 (sobre o fim do trabalho forçado), Convenção 111 (sobre a discriminação no emprego), Convenção 138 (sobre a idade mínima para o trabalho) e a Convenção 182 (sobre as piores formas do trabalho infantil).

Este aprofundamento será realizado pois, conforme já mencionado acima, foi com base nestas convenções que a Organização estabeleceu os princípios basilares do seu trabalho: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, b) a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, c) a eliminação do trabalho infantil, c) a eliminação da discriminação no emprego; d) garantia do trabalho decente mundialmente. [769]

Desta forma, buscar-se-á no início do próximo capítulo esclarecer quais os direitos dos trabalhadores que a OIT considera fundamentais e que, portanto, promovem a dignidade humana e, por consequência, a sustentabilidade.

[769] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.68-69.

CAPÍTULO 4 A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA OMC

O objetivo deste capítulo é sustentar a tese proposta, qual seja: a inserção de cláusulas sociais nos acordos internacionais de comércio firmados pela OMC é instrumento de promoção de sustentabilidade.

Para tanto se faz necessário, inicialmente, expor o debate sobre a cláusulas sociais dentro da OMC e o seu conceito, o que permitirá ao leitor compreender que este não é um tema novo, mas sim um tema importante e que vem sendo colocado à margem das discussões sobre o comércio internacional.

Em seguida serão apresentados os direitos fundamentais dos trabalhadores - DFT, em conformidade com as normas da OIT. Ainda será discutido se, com o conjunto normativo que se tem hoje, seria possível usar a estrutura e as regras da OMC para a promoção dos DFT. Por fim o capítulo analisará os argumentos que sustentam a presente tese.

4.1 ORIGENS DO DEBATE SOBRE A CLÁUSULA SOCIAL DENTRO DA OMC

Antes de abordar o conceito de cláusula social, é importante destacar as discussões ocorridas dentro do Sistema Multilateral de Comércio a respeito de um padrão mínimo de proteção aos trabalhadores. O estudo destas discussões permite compreender qual a situação atual do debate acerca da cláusula social dentro da OMC.

Este debate não é um assunto novo, ele remonta a reunião de Bretton Woods ocorrida em 1948. Conforme já abordado neste trabalho, como conclusão da reunião citada foi redigida a Carta de Havana, documento que demonstrou a intenção dos países signatários em usar o comércio internacional para promover a riqueza mundial, e, entre outras coisas, promover mais garantias aos trabalhadores.

A Carta de Havana dividia-se em três partes e uma delas tratava da criação

de uma organização de governança do comércio internacional, a OIC. Os objetivos desta organização iam além da liberação comercial para tratar de questões como o respeito aos direitos dos trabalhadores.

A Carta previa, em seu art. 7, que os membros da OIC deveriam extinguir dos seus territórios condições de trabalho injustas e ainda trabalhar em conjunto com a OIT para colocar em prática tal compromisso.[770]

Por uma série de discordâncias entre os países que participaram da Reunião de Bretton Woods a OIC não saiu do papel dando lugar apenas ao GATT de 1947. Tal acordo não abordava de forma específica a questão dos direitos laborais, apenas tratava, em seu art. XX, da proibição de importação de produtos que envolviam trabalho de prisioneiros.[771] Em 1953 os EUA sugeriram incluir no GATT uma cláusula sobre o respeito aos direitos dos trabalhadores, fixando-se que, o país que descumprisse tal determinação teria anuladas ou reduzidas as vantagens estabelecidas no acordo, no entanto, não obteve sucesso.[772]

Alguns acordos comerciais realizados fora da abrangência do GATT mencionavam cláusulas sobre a necessidade do trabalho justo, mas não havia nenhum tipo de instrumento para fiscalizar o cumprimento destas cláusulas ou ainda aplicar sanções. [773]

Entre os anos de 1973 e 1979 ocorreu a Rodada de Tóquio e os EUA tentaram discutir e aprovar a questão da inserção nos acordos internacionais de comércio de cláusulas que tratariam de direitos trabalhistas mínimos. No entanto, tais discussões foram rechaçadas pelos países em desenvolvimento que alegavam ser esta postura protecionista e que lhes retiraria sua vantagem competitiva. [774]

Durante a Rodada do Uruguai, que durou de 1986 até 1994, tendo por consequência a criação da OMC, o assunto voltou a ser debatido por solicitação dos

---

[770] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atal final de La Conferencia de las naciones unidas sobre comercio y empleo**. Carta de Habana de 1948. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/havana_s.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2016. art.7.

[771] HEPPLE, Bob. **Labour law and global trade**. Portland: Hart Publishing, 2005. p.130.

[772] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Europeia. p. 97.

[773] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Europeia. p. 96.

[774] HEPPLE, Bob. **Labour law and global trade**. p.130.

EUA, Europa, Suíça, Canadá, Nova Zelândia, Japão, alguns países do Leste Europeu e alguns países Nórdicos, no entanto, sem sucesso. [775]

A OMC foi criada e as regras do GATT passam a ser suas regras também, portanto, também para a OMC, o único dispositivo que trata de respeito aos direitos laborais continua sendo o que proíbe a importação de produtos feitos com trabalho prisional.

A OMC, assim como o GATT, funciona realizando rodadas de negociação. Para cada rodada podem ser realizadas várias reuniões, chamadas de cúpulas. Até o presente momento a OMC já realizou duas rodadas de negociação: a Rodada do Uruguai (1986-1994), que criou a OMC, e a Rodada de Doha, que iniciou em 2001 e ainda não terminou por falta de consenso entre os países membros.

No entanto, uma série de cúpulas foram realizadas nestes anos de existência da OMC e, para entender como os direitos dos trabalhadores foram debatidos ao longo destas reuniões é necessário realizar um breve resumo de cada uma delas.

A primeira cúpula realizada após a Rodada do Uruguai ocorreu em Singapura, em dezembro de 1996. Nesta reunião os países mais ricos queriam incluir nas discussões temas como: direitos dos trabalhadores, proteção do meio ambiente, investimentos, política de competição, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio. [776]

Os EUA, e outros países que partilhavam de sua posição, entregaram, antes do início reunião, um manifesto a favor da discussão dos direitos dos trabalhadores na agenda da OMC. O documento sugeria que se discutissem quais os direitos a serem respeitados pelos membros da OMC com base nas sete convenções da OIT consideradas de importância destacada internacionalmente (conforme mencionado no capítulo anterior). A Europa também fez o mesmo e entregou a OMC um

[775] HEPPLE, Bob. **Labour law and global trade**. p.130.
[776] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. Madrid: Ediciones Akal, 2007. p.68.

documento chamado: O sistema comercial e as normas laborais internacionalmente reconhecidas. [777]

A ideia era discutir os direitos que deveriam ser respeitados e incluir nos acordos internacionais uma cláusula social, ou seja, uma cláusula que trataria dos direitos dos trabalhadores. No entanto, tais iniciativas falharam pois, ao final da Cúpula, a Declaração de Singapura reconhecia a importância de tais direitos mas deixava claro que não era papel da OMC defendê-los ou colocá-los em prática e sim papel da OIT. [778]

A Declaração ainda expunha que a OMC estava se comprometendo a trabalhar com os seguintes assuntos, conhecidos como Temas de Singapura: investimentos, política de competição, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio. Deixando à margem da pauta da OMC temas relativos aos direitos laborais e ao meio ambiente. [779]

Com a Declaração de Singapura a OMC parece ter enviado ao mundo uma mensagem clara: não importa qual processo é usado para produzir o produto, o que importa é comerciar. Não há espaço para proteger uma parte da cadeia produtiva (os trabalhadores) pois não foi para isso que a OMC foi criada. [780]

Em maio de 1998 foi realizada a Cúpula de Genebra. Nesta época os países em desenvolvimento estavam descontentes pois passavam por crises econômicas e ainda os acordos firmados na Rodada do Uruguai não estavam sendo cumpridos na íntegra. Assim, tais países não tinham disposição para negociar. Por outro lado, os países mais ricos queriam incluir assuntos delicados, como os Temas de Singapura, na agenda da OMC sem terem feito seu dever de casa, ou seja, sem cumprir os acordos anteriormente assinados. [781]

---

[777] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Europeia. p. 97.
[778] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Europeia. p. 98.
[779] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.68.
[780] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 98.
[781] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.68.

Desta forma, a Cúpula de Genebra resultou em uma declaração de pouco impacto econômico. Talvez a parte mais interessante da declaração é que ela conclamava os membros para que melhorassem a imagem da OMC dentro dos seus territórios. A esta altura a organização já sentia os efeitos da opinião pública que criticava o modo de agir da OMC e sua falta de transparência. [782]

Este clima tenso entre a sociedade e a OMC influenciou os resultados da Cúpula de Seattle, realizada em 1999, e considerada, talvez, a cúpula mais desastrosa da OMC.

Na época, Bill Clinton, então Presidente dos EUA, declarou que era imprescindível adotar os direitos fundamentais dos trabalhadores como condição para a realização do comércio internacional mediante a aprovação de cláusulas sociais nos acordos internacionais de comércio com a fixação de sanções comerciais diante do seu descumprimento pelos membros da OMC. [783]

As palavras de Clinton não agradaram os países em desenvolvimento pois haviam outras questões a serem discutidas e que estavam sendo reiteradamente levantadas desde a Rodada do Uruguai sem êxito: o não cumprimento dos acordos da Rodada do Uruguai; a liberação do comércio de têxteis e de produtos agrícolas (uma reivindicação antiga dos países menos desenvolvidos), o trânsito dos trabalhadores de países menos desenvolvidos entre os países membros da OMC, entre outros. [784]

O fato era que, os países mais desenvolvidos tentavam incluir na agenda de discussões da OMC temas como o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e os Temas de Singapura sem fazer concessões significativas aos países menos desenvolvidos.

Percebeu-se que, durante a reunião de Seattle, a OMC trabalhava em sentido oposto a outras instituições internacionais. Enquanto a comunidade internacional debatia o futuro dos países em desenvolvimento e o quanto eles deveriam ser

---

[782] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.68.
[783] PIPAN, Anita. **Los derechos humanos y la OMC**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2006. p.113.
[784] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.70.

ouvidos para resolver seus problemas (como a pobreza), os países ricos, dentro da Organização, pressionavam os países menos desenvolvidos a aceitar suas propostas, tentando rediscutir os Temas de Singapura e não dando ouvidos as sugestões e requerimentos dos países menos desenvolvidos. [785]

O auge de toda esta situação foi a falta de transparência. Países mais desenvolvidos adotaram a estratégia da Sala Verde, a qual consistia em realizar reuniões para tomar grandes decisões deixando a margem do processo os países menos desenvolvidos e depois buscavam forçá-los a assinar um acordo que não havia sido por eles negociado.[786]

A opinião pública, que já estava agitada há algum tempo contra a OMC, foi para as ruas. Mais de 30.000 pessoas compareceram a Seattle e protestaram contra os efeitos da globalização e da liberação comercial sobre os trabalhadores, sobre o meio ambiente, sobre o desenvolvimento dos países mais pobres, sobre a soberania e ainda com relação a falta de transparência da OMC. [787] Eram pessoas de todas as raças e credos, defensores dos direitos dos trabalhadores, do meio ambiente, do direito das mulheres, dos povos indígenas, etc..[788]

No entanto, não foram tais manifestações que fizeram a Cúpula de Seattle fracassar. As manifestações deixaram os negociadores mais nervosos, sem dúvida, no entanto, o que fez com que a Cúpula não tivesse sequer uma declaração para finalizar os trabalhos foi a falta de competência dos membros da OMC em chegar a um consenso sobre o que deveriam discutir, ou seja, sobre quais os assuntos que estariam em pauta. [789] Novamente o assunto dos direitos dos trabalhadores frente o comércio internacional não teve vez.

Fracassada a Cúpula de Seattle e diante do receio de que uma crise na OMC poderia levar ao fim a Organização, seus membros propuseram a Rodada de Doha, que foi iniciada em novembro de 2001.

---

[785] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.69.
[786] CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005. p.226.
[787] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.69.
[788] CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. p.226.
[789] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.68.

Tal Rodada foi realizada depois do ataque de 11 de setembro e isto fez com que países como os EUA estivessem mais abertos a negociação afim de angariar mais aliados na luta contra o terrorismo. Assim, uma série de medidas, que favoreciam os países em desenvolvimento, foram sugeridas pelos EUA: liberalização do setor agrícola, ampliação do acordo para aumentar a exportação de serviços, o acesso aos mercados de produtos não agrícolas, a possibilidade de importar medicamentos contra AIDS e tuberculose sem pagar integralmente as patentes para as multinacionais, a análise dos problemas surgidos quando da prática dos acordos da Rodada do Uruguai, etc..[790]

Para possibilitar maior harmonia na Cúpula de Doha, os Estados mais desenvolvidos aceitaram retirar de pauta a questão dos direitos fundamentais dos trabalhadores, ou seja, da cláusula social. Eles praticamente repetiram a posição adotada na Rodada de Singapura: reconheceram que os direitos fundamentais dos trabalhadores são importantes, mas entenderam que o espaço internacional de discussão destes temas é a OIT. [791]

Após Doha duas outras cúpulas foram realizadas uma em Cancun, em setembro de 2003, e outra em Hong Kong, em dezembro de 2005. Em ambas as negociações quanto aos direitos dos trabalhadores não foram iniciadas tendo em vista que, desde Doha, o cumprimento das promessas e compromissos assumidos pelos países mais ricos seguia a passos lentos. A insatisfação dos países menos desenvolvidos era tanta que eles se recusavam a discutir as questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores, a proteção do meio ambiente ou aos Temas de Singapura. Eles exigiam que os países mais ricos não realizassem avanços se comprometendo verdadeiramente, com proposições de peso, e cumprindo os compromissos que já haviam assumido.[792]

Em 2006 as negociações de Hong Kong foram suspensas pois os países não conseguiam chegar a um denominador comum sobre as taxas envolvidas na

---

[790] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.72.

[791] TAILLANT, Jorge Daniel. **Derechos humanos, medio ambiente y la OMC**: reflecciones sobre Doha. Disponível em: <http://wp.cedha.net/wp-content/uploads/2011/05/derechos-humanos-medio-ambiente-y-omc.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016. p.5.

[792] STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. p.75.

liberação do comércio de produtos agrícolas e manufaturados. Os países ricos queriam uma redução de taxas expressiva para os seus produtos manufaturados e ofereciam uma redução de taxas menor para os produtos agrícolas provenientes de países menos desenvolvidos. [793]

Entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2009 foi realizada a Cúpula de Genebra. Tal reunião não produziu muitos avanços para a OMC tendo em vista a crise econômica que atravessam alguns países, como, por exemplo, os EUA que, na época, em virtude de uma série de problemas, estava pouco disposto a negociar. [794]

Os países menos desenvolvidos apresentaram uma proposta de ação, mas, ela não constava da agenda oficial de debates, assim, nenhuma de suas sugestões foram aprovadas. [795]

A maior contribuição desta Cúpula para a OMC talvez tenha sido a tomada de consciência sobre o perigo da crescente instituição de acordos comerciais bilaterais e regionais, fora do âmbito da OMC. [796]

Tais acordos enfraquecem o sistema multilateral de comércio e só provam que, cada vez mais, os países se afastam da complexidade e do excesso de discussões travadas dentro da Organização para firmar acordos bilaterais e regionais.

O insucesso da Cúpula de Genebra de 2009, evento parte da Rodada de Doha, deixou o sistema multilateral de comércio e a discussão sobre adoção de

---

[793] DOMÍNGUEZ, Juan José Fernandes. **De la condicionalidade social a los acuerdos marco internacionales**: sobre la evolución de la responsabilidade social empresarial. Navarra: Editorial Arazandi, 2012. p.60.

[794] VELASCO, Andrés. **Declaración del Excmo. Sr. Andrés Velasco Presidente de la Conferencia Ministerial Ministro de Comercio de Chile na Cúpula de Genebra de 2009**. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min09_s/min09_closing_s.htm>. Acesso em: 16 de março de 2016. p.1.

[795] PONTES. **Entre o comércio e o desenvolvimento sustentável**. SÃO PAULO: Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável e Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.6, Dez 2009/Jan 2010. p. 4.

[796] VELASCO, Andrés. **Declaración del Excmo. Sr. Andrés Velasco Presidente de la Conferencia Ministerial Ministro de Comercio de Chile na Cúpula de Genebra de 2009**. p.1.

cláusulas sociais mais uma vez estagnados, abalando a confiança internacional sobre o mesmo. [797]

Entre 15 e 17 de dezembro de 2011 ocorreu, novamente em Genebra, a oitava cúpula da OMC. Os dois assuntos da agenda de debates eram: a) análise das atividades realizadas desde a última cúpula, em 2009, e discussão de novas diretrizes fomentadoras de negociação; b) a concessão de facilidades para exportação de serviços pelos países menos desenvolvidos.[798]

A Cúpula foi aberta com vários debates sobre o protecionismo, isto porque a crise que assolava a Europa e os EUA incentivava a adoção de medidas protecionistas. Assim, a todo momento, os discursos da Cúpula de Genebra abordavam a questão da globalização da economia e do quanto as regras protecionistas poderiam prejudicar o desenvolvimento econômico de todo o mundo.[799]

Nas palavras do presidente da cúpula, Olusegun Olutoyin Aganga, Ministro do Comércio e Investimentos da Nigéria:

> Devemos estar conscientes de que em uma economia globalizada, todos nós recebemos rapidamente o impacto dos acontecimentos produzidos em qualquer parte do planeta e por isso nossos interesses comuns devem prevalecer sobre o nacionalismo econômico. [800]

Mesmo nos encontros prévios a Cúpula de Genebra de 2011 a tônica das discussões já era o protecionismo tendo em vista que países como China e Brasil

---

[797] PONTES. **Entre o comércio e o desenvolvimento sustentável**. p. 4.

[798] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 484**: VIII Conferência Ministerial da OMC - Genebra, 15 a 17 de dezembro de 2011. Brasília, 09 de dezembro de 2011. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/index.php/index.php?option=com_content&view=article&id=2902:viii-conferencia-ministerial-da-omc-genebra-15-a-17-de-dezembro-de-2011&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 20 de março de 2016.

[799] FERNÁNDEZ, Ana. Reunião de Genebra tem início com foco no protecionismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2011. Economia. Disponível em:< http://www.jb.com.br/economia/noticias/2011/12/15/reuniao-de-genebra-tem-inicio-com-foco-no-protecionismo/>. Acesso em: 20 de março de 2016.

[800] FERNÁNDEZ, Ana. Reunião de Genebra tem início com foco no protecionismo.

estavam aumentando as tarifas sobre a importação de carros[801] e países como a França estavam defendendo a adoção de cláusulas sociais. [802]

Desta forma, por mais que as discussões que antecederam esta Cúpula de Genebra tratavam da aprovação de uma cláusula social o assunto não entrou em pauta em virtude do lema traçado para a Cúpula, qual seja: resistir ao protecionismo.[803]

Em 2013 foi a vez de Bali sediar uma cúpula da OMC e assim foi realizada Cúpula de Bali entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2013. Tal Cúpula foi considerada um sucesso pois teve como desfecho a realização do primeiro acordo global na história da OMC.

Tal acordo compreende: o compromisso de reduzir os subsídios às exportações de bens agrícolas; o compromisso de isenção crescente de tarifas alfandegárias para produtos produzidos em países menos desenvolvidos e a desburocratização das fronteiras.[804]

Em termos comerciais os avanços não foram muito grandes, no entanto, em termos políticos o Acordo de Bali representou a retomada da OMC como entidade internacional de negociação comercial, porém, nenhum debate foi travado acerca das cláusulas sociais.

Por fim, entre os dias 15 e 19 de dezembro de 2015 realizou-se a Cúpula de Nairóbi. Na pauta desta cúpula figuravam assuntos como: a realização de um acordo nas áreas de agricultura; desenvolvimento; assuntos relativos ao tratamento dos países menos desenvolvidos; o futuro da Rodada de Doha; etc.. Referida Cúpula

---

[801] FERNÁNDEZ, Ana. Reunião de Genebra tem início com foco no protecionismo.

[802] AGÊNCIA ESTADO. França quer incluir cláusulas sociais no G-20. **Globo.com**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2011. G1 Economia. Disponível em:< http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/franca-quer-incluir-clausulas-sociais-no-g-20.html>. Acesso em: 20 de março de 2016.

[803] FERNÁNDEZ, Ana. Reunião de Genebra tem início com foco no protecionismo.

[804] AGÊNCIA EFE. OMC fecha 1º acordo em quase 20 anos para facilitar comércio global. **Globo.com**. Madrid, 07 de dezembro de 2013. G1 Economia. Disponível em< http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/omc-desbloqueia-rodada-de-doha-na-conferencia-ministerial-de-bali.html>. Acesso em: 20 de março de 2016.

estava sendo considerada a última chance da OMC sair da estagnação dos últimos catorze anos (quando se deu início a Rodada de Doha).[805]

O resultado mais marcante da Cúpula, pelo menos para o Brasil, foi a proibição imediata de subsídios à exportação de produtos agrícolas por países desenvolvidos, tendo em vista que tal ação é um requerimento antigo dos países em desenvolvimento.[806]

Assim, a referida reunião foi considerada um sucesso na questão da agricultura, mas no tocante ao futuro da Rodada de Doha os membros da OMC ainda divergem quanto a reafirmação dos compromissos assumidos em Doha e nas cúpulas posteriores a ela. Muitos membros "[...] acreditam que são necessárias novas abordagens para alcançar resultados significativos em negociações multilaterais."[807] (Tradução nossa)

A Declaração da Cúpula de Nairóbi deixa claro que a oxigenação dos temas, tão defendida pelos EUA e Europa pode ocorrer, mas a prioridade é trabalhar nas áreas em que não houve resultado desde Doha. Assim, o tema das cláusulas sociais novamente não foi debatido novamente.

Com tantos desgastes dentro da OMC, a questão dos direitos fundamentais vem perdendo força e a Organização parece cada vez mais fechada em relação ao tema, demonstrando-se totalmente na contramão da história. [808]

A discussão sobre direitos dos trabalhadores dentro da OMC virou uma questão conturbada, nas palavras de Vital Moreira: é quase um tabu. Sempre que

---

[805] PONTES. Divisões acirradas marcam chegada dos ministros em Nairóbi para Ministerial da OMC. **Pontes Boletim Diário 1**. Nairóbi, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pontes-boletim-di%C3%A1rio-1-divis%C3%B5es-acirradas-marcam-chegada-dos-ministros-em> Acesso em: 20 de março de 2016.

[806] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 511**: Resultados da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – Nairóbi, 15 a 18 de dezembro de 2015. Brasília, 19 de dezembro de 2015. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12765:resultados-da-x-conferencia-ministerial-da-organizacao-mundial-do-comercio-nairobi-15-a-18-de-dezembro-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 20/03/2016.

[807] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Declaración Ministerial de Nairóbi**. Nairóbi, 19 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc10_s/mindecision_s.htm>. Acesso em: 20 de março de 2016. Parte III, número 30.

[808] DOMÍNGUEZ, Juan José Fernandes. **De la condicionalidade social a los acuerdos marco internacionales**: sobre la evolución de la responsabilidade social empresarial. p.59.

ela surge os países menos desenvolvidos argumentam que se trata de uma posição protecionista que visa lhes retirar a única vantagem competitiva que possuem. Segundo eles, os baixos salários e as relações de trabalho menos protegidas que nos países mais ricos os permite ter um menor custo de produção e, portanto, um produto mais competitivo. [809]

4.2 O CONCEITO DE CLÁUSULA SOCIAL

No tocante ao conceito deste instituto, a cláusula social, ou cláusula laboral, é a previsão, incluída em acordos internacionais de comércio, de que o acesso ao mercado (dos países envolvidos nos acordos) depende do respeito de um certo elenco de direitos dos trabalhadores pelo país exportador. [810]

Assim: "Por cláusula social, em sentido estrito, se entende a inclusão nos acordos de comércio internacional de uma cláusula que fixe normas mínimas ou justas de trabalho como condição para beneficiar-se das vantagens que surgem dos tratados." (Tradução nossa)[811]

Com relação ao conteúdo das cláusulas sociais é possível dizer que existem cláusulas: a) de conteúdo reduzido: tratando apenas de um ou alguns direitos trabalhistas a serem garantidos; b) essenciais: quando tratam dos direitos fundamentais dos trabalhadores - DFT, assim determinados pela OIT; c) alargadas: quando tratam de direitos que vão além dos previstos na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores da OIT. [812]

Juan José Fernández Domínguez[813] e Johanna Sutherland[814], compreendem que a cláusula social deveria ser uma condição, imposta nos acordos internacionais

---

[809] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.99.

[810] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.16.

[811] ECHEVERRIA. Bernardo van der Laat. La dimensión social de la globalización: cláusulas sociales, códigos de conducta y normas de responsabilidade social del empresariado. *In* **III Jornada de Estudio del Mercado Globalización económica y relaciones laborales** .Salamanca: Universidade de Salamanca, 29 de novembro de 2000. p.1-28. Disponível em:<revistas.ucr.ac.cr/index.php/juridicas/article/.../12634>. Acesso em: 20 de março de 2016. P.5.

[812] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.65.

[813] DOMÍNGUEZ, Juan José Fernandes. **De la condicionalidade social a los acuerdos marco internacionales:** sobre la evolución de la responsabilidade social empresarial. p.37-41.

de comércio, de respeito a todos os direitos humanos. Entendem estes autores que, desta forma, a cláusula social seria algo de valor extremo e que somente assim ela poderia contribuir para o desenvolvimento humano em suas mais diversas áreas e não somente na área de proteção aos direitos do trabalhador.

Sutherland[815] admite que o mais comum é compreender que a cláusula social tem abrangência apenas com relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, no entanto, o mais correto, em sua opinião, seria utilizar a cláusula social para proteger os direitos humanos em si, tendo em vista que os direitos fundamentais dos trabalhadores são encontrados também nas normas de direitos humanos da ONU.

A presente tese de doutorado concorda que a cláusula social pode ser utilizada tanto para tratar de direitos humanos como para tratar de direitos fundamentais dos trabalhadores (como preferimos usar neste estudo). Assim, conforme a delimitação científica assumida já no projeto de pesquisa, a cláusula social que aqui será analisada é aquela que busca a promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, ou seja, trata-se da cláusula social essencial.

Tal escolha foi feita por dois motivos: Em primeiro lugar, conforme já abordado em outras partes deste trabalho, muitos autores que estudam o direito internacional e suas normas concordam que, quando se quer ver uma norma internacional aprovada deve-se iniciar o debate por assuntos que possuem a simpatia da comunidade internacional, ou seja, por assuntos que os Estados não podem negar a importância. Os direitos fundamentais dos trabalhadores previstos nas normas da OIT foram direitos aceitos pela comunidade internacional de forma pacífica. Foram e são considerados um padrão mínimo de direitos laborais que devem ser respeitados por qualquer país independentemente do seu estágio de desenvolvimento e, portanto, compreende-se que seria mais fácil a aprovação de cláusulas sociais que tivessem por base o respeito aos DFT.

---

[814] SUTHERLAND, Johanna. International trade and the GATT/WTO social clause: broadening the debate. **Queensland University os Technology Law and Justice Journal**. Volume 14. 1998. p. 83-107. Disponível em: <https://lr.law.qut.edu.au/article/view/456/443>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016. p.84-90.

[815] SUTHERLAND, Johanna. International trade and the GATT/WTO social clause: broadening the debate. p.84-90.

Em segundo lugar, como a presente tese de doutorado busca sustentar que a cláusula social adotada em acordos internacionais firmados pela OMC é instrumento de promoção de sustentabilidade e, sendo o trabalho decente um dos caminhos para a sustentabilidade, fez-se necessário encontrar um rol de direitos que, se garantidos, levariam a promoção do trabalho decente e, por consequência, à sustentabilidade. Assim, partiu-se do rol dos DFT criado pela OIT, por ter o mesmo sido amplamente aceito na comunidade internacional e por ser considerado como um dos quatro pilares da política de trabalho decente da OIT.

Com relação a classificação das cláusulas sociais, elas podem ser vinculativas ou promocionais. Quando vinculativas elas podem ser positivas, obrigando determinados Estados a adotar certos direitos trabalhistas; ou negativas, obrigando determinados Estados a não adotar certas condutas que ferem direitos trabalhistas. Já quando são promocionais as cláusulas preveem uma série de recomendações morais e políticas que, se descumpridas, levam à sanções também morais e políticas, como a exposição pública da situação. [816]

Também é possível ter cláusulas sociais que são baseadas em sanções e cláusulas que são baseadas em incentivos. Aquelas baseadas em sanções criam penalidades quando o membro da OMC deixar de adotar o padrão mínimo de direitos dos trabalhadores determinado pela cláusula social. Já as que são baseadas em incentivos criam uma motivação, com base na concessão de vantagens comerciais, para aqueles Estados que respeitam o padrão mínimo de direitos dos trabalhadores previsto na cláusula social.[817]

Utilizando-se o raciocínio acima exposto, de que a aprovação de normas internacionais é facilitada quando o assunto em debate tem a aprovação da comunidade internacional, entende-se que o caminho menos tortuoso é a adoção de cláusulas sociais incentivadoras e não sancionadoras. As cláusulas sancionadoras poderiam assustar os negociadores pois, seria muito mais difícil convencer os Estados a assumirem o compromisso de adotar os DFT ameaçando-os com sanções.

---

[816] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.62.

[817] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.63-64.

Tendo em vista que se está tratando de utilizar o ambiente de uma negociação comercial para promover o respeito aos DFT há necessidade de falar a mesma linguagem dos negociantes. Na OMC tudo o que se negocia são vantagens comerciais, esta é a moeda de troca. Assim, para promover os DFT entende-se que a moeda de troca deve ser a concessão de maiores vantagens comerciais.

No tocante a sua instituição, a cláusula social pode ser instituída pela OMC, tendo abrangência entre todos os seus membros. Pode ser instituída regionalmente, por alguma organização regional de comércio, como o Mercosul ou a União Europeia. Pode ser instituída nacionalmente por meio da aprovação de leis nacionais. E também pode ser instituída bilateralmente por meio de acordos internacionais de comércio realizados fora da OMC. Este trabalho tratará apenas das cláusulas sociais que poderiam ser instituídas dentro da OMC. [818]

Com relação a quem faria a cláusula laboral ser cumprida, aplicando sanções ou incentivos, pode-se dizer que ela poderia ser cumprida por uma organização internacional, ou ainda, pelos Estados envolvidos. [819]

A OIT, como já amplamente manifestado neste trabalho, seria a organização internacional com a experiência necessária para auxiliar desde a criação até a execução da cláusula laboral por meio da confecção de relatórios que informariam à OMC qual o país que deixou de cumprir a cláusula laboral, para que só assim a sanção ou o incentivo fosse colocado em prática.

Conforme defende Vital Moreira[820], a participação da OIT na instituição e execução das cláusulas laborais daria maior transparência e imparcialidade ao tema tendo em vista que não seria a OMC a instituição que declararia o cumprimento ou descumprimento da cláusula social, ela seria apenas a entidade sancionadora ou incentivadora.

Outro papel importante poderia ser desenvolvido pela sociedade civil a qual poderia participar da criação e execução da cláusula laboral por meio das entidades

---

[818] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.71.

[819] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. Coimbra: Editora Coimbra. 2014. p.72.

[820] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.74-75.

sindicais. Tais entidades poderiam participar da criação da cláusula, por meio de consultas prévias, até a sua execução, por meio de denúncias de descumprimento.[821]

Assim sendo, a presente tese de doutorado busca sustentar que a cláusula social, instituída no âmbito da OMC, tratando dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sendo ela promocional, é capaz de promover o respeito da dignidade humana e assim realizar a sustentabilidade. Diante disso, torna-se vital a abordagem dos direitos fundamentais dos trabalhadores, assim declarados pela OIT.

4.3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES SEGUNDO A OIT

Conforme abordado no capítulo anterior, a OIT tem uma história marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores no mundo todo. Desde seus primórdios sua função essencial é ser o organismo internacional com competência e experiência para elaborar normas internacionais que dizem respeito ao direito do trabalho.

Entre as normas criadas pela OIT há um conjunto delas que tratam de direitos considerados como o coração das normas laborais da entidade e são reconhecidos, tanto pela OIT como pela comunidade internacional, como direitos fundamentais dos trabalhadores - DFT. A própria Constituição da OIT, a Declaração da Filadélfia e a Declaração de Direitos Humanos os menciona.

Durante toda a sua existência a OIT enfrentou pressões internacionais com relação ao seu papel coercitivo na aplicação de suas normas. Após a realização de uma série de eventos e reuniões internacionais, em 1995, o Conselho de Administração da OIT definiu sete convenções como sendo normas de direito fundamental do trabalho. A partir deste momento iniciou-se uma campanha internacional pela ratificação destes instrumentos pelos países membros da OIT. [822]

No decorrer da campanha, os empregadores reivindicavam a aprovação de um documento internacional que pudesse expor de forma clara quais eram os direitos considerados fundamentais aos trabalhadores e a sua conceituação. Já por

---

[821] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.76.
[822] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.163.

parte dos trabalhadores a pressão era no sentido de que a OIT deveria desenvolver instrumentos que lhe conferissem maior poder de coerção na aplicação das suas normas. [823]

Ao final de várias discussões a OIT, em 1998, publicou a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, oficializando o consenso sobre os direitos nucleares dos trabalhadores ou *Core Labour Standars*.[824]

A Declaração apontava os direitos fundamentais dos trabalhadores, mas não estabelecia as características essenciais de cada um. No tocante ao sistema de controle de aplicação destes direitos, a OIT preferiu aprovar uma declaração de natureza promocional, que conclamasse os Estados signatários a envidar esforços para que tais direitos fossem garantidos, sem nenhuma previsão de sanção. [825]

Desta forma, a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores é considerada uma soft law, ou seja, é uma "[...] orientação de comportamento, não um dever a ser seguido."[826] Seus objetivos principais são: promover os DFT e ainda constituir cooperação técnica para permitir que tais direitos sejam implantados na esfera nacional dos Estados signatários. [827]

Trata-se de um rol de quatro direitos tidos como habilitadores, ou seja, são direitos que servem de instrumento para a exigência de outros direitos, são eles:

> a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
>
> b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
>
> c) a efetiva abolição do trabalho infantil; e
>
> d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.[828]

Na eleição destes como direitos fundamentais dos trabalhadores a OIT

---

[823] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.164.
[824] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.84.
[825] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.165.
[826] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.168.
[827] CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do trabalho contemporâneo**. p.168.
[828] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. p.7-8.

buscou fazer uma lista com direitos que não pudessem ser negados pelos seus membros. Desta forma, os direitos listados acima foram bem aceitos na comunidade internacional pois: a) não encarecem o custo de produção, nem reduzem a competitividade; b) mesmo estando previstos em convenções da OIT são direitos que possuem como raiz a dignidade humana, a liberdade e a igualdade, pretensões que são, inclusive, reconhecidas como direitos de todos os homens pela Declaração de Direitos Humanos de 1948 sendo, portanto, universais. [829]

É importante destacar que, estes direitos fundamentais, fazem parte da política normativa do trabalho decente da OIT. Tal política vem sendo discutida desde 1999 e ganhou força após o ano 2000 quando foi apresentada pela OIT como uma das formas para se acabar com a pobreza.

A política do trabalho decente é embasada em quatro princípios: geração de novos empregos, incremento da seguridade social, diálogo social, participação tripartite (Estado, trabalhadores e empregadores) e adoção e prática dos direitos fundamentais do trabalho. Com esta política a OIT pretende possibilitar que o trabalho seja realizado com liberdade, equidade, seguridade e dignidade.[830]

Assim, para o alcance do trabalho decente é necessário gerar novos empregos e isso inclui: aumentar o número de vagas, melhorar as condições em que o trabalho se realiza e ainda fomentar a variação dos tipos de trabalho, permitindo que o trabalhador possa ter oportunidade de laborar em uma atividade para o qual está preparado. [831]

Também é necessário que o Estado se preocupe com a proteção social daqueles que não podem trabalhar, quer seja por motivo de idade, doença, informalidade ou qualquer outra condição que retire a pessoa do ambiente laboral. Para se ter trabalho decente é necessário que o país se preocupe com os seus desocupados e como fazer para que, se necessário e possível, retornem ao

---

[829] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.85-87.

[830] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Memoria del Director General**: trabajo decente.Genebra: OIT, 1999. Disponível em<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#2. Prioridades>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2016. p.8-9.

[831] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Memoria del Director General**: trabajo decente. p. 10.

mercado de trabalho, ou então, para que sejam protegidos com benefícios da seguridade social sem comprometer em demasia as contas do governo. [832]

Ainda, para alcançar o trabalho decente, a OIT também propõe o fomento do diálogo social com uma série de práticas como:

> [...] em primeiro lugar defender o diálogo social; em segundo lugar, é necessário fortalecer os parceiros sociais; em terceiro lugar, realizar parcerias com as associações da sociedade civil; finalmente, deve-se divulgar exemplos conhecidos de diálogo social frutífero e relações de trabalho bem estabelecidas.[833]

Por fim, para promover o trabalho decente é necessário, segundo a OIT, o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores aprovados na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores. Assim, percebe-se que a adoção dos DFT é um dos focos do trabalho da OIT na luta pelo trabalho decente.

Conforme exposto acima, os DFT são direitos reconhecidos, inclusive pela Declaração Universal de Direitos Humanos. Isto posto, reconhecer e proteger os DFT é reconhecer e proteger parte dos direitos humanos. Assim, não há dúvidas que este rol de direitos é aceito pela comunidade internacional, que reconhece, inclusive o papel de destaque da OIT na determinação de tais direitos. Portanto, eles são a base legítima sobre a qual as cláusulas sociais devem se edificar.

Pode parecer impossível estabelecer um rol de direitos laborais que possa ser aplicado em todos países tendo em vista que o nível de proteção destes direitos depende do desenvolvimento econômico do país e do seu regime político e social. No entanto, os DFT instituídos pela OIT provam que isso é possível pois são condições básicas a serem respeitadas em uma relação de trabalho. Não se pode aceitar que um país, em virtude do seu nível de desenvolvimento, deixe de proteger as crianças frente ao trabalho infantil, a liberdade sindical, a igualdade nas relações de trabalho, etc.., pois tais direitos são direitos mínimos, ligados, inclusive, a dignidade humana. Países menos desenvolvidos não podem usar seu estágio de evolução econômica como desculpa para o desrespeito da dignidade humana.

---

[832] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Memoria del Director General**: trabajo decente. p. 58-59.

[833] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Memoria del Director General**: trabajo decente. p. 71-72.

O presente trabalho não busca abordar, por exemplo, cláusulas sociais que estipulam salário mínimo igual para todos os países justamente por compreender que, quando se entra nesta seara, estar-se-ía negligenciando os diferentes estágios de desenvolvimento de cada país. Assim, a cláusula social que aqui será analisada é aquela que compreende o respeito aos DFT.

Desta forma, tendo em vista que o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo sustentar que a adoção das cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio é instrumento de promoção de sustentabilidade, tornar-se importante verificar quais os direitos que deveriam ser garantidos aos trabalhadores pela cláusula social e que possibilitariam a promoção da sustentabilidade.

Para tanto, serão abordados os direitos fundamentais do trabalho, defendidos pela OIT, como direitos que, ao garantirem o trabalho decente, possibilitam a satisfação das necessidades humanas garantindo a dignidade do homem e, portanto, a sustentabilidade.

Assim sendo, torna-se importante aprofundar cada um destes direitos fundamentais. Este aprofundamento será realizado tomando por base as convenções da OIT, as quais o seu Conselho de Administração entende serem de importância destacada e que já foram citadas no capítulo anterior. [834]

Cabe destacar que o estudo será centrado nas Convenções, tendo em vista que estas são tratados internacionais vinculantes. As recomendações referentes a cada convenção serão abordadas quando houver necessidade de explicação mais detalhada da convenção, tendo em vista que as recomendações não possuem efeito vinculante.

[834] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Brasília: OIT, 2007. p.1-7.

4.3.1 A liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva[835]

O Tratado de Versalhes, em 1919, foi o primeiro instrumento internacional a tratar da liberdade sindical. Em seu Preâmbulo, proclamou o princípio da liberdade sindical como capaz de melhorar as condições de trabalho e assegurar a paz, e, em seu art. 427, enunciou o direito de associação tanto para empregados quanto para empregadores. No mesmo ano, o Preâmbulo da OIT repetiu estas disposições.[836]

Pode-se citar ainda outros diplomas que abordam a matéria: a Declaração da Filadélfia (1944), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a Carta Social Europeia (1961), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), e as seguidas Declarações Americanas[837].

No entanto, inegavelmente, as Convenções da OIT e os pronunciamentos e declarações de seus órgãos constituem o cerne do conceito de liberdade sindical.[838]

Outrossim, destaca-se ser pacífico o entendimento de que a Liberdade Sindical faz parte de um universo de liberdades fundamentais do homem, fixadas na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que, por isso, deve ser respeitada. Para tanto, a OIT prevê a necessidade do respeito aos direitos civis e políticos. Para se ter um movimento sindical realmente livre e independente deve existir total respeito pelos direitos fundamentais, sem estes não há exercício normal dos direitos sindicais muito menos proteção aos trabalhadores.[839]

A 54º reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada em 1970, decidiu quais são as liberdades civis e políticas essenciais para o pleno

---

[835] O texto que se segue sobre liberdade sindical foi retirado, com poucas modificações e atualizações, da dissertação de mestrado desta autora. PRUNER, Dirajaia Esse. **Os novos rumos da organização sindical brasileira**: uma análise aparir da emenda constitucional n. 29/2003. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Juridica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2004. p.8-23.

[836] NONATO, Messias Pereira. Liberdade sindical. *In:* MAGANO, Octávio Bueno. (Org.). **Curso de Direito do Trabalho**: em homenagem a Mozart Victor Russomano. São Paulo: Saraiva, 1985. p.457.

[837] URIARTE, Oscar Ermida. Liberdade sindical: Normas Internacionais, Regulação Estatal e Autonomia. *In* TEIXEIRA FILHO, João de Lima (Org.) **Relações coletivas de trabalho:** estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind. São Paulo: LTR, 1989. p. 250.

[838] URIARTE, Oscar Ermida. Liberdade sindical: Normas Internacionais, Regulação Estatal e Autonomia. p. 250.

[839] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT**. Genebra: OIT, 1998, p. 197.

exercício dos direitos sindicais, o que se passa a expor brevemente. [840]

A Organização Internacional do Trabalho se preocupa muito com o direito de liberdade e segurança da pessoa e com a proteção contra prisões arbitrárias, pois recebe inúmeras queixas de lesões, torturas, desaparecimentos e até mesmo assassinato de sindicalistas. Não há como se ter liberdade sindical em locais nos quais não há nem a proteção à pessoa, nem algum tipo de ação contra arbitrariedades praticadas contra a vida. [841]

O exercício dos direitos sindicais requer o intercâmbio livre de informações, opiniões e ideias; por isso, é importante a liberdade de opinião. É inconcebível a liberdade sindical em um lugar no qual se condena delegados de sindicatos por seus discursos. [842]

Para a entidade internacional do trabalho, o Estado deveria se abster completamente de qualquer intervenção em reuniões sindicais, a não ser que ofereçam perigo grave para a coletividade. Assim, para que exista a liberdade sindical, é necessário a existência da liberdade de reunião. [843]

Outro direito importantíssimo para que se concretize a liberdade sindical é o direito ao devido processo legal; afinal, toda a organização sindical tem o direito de se utilizar de uma justiça independente e imparcial para defender os seus direitos e os direitos de seus associados. [844]

Por fim, vale dizer que a proteção da propriedade das organizações sindicais também é imprescindível para um ambiente no qual se quer ver instalada a liberdade sindical, pois os locais sindicais são invioláveis, a não ser que se tenha um mandado judicial com razões bem fundamentadas para se supor que lá se

---

[840] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Resoluciones adoptadas por la conferencia internacional del trabajo en su 54. reunión**. Genebra: OIT, 1970. p.8-9.

[841] SWEPSTON, Lee. D**esarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT.** p. 198-201.

[842] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT.** p. 198-201.

[843] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT.** p. 198-201.

[844] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT.** p. 198-201.

encontram provas de que se cometeu um delito. [845]

Desta forma, compreende-se do exposto que, para existir a liberdade sindical, é necessário que exista o respeito a determinadas liberdades civis e, superada a questão das liberdades civis, faz-se necessário expor o relato sobre o elenco das convenções da OIT (consideradas, pelo Conselho de Administração como de importância destacada para a entidade) que versam sobre liberdade sindical.

A Convenção 87, do ano de 1948, trata da liberdade sindical e da proteção ao direito de sindicalização. Entre outras coisas, este instrumento convencional dispõe sobre o reconhecimento do direito de sindicalização, tanto para trabalhadores como para empregadores, do direito de constituir livremente as organizações sindicais, do direito das organizações sindicais se autogerirem, do direito de greve, de negociação coletiva, entre outros.[846]

Já o instrumento convencional 98, de 1949, dispõe sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva. Para esta convenção, todo trabalhador deve ser protegido de atos que tenham por objeto: sujeitar o trabalhador, na data de admissão, à condição de não filiação ou à condição de desfiliação de um sindicato, ou ainda, despedir um trabalhador por ser filiado a um sindicato ou por participar de atividades sindicais. Conforme o Manual para La Defensa de la Libertad Sindical, a Convenção 98 traz, em seu bojo, dispositivo que menciona a necessidade dos Estados criarem estímulos para a negociação coletiva a ser realizada entre empregadores e trabalhadores, ou entre as organizações sindicais patronais e organizações sindicais profissionais.[847]

O art. 2º da Convenção 87 da OIT é claro ao expor que trabalhadores e empregadores têm o direito de constituir entidades sindicais livremente, sem autorização prévia de autoridade pública ou qualquer tipo de discriminação, não

---

[845] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT.** p. 198-201.

[846] SANCHEZ, José Marcos, CALDERON, Eduardo Rodriguez. **Manual para la defensa de la libertad sindical**. Lima: OIT/Oficina Regional, 2001, p. 34-35.

[847] SANCHEZ, José Marcos, CALDERON, Eduardo Rodriguez. **Manual para la defensa de la libertad sindical.** p. 34-35.

podendo o Estado impor obstáculos à criação destas organizações. [848]

Deve-se ressaltar que esta garantia, bem como aquelas destacadas na continuidade deste texto, são válidas também para federações e confederações, conforme dispõe o artigo 6º da Convenção 87 da OIT. [849]

Percebe-se que, para a OIT, faz parte da liberdade sindical o direito de criação de entidades sindicais sem a intervenção do Estado, sejam elas sindicatos, federações ou confederações, não podendo ele submeter tais entidades a nenhum procedimento de autorização para sua criação.

Outra liberdade importante é a de eleição do tipo de entidade sindical que se quer constituir e, para isso, é necessário citar novamente o art. 2º da Convenção 87 da OIT, cujo texto determina que todos os trabalhadores e empregadores devem ter o direito de criar a entidade sindical que entenderem mais conveniente, com a única obrigação de obedecer ao próprio estatuto da entidade criada. [850]

Tem-se ainda a liberdade de filiar-se a sindicato, vale lembrar que ela retrata o direito ativo do indivíduo de querer filiar-se. Ele também está expresso na Convenção 87 da OIT, a qual, em seu artigo 2º, dispõe sobre o direito, tanto dos trabalhadores como dos empregadores, de criar suas entidades sindicais e de filiarem-se às mesmas, podendo optar pela entidade que lhe for mais conveniente.

A OIT prevê que estes aspectos da liberdade sindical, supracitados - liberdade de criação, de eleição do tipo de entidade que quer se criar, e liberdade de filiação às entidades criadas - são o cerne de todo o conceito de liberdade sindical; por isso, os têm defendido energicamente por meio de seus organismos de controle.[851]

Ainda há a liberdade de não filiação, a qual não vem expressa em nenhum

---

[848] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-direito-de-sindicaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 jan. 2016. art.2.

[849] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.6.

[850] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.2.

[851] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT**. p. 201-202.

instrumento internacional; porém, a Declaração Universal dos Direitos do Homem garante de forma abrangente o direito de todo homem de não fazer parte de nenhuma associação. [852]

Diante disso, pode-se inferir que, para existir liberdade sindical plena, deve-se garantir que a decisão de não se filiar advenha do livre arbítrio do indivíduo e não de uma imposição.

Já a liberdade de retirar-se do sindicato, que também é de suma importância, depende exclusivamente de ato de vontade do indivíduo e traduz numa conduta negativa de sair da associação. A retirada do sindicato é ato privativo do sindicalizado, e independe da aprovação do sindicato, estará sujeito somente a condições e consequências estatutárias. [853]

Constitui também aspecto da liberdade sindical a autonomia garantida ao sindicato pelo artigo 3º da Convenção 87 da OIT. Segundo o referido artigo, é garantida ao sindicato autonomia interna de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, eleger seus representantes e organizar sua administração, bem como de organizar suas atividades e seu programa de ação, permitindo, assim, que o sindicato cumpra suas funções socioeconômicas. [854]

Quanto à liberdade de redigir seus estatutos e regulamentos, Lee Swepston[855] ensina que a legislação nacional pode impor alguns requisitos para os estatutos ou regulamentos sindicais, desde que sejam requisitos de pura forma, sem existir a necessidade de serem submetidos à aprovação prévia de caráter discricionário por parte das autoridades.

No tocante à liberdade de conduzir o processo de eleição de representantes, não é permitido, no âmbito da OIT, que autoridades interfiram nos procedimentos

---

[852] NONATO, Messias Pereira. Liberdade sindical. *In* MAGANO, Octávio Bueno. (Org.). **Curso de Direito do Trabalho: em homenagem a Mozart Victor Russomano**. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 465.

[853] SANCHEZ, José Marcos, CALDERON, Eduardo Rodriguez. **Manual para la defensa de la libertad sindical.** p. 469.

[854] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical**. art.3.

[855] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT**. p. 204.

eleitorais do sindicato, nem na eleição, reeleição e remoção de dirigentes. [856]

Cabe ainda ressaltar que é incompatível com os princípios da liberdade sindical qualquer ingerência das autoridades na forma de administração das entidades sindicais. Estas organizações devem ter plena liberdade de administração, desde que seus atos estejam em harmonia com os objetivos sindicais normalmente lícitos. [857]

Assim, para existir a liberdade sindical em um país, faz-se necessário a inexistência de legislação que imponha condições demasiadamente restritivas e intervencionistas para a administração de uma entidade sindical, como, por exemplo: dispositivo legal que fixe o número máximo e mínimo de membros que compõem a diretoria de um sindicato; afinal, tal fato seria caracterizador da ingerência do Estado nas instituições sindicais.

No que diz respeito à liberdade de atividade e programas de ação, pode o sindicato realizar as atividades que sua categoria assim delimitar, como ter atividades políticas, realização de greve, criação de convênios médicos e odontológicos, e outras ainda que a lei determinar, como negociar coletivamente, homologar rescisões contratuais dos seus representados, substituição e representação judicial.

É também um dos direitos que fazem parte do conceito de liberdade sindical o direito das entidades sindicais de decidirem pela sua dissolução ou suspensão.

O artigo 4º da Convenção 87 da OIT é claro ao dispor que as organizações de trabalhadores e empregadores não estão sujeitas à dissolução e suspensão por via administrativa, ou seja, se for necessária uma destas medidas, deve ser efetuada mediante procedimento judicial que proporcione todas as garantias legais à organização sindical da qual esteja se tratando. Igualam-se a estas medidas de dissolução ou de suspensão o fato de cancelar a inscrição no registro sindical, ou

---

[856] SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de la libertad sindical mediante el control de la OIT**. p. 205.
[857] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.3.

ainda anular ou suspender a personalidade jurídica da entidade sindical. [858]

O artigo 5º do instrumento convencional de n. 87 da OIT garante às organizações de trabalhadores e empregadores o direito de constituírem federações e confederações, assim como de filiar-se às mesmas. E ainda, permite que todos os sindicatos, confederações e federações filiem-se a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores. [859]

Ainda cabe destacar o art. 7º da Convenção 87 da OIT, o qual determina que as entidades sindicais não podem estar sujeitas, para a aquisição de sua personalidade jurídica, a nenhuma condição que desrespeite ou restrinja as liberdades previstas nos artigos 2º, 3º e 4º desta mesma Convenção. [860]

Por fim, ao exercer os direitos que lhes são reconhecidos, os trabalhadores, empregadores e suas entidades sindicais estão obrigados, em conformidade com o art. 8º da Convenção 87 da OIT , a respeitar a legislação vigente. [861]

Referido artigo ainda determina que a sujeição só não será aplicada quando as normas vigentes contrariam as liberdades previstas no instrumento convencional acima citado.

Já quanto a Convenção 98 da OIT, seu art. 1º estabelece que os trabalhadores devem ter garantia de proteção adequada contra a discriminação de práticas sindicais. [862]

Assim, o trabalhador deve ser protegido de ações, como: obrigar o trabalhador a não se filiar ou ainda a se retirar de uma entidade sindical para conseguir o emprego, dispensar um trabalhador ou prejudicá-lo em virtude de sua filiação sindical ou de sua participação em atividades sindicais.

---

[858] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.4.

[859] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.5.

[860] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.7.

[861] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** art.8.

[862] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 098 de 01 de julho de 1949. Sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva**. Disponível em:<http://www.oitbrasil.org.br/node/465>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016. art.1.

Desta forma, percebe-se que, em um país onde existe a liberdade sindical, segundo a OIT, os trabalhadores devem ter garantia de que podem praticar atividades sindicais livremente.

O art. 2º da Convenção 98 da OIT determina que as entidades sindicais devem ser protegidas contra atos de ingerência de uma nas outras. Assim, a constituição de entidades de trabalhadores controladas pelos empregadores ou vice-versa é considerada um ato de ingerência. [863] Diante disso, denota-se que a ingerência de entidades sindicais umas sobre as outras deve ser controlada e repreendida, sob pena de afronta à liberdade sindical.

O instrumento Convencional 98 da OIT também prevê que os países que o ratificarem devem criar mecanismos que garantam o direito de filiação a entidades sindicais. Assim, não basta existir o direito de filiação, ele deve ser garantido e protegido por mecanismos eficazes. [864]

A OIT ainda prevê, em seus instrumentos internacionais (art. 4º da Convenção 098 da OIT), que devem ser tomadas medidas de estímulo à negociação entre empregadores e trabalhadores com o objetivo de criarem regras para regular as relações de trabalho. [865]

Estes são os direitos e garantias que a Convenção 87 e a Convenção 98 da OIT estabelecem e, devido à importância e à difusão que estes instrumentos internacionais vêm tendo, juntos formam o conceito de liberdade sindical, o qual pode ser resumido como: “[...] o direito dos trabalhadores e empregadores de não sofrerem interferências nem dos poderes públicos, nem uns em relação aos outros, no processo de se organizarem, bem como o de promoverem interesses próprios ou de grupos a que pertençam. [866]

Diante de todo o exposto pode-se perceber que, a Convenção 87 é o texto central, é o Convênio Internacional que traz mais informações sobre o tema da

---

[863] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 098 de 01 de julho de 1949. Sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva.** art.2.

[864] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 098 de 01 de julho de 1949. Sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva.** art.3.

[865] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 098 de 01 de julho de 1949. Sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva.** art.4.

[866] MAGANO. Octavio Bueno**. Organização sindical brasileira**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981. p.27.

liberdade sindical. Até 2014 o referido texto conta com cento e cinquenta e três ratificações, entre as quais estão todos os países da Europa, tanto ocidental como oriental, e toda a América Latina, com exceção do Brasil. Na América do Norte, o Canadá ratificou, mas os Estados Unidos da América - EUA ainda não a fizeram. No entanto, alguns dos países, como o Brasil, que não ratificaram a Convenção 87, ratificaram a Convenção 98, absorvendo alguns dos princípios e normas básicas referentes à liberdade sindical.[867]

4.3.2 A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório

Historicamente a luta contra o trabalho escravo iniciou na esfera internacional em 1815, quando foi assinada, em Viena, a Declaração Relativa à Abolição Universal do Tráfico de Escravos. Tal declaração reconhecia que o tráfico de escravos violava os direitos do homem e a moralidade universal. O seu texto pode parecer, nos dias de hoje, óbvio, no entanto, para a época, foi o primeiro passo em direção a abolição da escravatura.[868]

Diante disso, as manifestações contrárias à escravidão que surgiram no início do século XIX foram importantes e criaram o cenário propício para o surgimento de outras normas internacionais sobre o assunto. [869]

Em 1926, a Liga das Nações aprovou a Convenção sobre Escravatura de 1926 que definia como escravo aquela pessoa que trabalhava subjugada, total ou parcialmente, à propriedade de outrem. Além disso, a referida Convenção previa que as partes signatárias deveriam reprimir toda a forma de escravidão e abolir a escravatura de forma progressiva. A preocupação, neste momento era com as populações indígenas que eram forçada a trabalhar pelos colonizadores.[870]

A Convenção de 1926 ainda repudiava, em seu artigo 5, o trabalho forçado ou

---

[867] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Aplicación de las normas internacionales del trabalho, 2015 (II)**. Genebra: OIT, 2015. p.53-191.

[868] MORCOM, Corin; SCHLOENHARDT, Andreas. **About Sex?! The evolution of trafficking in persons in internacional law.** Queensland: The University of Queensland, 2011. Disponível em: <http://www.law.uq.edu.au/documents/humantraffic/international-law/Evolution-of-Int-Law-relating-to-Trafficking-in-Persons.pdf >. Acesso em 26 de janeiro de 2016. p.8.

[869] MORCOM, Corin; SCHLOENHARDT, Andreas. **About Sex?! The evolution of trafficking in persons in internacional law**. p.8.

[870] TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares. Normativos internacionais e escravidão. *In* FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (Org.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. Capítulo 5.

obrigatório, por entender que este tipo de trabalho poderia gerar consequências nefastas, como o trabalho em condição análoga a de escravo. Desta forma, conclamou os Estados signatários para que lutassem contra o trabalho forçado ou obrigatório, autorizando-o apenas para fins públicos.[871]

Diante deste cenário internacional, em 1930, a OIT aprovou a Convenção 29, que trata do trabalho forçado. Tal norma determina que todos os membros da OIT que ratificarem a referida Convenção deverão, em um curto período, extinguir o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas modalidades.[872]

Para a Convenção 29, trabalho forçado ou obrigatório é "[...] todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente." [873]

Cabe destacar também quais as atividades que a OIT não considera como trabalho forçado ou obrigatório:

> a) qualquer trabalho ou serviço exigido em virtude das leis sobre o serviço militar obrigatório e que só compreenda trabalhos de caráter puramente militar;
>
> b) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos de um país plenamente autônomo;
>
> c) qualquer trabalho ou serviço exigido de um indivíduo como consequência de condenação pronunciada por decisão judiciária, contanto que, esse trabalho ou serviço seja, executado sob a fiscalização e o controle das autoridades públicas e que dito indivíduo não seja posto à disposição de particulares, companhias ou pessoas privadas;
>
> d) qualquer trabalho ou serviço exigido nos casos de força maior, isto é, em caso de guerra, de sinistro ou ameaças de sinistro, tais como incêndios, inundações, fome, tremores de terra, epidemias, e epizootias, invasões de animais, de insetos ou de parasitas vegetais daninhos e em geral todas as circunstâncias que ponham em perigo a vida ou as condições normais de existência de toda ou de parte da

---

[871] LIGA DAS NAÇÕES. **Convenção sobre a escravatura**. Genebra: Liga das Nações,1926. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/CONVEN%C3%87%C3%83O%20S%C3%94BRE%20A%20ESCRAVATURA%20ASSINADA%20EM%20GENEBRA.pdf>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016. art. 5.

[872] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** Disponível em:< http://www.oitbrasil.org.br/node/449>. Acesso em: 26.01.2016. art.1-1.

[873] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** art.2-1.

> população;
>
> e) pequenos trabalhos de uma comunidade, isto é, trabalhos executados no interesse direto da coletividade pelos membros desta, trabalhos que, como tais, podem ser considerados obrigações cívicas normais dos membros da coletividade, contanto, que a própria população ou seus representantes diretos tenham o direito de se pronunciar sobre a necessidade desse trabalho. [874]

No entanto há exceções, o trabalho forçado ou obrigatório pode ser utilizado em atividades públicas, até ser abolido gradualmente, desde que autorizado pelas autoridades competentes do membro da OIT[875], respeitando as seguintes disposições:

> a) que o serviço ou trabalho a executar é de interesse direto e importante para a coletividade chamada a executá-lo;
>
> b) que esse serviço ou trabalho é de necessidade atual e presente;
>
> c) que foi impossível encontrar mão-de-obra voluntária para a execução desse serviço ou trabalho, apesar do oferecimento de salários e condições de trabalho ao menos iguais aos que são usuais no território interessado para trabalhos ou serviços análogos, e
>
> d) que não resultará do trabalho ou serviço ônus muito grande para a população atual, considerando-se a mão-de-obra disponível e sua aptidão para o desempenho do trabalho. [876]

Além disso, este tipo de trabalho deve ser realizado por homens adultos (com idade de 18 a 45 anos), em condições iguais as do trabalho livre, ou seja, com as devidas limitações de jornada, com remuneração e apenas por 60 dias. Estas previsões da Convenção servem para reafirmar a ideia de que, para a OIT, trabalho escravo e trabalho forçado ou obrigatório são práticas diferentes. [877]

No período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial muito se utilizou do trabalho forçado, mesmo fora das colônias. Com o fim da Segunda Guerra e com a decadência do colonialismo retornou-se ao debate sobre o trabalho forçado. Durante a década de 50 novos problemas relacionados ao trabalho forçado foram surgindo, pois, muitos trabalhadores eram confinados em campos de trabalho

---

[874] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** art.2-2.
[875] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório**. art.7-1.
[876] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório**. art.9.
[877] TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares. Normativos internacionais e escravidão. Capítulo 5.

forçado por motivos políticos, e outros eram forçados a trabalhar nas áreas rurais de países da América Latina.[878]

Neste contexto, em 1957 a OIT aprova a Convenção 105 que também trata sobre o fim do trabalho forçado ou obrigatório, no entanto, de forma mais incisiva. Enquanto a Convenção 29 permitia que o trabalho forçado fosse utilizado pelos signatários durante um período transitório, possibilitando adaptação das normas e da economia nacional, a Convenção 105 obriga aos signatários que extingam imediatamente o trabalho forçado ou obrigatório realizado em qualquer modalidade. Senão vejamos:

> Art. 1 Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório, e a não recorrer ao mesmo sob forma alguma:
>
> a) como medida de coerção, ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou exprimam certas opiniões políticas, ou manifestem sua oposição ideológica à ordem política, social ou econômica estabelecida;
>
> b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico;
>
> c) como medida de disciplina de trabalho;
>
> d) como punição por participação em greves;
>
> e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.
>
> Art. 2 Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório, tal como descrito no art. 1 da presente convenção.[879]

Outros documentos internacionais poderiam ser citados como fonte de proibição do trabalho escravo como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura de 1956; o Pacto

---

[878] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Não ao trabalho forçado**. Genebra: OIT, 2001. p. 21-22.

[879] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 105 de 25 de junho de 1957. Sobre o trabalho forçado.** Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/node/469>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016. art.1-2.

Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966; a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969; etc.

No entanto, tendo em vista que os subitens sobre direitos fundamentais dos trabalhadores estão sendo trabalhados tendo como base a Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho de 1998 da OIT, a explanação resumiu-se a explicar as convenções que a OIT entende serem de importância destacada, e que tratam especificamente do trabalho forçado, quais sejam: Convenção 29 e 105.

Porém, cabe destacar que, a Convenção 182, de 1999, que trata das piores formas do trabalho infantil, e que será mencionada no próximo tópico com maior profundidade, também trata de trabalho forçado ao colocar, como uma das piores formas de trabalho infantil "todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados." [880]

Assim, pode-se inferir que, para a OIT, o trabalho forçado ou obrigatório é configurado quando presentes dois requisitos: o trabalho é exigido mediante ameaça de castigo e é realizado de forma involuntária. [881]

Quanto ao castigo, há várias formas de executá-lo: como punição penal, prevista em lei, com perda de vantagens ou de direitos ou ainda, o que ocorre na maioria das vezes, com violência física, moral e psíquica. É o que diz o Relatório da OIT intitulado O Custo da Coerção:

> Também podem existir formas sutis de ameaça, por vezes de natureza psicológica. As situações analisadas pela OIT incluem ameaças de denúncia das vítimas às autoridades policiais ou de imigração, quando sua situação laboral é ilegal, ou denúncia aos líderes de seus povoados, no caso de jovens forçadas a se prostituírem em cidades distantes. Outras punições podem assumir

[880] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2016. art.3.

[881] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** Disponível em:< http://www.oitbrasil.org.br/node/449>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016. art.2-1.

> um caráter financeiro, incluindo penalizações econômicas relacionadas com dívidas. Os empregadores muitas vezes exigem que os trabalhadores entreguem os seus documentos de identificação, e podem usar a ameaça da confiscação desses documentos para exigir trabalho forçado.[882]

No tocante ao trabalho realizado de forma involuntária, a OIT explica o seguinte:

> Também aqui podem existir muitas formas sutis de coerção. Muitas vítimas entram em situações de trabalho forçado, inicialmente por iniciativa própria, mesmo que através de fraude e logro, para apenas mais tarde descobrirem que não são livres de abandonar o tal trabalho, devido a coerção de natureza jurídica, física ou psicológica. O consentimento inicial pode ser considerado irrelevante quando for obtido através de fraude ou logro. [883]

Em determinados casos também as pessoas laboram em atividades lícitas, no entanto, é a condição em que se desenvolve este labor que faz ele ser configurado como trabalho forçado:

> Uma mulher que seja obrigada a prostituir-se encontra-se em uma situação de trabalho forçado, dada a natureza involuntária do trabalho e a ameaça sob a qual ela trabalha, independentemente da legalidade ou ilegalidade daquela atividade em particular. [884]

Assim, para a Organização, trabalho forçado ou obrigatório é gênero do qual podem fazer parte uma série de outras formas de trabalho, tais como: tráfico de pessoas, escravidão por dívidas, imposição de obrigações militares ou civis, punição por opiniões políticas, etc.. [885]

Para José Claudio Monteiro de Brito Filho[886], o trabalho escravo pode ser executado tipicamente das seguintes formas: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho, restrição de locomoção por dívida. Assim, o doutrinador coloca o trabalho escravo como gênero, e o trabalho forçado como uma de suas espécies. Mesmo existindo tal corrente doutrinária, esta tese seguirá a

---

[882] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O custo da coerção**. Genebra: OIT, 2009. p.6.

[883] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O custo da coerção**. p.6.

[884] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O custo da coerção**. p.6.

[885] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é o trabalho forçado?** Disponível em:<http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/faq/p1.php>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

[886] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. *In* FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (Org.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

classificação da OIT tendo em vista que esta exposição é baseada em suas convenções e textos.

4.3.3 A efetiva abolição do trabalho infantil

O trabalho infantil foi amplamente utilizado na história da humanidade. Desde a Antiguidade crianças já eram utilizadas em trabalhos domésticos com a finalidade de formação. Já na Idade Média, crianças laboravam em Corporações de Ofício sob o pretexto de aprenderem uma profissão, no entanto, lá permaneciam na condição de aprendiz por cinco anos ou mais, descaracterizando o período como aprendizagem e transformando a relação em exploradora do trabalho infantil.[887]

O que se percebe é que, por muito tempo o trabalho infantil foi considerado formador do caráter do indivíduo. Na Idade Média os pais chegavam a pagar para as Corporações de Ofício para que o Mestre ensinasse uma atividade laboral aos seus filhos, os quais dormiam e se alimentavam no local em que laboravam e não ganhavam salário, tudo em nome do aprendizado. [888]

No entanto, sem dúvida alguma, foi após a Revolução Industrial que o trabalho infantil teve destaque e foi realmente explorado, tornando-se parte importante da economia da época. [889]

Este período foi marcado pela pujança das indústrias, as máquinas facilitaram a produção e já não era mais necessário tantos trabalhadores e nem que eles fossem fortes para desenvolver suas funções. Assim, cresceu a demanda por empregos de mulheres e crianças, as quais, devido ao alto grau de desemprego causado pela modernização das indústrias, aceitavam trabalho com remuneração inferior a dos homens. Crianças trabalhavam sem nenhuma proteção ou diferença dos adultos, e tinham salários de menor valor tornando-se grande vantagem para quem as empregava. [890]

---

[887] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p.708.
[888] BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 6.ed. São Paulo: LTR, 2010. p.548.
[889] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. p.708-709.
[890] MARX, Karl. **O capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.90-91.

Assim, nos anos que antecederam a criação da OIT, em 1919, não existiam normas internacionais que tratavam do trabalho infantil, existiam apenas algumas normas nacionais, promulgadas por alguns Estados que buscavam a proteção infantil ao perceberem a condição precária em que se encontravam suas crianças.

A primeira norma sobre o assunto foi editada em 1802, na Inglaterra, e foi chamada de Ato Moral e da Saúde. Ela continha disposições sobre o trabalho na indústria de lã e algodão e reduzia a jornada dos menores para doze horas por dia além de proibir o trabalho noturno. [891]

Outros países como França, Alemanha e Itália também foram adotando, ao longo dos anos 1800, normas de proteção ao trabalho do menor, pois crescia a consciência da prejudicialidade do mesmo para o desenvolvimento físico, mental e cultural da criança. [892]

Desta forma, com a criação da OIT em 1919 e o seu compromisso com a justiça social e com a proteção dos menores, várias normas internacionais foram criadas para tratar do assunto. A primeira delas era a Convenção 5 que dispunha sobre a idade mínima para o trabalho nas indústrias. Posteriormente, outras convenções foram aprovadas e todas tratavam do trabalho do menor em diferentes atividades laborais.[893]

Tais instrumentos foram importantes para permitir que os Estados adotassem a convenção que melhor lhes convinha e para que fosse sendo desenvolvida uma consciência a respeito da proteção dos menores. Tal consciência foi ampliada por outros documentos internacionais, tais como: a Declaração dos Direitos dos Menores, de 1924; a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; a Declaração dos Direitos dos Menores, de 1959; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966; e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. [894]

---

[891] BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. p.550.
[892] BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. p.550-551.
[893] CARON, T. Protección de los niños. *In* OIT. **Las normas internacionales del trabajo**: un enfoque global. Genebra: OIT, 2002. p. 172-208.
[894] CARON, T. Protección de los niños. p. 172-208.

E assim sendo, estando preparado o cenário internacional para este desafio, em 1973, a OIT sentiu a necessidade de reunir todas as suas convenções e criar um instrumento normativo único, capaz de regulamentar uma idade mínima para trabalhadores menores em qualquer atividade laboral. [895]

Surge a Convenção 138, aprovada na 58. Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, em 23 de julho de 1973, a qual trata sobre a idade mínima para o trabalho. Ela veio para substituir outras convenções que já determinavam a idade mínima para o trabalho, mas eram aplicáveis apenas a certos setores da economia.

Seu objetivo primordial é fazer com que as partes signatárias erradiquem o trabalho infantil e, gradualmente, elevem a idade mínima para o trabalho até alcançar patamares que permitam o desenvolvimento dos jovens de forma segura e saudável. Para que o compromisso seja realmente colocado em prática, os países que ratificam a Convenção 138 devem declarar qual será a idade mínima para o trabalho a ser adotada em seus territórios, nada impedindo que, posteriormente, aumentem a idade mínima e informem à OIT. [896]

A convenção ainda estabelece que a idade mínima não pode ser menor do que a idade de conclusão dos estudos obrigatórios. No caso de a idade de conclusão dos estudos ser inferior a quinze anos, o limite a ser respeito seria a idade de quinze anos. [897]

Percebe-se que a educação é uma ferramenta importante no combate ao trabalho infantil e a amarração feita pela OIT entre educação e trabalho traz consequências importantes. A idade mínima fixada pelos Estados signatários não pode ficar abaixo da idade para finalizar os estudos obrigatórios, pois, caso isso ocorra, certamente haverá abandono dos estudos para possibilitar o trabalho. Portanto, é permitido o trabalho logo em seguida que os estudos obrigatórios sejam

---

[895] CARON, T. Protección de los niños. p. 172-208.

[896] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/492> Acesso em: 26 de janeiro de 2016. art.1 e 2.

[897] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.2, inciso 3.

finalizados assim também não há um período de desocupação para crianças e jovens, dificultando a sua marginalização. [898]

No entanto, a Convenção, como é bastante comum nas normas da OIT, traz uma série de normas flexíveis, facilitando a sua ratificação pelo maior número possível de países:

a) Permite a Convenção que, se os países signatários não possuírem condições econômicas e escolares de fixar a idade mínima em quinze anos, podem fixá-la em catorze anos desde que ouvidas as entidades representantes de empregadores e trabalhadores. Fixada a idade mínima em catorze anos os países se comprometem a apresentar, nos relatórios de acompanhamento sobre a aplicação da Convenção, os motivos que os levam a continuar a manter esta idade mínima para o trabalho ou ainda quando ela poderá ser modificada. [899]

b) Pode a autoridade competente dos países signatários autorizar o trabalho insalubre, a partir dos dezesseis anos, desde que respeitadas às condições de saúde, moral e segurança e desde que o trabalhador esteja recebendo educação adequada na área que está laborando.[900]

c) No momento da ratificação (e jamais depois dele) os países signatários podem escolher aplicar as regras da Convenção 138 apenas à algumas categorias de trabalhadores, desde que comprovado que as condições para a aplicação total da Convenção não estejam presentes. No entanto, as determinações da Convenção 138 devem ser, no mínimo, aplicadas às seguintes atividades: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade, água e gás. [901]

d) A Convenção 138 não se aplica aos maiores de catorze anos que realizam trabalhos na condição de aprendiz ou buscando orientação vocacional. [902]

---

[898] CARON, T. Protección de los niños. p.172-208.
[899] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.2, incisos 4 e 5.
[900] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.3, inciso 3.
[901] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.5, incisos 1 e 3.
[902] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.6.

e) Os países signatários ainda podem autorizar o trabalho aos menores entre treze e quinze anos ou entre doze e catorze anos desde que:

a) não prejudique sua saúde ou desenvolvimento; e

b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida. [903]

f) Também podem os países autorizar o trabalho ao menor, com no mínimo quinze ou catorze anos de idade, quando ele ainda não completou os estudos obrigatórios, desde que seu desenvolvimento, saúde e educação não sejam prejudicados. [904]

g) Podem também as autoridades dos países signatários fornecerem autorizações individuais para menor de quinze anos trabalhar em atividades artísticas desde que estas atividades não os prejudiquem. [905]

Além do exposto, a Convenção 138 determina que, atividades laborais que possam prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, só podem ser executadas por pessoas acima dos dezoito anos. Trata-se do trabalho perigoso ou insalubre, que não é conceituado pela Convenção pois ela permite que cada Estado signatário crie, por normas nacionais, tais conceituações. [906]

Neste ponto é importante destacar que a Recomendação 146 da OIT, sobre idade mínima para admissão a emprego, determina que devem ser levadas em consideração, para a definição dos tipos de trabalho que só podem ser realizadas por pessoas acima dos dezoito anos, as seguintes atividades: que envolvam

---

[903]ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.7, inciso 1.
[904]ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.7, inciso 2.
[905]ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.8, inciso 1.
[906]ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** art.3, inciso 1.

substâncias, agentes ou processos perigosos (como a radiação), levantamento de carga pesada ou trabalho subterrâneo.[907]

Por fim, cabe destacar que a Convenção 138, não possui previsão específica para as relações de trabalho tais como a previsão de jornada diária máxima. No entanto, compreende-se que todas as disposições da OIT sobre o trabalho de adultos também podem ser aplicadas ao trabalho de menores. Para auxiliar, a Recomendação 146, em seus artigos 12 e 13, expõe uma lista de questões que devem ser observadas quando do trabalho de menores: remuneração justa; limitação da jornada diária em oito horas (sem possibilidade de horas extras); férias anuais remuneradas; cobertura de planos de seguridade social, etc..[908]

Após a aprovação da Convenção 138, a OIT continuou trabalhando para a erradicação do trabalho infantil, porém na década de oitenta o assunto voltou a ser debatido com veemência tendo em vista que: a) a exploração de crianças agravou-se fruto da situação econômica precária de diversos países com reflexo no emprego e na educação; b) crescia a consciência mundial sobre os direitos humanos e, por consequência, contra o trabalho infantil; c) havia uma parcela da comunidade internacional com receio de que a utilização da mão de obra infantil pudesse dar aos países certa vantagem comercial no comercio internacional. [909]

Em 1989 a ONU adotou a Convenção dos Direitos das Crianças. Tal documento marcou uma fase intensa de proteção à criança, reconhecendo que, em virtude de sua fragilidade, necessita de maior proteção. O referido documento conclama a comunidade internacional a envidar esforços para proporcionar condições de vida digna às crianças.[910]

Nesta mesma direção a OIT lançou, em 1992, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC que auxiliou os países a desenvolver a

---

[907] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 146 sobre idade mínima para admissão a emprego**. Aprovada em 27 de junho de 1973.Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/rec146.php>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016. art. 10. http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/rec146.php

[908] CARON, T. Protección de los niños. p.172-208.

[909] CARON, T. Protección de los niños. p.172-208.

[910] BRASIL. **Decreto n. 99710 de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

capacidade de enfrentar este mal.[911] Nesta caminhada a OIT verificou a existência de uma série de lacunas na Convenção 138.[912]

Assim, na 87. Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, em 01 de junho de 1999, foi aprovada a Convenção 182 da OIT a qual trata sobre as piores formas de trabalho infantil e sobre as possíveis ações para sua eliminação. [913]

Para o instrumento internacional em debate, criança é toda pessoa com menos de 18 anos. Assim sendo, há determinados tipos de trabalho que não podem ser tolerados e que, portanto, devem ser eliminados de forma imediata. [914] Para a Convenção, as piores formas de trabalho infantil são:

> a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
>
> b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
>
> c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
>
> d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. [915]

Cabe destacar que a Recomendação 190 da OIT, de 1999 (que trata sobre a proibição das piores formas do trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação), expõe uma lista de atividades que podem ser consideradas perigosas: atividades que abusam fisicamente, psicologicamente ou sexualmente do menor; atividades no subsolo; atividades embaixo da água, ou nas alturas, ou em lugares fechados; atividades realizadas com máquinas e ferramentas perigosas ou que

---

911 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Programa Internacional para la erradicación del trabajo infantil (IPEC)**: que és y que hace? Genebra: OIT, 2010. p.3.

912 CARON, T. Protección de los niños. p.172-208.

913 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** art.3.

914 CARON, T. Protección de los niños. p.172-208.

915 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** art.3.

demandem a movimentação de carga pesada; trabalhos em ambientes expostos à substâncias perigosas, ou a temperaturas altas, ou a ruídos altos. [916]

Além de determinar quais são as piores formas de trabalho infantil, a Convenção 182 prevê também que todo Estado Membro da OIT deve elaborar listas indicando quais são as atividades que, em virtude da natureza ou condições em que se desenvolvem, podem ser consideradas prejudiciais à vida da criança. [917]

O instrumento ainda determina que os Estados devem elaborar um programa de erradicação das piores formas do trabalho infantil comprometendo-se a:

> a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
>
> b) dispensar a necessária e apropriada assistência direta para retirar crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;
>
> c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e adequado, à formação profissional;
>
> d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e,
>
> e) levar em consideração a situação especial das meninas. [918]

Na busca pelo efetivo cumprimento da Convenção o Estado Membro pode criar penalidades para aqueles que não aplicarem suas regras em seus territórios.[919]

4.3.4 A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação

A discussão sobre a igualdade entre os homens, conforme já abordado neste trabalho, remonta o final da Idade Média e surgiu inspirada pela teoria do naturalismo. Ao perceber que todos possuem as mesmas características físicas o

---

[916] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 190 que trata sobre a proibição das piores formas do trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação**. Aprovada em 17 de junho de 1999. Disponível em: < http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R190>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

[917] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** art.4, inciso 3.

[918] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** art.7, inciso 2.

[919] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** art.7, inciso 1.

homem passou a pensar na igualdade de direitos, ou seja, se todos são iguais devem possuir os mesmos direitos.

Valores como a igualdade permearam o processo de sintetização do conceito de dignidade humana e hoje fazem parte dele. A dignidade humana é algo inato, nasce com o ser humano, e todos têm direito ao respeito de sua dignidade nas mesmas condições.

Assim, o trânsito para a modernidade (período já explicado em páginas anteriores), e a própria modernidade, foram períodos marcados por muitas discussões em torno dos valores que embasam o conceito de dignidade humana, tais como a liberdade, a autonomia e a igualdade entre os homens.

Desta forma, entre os direitos fundamentais que foram generalizados, positivados e internacionalizados está o direito à igualdade, o qual embasou uma série de normas internacionais sobre o assunto.

Inspirada pelo direito de igualdade a OIT, desde a sua criação, defende o tratamento igual entre os trabalhadores, é o que informa o inciso II da Declaração da Filadélfia, anexada à Constituição da OIT:

> a) todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades;
>
> b) a realização de condições que permitam o exercício de tal direito deve constituir o principal objetivo de qualquer política nacional ou internacional;
>
> c) quaisquer planos ou medidas, no terreno nacional ou internacional, máxime os de caráter econômico e financeiro, devem ser considerados sob esse ponto de vista e somente aceitos, quando favorecerem, e não entravarem, a realização desse objetivo principal;
>
> d) compete à Organização Internacional do Trabalho apreciar, no domínio internacional, tendo em vista tal objetivo, todos os programas de ação e medidas de caráter econômico e financeiro; Inciso II, Declaração da Filadélfia.[920]

[920] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituição de la OIT.** Disponível em:<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:62:2709039639773200::NO::P62_LIST_ENTRIE_ID:2453907#A1>. Acesso em: 05 de agosto de 2015. inciso II da Declaração da Filadélfia.

Inicialmente a Organização contava apenas com instrumentos que protegiam o trabalho da mulher por meio do estabelecimento de restrições e regras específicas que estabeleciam determinadas condições para a exploração do trabalho feminino. No entanto, diante do compromisso assumido em sua Constituição, a OIT ampliou a defesa do princípio da igualdade aprovando a Convenção 100, na 34ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 06 de junho de 1951. Tal instrumento tem como objetivo principal tratar da igualdade de remuneração entre homens e mulheres para atividades laborais de mesmo valor. [921]

É importante destacar os acordos semânticos que a convenção expõe logo em seu art. 1.:

> Art. 1 Para os fins da presente convenção:
> a) o termo remuneração compreende o salário ou o tratamento ordinário, de base, ou mínimo, e todas as outras vantagens, pagas direta ou indiretamente, em espécie ou in natura pelo empregador ou trabalhador em razão do emprego deste último;
> b) a expressão igualdade de remuneração para a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor, se refere às taxas de remuneração fixas sem discriminação fundada no sexo. [922]

Assim, para a Convenção, a remuneração tem conceito bastante amplo, trata-se do salário base além de outros pagamentos que podem ser feitos de forma direta (pelo empregador) e de forma indireta (por terceiros), tais como: auxílio alimentação, habitação, auxílio vestuário, gorjetas, etc.

Além disso, todo trabalho de igual valor deve ser igualmente remunerado, mesmo que praticado por pessoas de sexo diferente. É possível compreender que a Convenção, ao utilizar a expressão trabalho de igual valor, teve como objetivo ir além do trabalho igual ou similar, para abranger todo o trabalho feito com a mesma produtividade e perfeição técnica.

Os membros da OIT que assinam esta Convenção comprometem-se a incentivar e assegurar remuneração igual entre homens e mulheres, que praticam

---

[921] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 100 de 06 de junho de 1951. Igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/445>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

[922] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 100 de 06 de junho de 1951. Igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor.** art.1.

trabalhos iguais, por meio de leis, instrumentos coletivos (convenções e acordos), ou qualquer outro meio nacional apropriado para isso. [923]

Após a adaptação da legislação nacional para a aplicação da presente Convenção, as relações laborais devem ser avaliadas para que seja verificado se as diferenças salariais existentes advêm da diferença de sexo dos trabalhadores ou se são provenientes de questões como tempo de serviço, produtividade e técnica. Neste último caso a diferença remuneratória não será considerada discriminatória.[924]

No entanto, a aprovação de tal Convenção não foi suficiente para por fim a discriminação no ambiente de trabalho, inclusive, as várias formas de discriminação dificultavam a prática da igualdade de remuneração. [925]

A OIT então resolveu adotar a Convenção 111, aprovada na 42ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra em 04 de junho de 1958, tratando da discriminação em matéria de emprego e profissão para todo tipo de trabalhador legalizado, seja ele nacional ou não. [926]

A Convenção começa destacando que tanto a Declaração da Filadélfia quanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem, determinam que todos os homens devem ter as mesmas oportunidades, o mesmo tratamento.

Para tanto, conceitua como discriminação:

> a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;
>
> b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações

---

[923] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 100 de 06 de junho de 1951. Igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor.** art.2, incisos 1 e 2.

[924] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 100 de 04 de junho de 1958. Igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor**. art.3, incisos 1, 2 e 3.

[925] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. *In* OIT. **Las normas internacionales del trabajo**: un enfoque global. Genebra: OIT, 2002. p.66-91.

[926] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/472>. Acesso em : 10 de fevereiro de 2016.

> representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados. [927]

Percebe-se que a Convenção estabelece como discriminação o tratamento que diferencia um trabalhador do outro a partir de sete aspectos: raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social. Assim como também conceitua a discriminação como aquele ato cujo resultado macula a igualdade de oportunidades e de trato no emprego e profissão, compreendendo-se como emprego e profissão tudo o que diz respeito à formação profissional, emprego, profissão e condições de emprego. [928]

No entanto, a Convenção permite que sejam estabelecidas algumas regras de distinção, que não serão consideradas discriminatórias: distinção proveniente da qualificação exigida para o trabalho; distinção que se justifica em virtude de questões de segurança nacional, distinção que tenha como foco assistência a quem precisa. [929]

No tocante às exigências decorrentes de qualificação para o cargo que será ocupado é importante esclarecer que podem ser feitas desde que não sejam contrárias ao princípio da igualdade, como por exemplo, estabelecer distinções que, de tão específicas, acabam por eliminar determinada casta de trabalhadores. [930]

No tocante às questões de segurança nacional o que a Convenção estabelece é que, é possível instituir distinção entre um trabalhador que pratica, ou é suspeito de praticar, atividades contrárias à segurança do Estado e outro que não pratica tais atividades.[931]

Há ainda a possibilidade de os países signatários editarem normas internas afim de determinar como não discriminatórias determinadas práticas que diferenciam os trabalhadores em virtude de necessidades especiais que possam ter. Trata-se de

---

[927] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art. 1, inciso 1.
[928] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art.1, inciso 1 e 3.
[929] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.75.
[930] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.75.
[931] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art.4.

uma proteção especial que pode ser necessária em virtude sexo, invalidez, gravidez, idade, ou outra condição. [932]

Para melhor compreensão do assunto é importante destacar os sete aspectos que podem embasar a discriminação: cor, raça, ascendência nacional, sexo, religião, origem social, e opinião política.

No tocante a cor é muito fácil compreender que a OIT é contra o tratamento diferenciado em virtude da cor que a pessoa tem. Já no tocante a raça, a OIT compreende que ela define todo grupo étnico que se diferencia pela língua, religião, cultura e, alguma vezes, até mesmo pela cor. Assim, não é permitido tratamento diferenciado em virtude de pertencimento a determinado grupo étnico. [933]

Com relação a ascendência nacional, não é permitido que se discrimine um trabalhador, cidadão nacional, em virtude do seu local de nascimento. Aqui se está tratando daquelas condições diferenciadas de trabalho que são estabelecidas entre os cidadãos nascidos em um país e aqueles cidadãos que não nasceram no país em que trabalham.[934]

No tocante a discriminação por origem ainda cabe destacar:

> [...] pode-se entender que a discriminação com base na origem nacional significa que a discriminação pode ser dirigida contra pessoas que são cidadãos do país em questão, mas que tenham adquirido a nacionalidade por naturalização ou que são descendentes de imigrantes estrangeiros, ou pessoas pertencentes a grupos de diferente origem nacional, mas que vivem no mesmo Estado. (Tradução nossa). [935]

Além destas questões também há a discriminação em virtude do sexo. A OIT não permite tratamento diferenciado entre homens e mulheres em virtude do seu sexo, nem mesmo em virtude do seu estado civil, gravidez ou pelas responsabilidades familiares que a pessoa possui. É claro que a Organização entende que homens e mulheres devem ser tratados da mesma forma, assim, não se poderia discriminar o homem, por exemplo, porque ele é pai ou porque ele é

---

[932] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art.5.
[933] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.
[934] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.
[935] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.

casado. No entanto, é fato que este tipo de discriminação ocorre mais em relação à mulher. [936]

No tocante a religião, a OIT defende a proteção e o tratamento igualitário aos trabalhadores que têm ou não têm religião. Ninguém deve ser discriminado nas relações de trabalho por adotar alguma crença ou ainda por não adotar nenhuma crença. Também não pode ser discriminado um trabalhador em virtude de sua origem social, em virtude de pertencer a certa camada da sociedade ou a certa casta. Assim, não é permitido negar oportunidades de emprego ou oferecer apenas determinadas oportunidades de emprego a trabalhadores em virtude de sua origem social. [937]

Com relação a opinião política a OIT defende que todo trabalhador deve ter o direito de expressar-se livremente, ainda que seja contra o regime político vigente.[938]

Desta forma, os países signatários da Convenção 111 aceitam o compromisso de desenvolver uma política nacional com o intuito de promover a igualdade de tratamento em matéria de emprego e profissão erradicando todo e qualquer tipo de discriminação. [939]

Assim, deve o país signatário:

a) esforçar-se por obter a colaboração das organizações de empregadores e trabalhadores e de outros organismos apropriados, com o fim de favorecer a aceitação e aplicação desta política;

b) promulgar leis e encorajar os programas de educação próprios a assegurar esta aceitação e esta aplicação;

c) revogar todas as disposições legislativas e modificar todas as disposições ou práticas administrativas que sejam incompatíveis com a referida política;

d) seguir a referida política no que diz respeito a empregos dependentes do controle direto de uma autoridade nacional;

---

[936] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.
[937] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.
[938] HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. p.71-72.
[939] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art.2.

e) assegurar a aplicação da referida política nas atividades dos serviços de orientação profissional, formação profissional e colocação dependentes do controle de uma autoridade nacional;

f) indicar, nos seus relatórios anuais sobre a aplicação da convenção, as medidas tomadas em conformidade com esta política e os resultados obtidos. [940]

Portanto, assumindo os compromissos acima expostos, os Estados devem trabalhar para que seus cidadãos tenham acesso a serviços de orientação e formação profissional, para que possam escolher qual trabalho querem desenvolver e que este esteja em harmonia com suas aptidões, para que tenham seguridade social (no caso de perderem o emprego), para que tenham remunerações iguais para trabalhos iguais e condições de trabalho decentes como: limite de jornada, períodos de descanso, férias, etc.[941]

Vale destacar que a orientação e formação profissional é considerada pela OIT questão de extrema importância no combate a discriminação no emprego, pois a Organização entende que, sem a devida orientação e formação, os trabalhadores não tem condições de escolher o trabalho que se adequa às suas habilidades e nem de executar o trabalho que lhes é oportunizado com excelência, ficando assim em posição de desvantagem com aquele trabalhador que tem tais condições.[942]

Assim, em uma política contra a discriminação no emprego é fundamental que os Estados possuam entidades públicas de orientação e formação profissional possibilitando que todo trabalhador tenha igualdade de condições (no tocante a orientação e formação profissional) para buscar seu emprego.

Finalizada a abordagem sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores segundo as Convenções da OIT, é possível perceber que tais direitos estão ligados à proteção da infância e da juventude, à proteção do direito de reunião, à proteção do trabalho livre e à proteção da igualdade nas relações de trabalho, ou seja, são

---

[940] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** art. 3.

[941] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 111 sobre discriminação em matéria de emprego e profissão**. Aprovada em 04 de junho de 1958. Disponível em: < http://www.oit.org.br/content/sobre-discrimina%C3%A7%C3%A3o-em-mat%C3%A9ria-de-emprego-e-profiss%C3%A3o>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016. inciso 2, alínea b.

[942] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 111 sobre discriminação em matéria de emprego e profissão**. inciso 2, alínea b.

direitos ligados aos direitos fundamentais do homem e que tem o condão de possibilitar a realização da dignidade humana.

Desta forma, passa-se agora a analisar alguns momentos em que, dentro das regras do GATT e da OMC são encontradas algumas possibilidades de debate acerca dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

4.4 POSSIBILIDADES DE DEBATE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES DENTRO DA OMC

Antes desta pesquisa abordar a inserção das cláusulas sociais nos acordos internacionais de comércio como instituto capaz de promover a sustentabilidade, faz-se necessário analisar a possibilidade de utilizar as atuais normas da OMC para a adoção dos DFT pelos seus membros.

Em primeiro lugar, cabe abordar o princípio da nação mais favorecida – NMF, tendo em vista ser ele um dos princípios bases da organização do comércio internacional, como já mencionado neste trabalho. Tanto o GATT quanto a OMC foram edificados com base neste princípio, o qual proíbe qualquer tratamento discriminatório entre os membros da OMC. Desta forma, as vantagens negociadas em um acordo comercial dentro da OMC se estendem a todos os seus membros, mesmo que não tenham participado da negociação. Por esta regra, produtos iguais advindos de nações diferentes devem ter o mesmo tratamento alfandegário. [943]

Interpretando restritivamente tal princípio, poder-se-ía compreender que, os produtos obtidos por meio de processos produtivos que desrespeitam os direitos fundamentais dos trabalhadores não poderiam ter o mesmo tratamento de produtos produzidos com respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, pois são produtos que possuem processos produtivos diferentes. No entanto, para a OMC, produto diferente é aquele que tem composição diferente e não modo de produção diferente portanto, tal aplicação restritiva do princípio da NMF não é utilizada. [944]

---

[943] BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional**: la OMC. p.97-99.
[944] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.99.

O princípio da NMF sofre algumas derrogações, tanto no GATT quanto na OMC. A primeira delas está prevista no art. XXIV do GATT (aplicado no âmbito da OMC), o qual permite que países criem acordos comerciais regionais (como o MERCOSUL e UE), bilaterais ou plurilaterais para estabelecer áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras e assim eliminarem suas tarifas aduaneiras mantendo a condição de nação mais favorecida para os demais países. [945]

Para que tais áreas de livre comércio sejam instituídas a OMC exige as seguintes condições: eliminação ou redução recíproca de tarifas abrangendo todo, ou quase todo, comércio entre os países envolvidos; não criar, para países não envolvidos na área de livre comércio, uma posição menos favorável que não existia antes da formação da área de livre comércio. [946]

Respeitando as questões acima abordadas podem ainda os países adotarem outras condições para a realização dos seus acordos de livre comércio. Na há nenhuma proibição de, por exemplo, instituir cláusulas que tratem dos DFT. [947]

A outra derrogação do princípio da NMF foi a instituição da Cláusula Habilitante, aprovada pelos membros do GATT em 1979. Trata-se de uma permissão para que fossem concedidas, de forma transitória, preferências comerciais a países em desenvolvimento. Esta cláusula deu origem ao sistema de Preferências Comerciais Generalizadas, o qual permite aos países em desenvolvimento acessar os mercados dos país mais desenvolvidos de forma facilitada tendo em vista redução de tarifas aduaneiras para seus produtos.[948]

Para isso, as seguintes regras devem ser respeitadas: não há necessidade de reciprocidade, as reduções devem afetar todos os produtos provenientes dos países em desenvolvimento e não um pequeno rol escolhido pelo mais desenvolvido, as vantagens concedidas não devem promover um tratamento discriminatório entre os

---

[945] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.116.
[946] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.116.
[947] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.116.
[948] HERRERO, Luiz Fernando Lobejón. El comercio internacional. Ediciones Akal: Madrid, 2001. p.40-41.

países em desenvolvimento, as distinções de tratamento podem existir, mas não podem ser arbitrárias. [949]

Cabe destacar que, embora o Sistema de Preferências Comerciais Generalizadas não tenha estabelecido a possibilidade de instituir exigências que não fossem comerciais para a concessão das vantagens, os EUA e a UE incluíram em seus acordos a necessidade dos países participantes respeitarem os DFT. Assim, os países em desenvolvimento que querem aproveitar do Sistema de Preferências e comerciar com EUA e UE devem adotar os DFT. Tal prática não tem gerado nenhum tipo de arguição de ilegalidade dentro da OMC, vem sendo adotada sem restrições.[950]

Ocorre que, o Sistema de Preferências Comerciais Generalizadas depende do interesse dos países desenvolvidos. São eles que definem quem serão os países beneficiados, quais os produtos que serão comerciados, qual o tipo de vantagem será concedida, a duração destas vantagens, etc.[951]

Assim sendo, não é um sistema que se aplica a todos os acordos internacionais de comércio e por isso, não tem abrangência mundial. No entanto, a receptividade deste sistema por muitos países em desenvolvimento só prova que é possível inserir a discussão dos DFT no âmbito da OMC.

Uma outra possibilidade de debate dos DFT dentro da OMC é o Art. XX do GATT (que é utilizado pela OMC também), o qual tem a seguinte redação:

> Art. XX. Exceções Gerais. Desde que essas medidas não sejam aplicadas de forma a constituir quer um meio de discriminação arbitrária, ou injustificada, entre os países onde existem as mesmas condições, quer uma restrição disfarçada ao comércio internacional, disposição alguma do presente capítulo será interpretada como impedindo a adoção ou aplicação, por qualquer Parte Contratante, das medidas:
>
> (a) necessárias à proteção da moralidade pública;

---

[949] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.120.

[950] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.122.

[951] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.122.

(b) necessárias à proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais e à preservação dos vegetais;

(c) que se relacionem à exportação e a importação do ouro e da prata;

(d) necessárias a assegurar a aplicação das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente acordo, tais como, por exemplo, as leis e regulamentos que dizem respeito à aplicação de medidas alfandegárias, à manutenção em vigor dos monopólios administrados na conformidade do § 4º do art. II e do art. XVII à proteção das patentes, marcas de fábrica e direitos de autoria e de reprodução, e a medidas próprias a impedir as práticas de natureza a induzir em erro;

(e) relativas aos artigos fabricados nas prisões;

(f) impostas para a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico;

(g) relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis, se tais medidas forem aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacional;

(h) tomadas em execução de compromisso contraídos em virtude de um Acordo intergovernamental sobre um produto de base, em conformidade com os critérios submetidos às Partes Contratantes e não desaprovados por elas e que é ele próprio submetido às Partes Contratantes e não é desaprovado por elas.

(i) que impliquem em restrições à exportação de matérias primas produzidas no interior do país e necessárias para assegurar a uma indústria nacional de transformação as quantidades essenciais das referidas matérias-primas durante os períodos nos quais o preço nacional seja mantido abaixo do preço mundial, em execução de um plano governamental de estabilização; sob reserva de que essas restrições não tenham por efeito reforçar a exportação ou a proteção concedida à referida indústria nacional e não sejam contrárias às disposições do presente Acordo relativas à não discriminação.

(j) essenciais à aquisição ou a distribuição de produtos dos quais se faz sentir uma penúria geral ou local; todavia, as referidas medidas deverão ser compatíveis com o princípio segundo o qual todas as Partes Contratantes têm direito a uma parte equitativa do abastecimento internacional desses produtos e as medidas que são incompatíveis com as outras disposições do presente Acordo serão suprimidas desde que as circunstâncias que as motivaram tenham deixado de existir. As Partes Contratantes examinarão, em 30 de junho de 1960, no máximo, se é necessário manter a disposição da presente alínea. (Grifo nosso)[952]

[952] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XX.

Este artigo permite compreender que dentro da OMC há um sistema de exceções, ou seja, há possibilidade de os membros proibirem a importação de produtos em determinados casos. Destaca-se que o artigo permite aos membros adotarem as medidas necessárias para restringir o comércio desde que: a) justifiquem a necessidade da restrição, b) elas não tenham o intuito de discriminar de forma injustificada os outros membros ou ainda; c) não sejam uma barreira disfarçada ao comércio internacional. [953]

Para o assunto aqui em debate importa as exceções expostas nas alíneas "a", "b" e "e" do artigo. Ao prever nas alíneas "a" e "b" que a moral pública, a vida e saúde humanas deveriam ser respeitadas pelo comércio internacional o GATT permite que importações sejam proibidas quando desrespeitadas estas condições.

Assim, poder-se-ía interpretar que, caso as condições de trabalho empregadas no processo produtivo ferissem a moral pública, a saúde e a vida do homem, o produto poderia ter sua importação proibida. No entanto, a interpretação dada pela OMC é que o produto, e não o seu processo produtivo, não pode violar a ordem pública, a vida e saúde das pessoas. [954]

No tocante a alínea "e" prevê o GATT que um país pode proibir a importação de mercadorias produzidas por presidiários, mesmo que o processo de produção tenham envolvido mão de obra de presidiários de forma voluntária, ou seja, de presidiários que se ofereceram para trabalhar (o que não configuraria o trabalho forçado). [955]

Atualmente, o que poderia ser feito é conferir ao artigo uma interpretação extensiva e proibir a importação de produtos cujo processo produtivo tivesse incluído trabalho forçado. No entanto, não é o que ocorre dentro da OMC. O interesse da Organização é proibir importação de produtos feitos por presidiários por simples questão concorrencial afinal, o trabalho realizado em presídios é mais barato, gera

---

[953] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 72.
[954] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.102.
[955] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.100-101.

um custo menor de produção, o que levar a uma concorrência desleal diante daqueles que não usam trabalho de presidiários. [956]

Ainda poderia se pensar na ampliação do art. XX para comportar outras situações, como o respeito aos DFT. Assim, no caso de desrespeito ao artigo, cada país poderia decidir sobre a existência da infração e sobre as restrições comerciais a serem adotadas. [957]

Porém, a utilização do art. XX já causou bastante discussão dentro da OMC tendo em vista que determinados países criaram restrições ao comércio internacional (alegando necessidade de proteção da vida e saúde do seu povo) e que, na verdade, eram barreiras alfandegárias disfarçadas. Sobre este assunto é importante destacar o caso ocorrido com a Tailândia em 1990:

[...] sob a alegação que o cigarro causa prejuízos à saúde humana, a Tailândia proibiu a importação de cigarros, ao mesmo tempo que permitia a venda interna por uma empresa estatal. Desta forma, muitos motivos nobres, para os quais se alegam as Exceções Gerais, acabam servindo como pretexto para a adoção de barreiras não tarifárias ao comércio. [958]

Ao analisar o caso dos exportadores de cigarro as partes contratantes do GATT entenderam que a Tailândia cometeu uma ilegalidade tendo em vista que a regra adotada criou uma barreira não alfandegária quando, para o mesmo caso, outras atitudes seriam possíveis, tais como diminuir a publicidade e aumentar o preço do cigarro internamente (inclusive daquele produzido pela empresa estatal) diminuindo o seu consumo pela população.

Em virtude destes problemas com a aplicação do art. XX do GATT, a sua ampliação não é a melhor alternativa para inserir dentro da OMC o tema dos direitos fundamentais dos trabalhadores. A ampliação deste artigo, incluindo como exceção da liberação comercial o desrespeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, conferiria amplo poder restritivo aos membros que poderiam determinar, de forma

---

[956] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.100-101.
[957] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.109.
[958] BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. p. 72-73.

arbitrária, quais os países estariam descumprindo os DFT e qual a sanção, ou restrição comercial, a aplicar, sem consultar a OIT. [959]

Já o art. XXIII do GATT prevê que um Estado pode denunciar a outro, na OMC, em virtude de comportamento que esteja anulando ou comprometendo seus direitos ou vantagens:

> Art. XXIII Proteção de Concessões e vantagens
>
> 1. No caso de uma Parte Contratante considerar que uma vantagem qualquer resultante para ela, direta ou indiretamente, do presente Acordo, está sendo anulada ou reduzida, ou que um dos objetivos do Acordo está sendo dificultado, em consequência:
>
> (a) do não cumprimento por outra das Partes Contratantes dos compromissos pela mesma assumidos em virtude do presente Acordo;
>
> (b) da aplicação por outra das Partes Contratantes de uma medida, contrária ou não às disposições do presente Acordo; ou
>
> (c) da existência de qualquer outra situação, dita Parte Contratante, a fim de obter solução satisfatória para a questão, poderá dirigir representações ou propostas por escrito à outra ou outras Partes Contratantes que lhe parecerem interessadas. Qualquer Parte Contratante, por essa forma interpelada, examinará, com boa vontade, as representações ou propostas que lhe tenham sido dirigidas.
>
> 2. Se as Partes Contratantes interessadas não chegarem a um Acordo satisfatório dentro de um prazo razoável, ou se a dificuldade for uma das previstas no § 1 (c) deste artigo, a questão poderá ser submetida às Partes Contratantes. As Partes Contratantes iniciarão, sem demora, uma investigação sobre qualquer assunto que lhes seja submetido e, se julgarem conveniente, dirigirão recomendações especiais e apropriadas às partes Contratantes que julguem interessadas, ou baixarão normas sobre a questão. As Partes Contratantes, quando acharem necessário, poderão efetuar consultas com as outras Partes Contratantes, com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e com qualquer outra organização intergovernamental competente. Se elas consideram que as circunstâncias são suficientemente graves para justificar uma tal medida, poderão autorizar uma ou várias Partes Contratantes a suspender, com respeito a tal outra ou tais outras Partes Contratantes, a aplicação de qualquer concessão ou outra obrigação resultante do Acordo geral cuja suspensão justificada elas examinarão, levando em conta as circunstâncias. Se uma tal concessão ou outra obrigação, for efetivamente suspensa com respeito a uma Parte Contratante, será permitido à referida Parte

[959] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.109.

> Contratante, no prazo de 60 dias, a contar da data da aplicação desta suspensão, notificar por escrito ao Secretário Executivo das Partes Contratantes, sua intenção de denunciar o Acordo geral; esta denúncia se efetuará ao término do prazo de 60 dias, contados a partir da data em que o Secretário executivo das Partes Contratantes tiver recebido a aludida notificação. [960]

Utilizar este artigo para promover os direitos fundamentais dos trabalhadores implicaria em provar que, o fato de um Estado não respeitar os DFT cria uma condição que desrespeita ou anula os direitos ou vantagens de outros membros da OMC. Tendo em vista a dificuldade desta comprovação, esta interpretação não é utilizada. [961]

Uma proposta viável, e que já foi feita pelos EUA, porém bastante difícil de praticar, seria incluir de forma expressa neste artigo que os desrespeito aos DFT por um membro fere ou anula os direitos ou vantagens dos outros Estados membros. Assim, os membros poderiam solicitar à OMC autorização de medidas contra outro membro que estivesse desrespeitando os DFT. Desta forma, a OMC determinaria e aplicaria a sanção cabível. [962]

Cabe destacar ainda a previsão do art. XIII, inciso I, do Acordo Constitutivo da OMC:

Este Acordo e os Acordos Comerciais Multilaterais dos Anexos I e 2 não se aplicarão entre dois membros quaisquer se qualquer um deles no momento em que se torna Membro não aceita sua aplicação.[963]

Assim, para a OMC, os membros antigos podem não aceitar as obrigações decorrentes dos acordos de comércio em relação ao membro novo. Esta seria uma forma de excluir um membro novo dos acordos quando ele não respeitasse os DFT.

---

[960] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XXIII.

[961] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.103.

[962] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.110.

[963] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. XIII, inciso I.

No entanto, tal prática não é adotada pela OMC que permitiu, inclusive, a entrada da China em seu quadro de membros sem nenhuma restrição. [964]

Há ainda quem defenda que, quando um país não respeita os DFT ele está praticando o dumping social e, portanto, dever-se-ía aplicar o art. VI do GATT. [965] No entanto, a prática não pode ser considerada como dumping pois segundo o art. VI do GATT o dumping ocorre quando um país introduz seus produtos em outro país com preço inferior ao preço normal do produto, causando prejuízos a determinado ramo de atividade no país importador. [966]

Para o GATT e a OMC, o preço do produto é considerado inferior a seu valor normal quando é:

> a) menor do que o preço comparável nas transações comerciais normais, para o produto similar destinado ao consumo no país exportador; ou
>
> b) na ausência desse preço no mercado interno deste último, se o preço do produto exportado é:
>
> i) menor do que o mais alto preço comparável para uma exportação de produto similar a um terceiro país no decurso de operações comerciais normais; ou
>
> ii) menor do que o custo de produção deste produto na país de origem, acrescido de um complemento razoável para despesas de vendas e de lucro. [967]

Portanto, o dumping é configurado quando a estratégia empresarial de acesso ao mercado internacional é vender o produto a preços inferiores ao que ele possui no mercado interno. [968]

Desta forma, o dumping social não é considerado dumping em conformidade com o direito da OMC, pois, no dumping social o baixo custo do produto advém de um repasse de valores do Estado para as empresas (incentivo) ou ainda das

---

[964] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.104.
[965] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.106.
[966] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. VI
[967] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. art. VI.
[968] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.106.

condições laborais que os Estados proporcionam. Já no caso do dumping, o preço é reduzido em virtude de estratégia empresarial para poder ter acesso ao mercado internacional almejado. [969]

Diante do exposto percebe-se que, com as atuais normas que regulam o comércio internacional, não é possível discutir a adoção de direitos fundamentais dos trabalhadores pelos Estados que participam do Sistema Multilateral de Comércio da OMC (a não ser que firmem acordos bilaterais).

Assim, a proposta que se que sustentar nesta tese é que, a inserção, dentro acordos internacionais de comércio de uma cláusula social seria um instrumento para a promoção da sustentabilidade.

4.5 A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA SOCIAL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Após todo o estudo realizado no presente trabalho chega-se, por derradeiro, ao momento de sustentar a tese aqui proposta, qual seja: que a inserção de cláusulas sociais em acordos multilaterais de comércio, firmados na OMC, é instrumento de promoção de sustentabilidade social.

Para sustentar a tese tomar-se-á por base três afirmações, as quais podem ser sintetizadas diante de todo o conteúdo exposto até então: a) a sustentabilidade é realizada, também, com a promoção do trabalho decente; b) o trabalho decente é realizado com base em quatro princípios, dentre eles, a adoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores; c) portanto, a cláusula social essencial e incentivadora, se adotada, promove a sustentabilidade na medida em que exige o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Passa-se agora a trabalhar tais afirmações com base nos capítulos anteriores desta tese.

---

[969] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p.106.

O primeiro capítulo tratou da sustentabilidade. Inicialmente foi realizado um relato histórico acerca das discussões travadas internacionalmente sobre o tema. Analisou-se, de forma sucinta, o início da preocupação do homem com a proteção da natureza e a evolução desta preocupação até a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, em 1987.

Diante disso, verificou-se a limitação conceitual da expressão desenvolvimento sustentável, a qual indica apenas um caminho para a sustentabilidade: o desenvolvimento. E assim passou-se a discorrer sobre como o tema da sustentabilidade foi debatido na esfera internacional sendo possível compreender que, a partir da Conferência de Johanesburgo de 2002, o termo sustentabilidade sagrou-se na esfera internacional.

A supracitada Conferência ratificou a Declaração do Milênio, a qual consiste em uma lista de objetivos de desenvolvimento econômico, social e ambiental também chamada de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. A lista dos ODM é composta por oito objetivos e dentre eles está o objetivo número 1: acabar com a pobreza. Para acabar com a pobreza a meta estabelecida pela ONU é alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

A definição dos ODM mostrou ao mundo que os membros da ONU estão comprometidos e envolvidos com a construção de uma sociedade livre, igualitária, solidária, tolerante, e respeitosa da natureza. Dando um passo adiante na busca por este tipo de sociedade, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+20, cujo objetivo primordial era rediscutir o compromisso dos países com a sustentabilidade.

Conforme a presente pesquisa relatou, a referida Conferência levantou o debate sobre o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Foi deflagrado o processo de construção de uma lista de objetivos e, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foi aprovada a declaração que continha os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados até 2030.

Com relação ao tema da presente tese, o objetivo 8, que trata da promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, também delineia metas para: a

promoção do trabalho decente para todos, o pleno emprego, a erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo e do tráfico de pessoas e ainda a proteção e promoção dos direitos trabalhistas e do meio ambiente laboral seguro. Percebe-se, pela leitura dos ODM e dos ODS, que a ONU entende que o trabalho em condições decentes faz parte do caminho para a sustentabilidade.

Para a OIT, o trabalho decente é aquele que respeita quatro princípios: geração de novos empregos, incremento da seguridade social, diálogo social, participação tripartite (Estado, trabalhadores e empregadores) e adoção e prática dos direitos fundamentais do trabalho. Desta forma, a adoção e prática dos direitos fundamentais dos trabalhadores promove o trabalho decente e, por consequência, a sustentabilidade em conformidade com os objetivos traçado pela ONU.

Portanto, demonstrou-se de vital importância para o presente trabalho perquirir o conceito de sustentabilidade e assim foram abordadas várias correntes doutrinárias que tentam conceituar a sustentabilidade sugerindo uma série de atividades e atitudes. Em alguns casos as sugestões têm por base a proteção da vida humana e em outros casos a proteção de todas as formas de vida existentes no planeta.

Restou claro que, independente da corrente que se quer seguir, o caminho para a sustentabilidade exige uma imperiosa modificação da humanidade com o objetivo maior de construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa da natureza.

Diante de todas as correntes expostas, pode-se inferir que a modificação da humanidade em direção à sustentabilidade, passa pela realização de certas transformações: a) mudança com relação ao padrão de consumo atual; b) conceder às pessoas tudo o que for necessário para que vivam com dignidade; c) desonerar a natureza modificando as bases do sistema de produção, e respeitá-la, considerando que o homem é parte da natureza e que, portanto, ela deve ser o seu templo.

Após estabelecer o conceito de sustentabilidade, ou pelo menos de possibilitar que os principais aspectos do mesmo fossem compreendidos, a pesquisa buscou abordar as seguintes dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

No tocante ao tema da presente tese tonar-se importante destacar a dimensão social da sustentabilidade. Após buscar em cada corrente (as quais tentam definir sustentabilidade) os aspectos sociais da sustentabilidade a conclusão que se chega é que, para uma sociedade socialmente sustentável há que se promover o cenário adequado para que as pessoas vivam a sua dignidade.

Assim, na busca pelo aprofundamento do conceito de dignidade humana, o Capítulo 2 tratou dos direitos fundamentais. Em primeiro lugar a presente pesquisa apresentou as várias terminologias utilizadas para nominar a categoria de direitos que se pretendia discutir e ao final chegou-se a conclusão que a terminologia mais acertada seria direitos fundamentais.

Posteriormente, buscou-se conceituar os direitos fundamentais, seguindo os ensinamentos de doutrinadores como Gregorio Peces Barba, Ingo Wolfgang Sarlet, Perez Luño, entre outros, e chegou-se a conclusão que a expressão direitos fundamentais, nesta pesquisa, seria aquela usada para definir: as pretensões morais justificadas embasadas em valores como: liberdade, igualdade, dignidade, solidariedade e segurança jurídica, que devem ser positivadas para adquirirem força coercitiva perante seus destinatários.

Compreendendo-se o conceito da expressão direitos fundamentais para a presente tese de doutorado, passou-se a abordar os modelos de evolução histórica dos direitos fundamentais no intuito de compreender suas origens e quais as pretensões morais justificadas serviriam como base para a criação destes direitos.

Ao final deste estudo denotou-se que apenas uma visão integral do conceito de direitos fundamentais, envolvendo as suas dimensões (ética, jurídica e social) e o estudo do histórico da formação destes direitos, permite a compressão dos valores que os embasam, quais sejam: dignidade, igualdade e liberdade.

Tal visão integral ainda permite concluir que os direitos fundamentais devem ser garantidos e protegidos em sua plenitude e que a negativa de apenas um deles leva à sua negação total. Portanto, não há direitos fundamentais mais importantes e direitos fundamentais menos importantes, todos devem ser garantidos e protegidos na mesma medida. Assim sendo, os direitos laborais jamais podem ser colocados em segundo plano frente aos direitos econômicos.

Ainda no segundo capítulo abordou-se a dignidade humana, seu histórico, conceito e relação com o trabalho decente. Conforme se pode perceber, a dignidade humana é uma das pretensões morais justificadas que embasam os direitos fundamentais. Seu conteúdo permeou a história humana incluindo o processo de evolução histórica dos direitos fundamentais.

Foi no século XVIII que as principais ideias sobre a dignidade humana surgiram, pois, os conceitos desenvolvidos, nesta época, por Immanuel Kant permanecem atuais. Seguindo os ensinamentos de Kant, o homem para ser livre deve ser capaz de viver em conformidade com as leis que ele mesmo criou e que nascem de sua capacidade de raciocinar. Assim, a dignidade humana tem como base: a razão, a autonomia de vontade e a impossibilidade de coisificação do homem.

Às teorias de Kant sobre dignidade humana foram sendo somadas outras teorias que aprofundaram o estudo sobre as características do homem que definem a dignidade humana. E assim, a dignidade humana passou a ser vista não mais como somente uma qualidade inata do ser humano, mas também como fruto de várias lutas históricas do homem para que o seu direito de viver a sua dignidade fosse reconhecido.

No entanto, para que todo homem pudesse ter sua dignidade respeitada foi necessário que, através dos tempos, legislações fossem criadas com o intuito de garanti-la e defendê-la. Desta forma, a leitura do segundo capítulo demonstra que muitos direitos fundamentais são utilizados como instrumento da promoção da dignidade humana, tendo em vista que ela os embasa.

Conforme defende Peces-Barba, a dignidade humana serve de fundamento para as leis estabelecidas pelo Estado, possibilitando aos homens que organizem suas vidas e alcancem sua felicidade por meio da realização de suas escolhas. [970]

Assim sendo, a presente pesquisa demonstrou a ligação entre a dignidade humana e os direitos fundamentais. A dignidade humana ao mesmo tempo que embasa os direitos fundamentais tem sua garantia e defesa sustentada por eles.

---

[970] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **Ética, poder y derecho**: reflexiones ante el fin de siglo. p. 15

Desta forma, torna-se de vital importância que os direitos fundamentais sejam positivados para que as ações dos Estados e dos particulares possam ser por eles (os direitos fundamentais) reguladas, respeitando-se e garantindo-se a dignidade humana.

O segundo capítulo ainda demonstrou que os estudos sobre dignidade humana sempre questionam qual seria o rol mínimo de direitos fundamentais que deveriam existir para que esta fosse respeitada e garantida. Foi com base neste debate que surgiu a teoria das necessidades.

O Capítulo 2 mostrou que existem várias teorias que tentam explicar quais são as necessidades humanas que, se satisfeitas, garantiriam o respeito da dignidade humana. Tais teorias são expressas por autores como: Agnes Heller, Maria José Anon Roig, Len Doyal e Ian Gough, Martha Nussbaum e Manfred Max-Neff.

As teorias de Sen e Nussbaum são as mais adequadas para a presente tese conferindo-lhe o fundamento teórico necessário. Conforme já abordado, a teoria das necessidades propõe a criação de uma lista de necessidades centrais do homem, as quais devem ser garantidas para que sua dignidade seja respeitada.

No que diz respeito às relações trabalhistas, a teoria das necessidades permite compreender que é indispensável a existência de um padrão mínimo de proteção aos trabalhadores para que estes possam exercer suas capacidades. Desta forma, este trabalho evidenciou que uma relação laboral deve ocorrer de tal maneira que o trabalhador possa, no desenvolvimento do seu labor, fazer suas escolhas e colocá-las em prática, realizando sua condição de ser humano digno.

Para melhor compreensão acerca de um padrão mínimo de direitos laborais que seriam capazes de garantir ao trabalhador o seu direito de escolha e, portanto, a sua vida com dignidade, o Capítulo 4 buscou demonstrar, em seu início, quais os direitos laborais que, se garantidos, promoveriam o trabalho decente e, por via de consequência, a dignidade humana e a sustentabilidade (conforme previsão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Percebe-se que o Capítulo 1 (o qual tratou da sustentabilidade), o Capítulo 2,

(que tratou dos direitos fundamentais), e a primeira parte do Capítulo 4 (que abordou os direitos fundamentais dos trabalhadores), permitiram estabelecer o elo de ligação entre o trabalho decente, dignidade humana e sustentabilidade. O trabalho decente, ao promover o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores, promove a dignidade humana e torna-se um dos caminhos para a sustentabilidade.

Porém, tendo em vista a importância da OIT, como entidade internacional com capacidade e legitimidade para tratar do trabalho decente, e da OMC, como entidade internacional com capacidade e legitimidade para tratar do comércio internacional, foi necessário abordá-las no Capítulo 3 como duas entidades que fazem parte da governança internacional e que poderiam trabalhar em conjunto para a promoção do trabalho decente e da sustentabilidade.

Primeiramente buscou-se expor as origens do Sistema Multilateral de Comércio, com o intuito de promover a compreensão do contexto histórico e dos valores e preocupações que permearam a criação da OMC. Em seguida o capítulo trouxe informações sobre os princípios, objetivos, âmbito, funções, estrutura e condição para ser membro e ainda como são solucionados os conflitos dentro da OMC.

Mais adiante o capítulo abordou a OIT, também partindo da exposição acerca do histórico da instituição, possibilitando ao leitor que ele compreendesse quais as influências do momento histórico na fundação da OIT. Foram abordados também sua natureza jurídica, estrutura, membros e sua atividade normativa. Por fim, buscou-se demonstrar as dificuldades enfrentadas por esta instituição na consecução dos seus objetivos.

O Capítulo 3 teve como objetivo central fornecer informações que permitissem compreender o funcionamento destas duas instituições internacionais particularmente envolvidas no objeto desta pesquisa. Tratou-se de um capítulo descritivo, mas que contou ao final com uma parte crítica. Pode-se perceber as dificuldades enfrentadas pela OIT na realização dos seus objetivos e como o fato de não ter um sistema de controle e aplicação de suas normas com penalidades de peso e bem definidas, para seus membros, faz com que seu papel se enfraqueça no cenário internacional.

No entanto, restou claro que a OIT é a entidade internacional com experiência e competência necessárias para legislar em matéria de direito internacional do trabalho e acompanhar como esta legislação está sendo aplicada ao redor do mundo.

Adentrando o presente Capítulo 4 buscou-se apresentar como a OMC debateu internamente a questão da cláusula social. Foi realizado um breve histórico das Rodadas de Negociação expondo como o assunto foi debatido em cada uma delas e quanta polêmica ele gerou. Pode-se perceber que, atualmente, o assunto das cláusulas sociais dentro da OMC continua gerando muitas divergências transformando-se em um daqueles assuntos que trava a pauta de negociações entre países desenvolvidos e os menos desenvolvidos.

Cabe destacar novamente que, para a presente pesquisa foi feita uma escolha conceitual acerca da cláusula social, compreendendo-a como aquela cláusula a ser inserida nos acordos de comércio internacional para exigir que os países envolvidos respeitem os direitos fundamentais dos trabalhadores - DFT, ou seja, trata-se da cláusula social essencial.

Assim, a cláusula social em discussão nesta pesquisa é aquela que contém as seguintes características: a) trata dos direitos fundamentais dos trabalhadores; b) é instituída pela OMC e aplicada aos seus membros; c) é uma cláusula de incentivo, ou seja, proporá vantagens comerciais àqueles países que adotarem os DFT.

Ao estudar as convenções da OIT sobre o assunto compreendeu-se o rol dos direitos fundamentais dos trabalhadores como uma lista mínima de direitos a qual deve ser respeitada para a promoção trabalho decente, permitindo que o homem viva com dignidade e que a sociedade se torne socialmente sustentável.

Tais direitos abarcam questões básicas da vida humana. O trabalhador deve ter a liberdade de se reunir, de se organizar; deve o trabalhador laborar livremente, longe de qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório; crianças não devem trabalhar e ainda, homens e mulheres devem ter os mesmos direitos em uma relação laboral.

A OIT considera estes direitos como habilitadores, ou seja, eles são capazes

de produzir condições que habilitam os trabalhadores a alcançar outros direitos. São capazes de possibilitar ao trabalhador que ele faça as suas escolhas e, portanto, viva uma vida digna.

Assim, as cláusulas sociais que tratam do respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores contribuem para a promoção do trabalho decente na medida em que contribuem para consecução de um dos seus quatro princípios (traçados pela OIT).

Conforme foi visto acima, as regras previstas atualmente no Acordo Constitutivo da OMC só promoveriam o trabalho decente caso fosse conferida a elas uma interpretação ampla dos seus efeitos, o que não vem ocorrendo atualmente.

Esta interpretação mais ampla da legislação atual não ocorre pois não há incentivo para isso. Na esfera do comércio internacional a linguagem utilizada é a da vantagem econômica. Raramente um acordo é firmado se não há vantagens econômicas para ambas as partes. Assim, não há como pensar em exigir o cumprimento dos DFT por meio de uma interpretação ampla dos preceitos atuais do Acordo Constitutivo da OMC se isso não for trazer vantagens econômicas além daquelas já existentes.

Portanto, a ideia de instituição de uma cláusula social essencial incentivadora, criada no âmbito dos acordos comerciais firmados pela OMC, promoveria a concessão de vantagens comerciais para aqueles países que respeitassem os DFT, além das vantagens que já existem.

A despeito de quem possa criticar esta ideia alegando que ela fere o princípio da nação mais favorecida, em virtude de promover uma discriminação entre os países membros da OMC pelo descumprimento dos DFT, cabe relembrar que tais diferenciações já existem, no entanto, por outros motivos. Pelo sistema de preferências comerciais da OMC, são conferidas vantagens a países em desenvolvimento pelo simples fato de serem países em desenvolvimento. Desta forma, já há exceções ao princípio da nação mais favorecida em vigência dentro da

própria OMC, portanto, não haveria impedimento para instituir mais uma exceção. [971]

Ainda cabe destacar a opinião expressada por muitos países menos desenvolvidos em todas as ocasiões que a cláusula social foi colocada em debate na OMC. Segundo estes países a cláusula social é uma medida protecionista. [972]

No entanto, a cláusula social que aqui se propõe é uma cláusula incentivadora, ou seja, não se trata de uma cláusula que irá barrar ou sancionar o comércio com países menos desenvolvidos para proteger o mercado de trabalho interno do país desenvolvido. Trata-se de uma cláusula que instituiria vantagens comerciais, além das vantagens já constantes em acordos comerciais, para aqueles países que respeitassem os DFT. Desta forma, ter-se-ía uma cláusula social menos protecionista com relação às importações provenientes de países que respeitassem os DFT. [973]

Conforme já amplamente exposto neste trabalho, há também os partidários da ideia de que o crescimento econômico é a única solução para o desenvolvimento humano (conforme se demonstrou no Capítulo 1 quando foram expostas as ideias de Elkington). Para estes defensores, a cláusula social seria uma barreira ao crescimento econômico, retirando dos países em desenvolvimento a única vantagem que possuem, qual seja: o baixo custo das relações trabalhistas em virtude da precária legislação protetiva dos trabalhadores. [974]

No entanto, pesquisas realizadas por organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, demonstram que há pouquíssimas evidências de que o desrespeito aos DFT é realmente uma vantagem competitiva no comércio internacional. Segundo as pesquisas, não há como comprovar que um país que desrespeita os DFT tem melhor desempenho comercial do que os países que respeitam os DFT. Estas conclusões foram encontradas em dois relatórios realizados pela OCDE e

---

[971] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 49.
[972] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 50.
[973] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 51.
[974] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 51-54.

publicados em 1996 e 2000.[975]

Até porque, os direitos fundamentais dos trabalhadores não envolvem questões como a instituição de um salário mínimo global, o que, certamente, alteraria o custo dos produtos, eles se constituem em direitos de liberdade relacionados ao trabalhador.

Os DFT, conforme já amplamente exposto neste trabalho, envolvem: o direito de associação, a igualdade entre homens e mulheres, a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado. Assim, o respeito a estes direitos, com exceção do trabalho forçado (no qual os trabalhadores poderiam estar laborando em condições análogas à de escravo e, portanto, não recebendo salários), não influenciaria de forma significativa a formação do custo do produto. Pelo menos não o suficiente para sustentar a alegação de que esta influência favoreceria a competitividade dos países que não respeitam os DFT.[976]

Cabe destacar ainda que esta pesquisa já demonstrou amplamente que a dignidade humana plena advém do desenvolvimento de fatores ambientais, econômicos e sociais. Desta forma, é inconcebível que o crescimento econômico se sobreponha ao desenvolvimento social ou ambiental, isto seria justamente o contrário do que se prega atualmente com a sustentabilidade.

Diante disso, segue exatamente na direção oposta da sustentabilidade quem defende o comércio internacional desconectado da questão social, como, por exemplo, Jeffrey Sachs, que defende o crescimento da indústria de confecção indiana a qual, mesmo empregando mulheres em jornadas extenuantes, lhes traz

---

[975] ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Trade, employment and labour standards:** a study of core workers' rights and international trade. Paris: OCDE, 1996. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/trade/trade-employment-and-labour-standards_9789264104884-en>. Acesso em: 11 de abril de 2016.
ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Comercio internacional y estándares laborales básicos.** Paris: OCDE, 2000. Disponível em: < http://www.oecd-ilibrary.org/trade/international-trade-and-core-labour-standards_9789264188006-en>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

[976] DESSING, Maryke. **The social clause and the sustainable development**. Internacional Centre for Trade Sustainable: Genebra, 2001. Disponível em:<www.ictsd.org/downloads/2008/06/scpaper.pdf >. Acesso em: 18 de abril de 2016. p.10-42.

dinheiro ao final do mês para custear estudos, alimentação, etc..[977]

Como explica Vital Moreira, os direitos trabalhistas não podem ser considerados bens de luxo, que só os países mais desenvolvidos podem ter. A garantia de direitos trabalhistas cria uma legião de trabalhadores satisfeita que produz mais e que, portanto, aumenta a produtividade e a competitividade. [978]

Ademais, os direitos dos trabalhadores que seriam garantidos com a cláusula social aqui proposta seriam aqueles defendidos na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (como se pode perceber no início deste capítulo) e, portanto, não se poderia negá-los a nenhum trabalhador do mundo, independente do estágio de desenvolvimento do país em que vive.

Outro argumento que poderia ser levantado contra cláusula social seria o da soberania dos países no tocante a organização interna das relações de trabalho. Podem tentar sustentar que a cláusula social afronta a soberania dos países na medida em que exige que criem leis que protejam internamente seus trabalhadores. No entanto, várias outras condições de acordos comerciais ferem a soberania nacional, como determinadas normas fitossanitárias que são exigidas para que o comércio se perfectibilize, e nem por isso são deixadas de lado. [979]

Contra o argumento de que as áreas de abrangência da OMC e da OIT são diferentes e que, portanto, o debate acerca do respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores seria papel da OIT e não da OMC vale destacar que, em tempos em que se fala de governança global e de transnacionalidade, nada impede que duas ou mais instituições internacionais convirjam suas ações com um foco comum, neste caso, a proteção dos trabalhadores. [980]

Como a OIT não consegue mobilizar os países membros para a realização dos direitos fundamentais dos trabalhadores por não possuir uma moeda de troca interessante, a OMC, por possuir a moeda de troca interessante (vantagens

---

[977] Conforme pode-se extrair da leitura da obra: SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

[978] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 53.

[979] MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Européia. p. 55.

[980] DOMÍNGUEZ, Juan José Fernandes. **De la condicionalidade social a los acuerdos marco internacionales:** sobre la evolución de la responsabilidade social empresarial. p. 55-61.

comerciais) pode agir em conjunto para o alcance do objetivo comum: uma sociedade sustentável. Afinal, mesmo a OMC não sendo uma agência da ONU elas trabalham em conjunto e, portanto, possuem objetivos em comum, conforme pode ser visto no já citado Acordo Constitutivo da OMC, no qual a entidade se compromete a trabalhar pelo desenvolvimento humano.

A OIT possui, sem dúvida, a experiência necessária para legislar em matéria trabalhista e para acompanhar a adoção das suas normas pelo mundo, e a OMC possui, também sem sombra de dúvida, uma ferramenta importante para promover a adoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores pelo mundo, qual seja: os acordos comerciais internacionais. Por meio da instituição de cláusulas sociais essenciais e incentivadoras nos acordos comerciais internacionais a OMC pode incentivar os países envolvidos a adotar os DFT para conseguirem vantagens comerciais.

Desta forma, não há justificativas para a não instituição de cláusula social essencial e incentivadora nos acordos comerciais firmados pela OMC. É, portanto, possível a instituição de uma cláusula social que conceda vantagens econômicas para os países que respeitam os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Na medida em que estes direitos fundamentais dos trabalhadores fossem sendo respeitados pelos países envolvidos nos acordos comerciais firmados, o trabalho decente iria sendo expandido pelo globo colocando os países envolvidos no comércio internacional na rota para a sustentabilidade.

Na medida em que os países interessados em maiores vantagens comerciais aderissem aos acordos comerciais com cláusulas sociais, suas legislações internas seriam modificadas para dar espaço a previsão dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

É claro que a modificação das legislações internas de cada Estado para a institucionalização dos direitos fundamentais dos trabalhadores não é algo que pode ocorrer da noite para o dia, é um processo lento e gradual para o qual os Estados envolvidos precisam de apoio e de tempo para realizar.

Alguns acordos comerciais bilaterais prevendo cláusulas sociais já estão

sendo firmados pelos EUA e pela UE. Um deles é o Acordo de Cotonu, trata-se de um acordo de cooperação firmado entre a UE e Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Tal acordo tem como objetivo primordial a erradicação da pobreza; a cooperação para a paz, para a segurança, e para a estabilidade política e democrática dos países da ACP. Desta forma, em troca da liberação comercial, a UE exige dos países da ACP o respeito aos direitos humanos, ou seja, a UE vai além dos DFT. Para auxiliar nesta empreitada (de respeito aos direitos humanos), a UE propõe estratégias de cooperação que vão desde o diálogo social flexível até a ajuda financeira para os países da ACP.[981]

Diante de iniciativas como a citada acima, é possível visualizar que a inserção das cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio é uma estratégia de promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores perfeitamente factível quando as partes envolvidas nos acordos fazem suas concessões e se colocam disponíveis para contribuir com o desenvolvimento humano.

Na prática, OIT e OMC poderiam trabalhar juntas. A OIT apresentaria seus relatórios anuais com relação à prática dos DFT em cada Estado envolvido no acordo comercial, para que fosse feita a análise, pela OMC, da concessão ou da permanência ou não das vantagens comerciais.

Fica bastante claro depois da realização de toda esta pesquisa que, todas as argumentações que são feitas contra a adoção de cláusulas sociais nos acordos internacionais de comércio firmados pela OMC caem por terra quando se trata da responsabilidade que todos os Estados e que todas as pessoas possuem com os direitos fundamentais dos trabalhadores, como parte que são dos direitos previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos.

A OMC não pode mais se esconder atrás do discurso de separação de funções entre ela e a OIT. Não pode mais se esconder atrás de discursos que alegam protecionismo, ou qualquer outra motivação, para continuar permitindo que países menos desenvolvidos explorem seus trabalhadores ao máximo, sem

---

[981] UNIÃO EUROPÉIA; ESTADOS DA ÁFRICA, DAS CARAÍBAS E DO PACÍFICO. **Acordo de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros.** Cotonu, 23 de junho de 2000**.** Disponível em :<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215(01)>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

respeitar sua dignidade humana.

É possível instituir a cláusula social essencial incentivadora assim como é possível colocá-la em prática com o auxílio técnico, do mais alto gabarito, que a OIT pode proporcionar. E qualquer discurso contrário a isso seguirá na contramão dos atuais compromissos assumidos pelos membros da ONU com a sustentabilidade.

O compromisso com a promoção de uma vida digna para todos os habitantes desta Aldeia Global, a qual chamamos de Terra, não pode sucumbir a compartimentalizações. A OMC, ao alegar que não é a instância competente para debater a questão dos direitos fundamentais dos trabalhadores, compartimentaliza o problema e se exime da responsabilidade.

No atual mundo globalizado não há mais espaço para estas justificativas simplistas que defendem o não envolvimento. A solução dos problemas atuais exige o pensamento complexo, exige que enfrentemos os problemas atacando todas as suas dimensões e que trabalhemos em conjunto!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar tornar-se importante destacar que o problema proposto para esta pesquisa é responder à seguinte indagação: as cláusulas sociais, quando inseridas em acordos comerciais firmados pela OMC, são capazes de promover a sustentabilidade?

A partir desta problemática a presente tese foi organizada em quatro capítulos cujo objetivo era sustentar que a adoção de cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio é instrumento de promoção da sustentabilidade. Assim, fez-se necessário que, nos três primeiros capítulos, fossem expostas as teorias de base para subsidiar o estudo.

Desta forma, o Capítulo 1 abordou as origens do tema sustentabilidade, o seu conceito e as suas dimensões. O conceito foi construído a partir da exposição de relatos históricos de eventos internacionais e nacionais, e de trabalhos científicos publicados acerca do tema, com ênfase nas discussões patrocinadas pela ONU e seus órgãos.

Foi possível perceber a complexidade do assunto, tendo em vista a existência de várias correntes que tratam do conceito de sustentabilidade. No entanto, pode-se inferir com o estudo realizado que, independentemente da base teórica adotada, seja a que centra o conceito de sustentabilidade na perpetuação da espécie humana ou aquela que centra o conceito de sustentabilidade na perpetuação de todas as formas de vida, a teoria da sustentabilidade busca uma mudança para a construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa da natureza, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras. E, em uma sociedade justa, não há espaço para pobreza, fome, miséria, ou desigualdade social, há que ser respeitada a dignidade humana.

Assim, para a espécie humana se perpetuar de forma sustentável, é de extrema necessidade que seja reconhecida e garantida a dignidade humana, a qual é concretizada por meio dos direitos fundamentais. Desta forma, o Capítulo 2 teve como objetivo expor as origens, o conceito de direitos fundamentais, sua visão integral e o conceito de dignidade humana, além da teoria das necessidades, a fim de que, ao final da tese, fosse possível compreender que a inclusão de cláusulas

sociais nos acordos multilaterais firmados pela OMC, promove a dignidade humana e, por consequência, a sustentabilidade.

O estudo da visão integral dos direitos fundamentais permitiu conhecer as dimensões e os processos de evolução histórica destes direitos. Estes dois conteúdos possibilitam a compreensão dos direitos fundamentais como um conjunto de direitos interdependente, indivisível, e universal. Estas características justificam o fato dos direitos econômicos não poderem se sobrepor aos direitos sociais, ou seja, contribuem para a justificação da tese desta pesquisa.

Em seguida, após a análise de vários conceitos de dignidade humana, compreendeu-se que se trata de uma característica intrínseca do ser humano, a qual o qualifica a ser tratado com respeito tanto por seus pares quanto pelo Estado. Desta forma, para que a dignidade humana seja plena, é necessário o reconhecimento e a garantia de um conjunto de características que faz o homem ser reconhecido como homem, tais como a sua razão e sua autonomia de vontade.

No entanto, à estas características básicas foram sendo somadas outras que surgiram em virtude de constatações e reclames do próprio homem como: a capacidade de construir conceitos gerais e raciocinar, a capacidade de reproduzir sentimentos, a capacidade de dialogar e de se comunicar, a sociabilidade, etc..

Porém, de nada adianta ao homem compreender que é digno se esta dignidade não é reconhecida por todos e garantida pelo Estado. É neste momento que se percebe o papel destacado dos direitos fundamentais como instrumento de reconhecimento e garantia das condições que permitem ao homem viver plenamente sua dignidade.

Assim, foi possível inferir que o reconhecimento legal de alguns direitos, dentre eles os direitos sociais, tais como: liberdade sindical, igualdade entre homens e mulheres na relação de emprego, proibição do trabalho forçado ou degradante, entre outros que elevam o trabalho do homem à categoria de trabalho decente, concretizam a própria dignidade humana. Estes direitos sociais são originários de lutas travadas com o objetivo de melhoria das condições de trabalho que, em certa época, eram desumanas e, portanto, indignas.

Ao analisar o histórico da proteção trabalhista no mundo observa-se que homens, mulheres e crianças eram explorados por empregadores na busca incessante pelo lucro e pela riqueza. Apenas após várias batalhas travadas pelos trabalhadores é que os Estados passaram a reconhecer a necessidade de protegê-los.

No entanto, há ainda alguns países que não se livraram totalmente das práticas exploratórias da mão de obra humana. Em alguns casos, sequer houve a positivação dos direitos sociais e, em outros, faltam os meios para sua implementação e fruição. O fato é que a garantia do direito ao trabalho com dignidade é certamente uma das formas de concretizar a dignidade humana.

Diante disso, percebeu-se com o Capítulo 2 que, mesmo sendo, em alguns momentos, questionada a ligação entre direitos sociais e dignidade humana é impossível desconsiderar que esta é concretizada também, em grande parte, pela garantia dos direitos sociais.

O Capítulo 2 ainda trabalhou com a Teoria das Necessidades, abordando as discussões sobre o rol mínimo de direitos fundamentais que deveriam existir e serem garantidos para que a dignidade humana fosse respeitada e garantida.

Os conceitos expostos no Capítulo 2, sobre os direitos fundamentais, não permitiam identificar o rol pretensões morais justificadas que poderiam ser qualificadas como tal, no entanto, foi possível perceber, a partir dos conceitos, que os direitos fundamentais são embasados em valores como dignidade, igualdade e liberdade.

A partir destes valores a Teoria das Necessidades busca construir uma lista de capacidades que o ser humano deve poder usufruir para viver plenamente a sua vida, com dignidade, liberdade e igualdade.

No tocante às relações trabalhistas, a Teoria das Necessidades permite compreender que é indispensável a existência de um padrão mínimo de proteção aos trabalhadores para que estes possam exercer suas capacidades. Desta forma, este trabalho evidenciou que uma relação laboral deve ocorrer de tal maneira que o trabalhador possa, no desenvolvimento do seu labor, fazer suas escolhas e colocá-

las em prática, realizando sua condição de ser humano digno.

Os direitos que possibilitam ao trabalhador realizar suas escolhas e colocá-las em prática são os direitos fundamentais dos trabalhadores, assim declarados pela OIT, e que foram aprofundados no Capítulo 4.

Já no Capítulo 3 foram abordados, inicialmente, pontos vitais para a compreensão da OMC como organismo internacional com papel destacado na governança do comércio internacional. Primeiramente foi realizado um breve histórico sobre as origens do Sistema Multilateral do Comércio. Posteriormente o trabalho explicou a Reunião de Bretton Woods e o surgimento do GATT. Ainda foram relatados detalhes sobre a OMC, como: princípios, objetivos, âmbito, funções, estrutura, condição para ser membro e seu sistema de solução de controvérsias.

O capítulo também expôs a importância desta entidade na governança do comércio internacional e como ela pode atuar junto à OIT. Diante de tudo o que foi demonstrado neste capítulo, pode-se inferir que a OMC foi uma entidade criada em meio a uma vontade internacional de cooperação para o comércio internacional. Trata-se de entidade com papel destacado a qual, nos últimos tempos, permitiu que Estados menos desenvolvidos participassem do comércio internacional.

No entanto, diferente do que foi previsto no seu Acordo Constitutivo, a OMC não debate a questão do respeito aos direitos laborais. Os acordos de comércio são firmados independentemente de quais regras laborais são adotadas no processo de produção.

Na esfera do comércio internacional há um discurso que se repete, qual seja, o de que a OMC foi criada para elevar o padrão de vida das pessoas, permitindo que o crescimento chegue em todas as regiões, no entanto, é perceptível que o crescimento difundido pelos acordos multilaterais de comércio, firmados pela OMC, é o crescimento quantitativo e não o qualitativo.

As empresas envolvidas no comércio internacional não estão interessadas em levar qualidade de vida às pessoas, mas sim em lucrar. E, sendo necessário mudar a localização do seu parque produtivo para poder usufruir de uma legislação trabalhista mais branda, é isso que farão. Sem se importar se a mão de obra

utilizada é a infantil, por exemplo.

Desta forma, percebeu-se o quanto é importante rever o papel das organizações internacionais envolvidas no comércio internacional e na promoção das normas trabalhistas internacionais.

Em um segundo momento, o Capítulo 3 tratou da OIT. Buscou-se expor o histórico do surgimento desta Organização e como certos fatos foram determinantes para moldar os princípios e a sua forma de ação. O capítulo ainda tratou da natureza jurídica da OIT, sua estrutura organizacional, seus membros e sua atividade normativa além de abordar o controle da aplicação de suas normas internacionais. Tais explicações permitiram ao leitor compreender as dificuldades encontradas pela instituição na realização de seus fins.

Com os estudos aqui realizados percebeu-se que atividade normativa da OIT a habilita como entidade internacional com experiência e competência necessária para legislar em matéria de direito internacional do trabalho e também para acompanhar como as relações de trabalho estão evoluindo no mundo todo, por meio dos relatórios que lhes são entregues pelos países.

A OIT possui a estrutura necessária para acompanhar a aplicação de suas normas laborais pelo mundo e consegue, por meio do seu Sistema de Controle, monitorar como as Nações estão tratando seus trabalhadores. No entanto, também se percebeu que há necessidade de buscar uma maior efetividade no Sistema de Controle e aplicação das suas normas, pois a OIT não tem poder punitivo e suas formas de coerção não promovem o sucesso dos seus objetivos.

No tocante ao Capítulo 4, iniciou-se abordando as origens do debate sobre a cláusula social dentro da OMC. Tratou-se também do conceito de cláusula social, dos direitos fundamentais dos trabalhadores propostos pela OIT, bem como foi discutida a possibilidade de promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores tomando por base as atuais regras do comércio internacional.

Ao final este capítulo buscou-se responder a problemática traçada sustentando a seguinte tese: a adoção de cláusulas sociais em acordos internacionais de comércio é instrumento de promoção da sustentabilidade.

Para comprovar que a problemática foi respondida e a tese sustentada, é importante discutir neste momento as hipóteses traçadas para este trabalho e se elas foram ou não confirmadas.

Uma das hipóteses aventadas é que a inserção de cláusulas sociais poderia ser realizada em teoria, mas na prática, sofreria uma séria crise de eficácia, pois não há um órgão internacional capaz de determinar e aplicar sanções internacionais pelo seu descumprimento, afinal, a Organização Mundial do Comércio não se considera o ambiente responsável para a análise destas questões.

Diante dos estudos realizados neste trabalho esta hipótese não foi confirmada. Por mais que os membros da OMC em suas cúpulas mundiais busquem sustentar que a Organização não é a instituição internacional apta a cuidar deste assunto, basta uma leitura do seu acordo constitutivo para comprovar que a OMC tem o compromisso de contribuir para elevação do nível de vida, para o pleno emprego e para o desenvolvimento sustentável.

Assim, ter como objetivo alcançar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e o desenvolvimento sustentável implicam à OMC preocupações mais amplas do que apenas o comércio internacional. O comércio internacional, sem sombra de dúvidas, pode produzir o crescimento quantitativo, mas apenas quando for direcionado por valores como a dignidade humana é que poderá produzir o crescimento qualitativo.

Tendo em vista que a OMC é reconhecida internacionalmente como parceira da ONU ela não pode, jamais, agir contrariando um dos objetivos desta instituição: a sustentabilidade. E a sustentabilidade envolve, como já visto, a sustentabilidade social, a qual pressupõe o respeito da dignidade humana por meio da prática e da garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Assim, a OMC não pode continuar se afastando da responsabilidade de promover os direitos fundamentais dos trabalhadores. E, para realizar esta promoção, as cláusulas sociais tornam-se instrumentos hábeis.

Outra hipótese lançada no projeto da pesquisa é a de que as cláusulas sociais não merecem ser incluídas nos acordos internacionais tendo em vista tratarem-se de uma nova forma de protecionismo que favorece os países

desenvolvidos protegendo-os dos reflexos maléficos da globalização em suas economias. E ainda, não há como aplicar tais cláusulas tendo em vista a diversidade de situações econômicas e a variada legislação trabalhista vigente entre os países signatários. Não é possível se exigir de um país em desenvolvimento o mesmo tipo de proteção aos trabalhadores que possui um país já desenvolvido.

Referida hipótese também caiu por terra após a análise feita na presente pesquisa. A cláusula social que se pretende ver implementada é a chamada cláusula social essencial incentivadora e, portanto, não seria uma cláusula com previsão de penalidade para o país que não respeitasse os direitos fundamentais dos trabalhadores. Seria uma cláusula que conteria a previsão de incentivo comercial para aqueles países que respeitassem os direitos fundamentais dos trabalhadores.

E ainda, contra a afirmação de que não seria possível exigir de países menos desenvolvidos as mesmas condições laborais dos países mais desenvolvidos, figura o seguinte argumento: os direitos fundamentais dos trabalhadores são tão básicos, pois ligados em sua origem pelos direitos previstos na própria Declaração Universal de Direitos Humanos, que não podem ser negados por nenhum país aos seus trabalhadores, independente do seu estágio de desenvolvimento.

Já a última hipótese traçada é a tese que se buscou sustentar neste trabalho de pesquisa, qual seja: a inserção de cláusulas sociais em acordos internacionais promove o trabalho decente nos países signatários destes acordos e, portanto, promove dignidade humana e a sustentabilidade.

Da leitura do trabalho depreende-se a comprovação desta hipótese. Em primeiro lugar porque a cláusula social proposta é aquela considerada essencial e incentivadora, ou seja, o que se pretende é que a OMC inclua em seus acordos de comércio internacional cláusulas sociais que permitam a concessão de incentivos comerciais para países que respeitem os direitos fundamentais dos trabalhadores, além daqueles incentivos que as partes já possuem.

Em segundo lugar porque a própria ONU reconheceu, tanto na Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como na Declaração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o trabalho decente como um dos ingredientes indispensáveis para a concretização da sustentabilidade. Assim, toda ferramenta

que torne possível a promoção do trabalho decente estaria também promovendo a sustentabilidade e, a cláusula social, ao exigir o respeito dos DFT, promove um dos quatro pilares da política do trabalho decente.

Em terceiro lugar, em uma época em que se fala muito de uma governança global, de entidades internacionais trabalhando em conjunto para a consecução de objetivos comuns, o trabalho colaborativo e concertado da OMC e da OIT traria frutos importantes para a promoção da sustentabilidade.

Na medida em que a OIT tem a experiência e a estrutura necessária para acompanhar a adoção dos direitos fundamentais do trabalho por meio do seu sistema de controle e, na medida em que a OMC tem, dentro da sua própria função, a possibilidade de firmar acordos de comércio estabelecendo as regras que nortearão este comércio e os incentivos que serão dados para condutas promissoras, é possível unir o trabalho das duas entidades em torno de um único objetivo: o de promover os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Assim, com a inserção de cláusulas sociais essenciais incentivadoras nos acordos comerciais firmados pela OMC, estar-se-ía promovendo o trabalho decente e por via de consequência a dignidade humana e a sustentabilidade na medida em que os trabalhadores teriam expandida sua liberdade de autodeterminação, ou seja, sua liberdade de fazer suas escolhas e, portanto, de viver a sua dignidade.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

AGÊNCIA EFE. OMC fecha 1º acordo em quase 20 anos para facilitar comércio global. **Globo.com**. Madrid, 07 de dezembro de 2013. G1 Economia. Disponível em< http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/omc-desbloqueia-rodada-de-doha-na-conferencia-ministerial-de-bali.html> Acesso em: 20 de março de 2016.

AGÊNCIA ESTADO. França quer incluir cláusulas sociais no G-20. **Globo.com**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2011. G1 Economia. Disponível em:< http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/franca-quer-incluir-clausulas-sociais-no-g-20.html > Acesso em: 20 de março de 2016.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANNAN, Kofi A. **"Nós os Povos":** o papel das Nações Unidas no século XXI. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2000.

ARARIPE, Luiz Alencar. Tratado de Versalhes de 1919. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org). **História da Paz**: os tratados que desenharam o planeta. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ARAÚJO, Marcelo de. **Moralidade positiva e moralidade crítica**. Veritas. Porto Alegre, v.60, n.1, jan-abr. 2015. p.148-186.

BALMACEDA, Manuel Montt. **Princípios de derecho internacional del trabajo**, **la OIT.** 2 ed. Santiago: Editorial Jurídica del Chile, 1998.

BARRAL, Welber Oliveira. **O comercio internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BARRERO. Esther López. **Regulación del comercio internacional:** la OMC. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 6.ed. São Paulo: LTR, 2010.

BARZOTTO. Luciane Cardoso. **Direitos Humanos e Trabalhadores**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BEAUDONNET, Xavier. **Derecho internacional del trabajo y derecho interno**: manual de formación para jueces, juristas y docentes en derecho. Turin: Centro Internacional de Formación de la OIT, 2009.

BERMEJO, Roberto. **La grantransición hacia la sostenibilidad**. Madrid: Catarata, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **La sostenibilidad:** Que es y qué no es. Trad. Jesús García–Abril. Maliaño: Editorial Sal Terrae, 2013.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. 7 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

BOSSCHE, Peter Van den. **Curso de solução de disputadas em comércio internacional, investimento e propriedade intelectual**. Módulo 3.1. Visão Geral. Genebra: Nações Unidas, 2003.

BOSSELMANN, Klaus. **The principle os sustentability:** transforming law and governance. Hampshire: Ashgate, 2008.

BRASIL. **Decreto n. 99710 de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm> Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

CABRERO, Gregório Rodrígues. Prólogo. *In* DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. Barcelona: Icaria, 1994.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARON, T. Protección de los niños. *In* OIT. **Las normas internacionales del trabajo**: un enfoque global. Genebra: OIT, 2002. p. 172-208.

CASADO FILHO. Napoleão. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva. 2012.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

UNIÃO EUROPÉIA; ESTADOS DA ÁFRICA, DAS CARAÍBAS E DO PACÍFICO. **Acordo de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros.** Cotonu, 23 de junho de 2000**.** Disponível em :<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215(01)> Acesso em: 12 de abril de 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONDON, Bradly J. **El derecho de la organización mundial de comercio**: tratados, jurisprudencia y prática. Londres: Camerom May, 2007.
Conforme informação retirada da página da OIT Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12000:0::NO:::>, Acesso em: 08 de agosto de 2015.

CONSEJO DE LA TIERRA E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACCIÓN PARA LA AGRICULTURA**. La cumbre de la tierra ECO 92:** visiones diferentes**.** São José: Instituto Interamericano de Cooperacción para la Agricultura, 1993.

CRIVELLI, Ericson. **Direito internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTR. 2010.

DALY, Herman E.; COSTANZA, Robert. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**. v. 6, 1992, n.1, p.44-45.

DESSING, Maryke. **The social clause and the sustainable development**. Internacional Centre for Trade Sustainable: Genebra, 2001. Disponível em:<www.ictsd.org/downloads/2008/06/scpaper.pdf >. Acesso em: 18 de abril de 2016.

DOMÍNGUEZ, Juan José Fernandes. **De la condicionalidade social a los acuerdos marco internacionales**: sobre la evolución de la responsabilidade social empresarial. Navarra: Editorial Arazandi, 2012.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Una teoria de las necessidades humanas**. Barcelona: Icaria, 1994.

ECHEVERRIA. Bernardo van der Laat. La dimensión social de la globalización: cláusulas sociales, códigos de conducta y normas de responsabilidade social del empresariado. *In* **III Jornada de Estudio del Mercado Globalización económica y relaciones laborales.** Salamanca: Universidade de Salamanca, 29 de novembro de 2000. p.1-28. Disponível em:<revistas.ucr.ac.cr/index.php/juridicas/article/.../12634> Acesso em: 20 de março de 2016.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2000.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Eusebio. **Filosofia política y derecho.** Madrid: Marcial Pons, 1995.

FERNÁNDEZ, Ana. Reunião de Genebra tem início com foco no protecionismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2011. Economia. Disponível em:< http://www.jb.com.br/economia/noticias/2011/12/15/reuniao-de-genebra-tem-inicio-com-foco-no-protecionismo/> Acesso em: 20 de março de 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/sustentabilidade>. Acesso em: 17 de março de 2015.

FERRER, Gabriel Real. **Del derecho ambiental al derecho de la sostenibilidad**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha.

FERRER, Gabriel Real. **El principio de no regresión ambiental a la luz del paradigma de la sostenibilidad**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha.

FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. Material disponível para os alunos do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí em convênio de dupla Titulação com a Universidade de Alicante na Espanha.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (Org.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

FRANCO Jr, Hilário. **Idade média. Nascimento do Ocidente**. São Paulo, Brasiliense, 1998.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História econômica geral**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1986.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

GARCIA, Marcos Leite; MELO, Osvaldo Ferreira de. Reflexões sobre o conceito de direitos fundamentais. **Revista eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.4, n.2, 2. quadrimestre de 2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/7231/4118>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

GARCIA, Marcos Leite. O processo de formação do ideal dos direitos fundamentais: alguns aspectos destacados da gênese do conceito. *In*: **XIV CONPEDI**, 2005, Fortaleza. Disponível em:<http://www.org/manaus/arquivos/Anais/Marcos%20Leite%20Garcia.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

GARCIA, Marcos Leite. Uma proposta de visão integral do conceito de direitos fundamentais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 46, 2007. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2343>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. Porto Alegre: L&PM Pocket Encyclopedia, 2009.

GEORGE. Susan. **Pongamos la OMC en su sitio**. Barcelona: Icaria Editorial SA, 2002.

GERNIGON, Bernard; ODERO, Alberto; GUIDO, Horacio. **Principio de la OIT sobre el derecho de huelga**. Genebra: OIT, 2000.

GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GOVERNO DO BRASIL. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

GROPPA, Octavio. **Las necesidades humanas y su determinación**. Disponível em: <http://www.academia.edu/7384938/Las_necesidades_humanas_y_su_determinaci%C3%B3n._Los_aportes_de_Doyal_y_Gough_Nussbaum_y_Max-Neef_al_estudio_de_la_pobreza.>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural:** criando a próxima revolução industrial**.** Sao Paulo: Cultrix, 2007.

HAWKEN, PAUL; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. O Capitalismo natural. **Revista Exame.** 30 de abril de 2000. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/715/noticias/o-capitalismo-natural-m0053454>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

HEPPLE, Bob. **Labour law and global trade**. Portland: Hart Publishing, 2005.

HERRERO, Luiz Fernando Lobejón. **El comercio internacional**. Ediciones Akal: Madrid, 2001.

HORII, Y; THOMAS, C. Igualdade de oportunidades y trato en el empleo y la ocupación. *In* OIT. **Las normas internacionales del trabajo**: un enfoque global. Genebra: OIT, 2002. p.66-91.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento**: do GATT à OMC – discurso e prática. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KAWAY, Mina; VIDAL, Pedro Walter G. Tang. **Dumping social:** as normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional. 2010. Disponível em:<http://www.declatra.com.br/MyFiles/Artigos/Artigo%20Cl%C3%A1usula%20Social.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2011.

KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos:** constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o** Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LAS DAS, Bhagirath. **La OMC y el sistema multilateral de comercio**. Barcelona: Icaria Editorial, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LÉON, Magdalena. Redefinições econômicas rumo ao Bem Viver: uma aproximação feminista. **Revista Trimestral de Debate da Fase**. 2012, n. 125, p. 60-65. Disponível em: <http://issuu.com/ongfase/docs/proposta125>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

LIGA DAS NAÇÕES. **Convenção sobre a escravatura**. Genebra: Liga das Nações,1926. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/CONVEN%C3%87%C3%83O%20S%C3%94BRE%20A%20ESCRAVATURA%20ASSINADA%20EM%20GENEBRA.pdf>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

LOWY, Michael; KOVEL, Joel & ANGUS, Ian. **Declaração ecossocialista de Belém**. Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.altermundo.org/declaracao-ecossocialista-de-belem-2%C2%BA-manifesto-ecossocialista/>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

LOWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático**. Revista Crítica Marxista**, n.28, 2009, p.35-50. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2014.

MAGANO. Octavio Bueno**. Organização sindical brasileira**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981.

MAGNOLI, Demétrio (Org). **História da paz:** os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Contexto, 2012.

MAIOR, José Luiz Souto. Globalização. **Síntese Trabalhista Administrativa e Previdenciária**. Porto Alegre, n. 99, set. 1997.

MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL. Maio de 2003. Disponível em:<http://www.terrazul.m2014.net/IMG/pdf/manifesto_ecosoc_int.pdf.>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

MARX, Karl. **O capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações, 1992.

MILLET, Montserrat. **La regulación del comercio internacional:** del GATT a la OMC. Barcelona: Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 484**: VIII Conferência Ministerial da OMC - Genebra, 15 a 17 de dezembro de 2011. Brasília, 09 de dezembro de 2011. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/index.php/index.php?option=com_content&view=article&id=2902:viii-conferencia-ministerial-da-omc-genebra-15-a-17-de-dezembro-de-2011&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 20 de março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 511**: Resultados da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – Nairóbi, 15 a 18 de dezembro de 2015. Brasília, 19 de dezembro de 2015. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12765:resultados-da-x-conferencia-ministerial-da-organizacao-mundial-do-comercio-nairobi-15-a-18-de-dezembro-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 20 de março de 2016.

MORCOM, Corin; SCHLOENHARDT, Andreas. **About Sex?! The evolution of trafficking in persons in internacional law.** Queensland: The University of Queensland, 2011. Disponível em: <http://www.law.uq.edu.au/documents/humantraffic/international-law/Evolution-of-Int-Law-relating-to-Trafficking-in-Persons.pdf >. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

MOREIRA, Vital. **Trabalho digno para todos**: a cláusula laboral no comércio externo na União Europeia. Coimbra: Editora Coimbra, 2014.

MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mara Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NONATO, Messias Pereira. Liberdade sindical. *In* MAGANO, Octávio Bueno. (Org.). **Curso de Direito do Trabalho:** em homenagem a Mozart Victor Russomano. São Paulo: Saraiva, 1985.

NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano.** Barcelona: Herder S.A., 2012.

OLIVEIRA, José Antonio Pupim de. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Trade, employment and labour standards:** a study of core workers' rights and international trade. Paris: OCDE, 1996. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/trade/trade-employment-and-labour-standards_9789264104884-en>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Comercio internacional y estándares laborales básicos**. Paris: OCDE, 2000. Disponível em: < http://www.oecd-ilibrary.org/trade/international-trade-and-core-labour-standards_9789264188006-en>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atal final de La Conferencia de las naciones unidas sobre comercio y empleo**. Carta de Habana de 1948. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/havana_s.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Lisboa: Centro de Informações das Nações Unidas, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El futuro que queremos**. Resolução 66/288, aprovada pela Assembléia Geral em 27 de julho de 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/13/PDF/N1147613.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e programa de ação de Viena.** Belo Horizonte: CEDIN, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 146 sobre idade mínima para admissão a emprego**. Aprovada em 27 de junho de 1973.Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/rec146.php>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Aplicación de las normas internacionales del trabalho, 2015 (II)**. Genebra: OIT, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituição de la OIT.** Disponível em:<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:62:2709039639773200::NO::P62_LIST_ENTRIE_ID:2453907#A1>. Acesso em: 05 de agosto de 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 029 de 28 de junho de 1930. Sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** Disponível em:< http://www.oitbrasil.org.br/node/449>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 087 de 09 de julho de 1948. Sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-direito-de-sindicaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 de janeiro 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 098 de 01 de julho de 1949. Sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva**. Disponível em:<http://www.oitbrasil.org.br/node/465>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 100 de 06 de junho de 1951. Igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/445>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 105 de 25 de junho de 1957. Sobre o trabalho forçado.** Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/node/469>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 111 de 06 de junho de 1951. Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/472>. Acesso em : 10 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 138 de 23 de julho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/492>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 182 de 01 de junho de 1999. Sobre as piores formas do trabalho infantil.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Brasília: OIT, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Memoria del Director General:** trabajo decente.Genebra: OIT, 1999. Disponível em<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#2. Prioridades>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é o trabalho forçado?** Disponível em:<http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/faq/p1.php>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Procedimento para o exame de queixas contra alegadas violações de direitos sindicais**. Brasília: OIT, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Programa Internacional para la erradicación del trabajo infantil (IPEC)**: que és y que hace? Genebra: OIT, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 111 sobre discriminação em matéria de emprego e profissão**. Aprovada em 04 de junho de 1958. Disponível em: < http://www.oit.org.br/content/sobre-discrimina%C3%A7%C3%A3o-em-mat%C3%A9ria-de-emprego-e-profiss%C3%A3o>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 190 que trata sobre a proibição das piores formas do trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação**. Aprovada em 17 de junho de 1999. Disponível em: < http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R190> Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Resoluciones adoptadas por la conferencia internacional del trabajo en su 54. reunión**. Genebra: OIT, 1970.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O custo da coerção.** Genebra: OIT, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Não ao trabalho forçado.** Genebra: OIT, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. Marraqueche. 15 de abril de 1994. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/tecnologicos/cgc/solucao-de-controversias/mais-informacoes/texto-dos-acordos-da-omc-portugues/acordo-constitutivo-da-omc/view>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Declaración Ministerial de Nairóbi**. Nairóbi, 19 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc10_s/mindecision_s.htm>. Acesso em: 20 de março de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **La secretaría e el presupuesto de la OMC**. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/thewto_s/secre_s/intro_s.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 13.ed. Florianopólis: Conceito Editorial, 2015. p. 57-66, 27-37, 39-56 e 135.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **Curso de derechos fundamentales:** teoría general. Madrid: Boletin Oficial del Estado, 1999.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **Ética, Poder y Derecho**: reflexiones ante el fin de siglo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. 2. ed. Madrid: Dykinson, 2003.

PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. 9. ed. Madrid: Tecnos, 2005.

PÉREZ LUÑO, Antônio Enrique. **Los derechos fundamentales.** Madrid: Tecnos, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos**: desafios e perspectivas contemporâneas. Porto Alegre: Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 75, n. 1, Jan/Mar 2009. p. 107-113. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/6566> Acesso em: 03 de maio de 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIPAN, Anita. **Los derechos humanos y la OMC**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2006.

PISARELLO, Gerardo, **Los derechos sociales y sus garantias**: elementos para una reconstrucción, Editora Trotta: Madrid, 2007.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Los convenios internacionales del trabajo**. Montevideu: Universidade da República, 1965.

PONTES. Divisões acirradas marcam chegada dos ministros em Nairóbi para Ministerial da OMC. **Pontes Boletim Diário 1**. Nairóbi, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pontes-boletim-di%C3%A1rio-1-divis%C3%B5es-acirradas-marcam-chegada-dos-ministros-em> Acesso em: 20 de março de 2016.

PONTES. **Entre o comércio e o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável e Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.6, Dez 2009/Jan 2010. p. 4.

PORTO, Marcelo Firpo; BARTHOLO, Roberto. **Sentidos do trabalho humano**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais. 2006.

PRADO, Roberto Barreto. **Curso de direito sindical**. 3 ed. São Paulo: LTR, 1991.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDH?** Disponível em:<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 13 de outubro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da Pobreza.**

Síntese para tomadores de decisão. Disponível em:<www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

PRUNER, Dirajaia Esse; GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e trânsito à modernidade: A histórica questão terminológica das normas definidoras de direitos. *In* CADEMARTORI, Sérgio Urquhart; MARTINS, Rui Decio; DECAT, Thiago Lopes (Coord). **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara.** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 198-217.

PRUNER, Dirajaia Esse; KOOL, Solange Lúcia Heck. Desenvolvimento sustentável: a importância das empresas na promoção do trabalho decente. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v.8, n.1, 2013. Disponível em:<www.univalidireitoepolitica>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

PRUNER, Dirajaia Esse. As origens da Organização Mundial do Comércio. **Justiça do Direito**, Passo Fundo. v. 29, 2015. p. 478-493.

PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. *In:* FERRER, Gabriel*;* GARCIA, Denise Schmidt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). **Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. v. 1. Erechim: Deviant, 2015. p.116-156.

PRUNER, Dirajaia Esse. **Os novos rumos da organização sindical brasileira**: uma análise apartir da emenda constitucional n. 29/2003. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Juridica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2004.

RASKIN, Paul; BANURI, Tariq; GALLOPÍN, Gilberto; GUTMAN, Pablo; HAMMOND, Al; KATES, Robert; SWART, Rob. **La gran transición:** La promesa y la atracción del futuro**.** CHILE: CEPAL, Global Scneario Group, Stockholm Environment Institute, 2006. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/4143>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

ROBLEDO, Irene Saavedra (Coord.). **Introducción a la sostenibilidad y la RSC**. La Coruña: Netbiblo, 2010.

RODERO. Rafael Hurtado. La sostenibilidd: Un nuevo paradigma económico, social y empresarial. *In*: ROBLEDO, Irene Saavedra (Coord.). **Introducción a la sostenibilidad y la RSC**. La Coruña: Netbiblo, 2010.

RODGERS, Garry; LEE, Eddy; SWEPSTON, Lee; BAN DAELE, Jasmien. **La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social**, 1919-2009. Genebra: OIT, 2009.

ROJAS, JORGE. El mercantilismo. Teoria, política e historia. **Revista Economía da Pontificia Universidad Católica del Peru**. v.XXX, n. 59-60, jun-dez 2007. p.77-85.

SACHS, **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANCHEZ, José Marcos, CALDERON, Eduardo Rodriguez. **Manual para la defensa de la libertad sindical**. Lima: OIT/Oficina Regional, 2001.

SANCHIS, Luis Prieto. **Derechos fundamentales, neoconstitucionalismo y ponderación judicial.** Lima: Palestra Editores, 2002.

SANDEL. Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANTOS. Boaventura de Souza; SINGER, Paulo. Boaventura critica a economia verde, e Paul Singer exalta a economia solidária. **Carta Maior**. São Paulo, 21 de junho de 2012. Disponível em:<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Boaventura-critica-a-economia-verde-e-Paul-Singer-exalta-a-economia-solidaria/4/25397>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficacia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SERVAIS, Jean Michel. **Elementos de direito internacional e comparado do trabalho**. Trad. Edilson Alkmin Cunha. São Paulo: LTR, 2001.

SILVA, Adroaldo Moura da. Apresentação. *In* KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Luzia Gomes da; CASTRO, Julio Cesar da Silva. **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais no Brasil:** passeio histórico-político. São Paulo: Editora Baraúna, 2011.

SINGER, Paul Israel. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STEINBERG, Federico. **Cooperación y conflicto**: comercio internacional en la era de la globalización. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.

SUTHERLAND, Johanna. International trade and the GATT/WTO social clause: broadening the debate. **Queensland University os Technology Law and Justice Journal**. V. 14. 1998. p. 83-107. Disponível em: <https://lr.law.qut.edu.au/article/view/456/443>. Acesso em: 17de fevereiro de 2016. p.84-90.

SWEPSTON, Lee. **Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT**. Genebra: OIT, 1998.

TAILLANT, Jorge Daniel. **Derechos humanos, medio ambiente y la OMC**: reflecciones sobre Doha. Disponível em: <http://wp.cedha.net/wp-content/uploads/2011/05/derechos-humanos-medio-ambiente-y-omc.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

TEIXEIRA FILHO, João de Lima (Org.) **Relações coletivas de trabalho:** estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind. São Paulo: LTR, 1989.

TORRES, Ciro; BEZERRA, Isaias; HERNANDES, Tânia (Orgs.). **Responsabilidade social de empresas multinacionais:** diretrizes da OCDE**.** Rio de Janeiro: CERIS/IBASE, 2004.

URIARTE, Oscar Ermida. Liberdade sindical: Normas Internacionais, Regulação Estatal e Autonomia. *In*: TEIXEIRA FILHO, João de Lima (Org.) **Relações coletivas de trabalho:** estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind. São Paulo: LTR, 1989.

UNIÃO EUROPÉIA; ESTADOS DA ÁFRICA, DAS CARAÍBAS E DO PACÍFICO. **Acordo de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros**. Cotonu, 23 de junho de 2000. Disponível em :<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215(01)>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. Madrid: Tecnos, 1977.

VECCHIO, Giorgio Del. **História da filosofia do direito**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2006.

VEGA, José Luis Pinedo . **El petróleo en oro y negro**. Buenos Aires: Libros en Red, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável. O desafio do Sec. XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VELASCO, Andrés. Declaración del Excmo. Sr. Andrés Velasco Presidente de la Conferencia Ministerial Ministro de Comercio de Chile na Cúpula de Genebra de 2009. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min09_s/min09_closing_s.htm> Acesso em: 16 de março de 2016.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VILCHES, Amparo; MACÍAS, Óscar; PÉREZ, Daniel Gil. **La transición a la sostenibilidad:** un desafío urgente para la ciência, la educación y la acción ciudadana**.** Andalucia: Iberciencia, 2014.

VON POTOBSKY, Geraldo W.; BARTOLOMEI DE LA CRUZ, Héctor G. **La organización internacional del trabajo**. Buenos Aires: Astrea, 1990.

ZIZEK, Slavoj. **Primero como tragédia, después como farsa.** Madrid: AKAL, 2012.